



## OS FORTES COMO ESQUINAS DA CIDADE: O USO PÚBLICO NO FORTE DUQUE DE CAXIAS, LEME, RIO DE JANEIRO

Ana Carolina Baker Botelho

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Rio de Janeiro

Julho de 2016

OS FORTES COMO ESQUINAS DA CIDADE: O USO PÚBLICO NO FORTE  
DUQUE DE CAXIAS, LEME, RIO DE JANEIRO

Ana Carolina Baker Botelho

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ  
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS  
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM  
CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

---

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Junior, Dr.

---

Prof. Fabio Luiz Zamberlan, D.Sc.

---

Prof. Francisco Jose de Castro Moura Duarte, D.Sc.

---

Prof. Marcel Bursztyn, Dr.

---

Prof. Marta de Azevedo Irving, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

JULHO DE 2016

Botelho, Ana Carolina Baker

Os fortes como esquinas da cidade: o uso público no Forte Duque de Caxias, Leme, Rio de Janeiro/Ana Carolina Baker Botelho. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2016.

XIII, 160 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2016.

Referências Bibliográficas: p. 130-147.

1. Fortificações. 2. Patrimônio. 3. Parque Natural Municipal Paisagem Carioca. 4. Redes de relacionamento.  
I. Bartholo Junior, Roberto dos Santos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que, em diferentes tempos, formas e intensidades contribuíram para a evolução da minha capacidade de engenhar com criatividade e estudar com compromisso e dedicação.

Marina e Eduardo (in memória), meus pais,  
Antonio, Rosário, João, Teresa, Glória e Bernardo, meus irmãos,  
Vitor e Helena, meus filhos,  
Famíliares e amigos,  
Professores e estudantes,  
Comandantes e equipes,  
Especialistas e gestores,  
Colegas e conhecidos,  
Gente daqui e gente de lá.

A todos vocês, muito obrigada.

*“A globalização, como imposição unidirecional e uniforme de valores, prática e bens, anda de mãos dadas com a imitação e a subordinação cultural, intelectual e espiritual.”*

*(Papa Francisco)*

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D.Sc.)

OS FORTES COMO ESQUINAS DA CIDADE: O USO PÚBLICO NO FORTE  
DUQUE DE CAXIAS, LEME, RIO DE JANEIRO

Ana Carolina Baker Botelho

Julho/2016

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Programa: Engenharia de Produção

Os fortes de defesa fixa de costa protegeram a cidade do Rio de Janeiro e seus moradores de ataques inimigos, por séculos. Hoje, esvaziados desta função original, buscam conectar-se às dinâmicas urbanas intrínsecas ao século XXI.

Este estudo de caráter exploratório, interdisciplinar, contribui com um maior entendimento sobre a importância da visitação pública na preservação patrimonial dos antigos fortes militares, à luz do uso público do Forte Duque de Caxias. A pesquisa se apoia na coleta de dados empíricos e seus resultados e análises destacam o enraizamento local das visitas aos fortes e sua integração com o entorno na valorização deste espaço público pelos moradores da cidade. Esta integração tem importância estratégica para a preservação dos antigos fortes, cujo uso compartilhado emerge como uma inovação potencialmente geradora de novas institucionalidades. Neste contexto, tem destaque a instituição do Forte Duque de Caxias como um Forte-Parque, integrado ao recém-criado Parque Natural Municipal Paisagem Carioca.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

THE FORTS AS MEETING POINTS OF THE CITY: THE PUBLIC USE IN THE  
FORT DUQUE DE CAXIAS, LEME, RIO DE JANEIRO

Ana Carolina Baker Botelho

July/2016

Advisor: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Department: Production Engineering

The coastal forts have protected the city of Rio de Janeiro and its residents from enemy attacks for centuries. Today, emptied of its original function, the forts seek a connection to the new urban dynamics intrinsic to the 21st century.

This exploratory study, interdisciplinary, contributes to a greater understanding of the importance of public visitation to the heritage preservation of the old military forts, in the light of Forte Duque de Caxias' public use. The research is based on empirical data collection and the results and analysis highlight the local roots of the fort's visitations and its integration to the surrounding areas as key issues to the valorization of this public space by the city residents. This integration is of strategic importance to the preservation of ancient forts, whose shared use emerges as an innovation potentially capable of generating new institutionalities. In this context, the Forte Duque de Caxias is brought to light as Fort-Park, integrate to the newly created Municipal Natural Park Carioca Landscape.

## SUMÁRIO

1	Introdução .....	1
2	Escopo, metodologia do estudo acadêmico e estrutura da tese .....	11
2.1.	O escopo do estudo acadêmico.....	11
2.1.1.	A conexão com projetos do Programa de Engenharia de Produção .....	12
2.2.	A metodologia do estudo acadêmico .....	14
2.2.1.	Etapa teórica .....	14
2.2.2.	Etapa empírica .....	17
2.2.3.	Etapa analítico-reflexiva e de conclusão.....	19
2.3.	A estrutura do documento .....	19
3	A visita a autores: inspiração e diálogo .....	21
3.1.	Patrimônio como conceito integrador .....	27
4.	Os fortes do passado: na defesa do Rio de Janeiro e seus moradores .....	30
4.1.	Fica fundada a Cidade do Rio de Janeiro .....	30
4.2.	Fortes conectam Socopenapã ao dinamismo da Cidade .....	50
4.3.	Os fortes da Ponta do Leme de Socopenapan .....	57
4.4.	Os fortes do passado conectam-se aos fortes do presente.....	73
5.	Os fortes no presente: o uso público em movimento .....	75
5.1.	Aportes do campo ambiental ao uso público nos fortes .....	84
5.2.	Iniciativas práticas habilitadoras da visitação no Forte Duque de Caxias.....	86
5.2.1.	Melhorias na infraestrutura .....	87
5.2.2.	Aprimoramento organizacional .....	89
5.2.3.	A Colônia de Férias do Forte do Leme .....	90
5.2.4.	O reflorestamento dos Morros do Leme e Urubu.....	93
5.3.	A visitação nos fortes, à luz do Forte Duque de Caxias .....	98
5.3.1.	Quem visita os fortes?.....	104
5.3.2.	Porque fazer a visita? .....	111
5.3.3.	Como foi a experiência?.....	115
5.3.4.	Temas e experiências nos Forte Duque de Caxias e de Copacabana.....	119
6.	Os fortes do futuro: pontos de vitalidade em um microterritório de visitação ..	121
7.	Conclusão .....	127
	REFERÊNCIAS .....	130
	GLOSSÁRIO.....	148
	APÊNDICE A — Os fortes da baía de Guanabara (baseado em Castro, 2009).....	150
	APÊNDICE B — Contexto da evolução das tecnologias de ataque e defesa no Rio de Janeiro. 151	

APÊNDICE C — Os fortes da Ponta do Leme e o Parque Paisagem Carioca. ....	152
APÊNDICE D — O caminho de Duclerc e a Trilha Transcarioca.....	153
ANEXO A — Normas para a abertura das fortificações à visitação pública.....	154
ANEXO B — Entrevistas semiestruturadas com especialistas em fortificações. ....	157
ANEXO C — Entrevistas para a caracterização dos visitantes moradores. ....	158
ANEXO D — Entrevistas estruturadas para a caracterização dos visitantes turistas...	159
ANEXO E — Classificação do patrimônio segundo a UNESCO.....	160

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Croquis de localização do Forte Duque de Caxias, Leme, Rio de Janeiro. ....	9
Figura 2: Croquis de localização da Cidade de São Sebastião no Morro do Descanso (final do século XVII). .....	34
Figura 3: Croquis de localização dos Caminhos Praeiro, da Lagoa e de São Clemente. ....	41
Figura 4: Caminhos conectam Botafogo à praia de Copacabana nos séculos XVIII e XIX. ....	43
Figura 5: A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no final do século XVII por François Froger. ....	45
Figura 6: Percurso de Jean-François Duclerc na invasão do Rio de Janeiro (1710). ....	47
Figura 7: Os fortes de defesa da Baía de Guanabara na segunda metade do século XVIII. ....	49
Figura 8: Vista do Morro da Babilônia para a praia de Botafogo. ....	58
Figura 9: Proposta de defesa da Ponta do Leme, 1819. ....	60
Figura 10: O trânsito da bateria da Piaçava/Forte de São Clemente para controle do passo entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e a Praia de Botafogo. ....	64
Figura 11: Os Sinais do Porto do Rio de Janeiro e o telégrafo no forte de São Sebastião. ....	67
Figura 12: O trânsito fortificado do Forte do Leme. ....	69
Figura 13: Escolhas e percursos na gestão da visitação nos antigos fortes militares ....	76
Figura 14: “Nós do Forte”, vínculos de pertencimento para com os fortes. ....	82
Figura 15: Os portões do Forte Duque de Caxias. ....	87
Figura 16: A Áreas de Proteção Ambiental dos Morros do Leme, urubu e Ilha de Cotunduba. ....	95
Figura 17: Resultado do reflorestamento nos Morros do Leme, Urubu e Babilônia. ....	95
Figura 18: Mapa de localização do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca ao qual se integra o Forte Duque de Caxias. ....	96
Figura 19: A usança do Forte Duque de Caxias: conhecimento da evolução da relação forte-cidade-moradores, no tempo e no espaço. ....	100
Figura 20: Motivações para as visitas no Forte Duque de Caxias e Forte de Copacabana. ....	112
Figura 21: Índices de importância atribuída à motivação da visita ao forte Duque de Caxias pelos visitantes moradores e turistas. ....	113
Figura 22: Caracterização dos visitantes, os mais e os menos frequentes. ....	115
Figura 23: Qual a sensação que fica nos moradores, após a visita ao Forte Duque de Caxias? .....	118
Figura 24: Atrativos do entorno como parte da visitação ao Forte Duque de Caxias. .	121
Figura 25: Os fortes como núcleos de um território de visitação .....	123
Figura 26: Estrutura de subordinação do Forte Duque de Caxias, Forte de Copacabana e Fortaleza de São João ao departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). ....	124

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Levantamento parcial dos fortes em 15 estados do país.....	2
Quadro 2: Variedade de assuntos e experiências desenvolvidos em fortes de 7 países....	7
Quadro 3: Estrutura metodológica. ....	15
Quadro 4: Total de visitantes entrevistados nos fortes e datas das entrevistas. ....	18
Quadro 5: Programas, componentes e desafio do Plano de Revitalização das fortificações históricas da baía de Guanabara. ....	79
Quadro 6: Premissas e princípios do MMA para o uso público em Unidades de Conservação. ....	85
Quadro 7: Valores absolutos (Nº) e relativos (%) da visitação: moradores ou turistas? .....	105
Quadro 8: Meios de transporte usados pelos visitantes moradores para chegarem ao Forte Duque de Caxias. ....	105
Quadro 9: Visitação de acordo com a condição civil ou militar. ....	106
Quadro 10: Visitação de acordo com o gênero.....	107
Quadro 11: Visitação de acordo com as faixas etárias.....	108
Quadro 12: Visitação de acordo com a escolaridade. ....	110
Quadro 13: Frequência de visitação dos moradores àquela fortificação.....	111
Quadro 14: Recepção e atendimento pelo pessoal do Exército.....	115
Quadro 15: Intenção dos visitantes em repetirem a visita.....	116
Quadro 16: Sensações provocadas pela visita no Forte Duque de Caxias, no Forte de Copacabana e na Fortaleza de São João.....	117
Quadro 17: Oferta de temáticas e de experiências nos Fortes Duque de Caxias e de Copacabana.....	119
Quadro 18: Elementos e dinâmicas do microterritório de visitação coesionado pelos fortes.....	125

## LISTA DE ABREVIATURAS

ALMA	Associação dos Moradores da Lauro Müller e Adjacências
AMABABILONIA	Associação dos Moradores da Babilônia
AMALEME	Associação de Amigos e Moradores do Leme
AMOUR	Associação dos Moradores da Urca
AMOVILA	Associação dos Moradores da Vila Benjamin Constant
APA	Área de Proteção Ambiental
2ª Bia O Cos	2ª Bateria de Obuseiros de Costa
CATIE (acrônimo em espanhol)	Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza (Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino)
CEP	Centro de Estudos de Pessoal (do Exército)
CEP-FDC	Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
COOPBABILONIA	Cooperativa de Reflorestadores da Babilônia
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
DAC	Diretoria de Assuntos Culturais (do Exército)
DECEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DPHCEx	Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural de Exército
EB	Exército Brasileiro
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro
FDC	Forte Duque de Caxias
FPJ	Fundação Parques e Jardins
FUNCEB	Fundação Cultural do Exército
GAE	Grupo de Ação Ecológica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICOFORT (acrônimo em inglês)	International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage (Comitê Científico Internacional sobre Fortificações e Patrimônio Militar)
ICOMOS (acrônimo em inglês)	International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
ILAM	Instituto Latinoamericano de Museos y Parques en América

(acrônimo em espanhol)	Latina y el Caribe (Instituto latinoamericano de Museus e Parques da América latina e Caribe)
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LTDS	Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social
MHEx/FC	Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PEP	Programa de Engenharia de Produção
PMR	Programa Mutirão Reflorestamento
PNMPC	Parque Natural Municipal Paisagem Carioca
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOAPA-LEME	Sociedade Amigos das Áreas Protegidas do Leme
UC	Unidade de Conservação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

# 1 Introdução

Do oriente ao ocidente e ao longo de séculos, os fortes militares<sup>1</sup> se fizeram presentes como estruturas técnicas especializadas voltadas para a defesa. Trazidos ao Novo Mundo no contexto das disputas europeias por colônias, os fortes da baía de Guanabara e a Cidade do Rio de Janeiro detêm, nas suas historicidades, uma origem comum.

No início do período colonial, os franceses foram os primeiros a tomar a iniciativa e levantaram o forte de Coligny, na ilha de Serijipe<sup>2</sup>. Fundaram a sede da França Antártica (1555 a 1560) nas águas da baía de Guanabara. Como afirmação da posse definida pelo tratado de Tordesilhas, os portugueses destruíram o Coligny, expulsaram os franceses e levantaram um rústico núcleo fortificado nas proximidades da barra da baía de Guanabara. Neste momento histórico importante para cariocas e brasileiros, o capitão Estácio de Sá fundava a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e a 1º de março de 1565, forte e cidade eram um *uno* com identidades entrelaçadas.

Dois anos depois, a cidade fundada na base do Morro Cara de Cão mostrava-se insuficiente para os preceitos da defesa militar. Portanto, em 1567 a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi refundada no topo do Morro do Descanso — e junto com ela, o Forte de São Sebastião. Depois deste, muitos outros fortes vieram para resguardar a Cidade e proteger a população (APÊNDICE A).

Um marco importante para o estabelecimento de fortes de defesa de costa, na Ponta do Leme, foram as invasões francesas, de 1710 e 1711. Foi a partir delas que os portugueses se deram conta de que era preciso defender a Cidade em pontos estratégicos distantes da orla da baía de Guanabara. Hoje, como representante contemporâneo de um conjunto de fortes que lá existiu, encontra-se o Forte Duque de Caxias, no bairro do Leme, que, tal qual a maioria dos fortes do Rio de Janeiro e do Brasil, tem o Exército Brasileiro como responsável pela sua administração.

Em 1822, no contexto das lutas pela independência do Brasil, a possibilidade de ataques à Cidade sede da colônia por parte dos portugueses contrários à emancipação, era real. Em resposta a esta ameaça de recolonização, empreendeu-se, então, o maior

---

<sup>1</sup> Nem todas as fortificações do Rio de Janeiro foram militares. Castro (2009) cita as aldeias indígenas como fortificações civis, assim como os quilombos.

<sup>2</sup> Atual Villegagnon, hoje interligada ao continente.

programa de reforma das defesas do Rio de Janeiro (CASTRO, 2009). Mas, destarte todos os esforços mobilizados, a política de desarmamento dos fortes instituída logo depois pela Regência, em 1831, levou a maior parte destes fortes à inatividade, ao descuido e ao esquecimento.

Um levantamento feito pelo historiador Adler Homero de Castro, ainda parcial no período da elaboração deste documento, constatou a presença de 871 posições fortificadas no Brasil, sendo 124 delas no estado do Rio de Janeiro: “um número impressionante de construções” que perdem apenas para a Bahia e Pernambuco, com 226 e 206 posições, respectivamente (CASTRO, 2013, p.5) (QUADRO 1).

Quadro 1: Levantamento parcial dos fortes em 15 estados do país.

Região	Estado	Número de fortes construídos
Norte	Acre	12
	Amapá	14
	Amazonas	17
	Roraima	5
Nordeste	Alagoas	50
	Bahia	226
	Ceará	33
	Maranhão	34
	Pará	50
	Paraíba	56
	Pernambuco	206
	Piauí	4
	Rio Grande do Norte	27
Sergipe	13	
Sudeste	Rio de Janeiro	124
TOTAL		871

Fonte: Castro (2013, p.5).

Até o século XIX, os canhões de base fixa dos fortes de defesa de costa respondiam pela superioridade dos armamentos. Mas, no contexto das intensas evoluções tecnológicas na virada do século seguinte, os canhões móveis<sup>3</sup>, mais leves e versáteis, cresceram em notoriedade (CASTRO, 2009). Iniciava-se com isto, um paulatino processo de esvaziamento das funções bélicas dos fortes e, portanto, a perda de sua centralidade na função de defesa.

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as dinâmicas de ataque e defesa se alteraram drasticamente. As batalhas entre os continentes e os mares passaram a incluir também os ares, pelo uso de aviões bombardeiros: um marco definitivo que selou a

---

3 Data desta fase, o canhão móvel Withworth de 32 libras, também conhecido como a “Matadeira”, conclusivo na finalização da Guerra de Canudos (1896-1897), nos inícios da Primeira República.

inadequação dos fortes com canhões de base fixa, como estruturas técnicas de defesa. Eficazes no enfrentamento dos ataques marítimos, os fortes foram superados e caíram no ostracismo, em todo o mundo. Depois da II Guerra, “somente aqueles [fortes] adequados à nova realidade técnica e política do País se manteriam ativos” (CASTRO, 2009, p.115).

No cenário nacional, a desativação das últimas unidades de artilharia fixa de costa do Brasil acontecida em 2004, demarca institucionalmente, o encerramento das atividades operacionais destes antigos fortes (CUNHA, 2009). Atualmente, os satélites são a base tecnológica predominante. Por meio deles operam-se as plataformas digitais, os mísseis guiados a distância e os Veículos Aéreos Não Tripulados<sup>4</sup>.

Embora os fortes dos antigos sistemas de defesa da baía de Guanabara tenham sido protagonistas na fundação e consolidação da Cidade do Rio de Janeiro, a população carioca do século XXI ainda pouco os conhece. Somente a partir de 1990, o Exército iniciou com políticas de regulamentação (ANEXO A) voltadas à abertura dos fortes à visitação por um público amplo e variado.

Até meados de 1960, as iniciativas eram pontuais e isoladas; cada comandante definia o padrão de relacionamento entre os fortes e os moradores da cidade, prevalecendo a política de boa vizinhança, principalmente com o entorno direto. Depois disto, na fase de 1960 a 1990, como reflexo das mudanças políticas por que passavam o Brasil e o mundo, as relações entre os fortes e os moradores da cidade viveram uma ruptura, com os fortes se fechando ao acesso da população civil:

No período politicamente turbulento da Guerra Fria, instaurou-se no Brasil um regime civil-militar em 1964, com um projeto geopolítico empenhado em fazer do Brasil uma potencia regional. As relações entre as fortificações e a população do Rio de Janeiro não ficaram imunes às polarizações político-ideológicas da época. Houve, em consequência, reservas e desconfianças recíprocas que dificultaram os diálogos entre militares e civis e as fortificações e a cidade (PROJETO ROTEIROS DOS FORTES, 2014, p.12).

Estas três décadas de fechamento à visitação pública repercutiram em um distanciamento simbólico-afetivo e no desinteresse pelo valor histórico-cultural dos fortes, pelo conjunto maior da sociedade. A situação apontou para uma possibilidade de mudança quando, em 1975, o Exército decidiu-se pela desativação do emblemático

---

<sup>4</sup> Também conhecidos como Drones.

Forte de Copacabana, considerado nos anos de 1920, o mais importante da América do Sul (CASTRO, 2009; QUEROZ, 2014).

Com uma espaçosa área localizada na ponta que divide os populosos e valorizado bairros de Copacabana e Ipanema, o Forte via-se pressionado pela obsolescência bélica, como dito anteriormente, mas pelo rápido crescimento urbano no seu entorno. Tal condição trazia impedimentos na realização de treinamentos importantes à artilharia. Neste tempo, por exemplo, já se mostravam inviáveis as práticas que envolvessem disparos dos canhões. Assim que, em 1975 o forte foi declarado operacionalmente inativo e nestes termos, perdeu o seu dinamismo.

Neste período, o Rio de Janeiro vivia uma explosão imobiliária e o mercado aquecido não tardou em identificar o Forte de Copacabana como uma oportunidade de negócios. Segundo Queiroz (2014), a meados da década de 1970, o Ministério do Exército se manifestou pela possibilidade de venda de alguns de seus imóveis localizados em áreas urbanas altamente valorizadas, sob a alegação de que assim obteria recursos para reformas dos quartéis. Segundo a mesma autora, a edição de 15 de março de 1975 do jornal O Globo ventilava a possibilidade de venda do Forte de Copacabana para uma rede hoteleira.

As notícias do jornal Opinião, da mesma época, corroboram tais rumores ao lançar críticas sobre o favorecimento da entrada de grandes cadeias hoteleiras internacionais para realização do Congresso da Associação Americana dos Agentes de Viagens (ASTA, acrônimo em inglês), no Rio de Janeiro, agência que, na época, dominava o turismo dos Estados Unidos e do Canadá:

Mas, a EMBRATUR é bastante realista quando explica no número de janeiro de sua revista oficial que ‘contribuiu para a aceitação do convite do Brasil, pela ASTA, a entrada das grandes cadeias hoteleiras no país’ como Hilton, Sheraton, Hilliday, Intercontinental e Méridien. De onde se conclui que sem esses investimentos estrangeiros, estritamente ligados por interesses à própria ASTA, o congresso dificilmente se realizaria aqui (...). (OPINIÃO, 1975, p.6).

Para superar as pressões, o Exército decidiu alojar, nas instalações do Forte de Copacabana, o Museu do Exército Brasileiro, até então em acomodação provisória na Casa de Deodoro<sup>5</sup>. Com isto, em 1987, “o Forte de Copacabana passou a ter uma função

---

<sup>5</sup> De 1966 a 1987 a Casa Histórica de Deodoro serviu de sede provisória do Museu do Exército, constando o acervo do Museu de Medicina Militar e da extinta Comissão Rondon. <http://www.funceb.org.br/espacoCultural.asp?materia=268>.

diferente no cenário carioca [e] ao abrigar em suas instalações o Museu Histórico do Exército, transformou-se então num espaço cultural” (QUEIROZ, 2014, p.50).

A emergência de um forte-museu demandou a abertura do pouco dinâmico Forte de Copacabana à visitação pública e, a partir desta, ampliaram-se as condições de possibilidades para novas formas de relacionamento deste forte com a cidade e seus moradores, com incidência para os demais. Assim que, a partir de 1990, no rastro da Constituição de 1988, o Exército Brasileiro ampliava a autorização da visitação pública para o conjunto de fortes que apresentavam melhores condições (SANTOS JR., 2013).

Nesta fase, o turismo voltou à tônica, apontado como um setor capaz de dinamizar o uso destes espaços e gerar dividendos para a preservação dos próprios fortes. (QUEIROZ, 2014). Vale notar a motivação do Forte de Copacabana já que, ao final dos anos de 1980, a praia de Copacabana já atraía centenas de milhares de moradores e de turistas nacionais e internacionais para as comemorações do Ano Novo.

No contexto das relações modificadas, o Forte de Copacabana aderiu às celebrações ofertando ao público o espetáculo de uma cascata de fogos de artifício<sup>6</sup> jorrando em suas muralhas, de tal sucesso que se tornou um atrativo. Em 1990, a festividade já estava consolidada no calendário carioca com envolvimento da Prefeitura, dos empresários e mesmo, do Forte. No contexto das transformações, o antigo forte respaldado pelo poder dos canhões ligados à guerra se rerepresentava para a sociedade atual como um forte-museu, apoiado no poder do conhecimento e da cultura, na busca de elevar o significado da paz e da cidadania (APÊNDICE B).

Considerando-se as qualidades do Rio de Janeiro, o turismo apresenta-se como uma possibilidade promissora de uso público — sem, contudo, ser a única e para qualquer situação. Respalda tal posição a reflexão do urbanista Sergio Magalhães, quando indica que uma cidade, é “coisa da cultura” e como tal, precisa ser pensada, desenhada, cuidada e protegida (MAGALHÃES, 2015, p. 21) — e os fortes como parte da Cidade são também, coisa da cultura e como tal, devem ser cuidados e protegidos.

Desde esta perspectiva, a preservação dos fortes não representa um fim em si mesmo, senão que um meio, cuja essência “reside sempre em encontrar outras respostas, em propor diferentes interpretações da realidade” (MENDES, 2012, p.23).

---

<sup>6</sup> Nesta época a festa da virada de Ano Novo fazia-se pelo encontro dos cariocas na beira da praia, alguns para celebrar a sua fé umbandista, outros para confraternizar pela paz e a esperança de dias melhores.

Desde o viés da cultura, os fortes do passado também devem ser repensados, redesenhados, cuidados e protegidos no presente, de iniciativas que possam desembocar na excessiva fragilização ou mesmo, na ruptura de seus vínculos identitários e de pertencimento junto à sociedade carioca e brasileira, a passado e presente, com vistas ao futuro. Assim, a tendência atual de ter o turismo como a panaceia que resolve todos os problemas de uma cidade ou parte dela, deve ser vista criticamente.

O fato de, no Brasil, o Exército Brasileiro ocupar-se da preservação patrimonial das fortificações é uma diferenciação, frente a outros países. Por exemplo, “[nos Estados Unidos] cada vez que desativavam uma instalação militar, vendiam os prédios para a iniciativa privada e até os armamentos como sucata” (CASTRO, 2013, p.8). As opiniões de dois coronéis de artilharia reformados e integrantes do Comitê Científico Internacional sobre Fortificações e Patrimônio Militar <sup>7</sup> (ICOFORT, acrônimo em inglês) evidenciam a preocupação depositada pelo Exército Brasileiro:

(...) o Exército, desde 1990, voltou-se para a questão da revitalização e do uso turístico-cultural dessas instalações militares, ocupando a maioria delas com organizações militares diversas, assegurando a sua posse e conservação, ao mesmo em tempo que as abria para a visitação pública. (SANTOS, 2010).

Sabemos, naturalmente, que não é fácil transpor uma situação secular fundamentada na defesa contra possíveis invasões estrangeiras para outra, visando protegê-las contra os efeitos (...) do terrível abandono. (SECOMANDI, 2013, p.1).

Nos diversos continentes do globo encontram-se experiências relacionadas a variados campos de uso dos antigos fortes e castelos, muitas delas compartilhadas. Citam-se, por exemplo, as iniciativas na África, na Europa e nas Américas nos campos do turismo, do entretenimento e da pesquisa (QUADRO 2).

Ainda no contexto da preservação dos fortes, em 1990, o Ministério do Exército criou a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC), cuja missão era a de “controlar, preservar, conservar, recuperar, restaurar e divulgar o patrimônio cultural material e imaterial de interesse da história do Exército Brasileiro” (DPHCEX, s.d, ONLINE). Pelo Decreto Presidencial Nº 6710 de 23 de dezembro de 2008, esse órgão sofreu uma redenominação e passou a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do

---

<sup>7</sup> ICOFORT é um comitê científico de suporte ao Conselho internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, acrônimo em inglês) na temática relacionada às fortificações. O ICOMOS é uma organização não governamental dedicada a conservação de sítios e monumentos mundiais que apoia o trabalho do Comitê do Patrimônio Mundial em cumprimento da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO. <http://icofort.icomos.org/> e <http://www.eccofort.eu/index.php/icofort>.

Exército<sup>8</sup> (DPHCEX) (<http://www.dphcex.ensino.eb.br/>), subordinada ao também novo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Como ação principal, a DPHCEX deu continuidade a normatização de práticas de gestão dos espaços culturais do Exército iniciada em 1990, entre os quais estão os fortes (SANTOS Jr., 2013).

Quadro 2: Variedade de assuntos e experiências desenvolvidos em fortes de 7 países.

ASSUNTOS E EXPERIÊNCIAS	
Arqueologia — Artefatos militares — Artes — Artesanato — Aventura — Bailes — Dança — Esporte Gastronomia — História — Literatura — Música — Natureza — Paisagem — Pesquisas — Religiosidade — Suvenires — Trajes de época — Voluntariado	
ESPAÇOS FORTIFICADOS (PAIS)	ENDEREÇOS VIRTUAIS
Castle of Good Hope (África do Sul)	<a href="http://www.castleofgoodhope.co.za/">http://www.castleofgoodhope.co.za/</a>
Festungmak (Alemanha)	<a href="http://www.festungmark.com/">http://www.festungmark.com/</a>
Fort Saint James (Canadá)	<a href="http://www.fortstjames.ca/">http://www.fortstjames.ca/</a>
Fort McHenry (Estados Unidos)	<a href="http://www.nps.gov/fomc/index.htm">http://www.nps.gov/fomc/index.htm</a>
Marghera (Itália)	<a href="http://www.museofortemarghera.it/index.htm">http://www.museofortemarghera.it/index.htm</a>
Boyen Fortress (Polônia)	<a href="http://www.bfr.kostrzyn.pl/index.php?option=com_content&amp;task=view&amp;id=34&amp;Itemid=39">http://www.bfr.kostrzyn.pl/index.php?option=com_content&amp;task=view&amp;id=34&amp;Itemid=39</a>
Kaliningrad Town-fortress (Rússia)	<a href="http://www.bfr.kostrzyn.pl/">http://www.bfr.kostrzyn.pl/</a>

Fonte: Adaptado de Rathert<sup>9</sup> (2013).

No âmbito institucional, o Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana<sup>10</sup> (MHEX/FC), diretamente subordinado à DPHCEX, se consolidou como uma importante opção cultural e turística do Rio de Janeiro. Em termos do uso público, oferece um leque de iniciativas culturais como: Exposição Fotográfica, Salão de Artes Plásticas, Orquestra Violões do Forte, Interdanças, Curta com Teatro, Banda no Forte, Encontro de Corais, Chorinho no Forte, entre outros eventos não massivos. A oferta cultural variada e a crescente marca de visitantes<sup>11</sup> atestam que a criatividade, a qualidade e o dinamismo da programação se conectam não somente à curiosidade dos turistas atraídos pela fama de Copacabana, mas também, às demandas dos moradores do entorno e da cidade (QUEIROZ, 2014).

<sup>8</sup> A Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército é o órgão nacional responsável pelo planejamento, coordenação e fiscalização das atividades culturais, assim como pela preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural militar como lugares de memória e de identidade (SANTOS Jr., 2010).

<sup>9</sup> RATHERT, Jana. Relatório de intercâmbio acadêmico. Pädagogische Hochschule Schwäbisch Gmünd (Alemanha) e LTDS/PEP/COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

<sup>10</sup> Subordinado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército e amparado na Portaria nº 61, de 19 de dezembro de 1986.

<sup>11</sup> Passou de 620.757 visitantes, em 2009 para 781.933, em 2012.

Igualmente relevantes no processo de abertura dos fortes ao uso público, hoje o Forte Duque de Caxias no bairro do Leme e a Fortaleza de São João, na Urca, também estão oficialmente regularizados como espaços culturais pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX, s.d., ONLINE). Se comparados ao Forte de Copacabana, o Forte Duque de Caxias e a Fortaleza de São João recebem públicos visitantes a escalas menores — o que não significa, contudo, menos importantes.

O Forte Duque de Caxias apresenta condições íngremes de acesso ao sítio histórico e está polarizado pela visitação massiva do Forte de Copacabana, localizado na ponta oposta do mesmo arco praieiro. A Fortaleza de São João por integrar um complexo militar, juntamente com o Centro de Capacitação Física do Exército e com a Escola Superior de Guerra, tem sua visitação controlada mediante pré-agendamentos.

Um desafio diferenciado para o desenvolvimento do uso público se encontra na Fortaleza de Santa Cruz, que, à distinção dos fortes anteriormente citados, encontra-se ainda em atividade operacional e abriga a Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército. Neste caso, sua gestão busca conciliar as restrições de segurança inerentes aos grupos e comando de artilharia com as demandas de acesso e uso por parte dos visitantes, em sua maioria moradores do entorno carentes de espaços amplos e seguros para o lazer:

O caso do complexo da fortaleza de Santa Cruz é diferente: no local funcionam unidades militares operacionais, que têm como prioridade atuar em questões de defesa e não atrair visitantes. Apesar de todo o esforço feito, especialmente na fortaleza de Santa Cruz, os monumentos não foram desenvolvidos ou preparados especificamente para o turismo. No entanto, como foi colocado, o complexo tem uma grande visitação. (CASTRO, 2013, p.10).

As iniciativas de adequação dos fortes a diferentes usos iniciados em 1990, seguem presentes até os dias atuais e vêm como um esforço de adequação das vontades e necessidades da preservação deste patrimônio a um orçamento militar reduzido. Para pontuar este processo de longo prazo, cita-se a entrevista, há mais de dez anos, do General-de-Exército Gilberto Barbosa Figueiredo, então chefe do extinto Departamento de Ensino e Pesquisa<sup>12</sup>, órgão responsável pela condução da Política Cultural da Força Terrestre:

---

<sup>12</sup> Reorganizado como Departamento de Educação e Cultura do Exército (DCEX) com o Decreto N° 6710, de 23 de dezembro de 2008. (<http://www.dececx.ensino.eb.br/default.php?url=histórico>).

A atual crise econômico-financeira atinge diretamente todas as instituições e, evidentemente, o Exército está inserido nesse contexto. As restrições impostas por essa crise nos impõem grandes desafios, exigindo de todos, cada vez mais, muita criatividade, espírito de sacrifício e determinação no eficaz exercício de bem aplicar os escassos recursos destinados à Força. (...) O nível esmerado de conservação e de apresentação das instalações e do material sob a responsabilidade das nossas OM [organizações militares] tem sido a mais convincente demonstração de que, no Exército, ao adotarmos práticas administrativas conseqüentes e austeras, sabemos dar o devido valor ao patrimônio da Nação, que a nós cabe gerenciar. (DACULTURA, 2002. p.5).

No contexto destas adequações para a valorização do patrimônio, se encontra também o Forte Duque de Caxias (FIGURA 1). Levantado em 1913 e denominado Forte Duque de Caxias em 1935, localiza-se na praia do Leme, contígua a praia de Copacabana. Pouco conhecido dos cariocas, este forte se destaca por suas belas vistas, pelo contato com a natureza e com o sítio histórico. Em meio a uma sociedade carioca desgastada pela violência, é buscado pelos moradores do entorno como um espaço seguro para o lazer.

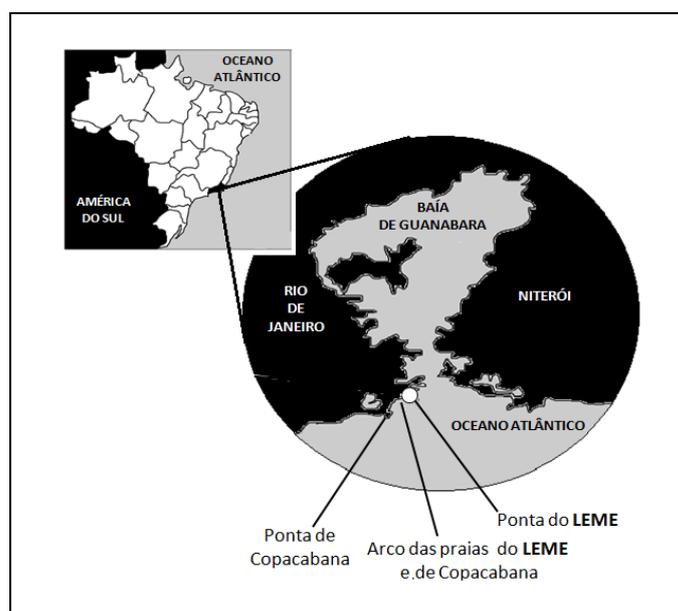


Figura 1: Croquis de localização do Forte Duque de Caxias, Leme, Rio de Janeiro.

Fonte: Elaboração própria.

Uma faceta menos conhecida é a sua condição de representante contemporâneo de um conjunto de fortificações erguidas em diferentes tempos, na Ponta do Leme do

antigo território indígena de Socopenapã<sup>13</sup>; hoje identificado com os valorizados bairros da zona sul do Rio de Janeiro: Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, e Humaitá. Embora estudos tenham comprovado a existência de mais de 11 estruturas voltadas às funções militares nesta localidade, poucos de seus moradores têm conhecimento disto.

Segundo Castro (2009), do século XVIII ao XX, as seguintes estruturas estiveram presentes neste território, a diferentes momentos: Forte da Vigia, Bateria do Leme, Bateria de São Clemente (ou Forte da Piaçava), Bateria do Anel, Real Fábrica de Pólvora, Estação do Telégrafo Ótico do Morro da Babilônia, Reduto do Leme (ou entrincheiramento do Leme), Forte do Desfiladeiro Novo, Forte do Leme, Forte da Igrejinha, Forte da Guanabara, Forte de Copacabana e Forte Duque de Caxias (CASTRO, 2009). Os dois últimos são obras do século XX, estão abertos à visitação. nos bairros de Copacabana e Leme.

Assumindo-se este olhar rico e diverso, a visitação dos antigos fortes de defesa da baía de Guanabara deve ser oferecida aos visitantes desde uma perspectiva rica em experiências e abordagens — onde o viés militar não se exclui, senão que se integra a outras dimensões de sua existência a passado, presente e futuro.

Haja vista, as ações ambientais empreendidas, desde 1987 no Forte Duque de Caxias e arredores, iniciadas com um projeto colaborativo entre o Exército Brasileiro, a Prefeitura do Rio de Janeiro, grupos civis organizados e voluntários, que derivou, ao final de 2013, na criação, em 05 de julho de 2012 (Decreto N.º 37.231), do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca (PNMPC), ao qual se integra o Forte Duque de Caxias, no Leme.

---

<sup>13</sup> Coaracy (1988, p. 366) apresenta a seguinte notificação válida de ser aqui mencionada: “Na primeira edição deste livro, por equívoco de um revisor de provas, a denominação Socopenapã [associada ao ambiente de restinga de aves do grupo dos socós] foi sistematicamente transformada em Sacopenapã em todos os lugares onde aparecia, à revelia do autor. Sirva esta nota de errata”.

## 2 Escopo, metodologia do estudo acadêmico e estrutura da tese

### 2.1. O escopo do estudo acadêmico

Este estudo acadêmico de caráter qualitativo, exploratório e interdisciplinar, contribui com um maior entendimento sobre a importância da visitação pública na preservação dos antigos fortes militares, como um patrimônio usado e reconhecido pelos moradores do Rio de Janeiro.

Para isto, tomou-se como objeto de estudo o Forte Duque de Caxias e como ilustração, o uso público ali desenvolvido. Aberto à visitação pública desde 2010, a escolha deste forte deve-se à sua integração com a dimensão ambiental, convergente com a formação da autora desta tese<sup>14</sup>.

Para o acesso e coleta de dados de campo diretamente neste Forte (julho de 2013 a março de 2014), contou-se com a autorização e o apoio do Comando Geral do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) do Exército Brasileiro representado no período, pelo Coronel de Engenharia Ronaldo Barcellos Ferreira de Araújo e pelo Coronel de Infantaria Álvaro Roberto Cruz Ferreira Lima<sup>15</sup>. O acompanhamento direto foi feito pelo chefe da Divisão Forte Duque de Caxias, Coronel de Artilharia da Reserva Joel Francisco Corrêa, com o suporte de sua equipe técnica, o historiador Major Giorgio Pizzani Trindade<sup>16</sup> e a professora de biologia Márcia Rejane Riccione de Melo<sup>17</sup>.

Embora as antigas estruturas e equipamentos voltados para a guerra chamem a atenção de visitantes e estudiosos, o foco da tese não está nas muralhas e armamentos dos fortes, como convencionalmente se há tratado nas pesquisas sobre este tema no Brasil, senão, naquilo flui e interatua com e através dos fortes.

A escolha e motivação deste ângulo de abordagem vieram depois da autora desta tese tomar contato com o debate sobre o futuro dos fortes e castelos, no Brasil e no mundo, no âmbito de sua participação no projeto interinstitucional coordenado pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social do Programa de Engenharia de

---

<sup>14</sup> Engenheira-agrônoma com M. Sc em Manejo e Conservação de Florestas Tropicais e Biodiversidade.

<sup>15</sup> A cada dois anos dá-se a troca de comando.

<sup>16</sup> Atualmente, lotado como especialista na DPHCEX.

<sup>17</sup> Não trabalha mais no CEP/FDC.

Produção da COPPE/UFRJ — Projeto Roteiros dos Fortes - Circuitos Turísticos em Fortes e Fortalezas da Baía de Guanabara<sup>18</sup> (doravante Projeto Roteiros dos Fortes).

No ambiente relacionado ao projeto Roteiros dos Fortes prevalecia a visão de que, frente ao esvaziamento da função de defesa exercida pelos antigos fortes, outros usos devem ser buscados para ajudar na sua preservação, não mais exclusivamente no campo militar, senão que também, em consonância com as demandas da população da Cidade, destacando-se o acesso à visitação destes espaços. Diante disto, para o desenvolvimento deste estudo acadêmico, definiu-se a seguinte questão-problema para orientar este estudo acadêmico:

— Como a abertura dos antigos fortes de defesa de costa da baía de Guanabara à visitação do grande público pode ter importância para a sua preservação enquanto patrimônio público, à luz da experiência de uso público no Forte Duque de Caxias?

### 2.1.1. A conexão com projetos do Programa de Engenharia de Produção

Executado no período de 2012 a 2014, o Projeto Roteiros dos Fortes desenvolveu-se por meio de uma parceria inovadora entre três universidades públicas do Rio de Janeiro e o Exército. Pela academia, além do LTDS, participaram também, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); e pelo Exército Brasileiro, a DPHCEX.

Este projeto de pesquisa e extensão teve como objetivo principal conceber um leque de roteiros turísticos envolvendo seis fortificações da baía de Guanabara abertas à visitação e seus entornos. Pelo lado do Rio de Janeiro participaram: o Forte de Copacabana, a Fortaleza de São João e o Forte Duque de Caxias, objeto deste estudo; pelo de Niterói: a Fortaleza de Santa Cruz e os Fortes São Luiz e do Pico.

A iniciativa veio como ampliação do Projeto Palácios do Rio<sup>19</sup>, executado em 2011 por uma parceria entre o LTDS e a DPHCEX. Este projeto teve por objetivo, fortalecer a visitação no antigo Palácio Episcopal do Rio de Janeiro em um processo de diálogo entre a Universidade, o Exército e os moradores do Morro da Conceição, um

---

<sup>18</sup> Apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Para acesso ao website, aos webdocumentários, à pesquisa com os visitantes e ao relatório técnico completo: <http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/>.

<sup>19</sup> Financiamento FAPERJ. Para maiores informações, acesse: <http://palaciosdoriorio.blogspot.com.br/>.

lugar carregado de história, memória e sentidos de pertencimento<sup>20</sup>. Integrado à Fortaleza da Conceição o Palácio abriga o núcleo da Divisão de Levantamento Geográfico do Exército e o Museu Cartográfico, até então, com visitação e acesso restritos.

Os projetos Palácios do Rio e Roteiros dos Fortes ofereceram à equipe do LTDS um rico contato com o tema da visitação nos antigos fortes da baía de Guanabara. Possibilitou o diálogo com uma gama de organizações militares e comandos, destacando-se a DPHEX, os sete fortes envolvidos nos projetos, o Arquivo Histórico do Exército e a Biblioteca do Exército. Também, a oportunidade de conhecimento sobre outras iniciativas no uso turístico dos antigos fortes, como os circuitos nos antigos sistemas de defesa de costa nas baías de Santos e de Florianópolis, nos estados de São Paulo e Santa Catarina, respectivamente.

No âmbito internacional, deu-se uma aproximação junto a membros da Asociación Amigos de las Fortificaciones, com sede no Uruguai, assim como, do Comitê Científico Internacional sobre Fortificações e Patrimônio Militar (ICOFORT, acrônimo em inglês) ligado ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, acrônimo em inglês) da UNESCO.

No contexto deste projeto e da aproximação à temática dos fortes, a autora desta tese participou dos seguintes eventos:

- 8º Seminário de Cidades Fortificadas (Rio de Janeiro, RJ, 2012);
- Jornada Temática: novas funções para as fortificações? Turismo e desenvolvimento social na visão de especialistas. (Rio de Janeiro, RJ, 2012);
- XVII Jornada Técnica do Forte de Copacabana (Rio de Janeiro, RJ, 2013);
- III Colóquio de História Militar (Rio de Janeiro, RJ, 2013);
- V e VI Encontro dos Integrantes do Sistema Cultural do Exército (Florianópolis, SC, 2013 e Rio de Janeiro, RJ, 2014);
- XIII e XIV Semana de Comunicação Social promovida pelo Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) (Rio de Janeiro, RJ, 2013 e 2014).

Como prolongamento das atividades do Projeto, visitaram-se, também, em novembro e dezembro de 2014, dois fortes do antigo sistema de defesa da baía de Guanabara geridos pela Marinha do Brasil, quais foram, o Forte São José/Ilha das

---

<sup>20</sup> Para maiores detalhes, veja o artigo A turistificação da zona portuária do Rio de Janeiro, Brasil: por um Turismo Situado no Morro da Conceição de Botelho, Egrejas & Bartholo (2014) no link: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/691>.

Cobras e o Forte de Villegagnon/Escola Naval, cujos espaços do museu e biblioteca, respectivamente, estão abertos à visitação, sob acesso restrito.

## 2.2. A metodologia do estudo acadêmico

O presente estudo desenvolveu-se com base ao que Rodríguez Billela (1999) chama de “ecletismo metodológico”, ou seja, o uso de diferentes métodos e instrumentos de pesquisa aplicados a um mesmo objeto, de forma a favorecer a diversidade de pontos de contato com a realidade estudada e, conseqüentemente, alcançar maior riqueza nas informações coletadas. Mas, vale a ressalva feita por Lomnitz (2011) de que o ordenamento e a síntese de tantas informações, ao mesmo tempo em que constituem a riqueza da diversidade, são também, um importante desafio, neste tipo de pesquisa.

O desenho do estudo seguiu a orientação de Maxwell (2005) no desenvolvimento de uma metodologia flexível onde resultados e processos se complementam pelo diálogo permanente entre teoria e empiria, esta última, predominante neste estudo.

O propósito foi o de contribuir com um maior entendimento sobre como a abertura dos antigos fortes de defesa de costa da baía de Guanabara ao grande público pode ter importância para a sua preservação — enquanto patrimônio público, à luz das experiências de uso público no Forte Duque de Caxias. Para isto, a metodologia compreendeu três etapas, as quais se descrevem a seguir (QUADRO 3).

### 2.2.1. Etapa teórica

#### ***Visita a autores***

A fase de visita aos autores teve como objetivo evidenciar como a abordagem de Jane Jacobs, em diálogo com outros autores, aporta para um maior entendimento sobre a experiência do uso público no Forte Duque de Caxias. A triangulação de fontes, autores e proposições (HAGUETTE, 1992) serviu para o tratamento da revisão bibliográfica. Fichas-resumo foram elaboradas para registro, ordenamento e apreensão dos conteúdos e uso de palavras-chave e de apontamentos reflexivos completaram este trabalho.

A memória registrada compõe-se pelo entrelaçamento de variados temas, acontecimentos e formas de expressão social (cultura, religiosidade, política, economia, etc.), que, de alguma forma, conectam os fortes do passado aos fortes do presente.

Quadro 3: Estrutura metodológica.

Questão-problema: Como a abertura dos antigos fortes de defesa de costa da baía de Guanabara à visitação do grande público pode ter importância para a sua preservação enquanto patrimônio público, à luz da experiência de uso público no Forte Duque de Caxias?		
PERGUNTAS DE APOIO	PROCEDIMENTOS	INSTRUMENTOS
<b>ETAPA TEÓRICA</b>		
<b>VISITA A AUTORES</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que pontos da abordagem de Jane Jacobs, em diálogo com outros autores, contribuem para este estudo?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Triangulação entre fontes.</li> <li>• Triangulação entre autores.</li> <li>• Triangulação entre proposições.</li> <li>• Identificação de características que ajudam a delinear a idéia de um forte como esquina da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicações de Jacobs.</li> <li>• Artigos científicos nacionais e internacionais (português, espanhol e inglês).</li> </ul>
<b>OS FORTES DO PASSADO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que informações e conhecimentos sobre as relações históricas entre os fortes e a cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a Ponta do Leme, contribuem para um registro de memória interdisciplinar?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demarcação temporal para os fortes “do passado” (de 1555, com a fundação da franca Antártica a 1987, com a transmutação do Forte de Copacabana a Museu histórico do exército).</li> <li>• Levantamento e revisão bibliográfica em publicações de diferentes campos (história, urbanismo, patrimônio, ecologia, etc.).</li> <li>• Ancoragem histórica na publicação dos historiadores Augusto de Souza (1885), a mais antiga e Adler de Castro (2009), a mais recente.</li> <li>• Reunião com especialista em fortificações.</li> <li>• Triangulação de informações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicações do IV Centenário da fundação do Rio de Janeiro.</li> <li>• Publicações nacionais sobre fortificações e sobre Copacabana.</li> <li>• Material iconográfico.</li> <li>• Mapas.</li> <li>• Entrevistas semi estruturadas com especialistas. (pelo Projeto Roteiros dos Fortes).</li> </ul>
<b>ETAPA EMPÍRICA</b>		
<b>OS FORTES DO PRESENTE</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Como as características dos visitantes do Forte Duque de Caxias se relacionam com as experiências ofertados pelo forte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação direta.</li> <li>• Consultas diretas com o Chefe da Divisão Forte Duque de Caxias e equipe auxiliar.</li> <li>• Análise quantitativa exploratória das características dos visitantes do Forte Duque de Caxias, em contraste com os visitantes de outras 5 fortificações do antigo sistema de defesa da baía de Guanabara.</li> <li>• Análise qualitativa para uma aproximação sobre o sentimento evocado pela visita, nos visitantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caderno de anotações.</li> <li>• Entrevistas estruturada e qualitativa com visitantes de 5 fortes (pelo Projeto Roteiros dos Fortes).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais são os principais fatores envolvidos na evolução do uso público do Forte Duque de Caxias?</li> <li>• Como se relacionam?.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação direta.</li> <li>• Consultas diretas com o Chefe da Divisão Forte Duque de Caxias e equipe auxiliar.</li> <li>• Observação não participativa em reuniões no Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Morro do Leme, Urubu e Ilha de Cotunduba e dos Morros da Babilônia e São João.</li> <li>• Levantamento em fontes secundárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caderno de anotações.</li> <li>• Relatórios internos do projeto Roteiros dos Fortes.</li> <li>• Plano de manejo do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca.</li> </ul>
<b>ETAPA ANALÍTICO-REFLEXIVA E DE CONCLUSÃO</b>		
<b>OS FORTES DO FUTURO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Que reflexões e conclusões se pode tirar deste estudo? .</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análises e reflexões a partir dos resultados encontrados.</li> <li>• Conclusões sobre o estudo, a partir da questão-problema levantada inicialmente, com sugestões para outros estudos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resultados encontrados nas fases histórica e atual.</li> <li>• Apontamentos pessoais.</li> </ul>

Para isso, buscaram-se referências na história militar e do Brasil, mas também, em outras disciplinas como, por exemplo, antropologia, geografia, economia, urbanismo, ecologia, entre outras. Neste caso, contribuiu a triangulação das informações levantadas com aquelas aportadas nas entrevistas semi-estruturadas (ANEXO B) realizadas com especialistas nacionais e internacionais em fortificações, executada no âmbito do projeto Roteiros dos Fortes, quando da realização do 8º Seminário de Cidades Fortificadas, em outubro de 2012.

A evolução história dos fortes se apoia em duas obras brasileiras emblemáticas na temática das fortificações, seja pela qualidade dos estudos ali contidos, seja pelo marco temporal de suas edições. A mais antiga que se teve acesso (1885) — Fortificações do Brasil — do militar historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Augusto Fausto de Sousa; e a mais recente (2009) — Muralhas de pedra, canhões de bronze e homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006 —, do historiador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e membro do comitê científico brasileiro sobre fortificações do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, acrônimo em inglês), Adler Homero de Castro.

Para a tessitura interdisciplinar, fez-se uma ampla revisão bibliográfica considerando-se autores de referência no tema das fortificações e também, da evolução do desenvolvimento urbano e social da Cidade, citando-se, por ordem alfabética: Alba Carneiro Bielinski, Anníbal Barreto, Armelle Enders, Eneida e Paulo Berger, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Gastão Cruels, Gilberto Ferrez, Ivan Pinheiro, Marcelo José Gomes Loureiro e Nireu Cavalcanti, Vieira Fazenda e Vivaldo Coaracy. Ressaltam-se a dissertação de mestrado científico de Ana Elizabeth Valle de Queiroz “Forte de Copacabana: Patrimônio, Memória e Visitação” e a monografia de especialização em análise e avaliação ambiental de Plínio Loures Senna, conforme constam na bibliografia deste estudo.

O recorte temporal considerado para a revisão bibliográfica foi o intervalo de 1555, quando da construção do Forte Coligny, na baía de Guanabara — motivação para a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro — até 1987, quando da passagem do Forte de Copacabana a Museu Histórico do Exército — motivação para a abertura de outros fortes à visitação pública.

## 2.2.2. Etapa empírica

### *Os fortes do presente*

A fase atual dos fortes do presente desenvolveu-se com base a dois objetivos.

O primeiro objetivo foi o de orientado a análise as características dos visitantes do Forte Duque de Caxias e à compreensão de seus atributos em contraste com os visitantes de outros fortes. Para isso, este estudo se apoiou nos dados gerados pela pesquisa Visitantes e Visitas: Caracterização de Seis Fortes da Baía da Guanabara<sup>21</sup> feita pelo Projeto Roteiros dos Fortes, em maio de 2013. O desenho, a organização, o treinamento e a aplicação da entrevista e compilação dos dados, foram desenvolvidos pela equipe acadêmica, da qual participou a autora desta tese. As especificações da metodologia adotada pelo Projeto Roteiros dos Fortes estão apresentadas em tópico específico, a seguir.

O segundo objetivo foi o de identificar e analisar fatores envolvidos na evolução do uso público do Forte Duque de Caxias, com ênfase nas suas relações com agentes sociais do entorno. Para este, a autora da tese realizou bimensalmente, pelo menos uma visita ao Forte Duque de Caxias, no período de agosto de 2013 a setembro de 2014.

As visitas diretamente ao Forte se realizavam com três propósitos: fazer uma observação direta da visitação; fazer consultas diretas com o Chefe da Divisão Forte Duque de Caxias e sua equipe auxiliar. Além destas, fazer uma observação não participativa nas reuniões<sup>22</sup> do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental (APA) dos Morros do Leme, Urubu e Ilha de Cotunduba e dos Morros da Babilônia e São João..

### *A pesquisa com os visitantes pelo Projeto Roteiros dos Fortes*

A pesquisa com os visitantes feita pelo Projeto Roteiros dos Fortes teve como objetivo fazer uma caracterização exploratória da visitação pública em 6 unidades fortificadas da baía de Guanabara abertas à visitação e geridas pelo Exército. Foram

---

<sup>21</sup> Para acesso à pesquisa completa: <http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/wp-content/uploads/2014/04/FF-Pesquisa-de-Demanda.pdf>.

<sup>22</sup> Realizada mensalmente das 19:00 às 21:00 horas nas dependências do Forte Duque de Caxias, o horário faz parte de um acordo do grupo, como forma de permitir a participação de todos, já que muitos tem a sua atuação no Conselho como um trabalho voluntário. O comprometimento com este formato pelos representantes dos órgãos públicos, empresas e organizações da sociedade civil é apontado pelo próprio grupo como um dos motivos do funcionamento continuado e da qualidade da participação alcançada.

elas: Forte Duque de Caxias, Forte de Copacabana e Fortaleza de São João, na Cidade do Rio de Janeiro; Fortaleza Santa Cruz da Barra e os Fortes São Luiz e do Pico, na cidade de Niterói.

No que se refere ao desenvolvimento desta tese, tomou-se o Forte Duque de Caxias como foco das análises, considerando-se tanto a condição específica da sua visita, quanto a sua condição relativa junto a essas 6 unidades pesquisadas pelo Projeto Roteiros dos Fortes. De um total de 900 entrevistas, 168 foram aplicadas neste forte nos dias 21 e 22 de maio de 2013 (QUADRO 4).

Quadro 4: Total de visitantes entrevistados nos fortes e datas das entrevistas.

Unidades de observação	Cidades	Total de visitantes entrevistados (moradores e turistas)	Datas das entrevistas (maio de 2013)
Forte Copacabana	Rio de Janeiro	438	18, 19, 21, 22, 24 e 25
Forte Duque de Caxias		168	
Fortaleza de São João		122	
Fortaleza de Santa Cruz da Barra	Niterói	115	18, 19 e 25*
Fortes de São Luiz e do Pico		57	
<b>TOTAL</b>		<b>900</b>	

\*Entrevistas realizadas em dois sábados e um domingo. Em dias de semana, visitas somente para escolas agendadas.

Fonte: ROTEIRO DOS FORTES (2014).

Em duplas, quatro graduandos em turismo da Universidade Federal Fluminense (divididos em duplas) procederam as entrevistas junto moradores e turistas visitantes com idade igual ou superior a 14 anos. Os formulários foram aplicados nos turnos das 9:00 às 12:00h e das 13:00 às 16h e na frequência de 1:5, ou seja, uma entrevista para cada 5 visitantes, sob a supervisão de membros da equipe do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social do PEP/COPPE/UFRJ<sup>23</sup>. Importante ressaltar que os grupos escolares, cujas visitas são feitas com base a agendamentos prévios, não foram considerados no escopo desta pesquisa de campo<sup>24</sup>.

O Formulário para Visitantes Moradores (ANEXO C) foi aplicado para os entrevistados que se declararam residentes nos municípios das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo e São João do Meriti) ou de Niterói (São Gonçalo). Caso contrário, aplicava-se o Formulário para Turistas (em português, espanhol ou inglês) (ANEXO D). Os dados

<sup>23</sup> Deise Scanduzzi e a autora desta tese.

<sup>24</sup> Para pesquisas com as escolas e colégios visitantes, sugere-se um calendário flexível, que aceite reajustes de datas. Embora marcadas com antecedência, a ocorrência de chuvas no horário marcado e a dificuldade em garantir o transporte justificam a frequente suspensão ou adiamento das visitas já anteriormente definidas.

digitais levantados foram ordenados pelo programa DroidSurvey (.sps) e exportados para planilhas Excel (.xlsx) de uso corrente e submetidos a análises e conclusões relativas aos objetivos do Projeto Roteiros dos Fortes.

Além do formulário, foi também aplicada uma pergunta de cunho qualitativo voltada a uma aproximação sobre a experiência da visita: “agora depois da visita realizada ao forte, qual a é sensação que fica?”.

### 2.2.3. Etapa analítico-reflexiva e de conclusão

#### *Os fortes do futuro*

Esta fase teve como objetivo analisar, refletir sobre o uso público no Forte Duque de Caxias, a partir dos resultados recolhidos nas fases anteriores e finalmente, concluir o estudo, a partir da questão-problema norteadora. Complementarmente, sugerir temas para outros estudos.

### 2.3. A estrutura do documento

Este documento se estrutura em 7 capítulos, um glossário de termos militares, 4 apêndices, 5 anexos, e referências bibliográficas.

O Capítulo 1 faz uma introdução sobre a relação dos antigos fortes de defesa de costa dos sistemas de defesa da baía de Guanabara com a Cidade do Rio de Janeiro e seus moradores. Traz um breve histórico de sua evolução do século XVI aos dias atuais e evidencia a transição da fase bélica, voltada às batalhas e guerras para a fase cultural, voltada à visitação pública. Demarca a mudança do Forte de Copacabana para Museu Histórico do Exército como o ponto de inflexão que define a alteração dos fortes do passado, em crescente ostracismo, para os fortes do presente, em fase inicial e ascendente de revitalização.

O Capítulo 2 traz o escopo e a metodologia do estudo, bem como a estrutura do documento da tese. Nele se apresenta também, a conexão deste produto acadêmico com alguns projetos desenvolvidos no Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ.

O Capítulo 3 estabelece um diálogo com autores, por meio dele, delineia o que seria um forte como esquina da cidade, assim como um tipo de uso público

diferenciado, aqui denominado de “usança”, orientado à revitalização dos fortes como patrimônio vivo — visitados, reconhecidos e valorizados pelos moradores da cidade.

O Capítulo 4 apresenta os fortes do passado, desde uma trajetória histórica de uma evolução entrelaçada com a Cidade do Rio de Janeiro e seus moradores. Reúne uma gama de informações até então, dispersas em fontes de diferentes disciplinas, como história, urbanismo, geografia, antropologia e ecologia.

O Capítulo 5 apresenta os fortes do presente, com foco de análise no Forte Duque de Caxias. Evidencia algumas contribuições do campo da conservação ambiental no processo de abertura dos fortes à visitação, devido ao maior amadurecimento do debate e das iniciativas de uso público nos Parques. Após a apresentação das iniciativas práticas que respaldam a visitação neste forte do Leme, se oferece uma caracterização exploratória das visitas em seis fortes abertos ao grande público na época da pesquisa deste estudo, com ênfase no Forte Duque de Caxias.

O Capítulo 6 apresenta visão de futuro onde a visitação aos fortes se soma a outros atrativos fortalecendo as dinâmicas de visitação em um microterritório formado pelos seguintes três fortes, contíguos geograficamente: Forte de Copacabana, Forte Duque de Caxias, e Fortaleza de São João.

O Capítulo 7 apresenta as conclusões e sugestões para outros estudos.

### 3 A visita a autores: inspiração e diálogo

Nos anos de 1960, Jane Jacobs (1916-2006), jornalista americana radicada no Canadá, empenhou-se em ganhar maior compreensão sobre as dinâmicas urbanas que conferiam vitalidade às grandes cidades, a partir da observação da realidade cotidiana de seu bairro Greenwich Village, em Nova Iorque. Sua intenção estava em identificar fatores que contribuía para que as pessoas se sentissem bem no lugar onde viviam ou que frequentavam, rotineiramente.

No seu livro *Death and Life of Great American Cities*, de 1961, considerado um clássico do planejamento urbano e lançado no Brasil com o título *Vida e Morte das Grandes Cidades*, Jacobs (2011) faz uma contundente crítica às cidades americanas dos anos de 1950 e 60, como Chicago, Boston, Filadélfia e Baltimore, tão em moda na época<sup>25</sup>. Ainda nesta obra, Jacobs evidencia que os projetistas abstratos em suas ideias e distanciados dos acontecimentos do dia a dia da cidade tinham uma perspectiva invertida sobre os propósitos de uma cidade ao garantir à circulação dos carros uma posição mais central que a qualidade da convivência entre pessoas.

Jane Jacobs teve o mérito de mostrar, em uma linguagem de fácil comunicação, os principais fatores que, segundo suas observações, aumentavam (ou diminuía) a vitalidade das cidades e dos bairros, como parte delas. Assim, concentrou seu foco de interesse nos complexos e movimentados processos que levam uma cidade a ser saudável ou não.

Suas propostas valorizam a diversidade dos elementos e dinâmicas presentes nos ambientes plurais complexos e rechaçam tudo aquilo que tende à homogeneidade, à compartimentalização e à simplificação. Jane Jacobs considerava o convívio entre as pessoas nos espaços públicos do bairro uma força vital poderosa (DARODA, 2012). Como observadora da realidade direta (*on the ground*), alertava sobre a impropriedade de projetos que geravam cidades sem vida — porque desenraizados e alheios às necessidades mais cotidianas da vida dos moradores.

No ambiente acadêmico de 1960 houve quem contestasse seu empirismo, acusando-a de falta de rigor. Apontavam para a inconsistência na citação de fontes, bem como para uma abordagem aparentemente descuidada na pesquisa: “Mas, ignoram o

---

<sup>25</sup> A construção de Brasília data da mesma época.

fato dela não ser um deles e que por isso, não seguia as suas regras. Ela frustra os acadêmicos porque cumprem regras diferentes” (GRATZ, 2015, p. 18).

Jacobs (2011) assevera que a vitalidade dos espaços públicos — cujo acesso é facultado a todos — é que faz da cidade um bom lugar para se viver. Propõe que a dinâmica gerada na convivência e na diversidade dos encontros diários e fortuitos entre os moradores do bairro ajudam no estabelecimento e ampliação de redes de relações sociais. Fraser (2009, p.265) corrobora esta perspectiva ao dizer que “*the city is not a thing, but a temporal process*” (a cidade não é uma coisa, senão que um processo temporal, tradução livre).

A autora evidencia os espaços públicos como um lócus privilegiado do livre exercício da cidadania, ou seja, como local de expressão daquele que pertence à cidade. Segundo ela, os “aparentemente desprezíveis, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem uma pequena mudança a partir da qual pode florescer uma vida pública exuberante da cidade” (JACOBS, 2011, p.78). A identificação dos espaços públicos urbanos como ambientes formadores de capital social é corroborada por Gehl e Gemzoe (2000, p.7) — “A cidade é um lugar de encontros e seus espaços públicos são os lugares que possibilitam estes encontros” — e também por Dalla Rosa e Jorge (2012, ONLINE) — um “local onde haja a possibilidade de uma vida pública acontecer”.

Neste documento, a metáfora alude às esquinas da cidade como um espaço público importante na vitalidade social e cultural da cidade do Rio de Janeiro e dos cariocas, como lugar de encontros fortuitos e de acontecimentos sociais espontâneos. As esquinas cariocas colocam em contato pessoas que não necessariamente se conhecem. Nelas estão os camelôs com sua miscelânea de utilidades, os jornalheiros que prestam informações sobre os serviços do bairro, os bares que oferecem a média<sup>26</sup> nos dias de semana e o chope com fritas nos domingos de final de futebol, entre outros.

Daroda (2012) identifica os espaços públicos como ambientes estimuladores da saúde pessoal e coletiva uma vez que contra-arrestam o estresse e o isolamento crescente dos moradores das cidades grandes. A mesma autora reforça, pela citação de Yásigi (2000), a declaração de Jane Jacobs de que a finalidade maior das cidades está em acolherem a vida em sociedade, devendo, portanto, propiciar, o mais possível, qualidade de vida às pessoas que nelas vivem:

---

<sup>26</sup> Café com leite e pão com manteiga.

A finalidade da sociedade não é construir cidades, mas sim viver (YÁSIGI, 2000). Para este autor, os espaços públicos são lugares de encontro do outro, do diferente, cujo ser dá sentido à democracia. (DARODA, 2012, p. 18).

Jacobs defendeu a necessidade da coadjuvância dos espaços públicos com os empreendimentos locais de comércio, artes e cultura e exaltou a integração de estabelecimentos comerciais e não comerciais como condições objetivas para a dinamização da vida social do local — na afirmação de sua condição de espaço público (DARODA, 2012; JANE JACOBS WALK, 2013). Ainda, destacou a importância da diversidade de estabelecimentos comerciais como um ponto de atração fundamental para o acontecer plural da vida urbana cotidiana:

(...) plantam-se árvores e flores e pretende-se colocar lá uma escultura. Todas são idéias esplêndidas, mas não passam disso [porque] (...) não há estabelecimentos comerciais [que estimulem o contato e uma vida social entre as pessoas]. (JACOBS, 2011, p. 67).

Vista magnífica e paisagismo bonito não funcionam como artigos de primeira necessidade; talvez ‘devessem’, mas evidentemente não funcionam. Podem funcionar apenas como um complemento. (JACOBS, 2011, p. 119).

Por Jacobs (1958, 2011), sem uma mistura de usos nos espaços públicos, os centros urbanos seriam superficiais e funcionalmente padronizados porque a diversidade é o natural das grandes cidades: “Para compreender as cidades precisamos admitir de imediato, como fenômeno fundamental, as combinações ou as misturas de usos, não os usos separados” (JACOBS, 2011, p. 158). Para ela, a integração dos lugares públicos (geradores de encontros) com os serviços (geradores de satisfação) aporta para o aumento da qualidade de vida e se mostra como um suporte essencial à continuidade do movimento gerador da felicidade, acontecida a diário. Neste contexto, encorajava as pessoas a se familiarizarem com as histórias, as memórias e serviços dos lugares onde vivem, trabalham e se divertem (GRATZ, 2015).

Como exemplo prático das transformações da cidade e do fortalecimento do capital social proposto por Jacobs, cita-se o movimento Jane's Walk, cujo propósito é o de motivar as pessoas para que conheçam o lugar onde moram ou trabalham. Para isto, estimula que moradores e visitantes realizem caminhadas de reconhecimento do bairro em companhia uns dos outros. Tal iniciativa estimula a troca de informações, de conhecimentos e invoca a que os participantes, na sua variedade de referências simbólicas, coloquem-se disponíveis à troca, ao encontro e ao diálogo.

Esta flexível combinação amplia as possibilidades de conexão e do aumento do sentido de proximidade entre as pessoas que ali chegaram movidas por um interesse comum. Em 2015, este movimento envolveu a cerca de 1000 pessoas de 189 cidades e 36 países dos diferentes continentes (<http://janeswalk.org/>). Maricato (2001, p.3) reforça a importância dos processos de convívio e de encontro ao indicar que a vida pública informal impulsiona a vida pública formal e associativa formando redes; e “essas redes são o capital social urbano insubstituível” (JACOBS, 2010, p. 151).

Jacobs chamou a atenção do mundo ao notificar que as experiências desenvolvidas e enraizadas pela população no uso cotidiano dos espaços públicos atuam como pontos de ativação e regeneração de uma vida em sociedade mais saudável. A autora exalta a relevância do uso dos espaços públicos como ambientes de exposição às contingências e às novidades das relações fortuitas: “Todos os pontos focais verdadeiramente importantes devem levar a surpresas constantes [pela diversidade e pelo inusitado do encontro fortuito]” (JACOBS, 1958, ONLINE, tradução própria).

Mais de quarenta anos depois das severas análises de Jane Jacobs ao desenraizamento social dos projetistas “de gabinete”, o franco-marroquino Hassan Zaoual (1950-2011) deu prosseguimento às suas críticas, desde o seu olhar como economista. Segundo ele, os planejadores que se distanciam do conhecimento empírico do espaço vivido atuam de forma ingênua e despreparada, guiados mais pelos ensinamentos recebidos na academia, que pelas necessidades do sítio.

Segundo o mesmo autor, os projetistas ao considerarem as verdades formais superiores às verdades concretas, ignoram as pluralidades que emergem do próprio cotidiano do sítio (ZAOUAL, 2009). Para ele, os projetos concebidos e executados sem o diálogo com as pessoas do lugar estão fadados ao fracasso — já que as “realidades humanas são demasiado complexas para serem entendidas e, mais ainda, monitoradas a partir de um só e único modelo de pensamento e de conduta” (ZAOUAL, 2008b, p.13).

Zaoual acrescenta às análises de Jane Jacobs, quando conceitua os moradores da cidade com experiência, compromisso e conhecimento do local como os agentes da situação, como homem situado (*homo situs*). Ou seja, como agentes enraizados que atribuem sentidos às práticas cotidianas e às singularidades culturais do lugar (ZAOUAL, 2006, 2008a e 2008b) pelo senso comum compartilhado.

Também, também, quando enfatiza a importância das relações simbólico-afetivas presentes nos vínculos relacionais entre pessoas e entre as pessoas e os lugares, para a vitalidade da cidade. Segundo o autor, são os vínculos de proximidade relacional,

por ele chamados Sítios Simbólicos de Pertencimento (ZAOUAL, 2006, p.35), que conferem estabilidade aos fenômenos sociais e força aos processos econômicos.

Deste movimento de encontro entre muitos e diferentes emergem novos conhecimentos, acontecem descobertas, renovam-se sentimentos de pertencimento e reafirmam-se características de um lugar socialmente em movimento (SILVA & ROMERO, 2011). A este exercício social respaldado na convivência e no enraizamento Zaoual denominou como pedagogia da proximidade (ZAOUAL, 2006, p.222).

Na indicação de Jacobs de que as dinâmicas dos espaços públicos revelam a presença do tempo, da história e da cultura de uma cidade sempre em movimento, revela-se uma interface desta autora com o geógrafo Milton Santos. Este estudioso brasileiro desenvolveu a geografia a partir da observação da realidade, não somente no espaço, mas também, no tempo.

Assim, as formas de existência submetida a diferentes períodos da história são sempre formas-conteúdo (SANTOS, 2012a) e como tal, assumem as características de cada grupo social, ao longo do tempo (SANTOS, 2002a e b; SAQUET & SILVA, 2008; SUERTEGARAY, 2001). Nestes termos, os fortes expostos às evoluções do tempo, são também formas-conteúdos, objetos técnicos submetidos a processos de mudanças pela constante reinterpretação social: “variam e mudam de valor segundo o movimento da História” (SANTOS, 2012b, p. 20) porque “a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas” (SANTOS, 2012a, p.12).

Na obra *Vida e Morte das Grandes Cidades* Jacobs evidencia que as formas são mais lentas em processar as mudanças que os seus conteúdos e a esta condição ela chamou de mudança qualitativa significativa (JACOBS, 2010). A autora converge com Santos (2012b, p.75), quando este trata das “rugosidades”, ou seja, evidências físicas de tempos anteriores que, defasadas de seu tempo, permanecem à espera de uma nova função, cujas possibilidades de atualização e mudança são tão múltiplas quanto as que o próprio mundo contém, considerando-se, inclusive, a ocorrência do imponderável (SANTOS, 2012a, SOUZA, 2005).

Assim, pode-se entender melhor o momento por que passam os antigos fortes do Rio de Janeiro: formas-conteúdo ultrapassadas que aguardam por mudanças qualitativas significativas; rugosidades a espera de funções que lhes concedam, novamente, dinamismo e vigor social (JACOBS, 2011; SANTOS, 2012b).

Segundo Jacobs (1958, ONLINE), quando os espaços públicos deixam de ser procurados e perdem a sua vitalidade social, os gestores devem aplicar-lhes novos usos

sob o risco de passarem a ser um “*has been*”, ou seja, um “poderia ter sido”. No sentido oposto, ao abrirem-se à visitação ampla e diversa, crescem em dinamismo pelo encontro e pelo diálogo com as expressões sócio-culturais do momento. Cassab (2008) sintetiza ao indicar que as formas espaciais do passado apresentam-se como condição híbrida ainda em processo de modelagem de um novo conteúdo.

Pelo suporte teórico visto neste capítulo, vale encerrar com o delineamento de um tipo de uso público voltado para o fortalecimento da vitalidade social dos fortes, aqui denominado de “*usança*” (AULETE, 1958), cujas características implícitas em seu significado conotam um processo em permanente movimento. De natureza relacional e humanista é estimulada por e estimuladora da convivência, do encontro e do diálogo. As “práticas praticadas” na *usança* dos fortes têm a preocupação da preservação do presente e do futuro e nestes, o passado já se inclui — porém sua construção é “muito mais esperança do que saudade.” (FALCÃO, 2001, p.33).

Sem uso, a preservação arquitetônica é apenas um permanente sorvedouro de recursos e de ideais patrimoniais. É a experiência, o gesto, o sentir, o usar e fruir que dão significado à preservação. Do contrário, a herança não é viva, é morta. É prática não praticada. (FALCÃO, 2001, p.27).

A *usança* compreende um conjunto de critérios que a fortalecem enquanto prática praticada, quais sejam: o acesso, pelo grande público; a ação, pelo desenvolvimento de projetos que apoiem a refuncionalização da forma-conteúdo, conectada com as dinâmicas do presente, com vistas ao futuro; o reconhecimento da autoridade e do compromisso dos gestores e a legitimidade conferida por uma governança que enseja a participação dos agentes situados.

Para conectar a *usança* do forte enquanto espaço público, com as origens dos fortes da baía de Guanabara, apresenta-se a título de ilustração, a passagem do auto da posse de Estácio de Sá como Capitão. Publicada nos *Annaes do Rio de Janeiro*, de 13 de setembro de 1566, traz detalhes do protocolo de empossamento deste militar como autoridade maior da Coroa portuguesa, na recém-fundada Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; Nela, já estão presentes a vontade ao acesso (“respondeu que queria entrar”); as ações que lhe possibilitam (“e imediatamente lhe foi aberta a porta”), o reconhecimento da governança e a legitimidade a ela conferida da posse (“dizendo o alcaide-mor que o reconhecia por seu Capitão em Nome de Sua Alteza, de cuja Cidade e Fortaleza era”):

‘Detendo-se o Governador com as mais pessoas à porta principal da Cidadela e Fortaleza lhe disse que cerrasse as portas, o que fez o alcaide-mor com suas próprias mãos, bem como os dois postigos sobrepostos nela com suas aldravas de ferro e ficando Estácio de as fora das portas e muros lhe perguntou o alcaide-mor que estava dentro se queria entrar e quem ele era. Ao que respondeu que queria entrar e que era o Capitão da cidade de São Sebastião, em nome de El-Rei Nosso Senhor, e imediatamente lhe foi aberta a porta, dizendo o alcaide-mor que o reconhecia por seu Capitão em Nome de Sua Alteza, de cuja Cidade e Fortaleza era.’ (LISBOA, 1834, p. 105 citado por CASTRO, 2009, p.140).

No contexto contemporâneo da abertura dos antigos fortes militares à visitação por um público amplo e diverso, se poderia reescrever esta passagem da seguinte forma: "Perguntou-lhes o gestor do forte, que estava dentro, se queriam entrar e quem eles eram. Ao que lhe responderam que queriam entrar para conhecer o sítio fortificado e dele desfrutar com segurança e tranquilidade; e que eram moradores da cidade do Rio de Janeiro, cidadãos brasileiros, de cuja cidade e fortaleza eram. E imediatamente lhes foi aberta a porta”.

### 3.1. Patrimônio como conceito integrador

Neste ponto do documento, apresenta-se o conceito de patrimônio como amálgama que reforça a conexão dos fortes com as dinâmicas do século XXI, enquanto pontos vivos de memória, de identidade e de experiências — a passado, presente e futuro. Assume-se neste estudo, a reflexão crítica feita pelo Instituto Latino Americano de Museus e Parques (ILAM, acrônimo em espanhol), que reformulou o conceito apresentado pela UNESCO, por eles considerado descritivo, para outro de caráter funcional e, portanto, mais ágil no uso pelos diferentes agentes envolvidos nas iniciativas em prol da conservação.

Para a UNESCO, patrimônio (ANEXO E) é:

(...) o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade (UNESCO, ONLINE, s.d.)

Para o ILAM, patrimônio é:

(...) o conjunto de bens culturais e naturais, tangíveis e intangíveis gerados localmente e que uma geração herda e transmite à seguinte, com o propósito de preservar, continuar e acrescentar heranças. (DECARLI, 2006, p. 57, tradução própria).

O mesmo ILAM (ONLINE, s.d, livre tradução) tece considerações interessantes da aplicação prática da conceituação e identifica algumas das propriedades embutidas no conceito. A partir das propriedades de um patrimônio apresentadas pelo ILAM, fez-se neste estudo, uma adequação às condições dos fortes enquanto patrimônio refuncionalizado, reconhecido e valorizado pela usança, conforme se segue:

- Os fortes são um patrimônio local: gerados e produzidos para um determinado espaço e tempo histórico. Quando respaldados por um processo permanente de construção com diálogo social, poderão conquistar acesso, projetos, reconhecimento e legitimidade local, primeiramente, e também a outras escalas.
- Os moradores da cidade e do entorno são corresponsáveis pela sua preservação enquanto patrimônio público: desde a sua condição local, o patrimônio fortificado (cultural, natural, tangível ou intangível) depende do envolvimento dos moradores da cidade para o desenvolvimento de funções, cuja conexão com a atualidade poderá conferir novo vigor para a sua preservação e transmissão, no presente e no futuro.
- O patrimônio é um fator de desenvolvimento social e humano: a cultura, nas suas manifestações tangíveis e intangíveis, é essencial à melhoria da qualidade de vida da população e “isto significa que a comunidade está no seu direito de fazer uso dos recursos do patrimônio para alcançar uma melhor qualidade de vida” sem que haja uma “exploração desmedida destes recursos (os quais são sumamente frágeis e insubstituíveis) ao ponto de esgotá-los ou destruí-los” (ILAM, ONLINE, s.d.).
- O patrimônio funciona e se manifesta de forma integral: as classificações que se fazem do patrimônio servem como aporte instrumental para as análises e tomadas de decisão intrínsecas à gestão deste patrimônio. Contudo, sendo o patrimônio, por essência sempre integral, o tratamento aplicado na sua preservação e transmissão deve atender, de forma conjunta e equilibrada, a todas as categorias a ele relacionadas.

Smith (2006) acrescenta ao conceito de patrimônio, quando enfatiza a sua qualidade relacional. Dias (2001, p.79) corrobora esta posição ao indicar que “um bem não é patrimonial em si”, uma vez que está sujeito “a redefinições diretamente relacionadas a realidades socioculturais distintas”. O mesmo autor chama atenção para os processos dinâmicos de preservação e uso de um bem patrimonial, cujos sentidos simbólicos plurais são atribuídos por muitos e diferentes agentes sociais:

O Estado, por exemplo, pode ser aceito e respeitado pelas diversas comunidades e, assim legitimado, pode ativar o patrimônio representativo da história e da vida de diversos grupos sociais que convivem em seu território; mas pode também ser visto como um agente legitimado do poder exercido pelas elites governantes, que por meio de seleção criteriosa, valoriza ou exclui certos elementos em um processo que objetiva a manutenção do *status quo*. (DIAS, 2001, p.79).

(...) o aditivo criativo é conferido não somente aos administradores da burocracia do patrimônio, ou aos intelectuais que o idealizaram, ou a uma classe social, ou ao Estado, ou ainda, a organismos internacionais; a criação simbólica do patrimônio cultural envolve formas e sentidos atribuídos (...) e posicionamentos de grupo, num jogo onde os agentes sociais participam da negociação (...).(PRADO, 2011, p.132).

Nestes termos, os fortes ganham presença na sua relação outros fortes, com a paisagem, com os moradores do entorno, com os visitantes e com as expressões culturais e urbanas do Rio de Janeiro, entre tantas outras possibilidades. Desde esta perspectiva, retoma-se a metáfora dos fortes como esquinas da cidade, para se evidenciar que a usança nos fortes abertos à visitação pública relaciona-se tanto com a dimensão militar, intrínseca à função original da defesa da Cidade e de seus moradores, quanto com outras dimensões mais atuais, cuja conexão com as necessidades e expectativas plurais dos cariocas e visitantes do Rio de Janeiro do século XXI se apresenta como fonte de revitalização deste patrimônio.

## 4. Os fortes do passado: na defesa do Rio de Janeiro e seus moradores

### 4.1. Fica fundada a Cidade do Rio de Janeiro

Desde o início do século XVI, a baía de Guanabara já era bastante visitada por navegadores europeus (COARACY, 1988; CASTRO, 2009) por suas águas calmas e profundas, propícias à ancoragem de embarcações. Muito importante, a natureza tropical farta era condição estratégica no prosseguimento das viagens pela oferta de alimentos e de água doce recolhida de fontes naturais. Era no rio Carioca que os marinheiros “matavam sua sede de água fresca, (...) ou se abasteciam enchendo pipas, para suas longas travessias de volta, oceano afora” (GERSON, 2000, p. 253).

Para os indígenas, os morros, matas, rios, mangues e pântanos serviam como barreiras naturais de defesa. Além destas, construíam suas tabas com paliçadas de estacas de madeira “tostadas ao fogo e fincadas solidamente” no chão (SOUSA, 1885, p.9). Nesta época, defasados dos significativos avanços da artilharia nas Guerras Italianas (1494-1559), os portugueses utilizavam equipamentos de baixa precisão e seus fortes feitos com muralhas de madeira, taipa, adobes ou pedras “nem podião oferecer prolongada resistência” (SOUSA, 1885, p.10).

No início do século XVI, os franceses já frequentavam o litoral fluminense de Cabo Frio à baía de Guanabara (FORTES, 2009), voltados ao contrabando do pau de ibirapitanga, também conhecido como pau-brasil. Pindorama, contudo, cujas outras riquezas eram ainda desconhecidas, ficou à margem dos interesses a Coroa portuguesa, centrados nas suas possessões ultramarinas do Oriente, voltadas ao comércio das valorizadas especiarias.

Nestas circunstâncias, Portugal exercia sua posse sobre a região da Guanabara por meio de expedições guarda-costas, com a finalidade de coibir as atividades extrativistas dos franceses e possíveis pretensões colonizadoras dos espanhóis que aportavam na baía, quando em busca do rio da Prata (CASTRO, 2009). Com o crescimento do afluxo de franceses e das atividades de extração de madeira, em 1553, o governador Martim Afonso de Souza endereçou carta ao rei D. João III, avisando-o sobre a necessidade de fixação de uma povoação lusa na região da Guanabara: “Parece-me que V. A. deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa, porque já nesta costa

não há rio em que entrem Franceses senão neste.” (BICALHO (2008, p.30) apoiada em SERRÃO (1965, p. 26)). Contudo, seguiu-se o “desamparo da metrópole, para a alegria dos franceses que, em muito boas relações com os indígenas, intensificavam viagens (...) com os navios abarrotados de pau-brasil.” (CRULS, 1965, p. 21).

As intensas investidas do curso aparecem como fruto da política internacional da monarquia francesa, contrária às condições exclusivistas do Tratado de Tordesilhas e da política de *mare clausum*. Excluída da partilha papal de 1494, a Coroa da França optou por uma postura agressiva na luta contra o monopólio comercial ibérico e pela liberalização dos mares (MENDONÇA (1991) citado por BICALHO (2008, p. 34)). E, antes que os portugueses resolvessem atuar, em 1555, com o consentimento do rei da França, aqui veio a instalar-se Nicolas Durand de Villegagnon, Cavaleiro da Ordem de Malta, diplomata e vice-almirante da Bretanha. Com importantes feitos, trazia o sonho de aqui consolidar a França Antártica, um curto projeto que durou de 1555 a 1560.

Na ilha de Serijipe<sup>27</sup> os franceses “aplainaram o terreno, levantaram casas, fizeram praças, uma casa de oração e um refeitório comum” (BICALHO, 2008, p. 32) e ali estabeleceram o Forte Coligny. Sousa (1885) enaltece a qualidade do forte francês, em sua opinião, uma posição defensiva

(...) tão feliz que o governador Mem de Sá na sua carta á rainha D. Catharina, de 16 de Junho de 1560, diz: Posto que vi muito e li menos, a mim me parece, que se não vio outra fortaleza tão forte no mundo; e o padre Simão de Vasconcellos, referindo-se a ella, também diz: Toda a ilha era fortaleza e toda a fortaleza ilha cercada de penedia inacessível. (SOUSA, 1885, p. 108).

No que tange aos portugueses, a região da Guanabara só viria a receber tratos mais definitivos, a partir da segunda metade do século XVI, quando, em 1560, com apoios de paulistas e indígenas aliados, coube a Mem de Sá, governador-geral da colônia, atuar na destruição o Forte Coligny. Sem pessoal nem recursos materiais para consolidar a ocupação do sitio, o governador-geral logo retornou a Salvador (PONDÉ, 1957). Por outro lado, inconformados com a perda da “sua” Guanabara para os portugueses, os renitentes franceses estabeleceram uma importante aliança com a Confederação dos Tamoios, tendo à sua frente chefes poderosos como Cunhambebe e Aimberê (PERRONE-MOISÉS & SZTUTMAN, 2010, p. 402).

Para os indígenas, o embate representava a luta contra a escravidão e serviços forçados impostos pelos portugueses aos grupos tupis habitantes do litoral entre Cabo

---

<sup>27</sup> Reconhecida como ilha de Villegagnon, encontra-se hoje, interligada ao continente.

Frio, no estado do Rio de Janeiro e Bertioga, no de São Paulo. Também, respaldava uma possível vitória sobre os temiminós, seus inimigos no Rio de Janeiro. Para os franceses, estava em jogo a retomada do sonho de uma nova França nos trópicos (PERRONE-MOISÉS & SZTUTMAN, 2010).

Os relacionamentos apoiadas em interesses, margem de confiança, negociações e exercício do poder desenvolvidas ao longo dos anos no contato entre indígenas e europeus, levaram à conformação de duas coalizões oponentes: a dos franco-tamoios (ou tupinambás) e a dos luso-temiminós. Nas palavras do historiador Capistrano de Abreu, "durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Pêros (portugueses) ou aos Mair (franceses)" (ABREU, 2000, p. 59).

A fundação da França Antártica, em 1555, expôs claramente as pretensões da Coroa francesa no litoral fluminense e exigiu a presença de um núcleo lusitano nesta parte da colônia (CASTRO, 2009; COARACY, 1988). A iniciativa teria que mostrar o poder de posse da Coroa de Portugal sobre a área e, nestes termos, desde a Metrópole, a soberana determinou a fundação, não de um pequeno povoamento, mas de uma Cidade. Criada por prerrogativa real a Cidade de São Sebastião nasceu no papel, muito antes de vir a ser no próprio território. "Ter nascido com o status político-administrativo de cidade é a forte peculiaridade do Rio de Janeiro" (CAVALCANTI, 2010, p.43).

A precariedade de suas primeiras estruturas — choças de palha e ermida de pau-a-pique — contrastava com a autonomia administrativa e judiciária formalmente atribuídas à nova cidade (ENDERS, 2008). Nestes termos esforços posteriores foram feitos para deixar a Cidade de São Sebastião à altura das intenções e necessidades políticas da Coroa portuguesa. Antes disso, porém, ainda faltava que os portugueses lograssem derrotar a liga franco-tamoia.

Passados cinco anos, em 1º de março de 1565, chegou à Guanabara o capitão-mor Estácio de Sá que "no desejo de cumprir a palavra empenhada [à Rainha Regente D. Catarina D' Áustria], ali estava para colonizar a Guanabara e dali só sairia quando o Rio entrasse na posse definitiva dos portugueses" (CRULS, 1965, p.35). Neste sentido, a instalação de um primeiro forte era condição essencial para garantir a defesa da costa (BIELINSKI, 2002; CASTRO, 2009).

O local escolhido foi o sopé do morro Cara de Cão, na entrada da Baía de Guanabara. A vizinhança a grandes pedras e a morros abruptos favoreciam as condições de defesa. "De fato, até 1908, a única maneira de se chegar ali era de barco, transformando o Cara de Cão em uma espécie de ilha, com todas as vantagens

defensivas desse tipo de localização” (CASTRO, 2009, p. 139). Embora essas qualidades, a insuficiência de água doce nas cacimbas e poços do forte mostrou-se um problema. Neste caso, também os portugueses passaram a disputar com marinheiros, corsários e flibusteiros que ancoravam na baía de Guanabara, as águas da foz do rio Carioca (BICALHO, 2008, CRULS, 1965). A renhida convivência pelo acesso e uso deste bem vital perdurou até 1567, com a consolidação da supremacia portuguesa na região da Guanabara (COARACY, 1988).

Conquistado o território, Portugal necessitava evidenciar a Cidade como garantia de seu poder. o seu poder e nestes termos, Mem de Sá e D. Pedro Leitão, bispo da Bahia, acharam por bem transferir a Cidade (GERSON, 2000). A escolha recaiu sobre o topo do Morro do Descanso, um local mais ao interior da baía. Este elevado promontório, além da boa visão da baía de Guanabara era dominante ao “poço” — um concorrido ancoradouro de águas calmas e profundas protegidas por um pontal<sup>28</sup> (CASTRO, 2009, CRULS, 1965). E então, “estruturada sob a cultura medieval, encastelada no morro e com a dimensão urbana subjugada às questões da defesa” (BIELINSKI, 2002), uma nova Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada.

Mem de Sá fez levantar muralha e cortinas para fixar o núcleo urbano ao interior desses limites — nesse momento, a Cidade confundia-se com a própria fortificação (CONDURU, 1989 citado por CARVALHO, 2010). Assim, nos domínios da Mata Atlântica, surgiu, em 1567, no alto do morro do descanso, um esboço consistente da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e, na mesma medida, o Forte de São Sebastião (FIGURA 2).

A iniciativa da França Antártica como possibilidade de conquistas e riquezas chamou a atenção de outras Coroas europeias, agucando a cobiça. Tempos depois, já na condição de sede administrativa da Partição Sul da colônia portuguesa (1608 a 1612), o porto da Cidade ganhava movimento. Daqui saíam madeiras tropicais para a Europa e, além da lã inglesa e das sedas finas do oriente, chegavam escravos africanos. Junto com eles, os derivados de baleias, a farinha de mandioca e a cachaça dos engenhos fluminenses compunham a carga requisitada nos núcleos de povoamento, ao norte e ao sul da costa atlântica (CAVALCANTI, 2010; ENDERS, 2008).

---

<sup>28</sup> Local onde hoje se encontra o Museu Histórico Nacional.

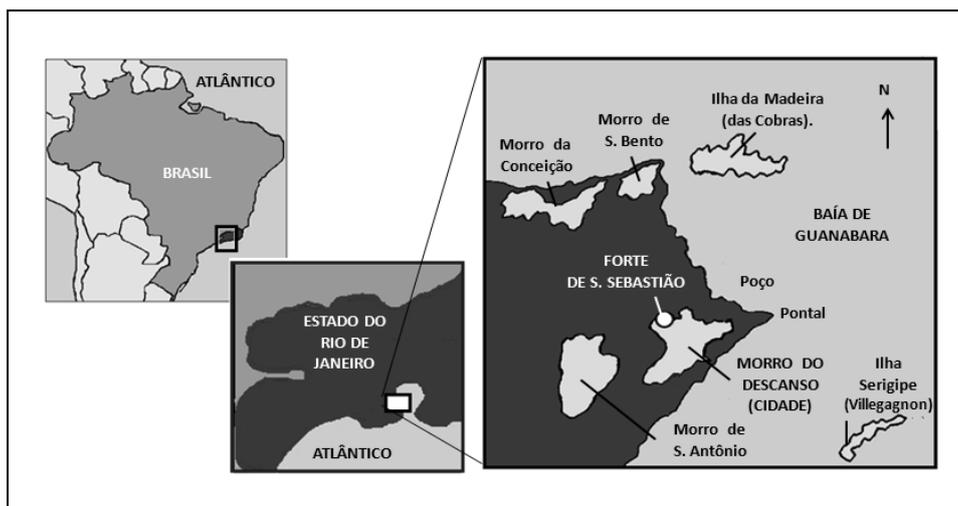


Figura 2: Croquis de localização da Cidade de São Sebastião no Morro do Descanso (final do século XVII).

Fonte: Elaboração própria.

Mas, os ventos que impulsionavam as transações nestas terras do ultramar sul-americano, também traziam notícias do acirramento das tensões entre as Coroas europeias. De 1580 a 1654, Portugal viu-se confrontado por franceses, holandeses e ingleses por diferentes motivos (CASTRO, 2009): na dimensão econômica, sofria a perda do controle do comércio asiático; na dimensão religiosa, enfrentava os conflitos entre católicos e protestantes e na dimensão política, suportava a ascensão ao trono de Portugal de Felipe II de Espanha, rei católico da Casa dos Habsburgos por um período conhecido como a União Ibérica.

A finais do século XVI e início do XVII, atenta ao crescente fluxo de embarcações comerciais ou inimigas na costa, a Coroa de Portugal mandou guarnecer a barra da baía de Guanabara, com fortificações a um e outro lado do canal de entrada. A leste, nas bandas d’Além, atual cidade de Niterói, ergueu-se a Fortaleza de Nossa Senhora da Guia (anterior a 1580) e a oeste, às margens do canal secundário, o Forte de São João (de 1602) (CASTRO, 2009). Seguindo o procedimento habitual, o governo português “para fazer face aos encargos de defesa, [recorreu a] contribuição de todos os cidadãos através da prestação de serviços ou de pagamento de um determinado tributo” (LYRA TAVARES, s.d. citado por PONDÉ, 1957, p.24).

A função destes dois fortes era a de controlar o fluxo da baía de Guanabara e “dificultar a manobra da esquadra inimiga que conseguisse adentrá-la” (PONDÉ, 1957, p.15). Mas, somente a partir das invasões francesas, de 1710 e 1711, e das tensões de 1863 com a Inglaterra, conhecidas como Questão Christie, é que a Fortaleza de Nossa

Senhora da Guia e o Forte de São João, marcos originais dos atuais Fortaleza de Santa Cruz da Barra e Forte São João, ganhariam maior destaque.

Contudo, embora os fortes proporcionassem uma importante sensação de segurança aos moradores do Rio de Janeiro, efetivamente, estas estruturas estavam despreparados para as novas técnicas europeias de ataques apoiados no uso da pólvora.

De norte a sul do Brasil, (...) as fortificações eram caracterizadas por traçados antiquados adequados para repelir a incursão de um pequeno navio corsário ou defender a povoação contra um ataque indígena, mas inócuas para se contraporem a técnicas de sítio mais avançadas. Pode-se citar, como alguns desses exemplos, o Forte de São Tiago, construído em 1603, no Rio de Janeiro, que se assemelhava a uma ‘torre artilhada’ de transição; ou a defesa mais importante da cidade, a Fortaleza de Santa Cruz, ainda em 1631, desenhada de uma forma que lembra a um castelo. (CASTRO, 2009, p. 80).

A defasagem das construções militares e dos armamentos dos fortes da baía de Guanabara não era específica à Cidade, senão que reflexo da política portuguesa de privatização da defesa na colônia americana. Por ela, a Coroa repassava às autoridades locais e moradores a responsabilidade “de cuidar de suas próprias defesas” (CASTRO, 2009, p. 77), ou seja, mobilizar recurso para a construção e manutenção dos fortes. Nestas condições, não causa surpresa que “os poucos fortes existentes nas capitânias (...) [fossem] de reduzido tamanho, construídos precariamente, armados deficientemente e, notadamente, mal desenhados” (CASTRO, 2009, p. 80).

No que se refere ao movimento das forças humanas de defesa, em 1570 foram estabelecidas em Portugal e seus domínios de ultramar, as companhias de ordenanças, que eram tropas militares formadas a medida das necessidades de combate (MAPA, 2011). Jovens e homens livres de 18 aos 60 anos — excetuando-se os religiosos, as mulheres, as crianças, os escravos negros e os indígenas — estavam obrigados a se apresentar nas Ordenanças, quando demandados, sendo comandados por alguns poucos oficiais e praças de 1ª linha (LOUREIRO, 2009; MAPA, 2011; POSSAMAI, 2010; WEHLING e WEHLING, 2008).

Neste tempo, as forças terrestres eram dispersas e as ordenanças compunham o principal corpo de defesa, respondendo aos vice-reis e capitães-generais de cada capitania. A criação do exército, enquanto instituição centralizada com um organograma de subordinação, tal qual a conhecemos hoje, aconteceu somente na grande reforma política da Regência, em 1831 (CASTRO, 2009; WEHLING e WEHLING, 2008).

De maneira geral, os fortes da colônia lusitana americana eram de reduzidas proporções e mal armados, mas, a sua mera presença já diminuía os riscos de uma abordagem (CASTRO, 2009). Exemplifica-se com a passagem da esquadra de circunavegação de Olivier van Noort pelo Rio de Janeiro em 1599. Considerada inimiga, foi repelida a tiros pela bateria de Nossa Senhora da Guia. Na insistência de um acometido, um grupo menor desembarcou na Praia Vermelha que, neste tempo, não contava com a proteção de um forte. Sendo um ataque de menores proporções, os próprios moradores lograram render os invasores (CASTRO, 2009; SOUSA, 1885).

Mas, se as pressões cresciam ainda em ritmo lento pelas bandas de cá, do outro lado do mundo, no Oriente, as investidas de França, Inglaterra e Holanda contra o patrimônio dos Habsburgos eram intensa. Segundo Castro (2009), na Ásia, entre os anos de 1602 e 1666, mais de 20 praças-fortes portuguesas foram tomadas pelos holandeses. Assim que, a partir das primeiras décadas do século XVII, o eixo mercantil lusitano ao trasladar-se para o Atlântico Sul, atrai o fluxo de comerciantes europeus interessados nos escravos da África Ocidental e no açúcar do nordeste brasileiro (RAMOS, 2008).

Embora a Cidade do Rio de Janeiro estivesse fora do centro econômico dominado pelo ciclo do açúcar no nordeste brasileiro, o medo da população carioca era legítimo. As instruções do general batavo Hendrik Lonck citadas por Castro (2009, p. 152), dão fé da real vulnerabilidade: “(...) no caso de mau sucesso, o que Deus não permita, e que nossa tentativa contra Pernambuco fracasse, deverão seguir para o Rio de Janeiro e procurar dominar a cidade por todos os meios”.

A sensação de medo presente na vida dos moradores da Cidade de São Sebastião estimulava o apego à fé religiosa. Data dessa época, o aparecimento nos arrabaldes da Cidade, de uma réplica da imagem da Virgem de Copacabana, adorada nos altiplanos andinos. Tamanha a fama de seus milagres, a Igreja da Santa Casa no Morro do Descanso acolheu a imagem, sendo transferida, em 1638, para a ermida dos pescadores na ponta da praia de Socopenapã, posteriormente, praia de Copacabana. (BERGER & BERGER, 1959; COARACY, 1988; LOUREIRO, 2009; QUEIROZ, 2014).

Algum tempo depois, em 1746, o interesse popular pela Santa se ve atraído por um novo acontecimento (BERGER & BERGER, 1959). No retorno de uma viagem a Angola, o Bispo D. Antônio do Desterro sobreviveu a um terrível temporal fora da barra, quando passava pela ponta do Arpoador, atual praia de Ipanema. Detalha que, em cumprimento a uma promessa feita à Virgem de Copacabana no momento da aflição, o

religioso proporcionou uma importante reforma da ermida dos pescadores, também maltratada pela tempestade (GERSON, 2000).

Após isto, o ponto conquistou lugar na sociedade e cresceu no imaginário popular atraindo romarias em louvor à imagem da Nossa Senhora de Copacabana que, mais tarde, emprestaria seu nome à localidade. Até então, o vasto território ao sul da Cidade, que ocupa as orlas marítima e lacustre dos atuais bairros do Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon e Lagoa Rodrigo de Freitas atendia pelo topônimo Socopenapã; uma corruptela do termo tupi *çocó-apê-nupam* (caminho batido dos socós (*Trigona brasiliensis*)), em alusão a abundância dessas aves nesta região, àquela época (COARACY, 1988; COSTA, 1958 citando a SAMPAIO, s.d.; CRULS, 1965).

Para isso, citam-se também, as comemorações tardias, na colônia americana, do encerramento dos 60 anos de domínio da Coroa espanhola sobre Portugal. No final de 1640, os moradores da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro puderam participar de grandiosas comemorações quando da Restauração da Independência de Portugal e da Aclamação de D. João IV como rei de Portugal (PEREIRA, s.d.).

A euforia da nova condição política mesclava-se com a aceleração econômica que gozava a Cidade, em função de um comércio “bastante rentável no período dos Felipes (1580-1640) junto à região Cisplatina” (MELLO, 2012, ONLINE). A Cidade progredia e o porto se dinamizava com o crescente mercado de escravos provenientes de Angola (LOPEZ, 2002) e os fortes se multiplicavam (CASTRO, 2009).

Reflexos favoráveis alcançaram também, o cotidiano urbano do Rio de Janeiro: em 1642 foi concedido aos seus habitantes o privilégio de “cidadãos do Porto”, igualando-os em prestígio e acessos aos compatriotas deste importante centro naval português. Com isso, os cariocas estavam livres para o uso da seda e para portar armas; entre outras benesses. Como fidalgos, agora tinham, por exemplo, a isenção de certas torturas e a desobriga de doação de bestas de sela para ações de defesa (FRIDMAN, 2010; CRULS, 1965). Logo depois, em 1647, a Cidade alçou destaque no conjunto dos núcleos urbanos coloniais brasileiros ao receber o título de “Muy Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, assegurando-lhe os mesmos privilégios de Lisboa.

O clima político-institucional era favorável e o governador tomou providências para a realização de festividades. Salvas de pólvora, encamisada, noites de luminárias, auto de juramento e procissões religiosas alteraram a rotina da Cidade e os fortes, tão importantes aos moradores da Cidade, participaram logo no primeiro dia:

(...) a cidade toda ornada de luzes, tão brilhante de invenções, tão lustrosa de fogos, e tão inquieta de vivas pelas ruas, e artilharia nos navios e fortalezas, que de uma parte parecia que o Céu havia trasladado as estrelas e de outra que a abraçada Tróia se representava na confusão das vozes e repetições da pólvora. (Relação da Aclamação que se fez na Capitania do Rio de Janeiro, do Estado do Brasil, e na mais ao sul, ao Senhor rei D. João IV...(1641), publicado na Revista do IHGB (1843) e citado por PEREIRA (s.d, p. 665).

No plano econômico, a reconquista de Luanda, na costa africana atlântica em poder da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais até 1648, levou a um significativo crescimento do porto do Rio de Janeiro, pelo comércio de escravos. Produtos agrícolas também passavam pelo porto para o abastecimento de navios que partiam para negociar com os moradores das colônias espanholas da região do Prata. Nestas circunstâncias, a produção agrícola desbordou as imediações da Cidade e alcançou os arrabaldes, entre eles, o antigo território indígena de Socopenapã, do qual faz parte a Ponta do Leme.

No rastro do aumento comercial vinham as pressões estrangeiras e a preocupação com as defesas voltava ao cenário. Segundo Silva Telles (1984), de Lisboa chegavam notícias de que a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais tinha interesse e que os holandeses

(...) projetavam nova empresa nas capitanias do sul. O governo português deduziu que o alvo seria o Rio de Janeiro, em cujo porto faziam-se preciosos carregamentos destinados à metrópole. Portugal ordenou em carta régia de 17 de outubro de 1668 que fossem colocadas em pé de guerra as fortalezas do porto. (BIELINSKI, 2002, p. 74 citando a SOUSA, 1881, p. 14).

Para recuperar a defazagem técnica frente aos progressos da artilharia na Europa e enfrentar a reconhecida superioridade bélica dos holandeses, oficiais e corpos especializados em engenharia militar foram enviados a São Sebastião do Rio de Janeiro. Na transição dos séculos XVII para o XVIII, como parte dos esforços para a melhoria das defesas da Cidade, aulas regulares de engenharia foram iniciadas, conformando os primórdios da futura Academia Real Militar (SILVA TELLES, 1984).

Mas, embora viver em uma cidade protegida por fortes fosse condição intrínseca na cultura militarizada do período colonial, dificuldades cotidianas como a falta d'água no alto do Morro do Descanso e o transporte de suprimentos por ladeiras íngremes geravam desgastes. Assim, pouco a pouco, os moradores implantaram casa e comércio

nas vizinhanças do porto. Mas, se por um lado a ocupação da várzea atendia as funcionalidades do cotidiano, por outro, deixava os moradores mais expostos a riscos.

Como medida de precaução, pela Carta Régia de 17 de outubro de 1632 determinou-se que as administrações públicas funcionassem apenas no núcleo da Cidade; também, que não se fizessem nem obras nem casas fora do espaço protegido pelas fortificações (BIELINKI, 2002). Mas, embora isso, por volta de 1635, o Senado Municipal, a Câmara e a Cadeia Pública já não se reuniam mais no Morro do Descanso (CRULS, 1965; ENDERS, 2008; PINHEIRO, 2010) e a várzea ganhava contornos mais urbanos. Como consequência, os investimentos de moradores e governantes antes aplicados nos fortes, agora convergiam para o comércio do acoradouro.

Por um bom período do século XVII, os “governos do Rio de Janeiro se descuidaram das medidas de defesa e se preocuparam mais com o progresso da Cidade, dia a dia mais crescente” (PONDÉ, 1957, p.22). Mas, sendo os fortes uma condição precípua na Cidade colonial, algumas ações voltadas à defesa, foram empreendidas pelos governadores. Como exemplo, cita-se um pedido de ajuda de um governador aos moradores na construção do Forte de São João, com a sugestão de que os mais abastados comparecerem com “um ou dois negros assistidos e sustentados até se acabar a obra da terraplanagem” (PONDÉ, 1957, p.25 citando a COARACY, 1944). Também, a iniciativa da Câmara, em 1646, na venda de terras, em 1646, para a construção da Fortaleza da Lage:

Duarte Correia Vasqueanes, em 1646, para defender a baía contra ataque provável dos holandeses, reuniu todos os esforços para a conclusão dos trabalhos já iniciados com o auxílio dos moradores da cidade e com o produto da venda de ‘Chãos das praias’ (...) no lado par da atual rua 1º de Março, então chamada rua Direita. As quantias foram porém insuficientes e a obra só foi concluída no século seguinte (...). (COARACY, 1944 citado por PONDÉ, 1957, p.27).

Mas, se a Cidade ganhava impulso com os investimentos comerciais, também as áreas agrícolas fluminenses ganharam impulso, quando os holandeses conquistaram os importantes centros açucareiros da Bahia (1624-1625) e de Pernambuco (1630-1654). O crescimento da economia açucareira na capitania do Rio de Janeiro foi de tal monta, que a capacidade de processamento cresceu de 3 engenhos computados em 1583, para algo próximo a 120, no final do século XVII (ENDERS, 2008, p.40).

As extensas plantações da cana-de-açúcar representavam importantes riquezas no período anterior ao ciclo do ouro. E para proteger as plantações do ataque de pragas

e doenças e também das chuvas fortes, capelinhas com invocações a diferentes santos se multiplicaram nas fazendas (COARACY, 1988). A Mata Atlântica, então considerada como um recurso infinito, tinha suas árvores sistematicamente derrubadas e o terreno limpo para o avanço da fronteira agrícola fluminense.

Como a expansão agrícola do entorno da Cidade estivesse bloqueada por domínios dos jesuítas, pelas águas da Lagoa da Sentinela<sup>29</sup> e pelas da baía de Guanabara e do oceano Atlântico, as instalações agrícolas expandiram-se para o sul, rumo aos atuais bairros da Lapa e da Glória (GERSON, 2000; PINHEIRO, 2010). De acordo com Fazenda (1921), a procura pelas terras do sul, como a praia de Botafogo, já acontecia, em menor intensidade, desde os inícios da Cidade no Morro do Descanso.

Segundo Cruls (1965), o primeiro caminho que conectou a Cidade com estes arrabaldes ao sul, formou-se ainda no início do século XVII. Uma trilha dava continuidade à Ladeira do Poço do Porteiro, no Morro do Descanso,<sup>30</sup> em direção à praia de Botafogo; depois, contornava a Lagoa do Boqueirão da Ajuda<sup>31</sup> para, passados os atuais Largo da Lapa e ruas da Glória e do Catete, chegar ao Caminho Velho<sup>32</sup> — que ia dar à praia. Deste ponto em diante, podia-se optar por dois caminhos: prosseguir pela orla, para dar no Morro Cara de Cão ou adentrar para o interior, para chegar no Engenho D’El Rei, na lagoa de Socopenapã<sup>33</sup> (CAVALCANTI, 2010; CRULS, 1965; GERSON, 2000; PINHEIRO, 2010).

Pela opção da orla, enfrentava-se o areal da praia de Botafogo para se chegar ao antigo forte da Cidade Velha; e depois de 1698, também ao Forte da Praia Vermelha (CRULS, 1965). Nesses inícios, o forte era uma construção ainda simples, tendo sido melhorado, mais tarde, no governo do vice-rei, marquês de Lavradio (1769-1778), como evidenciado por Sousa (1885), a seguir:

Refere Pizarro (*Mem. 7<sup>o</sup> pag. 5*) que antes de 1701, fôra fundado no morro em frente ao Pão d’Assucar (?), um forte de pouca consideração; mas que o Conde da Cunha fez construir a actual fortaleza junto ao mar, na garganta entre a Babylonia e a Urca, onde era facil um desembarque; e que o Marquez de Lavradio a accrescentára, mandando fazer tambem o quartel. (SOUSA, 1885, p. 109, grifo de interrogação do autor).

---

<sup>29</sup> Aterrada e hoje ocupada pelo bairro Cidade Nova.

<sup>30</sup> Em algum ponto próximo à atual Biblioteca Nacional, na Cinelândia (CRULS, 1965).

<sup>31</sup> Atual Passeio Público, no Centro da Cidade.

<sup>32</sup> Atual Rua Senador Vergueiro.

<sup>33</sup> Atual Rodrigo de Freitas.

Pela opção do interior, devia-se seguir pelas mesmas variantes utilizadas pelo governador Antonio Salema (1575-1577) para chegar ao Engenho D' El Rei. Moraes (1863) dá notícias de que, até meados do século XVII, este era o único acesso por terra, à lagoa de Socopenapã. Este curso identificado como Caminho da Lagoa ligava a praia de Botafogo à Praia da Piaçava<sup>34</sup> e servia como importante via de escoamento da produção local (CAVALCANTI, 2010; FAZENDA, 1921) (FIGURA 3).

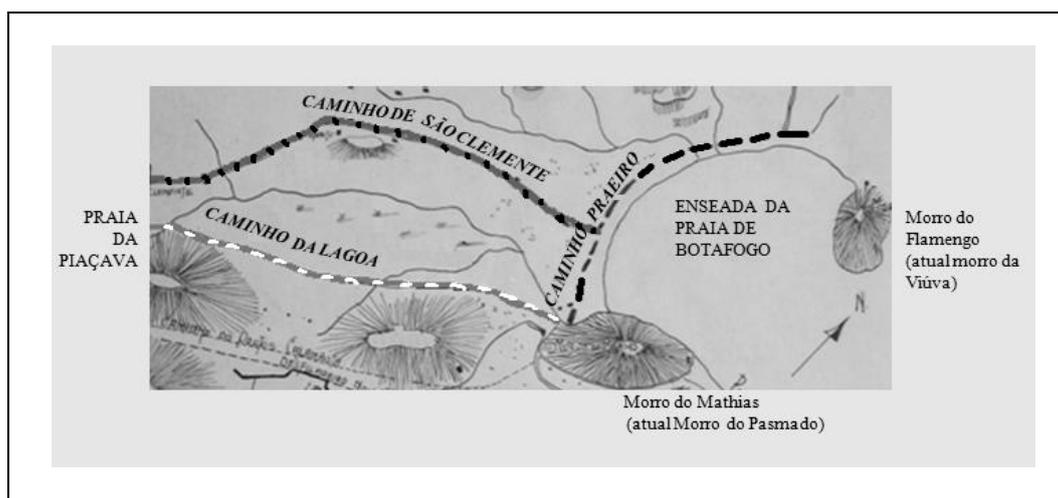


Figura 3: Croquis de localização dos Caminhos Praieiro, da Lagoa e de São Clemente.

Fonte: Elaboração própria adaptado de TRECHO DA PLANTA TOPOGRAFICA...1819.

Alexandre Moraes (1863) indica a condição inaugural do Caminho da Lagoa, como o primeiro a definir-se como um acesso por terra até os arrabaldes de Socopenapã; e não o Caminho de São Clemente, como alguns textos dão a entender:

(...) era o único caminho, que communicava a praia de Botafogo, com a lagoa de Rodrigo de Freitas, e por isso se chamava até o meiado do século passado *Caminho da Lagôa*, e começava na rua do Botafogo, junto ao morro do Matias, seguia (...) até ao lugar onde hoje está o cemitério de S. João Batista, e dahi em diante tomava, o que hoje tem, até entrar no morro chamado Berquó, seguindo pela incosta deste, até o lugar da Piaçaba, no começo da Lagôa. Depois que se abriu a rua de S. Clemente, foi esta rua ficando abandonada, e por isso não só lhe mudarão a sua direção do principio, como mesmo inutilizarão, da rua da real Grandeza em diante. (MORAES, 1863, p. 286, grifo do autor).

Ainda segundo este autor, o Caminho de São Clemente que dava acesso direto às baterias de São Clemente/Forte da Piaçava (CASTRO, 2009) foi transformado em via pública somente no governo do marquês de Aguiar (1801 a 1806):

<sup>34</sup> Pode-se dar como referência da localização da antiga Praia da Piaçava, as proximidades da atual Rua Fonte da Saudade, citando-se as atuais Igreja de Santa Margarida Maria e Rua Humaitá, nos bairros da Lagoa e Humaitá, respectivamente (BERGER & BERGER, 1959).

A rua de *S. Clemente*, assim chamada, pela invocação da capella de S. Clemente, (...) começa na praia do Botafogo, e vai terminar no lugar denominado *Piaçaba*, perto da lagôa, onde começam os terrenos do domínio da fazenda nacional<sup>35</sup>. (...) sabe-se, que no tempo do penúltimo vice-rei, desejando-se ter uma comunicação para a lagôa de Rodrigo de Freitas, mais facil, por ser a que existia então, que era em parte a que hoje chamão *rua do berquó*, caminho da Lagôa, obteve o mencionado vice-rei, dos herdeiros da chacara de S. Clemente, transformarem em via publica, o seu caminho particular, por onde hão de sege, para a sua casa, e capella de S. Clemente. (MORAES, 1863, p. 285, grifo do autor).

E já que se está a falar das trilhas e caminhos que conectam a Cidade às bandas do sul, em 1638, como visto no tópico 2.1, repousava na ermida da praia de Socopenapã, uma cópia da imagem da Virgem de Nossa Senhora de Copacabana (COARACY, 1988, COSTA, 1958). Embora este arrabalde contasse com uma relação incipiente com a vida da Cidade, o pouco movimento ali gerado podia alertar embarcações inimigas das possibilidades de acesso à Cidade. Tanto assim que, em 1645, “os pescadores da área foram proibidos de construir moradias na praia de Socopenapã (Leme-Copacabana), devido à ameaça de invasão holandesa à Cidade” (SENNA, 1993 p. 16 citando a COARACY, 1944).

Na obra *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, de 1939, Rugendas registra a mesma condição de isolamento da porção sul da Cidade, 200 anos depois: “Seria, entretanto ousado afirmar que o Catete e Botafogo pertencem à cidade, pois as ruas são aí interrompidas constantemente por jardins e até por plantações” (RUGENDAS, 1940, p. 130 citado por MENEZES FILHO, 2010, p. 6). Por muito tempo, o acesso à praia de Socopenapã exigiu esforços. Segundo Moraes (1863)

A *rua da Copacabana*, chamava-se antigamente praia do Saco-pena páo, é limitada pelo morro da Babylonia, e o outeiro de Nossa Senhora da Copacabana. Alguns consideravão-na dividida em duas praias, uma chamada do leme da Copacabana, propriamente dita, sendo no entanto a praia uma só (...).(MORAES, 1863, p. 286).

Nesta praia abrirão-se dous caminhos, vindos do lado de S. Clemente; e um vindo da praia do harpoador ou fazenda de Rodrigo de Freitas.

O primeiro caminho é o do leme, que é a continuação da rua da Copacabana. O segundo foi aberto há pouco tempo, em terrenos de José Martins Barroso, que é a continuação da rua real Grandeza. O terceiro é a travessa da Praia Funda, que corta pela fazenda da Copacabana, hoje do Fialho, para communicar as praias da Copacabana e do Arpoador. (MORAES, 1863, p. 286).

---

<sup>35</sup> Segundo, Zylberberg (s.d., p. 11) a Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas foi incorporada à Real Fazenda do Governo em 1810, com o objetivo de aí instalar-se a Fabrica de Pólvora, Fundação, Formação e Perfuração de peças de artilharia.

Segundo Berger & Berger (1959) eram duas as formas de acesso à praia da Copacabana nos séculos XVIII e XIX (FIGURA 4). Por canoa, partia-se da Praia da Piaçava, na Lagoa de Socopenapã,, e, passada Praia Funda, seguia-se a pé pelo Campo do Leblon<sup>36</sup> para então, chegar à Ponta da Igreja da Copacabana. A pé ou a cavalo partia-se da Praia de Botafogo, e, passados o Caminho do Leme ou Estrada Geral<sup>37</sup>, a atual Rua da Passagem e o Desfiladeiro do Leme, descia-se para a praia.

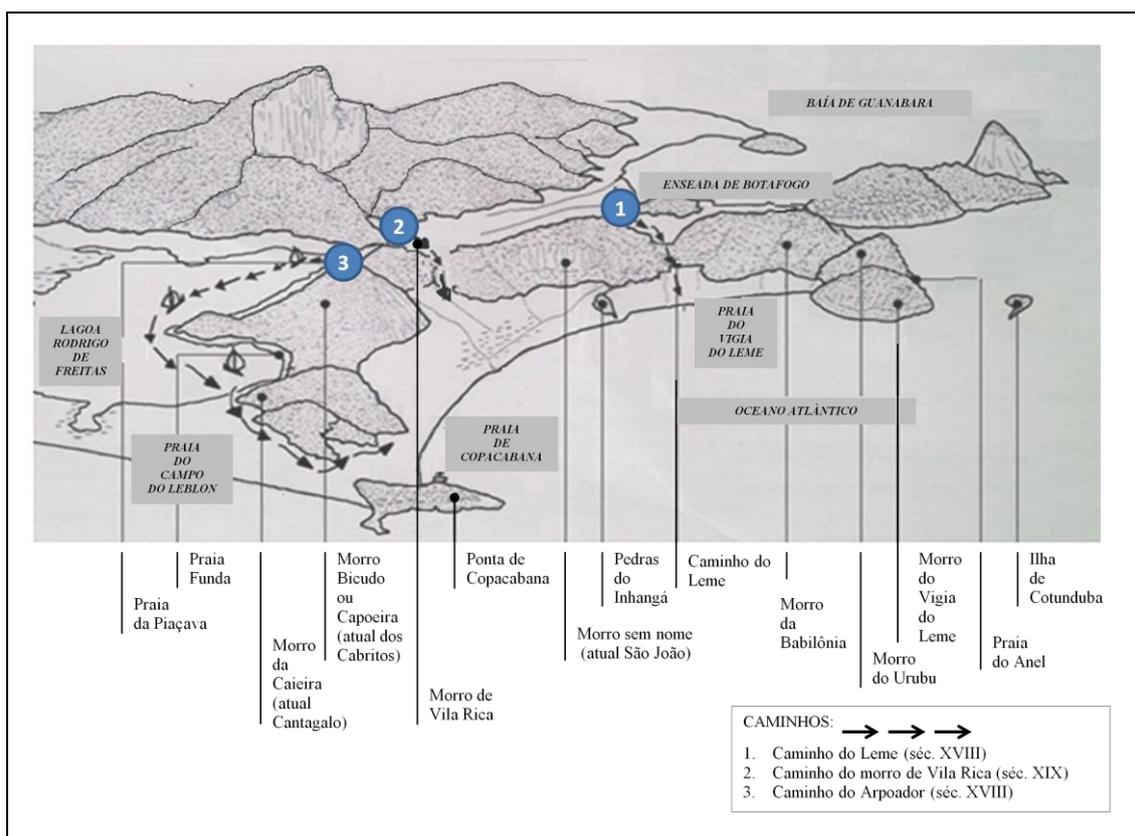


Figura 4: Caminhos conectam Botafogo à praia de Copacabana nos séculos XVIII e XIX.

Fonte: Elaboração própria (2015) adaptado de Senna (1993).

Aqui, vale um aparte para comentar que os viajantes que seguiam pelas trilhas das praias das bandas do sul como Botafogo, Copacabana e Leme, muito provavelmente, tinham acesso, às frutinhas características da vegetação de restinga aberta como as pitangas vermelhas (*Eugenia uniflora* L.) e o cambuí amarelo-grande (*Eugenia copacabanensis* Kiaersk, 1893), também conhecido por pitangueira-de-

<sup>36</sup> Parte do atual bairro de Ipanema (BERGER & BERGER, 1959).

<sup>37</sup> O outro Caminho do Arpoador surgiu a meados do século XIX, já depois do desarmamentos dos fortes, em 1831. Iniciava na Rua Real Grandeza (1855) e, após subir o morro Vila Rica, São João, seguia pela Ladeira do Barroso (Ladeira dos Tabajaras) e pela Rua do Barroso ( Rua Siqueira Campos. Somente a partir de 1892, quando o túnel Alaôr Prata (Túnel Velho) furou o morro, carroças, diligências, carris e, finalmente, carros usaram este acesso. (BERGER E BERGER, 1959, p. 43).

Copacabana. Esta inferência está respaldada pela indicação de que, como tantas outras, estas espécies arbustivas sumiram dessa região, a partir dos anos 20, devido a pressão urbana, (ALDÉ, 2005; CRULS, 1965; SENNA, 1993). Mas, aqueles que quiserem conhecer a planta que leva em seu nome um bairro de fama, podem, nos dias atuais, encontrar alguns exemplares no Forte Duque de Caxias, no alto do Morro do Leme, introduzidos, entre 1988 e 1989, no rastro do programa de reflorestamento. Retoma-se daqui a sequência da narrativa sobre os caminhos da região sul da Cidade.

Mas, se a praia de Copacabana vivia ainda na tranquilidade do distanciamento, o porto da Cidade do Rio de Janeiro via-se em crescente movimentação, pela circulação das riquezas de Portugal .pelo ouro das Minas Gerais, e da Espanha, pela prata do Rio da Prata. Nestes termos, piratas e corsários<sup>38</sup> passaram a ter a costa do Rio de Janeiro como foco de saqueios (CAVALCANTI, 2004; PINHEIRO, 2010).

No contexto da cultura das conquistas, o Rei Luis XIV investiu em assaltos a navios, mas também, no conhecimento dos recursos sul americano. Dados sobre a geografia do litoral, as fonte de água, tipos de fauna e flora, bem como sobre as características da população, somavam-se aos registros sobre a localização e a capacidade defensiva dos fortes de defesa da costa (MARTINS & FILGUEIRAS, 2011). E foi assim que, em 1695, o rei da França Luís XIV

(...) incumbiu Jean Baptiste De Gennes, então capitão de mar e guerra (capitaine de vaisseau) da Marinha Real Francesa, de montar uma esquadra com navios à sua escolha e partir para os mares do sul, onde Portugal e Espanha possuíam suas colônias. Nesta viagem De Gennes deveria procurar fazer uma carta exata de todas as costas e de todos os lugares por onde passasse, procurando obter informações sobre as fabulosas riquezas que outros navegantes informavam existir nessa região. (MARTINS & FILGUEIRAS (2011, p. 7) citando a GUEDES (1981, s.p)).

De Gennes fez importantes registros sobre as riquezas do Caribe e da América do Sul e, quando de regresso, quando ancorou no porto francês de La Rochelle, em 1697, levava informações valiosas sobre a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e de algumas de suas defesas (FIGURA 5). Especula-se que por ele tenham chegado notícias sobre a descoberta do ouro “o que certamente aumentaria a cobiça da França sobre a colônia portuguesa” (MARTINS & FILGUEIRAS, 2011, p. 7).

---

<sup>38</sup> A pirataria foi atividade frequente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII quando da intensa comercialização marítima de mercadorias entre diversas nações. Enquanto a pirataria não dependia de nenhuma autoridade, o corso era exercido em situações determinadas e respaldadas pela carta de corso, emitidas pelo Estado de origem ou contratante dos serviços (ROCHA NETO, 2014).

— O LIVRO —

Relação de uma viagem feita em 1695 , 1696 e 1697 para as costas da África, Estreito de Magalhães, Brasil, Caiena e ilhas do Caribe, em uma esquadra de navios do Rei comandada por De Gennes (1699)

*Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 et 1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et isles Antilles, par une escadre des vaisseaux du roy, commandée par M. De Gennes (1699)*

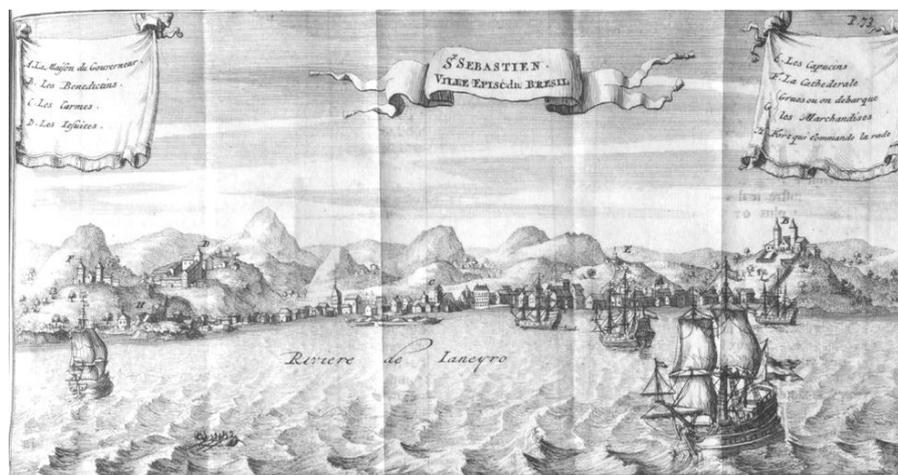


FROGER (1699, p. 127): Pintura “Capivara ou porco d’água ao pé de uma bananeira” (Capivere au cochon de léau au pied de um bananier). Common Wikimedia

Registros realizados pelo jovem explorador francês François Froger quando de sua viagem pelas costas da África, Estreito de Magalhães, Brasil, Cayenna e Índias Ocidentais, na esquadra de guerra francesa comandada por De Gennes, nos anos de 1695, 1696, 1697.

O autor de 21 anos apresenta à Europa em publicação em francês e inglês, o seu olhar sobre as colônias e portos que visitou, bem como as pessoas, frutas, plantas e animais que conheceu no Novo Mundo. O livro de linguagem acessível e figuras pitorescas foi um sucesso, tendo sido re-editado em 1715.

Na paisagem da baía de Guanabara (abaixo), quando vista na escala original, podem ser lidas as seguintes referências apontadas por Froger: a casa do Governador, os conventos dos Beneditinos, do Carmo, dos Jesuítas, dos Capuchinhos, a catedral, as gruas onde desembarcam os mercadores e o forte que comanda o porto.



FROGER (1699, p. 73) — Pintura São Sebastião, Cidade Épica do Brasil (Saint Sébastien, Ville Epic du Brésil). Retirada do livro Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 et 1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et isles Antilles, par une escadre des vaisseaux du roy, commandée par M. De Gennes (1699) Chez les Héritiers d'Antoine Schelte: Amsterdam — Common Wikimedia

Figura 5: A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no final do século XVII por François Froger.

Fonte: Elaboração própria apoiado em [https://en.wikipedia.org/wiki/A\\_Relation\\_of\\_a\\_Voyage](https://en.wikipedia.org/wiki/A_Relation_of_a_Voyage).

No mesmo ano de sua fundação, em 1698, a iniciativa privada francesa *Compagnie Rroyale de la Mer du Sud* já rondava a costa fluminense e a esquadra “enquanto permaneceu no interior da baía [de Guanabara, fez], um levantamento detalhado das fortalezas e redutos existentes, caracterizando o poder defensivo e suas deficiências”. (MARTINS & FILGUEIRAS, 2011, p. 8). Os riscos de ataque aumentavam e com ele, as necessidades de defesa. Contudo, os recursos financeiros da Coroa andavam escassos: Foram 88 anos de conflitos aplacados somente em 1668, após a Restauração do trono e o reconhecimento da independência lusa pela Espanha. Também, Portugal perdera o monopólio do açúcar para a produção flamenga nas Antilhas. (MARTINS & FILGUEIRAS, 2011; CASTRO, 2009). Apesar disso, Portugal empreendeu algum esforço.

Em 1694, a Coroa enviou ao Rio de Janeiro o capitão engenheiro Gregório Gomes Henriques de Matos para desenvolver um plano de defesa. Com poucos recursos, as ações se concentraram na capacitação de condestáveis e artilheiros. Alguns pequenos fortes foram levantados a partir dos recursos levantados pelos governadores junto à população local (CAVALCANTI, 2004; SILVA TELLES, 1984).

Os recursos provenientes da Coroa foram aplicados na melhorias da Fortaleza de Santa Cruz da Barra e dFortes de São João e São Tiago. Com isso, buscava-se proteger o porto e a Cidade, pela entrada de navios inimigos, na baía de Guanabara (BIELINSKI, 2002; CASTRO, 2009). Enquanto se reforçavam as capacidades da defesa, era importante conter os franceses que rondavam a costa fluminense, cortando-lhes o acesso a recursos vitais como água doce e alimentos:

Desde os últimos anos do século XVII alguns navios franceses derão motivos de queixa, em portos ao sul do Rio de Janeiro, dando lugar a que o governador Sebastião de Castro Caldas oficiasse às autoridades da Ilha-Grande, Santos e São Sebastião ordenando que negassem recursos a estes hóspedes e os tratassem como a inimigos, e contando com a represália, tratou de se aperceber contra qualquer ataque, mandando reforçar as fortalezas de Santa-Cruz, de São João, de Santiago, e construir baterias na ponta de Gragoatá e ilha de Villegaignon, no que foi muito ajudado pelo povo que espontaneamente concorreu com oito mil cruzados para essas obras. (SOUSA, 1885, p. 16).

No período final da guerra pela sucessão do trono de Espanha (1701–1714), Portugal que havia alcançado manter-se neutro, viu-se forçado a tomar uma posição. Ao aderir, em 1703, à Grande Aliança liderada pela Grã-Bretanha, passou a ser tratado como inimigo pela Espanha e França, levando a poderosa armada de Luís XIV a investir

rigorosamente, contra os domínios de Portugal. Os ataques a Benguela, em 1705 e à Ilha do Príncipe em 1706 prenunciaram os ataques franceses à Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. (BICALHO, 1998), em 1710 e 1711. Sousa (1885, p. 16) apresenta o quadro: “(...) rompendo a guerra da sucessão de Hespanha em que Portugal era desffavoravel ao pretendente francez, foi aproveitado o ensejo; e logo em Setembro de 1710 surgiu em frente á barra a audaciosa expedição de Duclerc”.

Sem atender ao *ultimatum* da Fortaleza de Santa Cruz ao tentar forçar a barra da baía de Guanabara, a esquadra de Du Clerc foi repelida a tiros de canhões (SOUSA, 1885). Rechaçado, logrou desembarcar na Barra de Guaratiba, cerca de 60 quilômetros ao sul e livre de defesas (FIGURA 6).

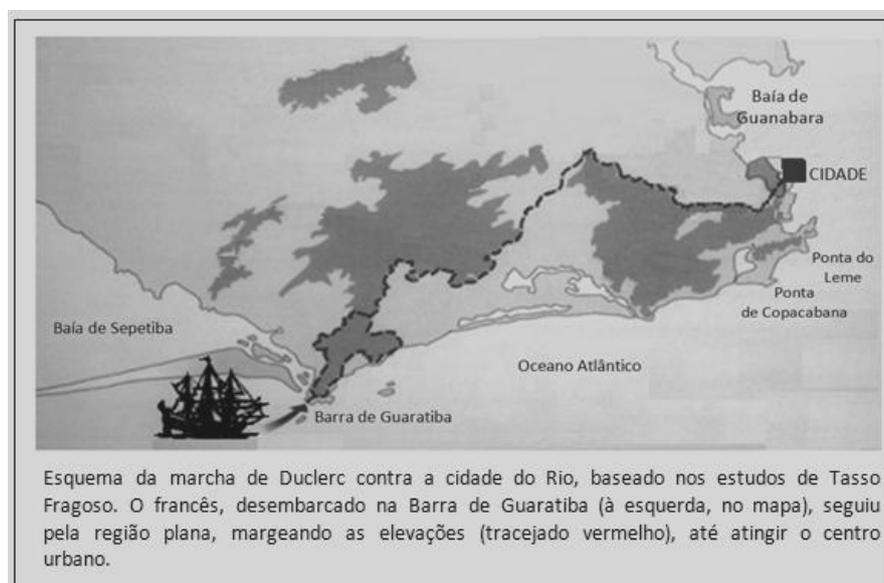


Figura 6: Percurso de Jean-François Duclerc na invasão do Rio de Janeiro (1710).

Fonte: Adaptado de Castro (2009, p.208).

Deste ponto, seguiram por terra até a Cidade, onde foram, então, rendidos (PINHEIRO, 2010; CASTRO, 2009; ENDERS, 2008; CRULS, 1965, PONDÉ, 1957, SOUSA, 1885). Os moradores vibraram e “repiques dos sinos e salvas de regosijo indicavão (...) a prisão de Duclerc, com os companheiros que haviam sobrevivido” (SOUSA, 1885, pp.16-17). Cruls (1965) apresenta a chegada das forças de Duclerc à Cidade da seguinte forma:

O trajeto pela Rua S. José já alvoroçara todos os moradores contra êles e, além da turbamulta que os perseguia das janelas e telhados choviam armas, paus, pedras, garrafas e até água e azeite ferventes. Assim acossados e bastante desorganizados ao desembocar no Largo do Passo, os franceses ainda tentaram tomar o Palácio do Governo e a

Alfândega, mas então, e de todos os lados, ainda maior foi o embate que se lhes ofereceu. (...) [já não mais] minguados grupos de estudantese paisanos, mas tôda uma multidão que não dava tréguas ao invasor. (CRULS, 1965, p. 135).

Em reconhecimento ao triunfo, Portugal galardoou o Governador e Capitão-Geral da Capitania do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais — vulgo “O Vaca”, no repertório da troça carioca —, com uma comenda e boa pensão. Também a igreja se posicionou e o carismático Santo Antônio, que já tinha antecedentes nas relações com o exército português, foi promovido de praça-*de-pret* a capitão de infantaria (SOUSA, 1885; SANTOS, 2005):

(...) uma devota iniciativa que implicava não apenas a confiante proteção desse soldado divino ao forte e seus colegas de farda, como também o interessante pagamento pelo tesouro real de soldo correspondente a seu posto, cujo valor se destinava a cobrir as despesas associadas ao culto e à festividade do primeiro santo do calendário junino. (SANTOS, 2005, p. 2).

Fosse pelo santo ou não, o fato é que os moradores saíram vitoriosos perante as forças do império de Luiz XIV. Mas, o orgulho da vitória sobre Duclerc durou pouco. Em 1711, o experiente e bem aparelhado corsário francês René Duguay-Trouin adentrou a Guanabara dominou a cidade. Dela retirou-se somente após saquear a cidade, levando para a França um grande valor em ouro e outras riquezas (CRULS, 1965). O impacto na vida da Cidade foi imenso e atingiu tanto os bolsos das famílias quanto os brios da população. A sensação de humilhação perdurou para além do século XVIII:

(...) e pouco depois, no nefasto dia 10 de Outubro de 1711, a cidade com todas as suas riquezas ficava á mercê do afortunado invasor. (...) Sangra ainda o coração de todo o Brasileiro, mormente fluminense, ao recordar tão negro transe por que passou há 170 annos a sua patria. (SOUSA, 1885, p.18).

Consumados os ataques, Portugal ordenou a construção de novos fortes e “muitas obras foram feitas no período de 1710 a 1715” (CASTRO, 2009, p. 270). Mas, ainda segundo este autor, foi com a chegada do engenheiro João Massé, enviado por D. João V, que se deu uma importante mudança. Os fortes de São Sebastião, São Januário e São Tiago, concebidos para a proteção da Cidade, haviam se mostrado inócuos perante as invasões francesas.

O plano do brigadeiro Massé recomendou uma significativa racionalização dos recursos (CASTRO, 2009), a começar pela desativação de posições de menor importância levantadas ao interior da baía. Tratava-se de um reposicionamento

estratégico dos fortes. Alterar o foco de defesa para a entrada do canal da baía de Guanabara, em detrimento do interior da baía, mostrou-se fundamental para que porto e a Cidade alcançassem enfrentar com êxito as pressões estrangeiras ao longo dos séculos subsequentes (CAVALCANTI, 2010; CASTRO, 2009, BIELINKI, 2002) (FIGURA 7).

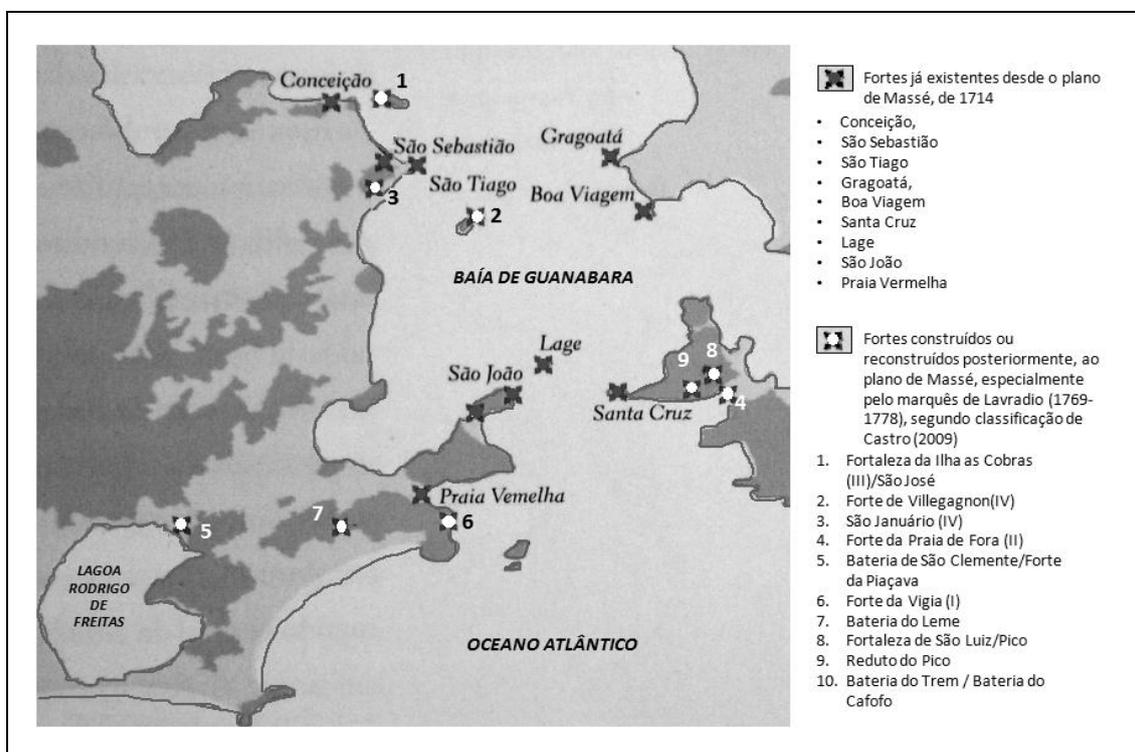


Figura 7: Os fortes de defesa da Baía de Guanabara na segunda metade do século XVIII.

Fonte: Adaptado de Castro (2009, p. 283).

Para a melhoria das estruturas, Massé propôs a construção do forte da Lage, como apoio complementar à Fortaleza de Santa Cruz da Barra e ao Forte de São João (CASTRO, 2009). Também, que se levantassem as fortalezas da Ilha das Cobras e de Nossa Senhora da Conceição, ao interior da baía, a fim de evitar que se repetisse um bombardeamento da Cidade, como logrado por Duguay-Trouin. Embora tais realizações, a muralha proposta por Massé ligando a Fortaleza da Conceição ao Forte de São Sebastião não foi bem recebida pelos “moradores [que tinham] uma grande ingerência nos assuntos ligados ao planejamento das defesas da Cidade — situação que não era comum fora da colônia portuguesa na América” (CASTRO, 2009, p. 261).

Enquanto o engenheiro focava na defesa técnica da Cidade, os moradores respaldavam-se nas consequências disto no seu cotidiano., o muro restringia a vida, por mater de foram dos limites da Cidade as fontes de água; as liberdades, pela regulação dos acessos à cidade e a economia das famílias, pelo controle na cobrança dos impostos.

(...) o muro serviria para controlar a vida dos moradores, obrigando-os a transitar pelos portões, facilitando em muito o policiamento da cidade e de seus subúrbios e, principalmente, a cobrança de tributos. A muralha de Paris, por exemplo foi usada para a cobrança de impostos até 1870. (CASTRO, 2009, p. 214).

Cavalcanti (2004, p. 52) dá o tom do desprestígio do muro ao contar que muitos retiravam dela pedras para outras construções “sem encontrarem resistência alguma por parte das autoridades” e apresenta como argumento principal a falta de legitimidade da proposta, uma condição que ainda hoje se repete em muitos projetos:

(...) sendo elaborado por alguém que não dominava a realidade urbana local, a muralha de João Massé não conseguiu convencer a população sobre sua utilidade, nem aglutinar os diversos grupos que tinham influência sobre a cidade. (CAVALCANTI, 2004, p. 52).

Assim como o Plano Massé, outras propostas de aperfeiçoamento das defesas vieram como resposta à necessidade de melhoria das estruturas, dos equipamentos e das guarnições dos fortes. Suscitava-se o estabelecimento de fortes fora do perímetro da baía, de forma a bloquear investidas pelo flanco da Cidade, como promovido por Duclerc em 1710: “Começa-se, portanto, a se pensar no estabelecimento de redutos e baterias nas regiões do Leme, Ipanema e Copacabana. Para isso, vários planos de defesa foram elaborados, com plantas e desenhos de fortalezas.” (ARMADA, 2008, p.9).

Como iniciativa primeira, foi definida uma posição de Vigia, cujas sentinelas tinham a obrigação de alardear aos fortes da baía de Guanabara, a aproximação de navios pelo Atlântico Sul. Este posto de Vigia estabelecido a meados do século XVIII na Ponta do Leme inaugurou o sistema sul de defesa da Cidade, no antigo território de Socopenapã — hoje identificado com a valorizada zona-sul da cidade, nos valorizados bairros do Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico e Humaitá — complementar ao sistema primário localizado na baía de Guanabara.

## 4.2. Fortes conectam Socopenapã ao dinamismo da Cidade

Passados os ataques franceses a possessões portuguesas — inclusive à Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro — com a assinatura dos Tratados de Paz e Amizade de Utrecht (1713-1715) um novo intervalo de paz instalou-se na Europa. Mas,

(...) um ataque de surpresa sempre era plausível, como, de fato, ocorreria na Guerra da Sucessão Polonesa (1733-1738), um conflito no qual, oficialmente, não participou, mas que levou a ataques de dois membros da coalizão inimiga ao Brasil: a França ocupou a ilha de

Fernando de Noronha, sendo expulsa a força de armas, enquanto a Espanha cercou a colônia de Sacramento por dois anos (1735-1737), os ataques sendo repelidos. (CASTRO, 20015, p.3).

Mesmo assim, pode-se dizer que Portugal, com sua política de neutralidade, alcançou manter-se fora dos conflitos no continente europeu, por quase quatro décadas (CASTRO, 2009; FREIRE, 2005). Segundo Castro (2009), a calmaria — rompida no final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) — refletiu-se no Rio de Janeiro, levando a poucas realizações militares e, com a aplicação de recursos vedadas por Portugal, as fortificações caíram no abandono “a ponto de se perder, por incúria, muito do que foi feito na Cidade, entre 1710 e 1715” (CASTRO, 2009, p. 270).

Nestas circunstâncias, a várzea, voltou a ser foco no interesse da população.. Livre dos investimentos nos fortes, o capitão-geral do Rio de Janeiro, Antônio Gomes Freire de Andrade (1733-1763), canalizou os recursos para a melhoria da infraestrutura com a construção dos Arcos e do Chafariz da Carioca (CRULS, 1965), por exemplo. Paulatinamente, os imóveis se afastaram do espaço fortificado para instalaram-se por entre os Morros do Descanso, de São Bento, de Santo Antonio e da Conceição (CASTRO, 2009, CARDOSO *et. al.*, 1986, CRULS, 1965, ENDERS, 2008, PINHEIRO, 2010, PONDÉ, 1957).

Mas, embora na Cidade do Rio de Janeiro o clima fosse de aparente tranquilidade, seguiam-se as contendas entre Portugal e Espanha nas volúveis fronteiras da região do Rio da Prata. Como consequência, esforços diplomáticos resultaram na assinatura do Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha, em 1750 e a definição de novos limites resultou em um novo interregno de paz (MENDONÇA, 2013).

Mas, na Europa, os revezes entre as Coroas eram uma constante e logo depois estouraria a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), uma disputa de grandes proporções no ultramar, pelos domínios marítimo e comercial entre Coroas. Portugal obrigado a tomar posição, aliou-se à Inglaterra e, mais uma vez, polarizaram-se as relações com a Espanha passando à condição de inimiga ao associar-se à opositora França (MENDONÇA, 2013; FREIRE, 2005; CASTRO, 2002).

Nesta fase, Portugal estava fortemente empenhado em conservar a sua colônia americana — cuja riqueza proveniente dos impostos do ouro e dos diamantes era o sustentáculo da monarquia e do reino lusitano (CASTRO, 2002). Embora a França fosse um preocupação ainda como principal potencia, as atenções de Portugal voltavam-se

diretamente para a Espanha, devido às disputas de fronteiras, principalmente na região sul do Prata (MENDONÇA, 2013).

A intensa progressão do porto e da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro pela pujança derivada do ouro, se vê política e socialmente respaldada quando, em 1763, a Coroa decide transferir a Capital do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro. A mudança atendia às necessidades de melhor controle da produção e da cobrança dos impostos. Além disto, respondia a imperativos militares necessários à manutenção da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, base de apoio estratégico para o domínio do comércio português — e inglês —, na região do Rio da Prata.

No contexto de Capital da colônia portuguesa, a Cidade do Rio de Janeiro posicionou-se como a “cabeça e lócus articulador do território centro-sul da América e do espaço territorial do Atlântico” (BICALHO, 2008) e o porto institucionalizou-se como “instrumento primordial de agregação de valor” (CARVALHO, 2010, p.137). Segundo Bicalho (2011), a condição primaz do porto pode ser percebida em trechos das cartas dos governadores das capitanias do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, e de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza, emitidas ao Conde de Oeiras, o primeiro-ministro de Portugal. O governador do Rio de Janeiro exaltava as qualidades do porto como polo econômico e de defesa; o governador de São Paulo, a substancialidade da Cidade na continuidade da monarquia portuguesa, como se segue:

(...) Empório do Brasil, pois tem este porto as circunstâncias de uma posição e defesa fortíssima e de uma barra incomparável. As principais forças militares que há no Brasil nele se acham; aqui entram, saem e se manejam milhões (...) e a parte mais própria para dar socorros ao Norte ou ao Sul é sem questão este porto. (Carta de Gomes Freire de Andrade (1762) ao Conde de Oeiras, citada por Bicalho (2011, ONLINE)).

‘(...) pelas notícias e informações de pessoas práticas que incessantemente tenho ouvido desde que desembarquei, e por tudo o que tenho observado, considero hoje o Rio de Janeiro a chave deste Brasil pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os domínios de Espanha e pela dependência que desta cidade têm as Minas com o interior do país, ficando por este modo sendo [sic] uma das pedras fundamentais em que se afirma a nossa Monarquia e em que [se] segura uma parte muito principal de suas forças e das suas riquezas’. (Carta de D. Luiz Antônio de Souza (1765) ao Conde de Oeiras, citada por Bicalho (2011, ONLINE)).

Também, as condições socioculturais se veem referendadas pela elevação do *status quo* da Cidade. Sua nova condição de Capital do Estado do Brasil passou a atrair

diferentes tipos de profissionais portugueses membros da alta nobreza e servidores como militares, juristas e funcionários voltados à burocracia. Novos e diversos moradores chegavam de Portugal, influenciados pelo Iluminismo. Médicos, boticários, botânicos, naturalistas, inventores, advogados, professores, religiosos, livreiros, calígrafos, músicos, ourives, arquitetos, alfaiates, etc. enriqueciam o ambiente cultural da Cidade com novos valores. Com hábitos cosmopolitas voltados à convivência e à sociabilidade, a sociedade se transformava e o modelo medieval da Cidade — de cunho eminentemente militar e apegado às representações religiosas — começou a perder espaço (CAVALCANTI, 2004). Assim, não por acaso, no ano de 1790, a Cidade abriu mão do santo no seu nome e para assumir-se apenas como Rio de Janeiro:

Nas últimas décadas do século XVIII a cidade passa a ser a mais importante do Vice-reino e no final dos anos 90 desse século é estruturada para uma eventual transferência do Governo Português para São Sebastião do Rio de Janeiro, que passa a ser conhecida apenas por Rio de Janeiro. (GAZZANEO, 2013, p. 161).

A nova feição orientada pela Razão e pela Ciência manifestava-se não apenas na mudança do nome, mas também, no exercício da Cidade na visão ilustrada, como espaço de sociabilidade e como núcleo de geração e irradiação do pensamento (LIRA, 2009; CARVALHO, 2008 e 2010; FRANCO, 2007). E é justamente neste contexto, que a Lagoa do Boqueirão — até então um entrave para os viajantes que rumavam para os arrabaldes de Socopenapã se vê assimilada e, ausente de sua expressão primitiva e funcionalidade rural, torna-se parte da Cidade.

O antigo lugar desestimado onde “a povoação da cidade interrompia-se naquele ponto, onde apenas se viam três ou quatro humildes casinhas, e entre essas uma quase à beira da lagoa” (MACEDO, 2005, p. 87) cedeu campo à civilidade modernizante. As imundícies, os miasmas e o ar fétido foram dominados pelo aterramento e deram lugar ao Passeio Público, um sítio baseados na estética geométrica, na utilidade da higiene e no deleite do contato com uma natureza organizada; o primeiro espaço público especificamente planejado para o bem-estar e a troca de ideias (BARCELLOS, 2013; LIRA, 2013; CAVALCANTI, 2010; CARVALHO 2008).

A ex-lagoa do Boqueirão da Ajuda transmutada em Passeio Público aberto ao grande público em 1793, contou, nos seus primeiros dez anos, com a frequência exclusiva das “figuras mais importantes da cidade, a chamada ‘boa sociedade’; um ponto de encontro da sociedade, local onde as famílias do final do século XVIII se

reuniam e divertiam-se em rodas de modinha, lundus, cantigas e leituras de versos” (MACHADO, 2005, p. 52).

No final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), para suportar as pressões da coligação entre França e Espanha, Portugal precisou ajustar suas capacidades militares, significativamente defasadas depois de um período de quase 40 anos de relativa paz. “Sem ameaças exteriores e com a necessidade interna de diminuir o poder do exército, o governo de D. José [1750 a 1777] descuroou completamente o seu aparelho militar” (FREIRE, 2005, p. 144). ”. Soma-se a isto, a drenagem de recursos para a reconstrução de Lisboa, devastada pelo forte terremoto, em 1755.

No contexto das relações políticas e econômicas, Portugal recorreu à Inglaterra, que já ostentava o domínio comercial dos mares, com a finalidade de tornar o porto e a Cidade do Rio de Janeiro em um conjunto militarmente inexpugnável (CASTRO 2009, FERREZ, 1972; SOUSA, 1885). Segundo Armada (2008, p.10), foi neste período que “os portugueses tiveram a certeza de que as defesas do Rio de Janeiro e de seu porto deveriam abranger uma área que extrapolasse os limites da baía de Guanabara.

Com o apoio inglês, foi contratado o renomado militar e político alemão Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe — Conde de Lippe para os portugueses —, que alcançou promover uma significativa reorganização da estrutura militar em Portugal, estendida também, ao Estado do Brasil (CASTRO, 2009; FREIRE, 2005; LUCENA, 2008). No Rio de Janeiro, a missão foi confiada por D. José I (1750- 1777) a dois engenheiros militares: o general Johann Heinrich Böhn e Jacques Funck (CASTRO, 2009, CAVALCANTI, 2010, ENDERS, 2008, SILVA TELLES, 1984). Um avultado conjunto de instruções e providencias foi acionado para reforçar a segurança, com a construção de fortalezas, quartéis e armazéns (CARVALHO, 2010).

Vale retomar que, em 1710, forças locais já haviam rechaçado uma tentativa de desembarque do corsário francês Duclerc, na praia da Copacabana. Após isto, respaldados pelo Plano de Gregório de Matos, ao longo do tempo, um colar de pequenos fortes foi levantado por governadores, com o apoio dos moradores. Tinha como objetivo bloquear outras tentativas de desembarque e de avanço por terra, até a Cidade. (CASTRO, 2009; FAZENDA, 1921, SOUSA, 1885). O conjunto iniciava em praias e promontórios ao interior da baía de Guanabara e, rumo ao sul, finalizava no litoral Atlântico, na praia do Arpoador, no território de Socopenapã:

Depois da invasão de Duguay-Trouin, os diversos governadores foram mandando elevar obras destacadas, de construção provisional ou passageira, para impedir desembarques nas praias do Vallongo, Moura, Santa-Luzia, Ajuda, Gloria, etc., e até nas *Memorias* de Duarte (...). Todos elles desapparecêrão; mas em uma carta topographica existente no arquivo militar, levantada em 1794 por ordem do Conde de Rezende, vê-se, que existia uma multidão de baterias e fortins em todo o contorno desde a Gamboa até á praia do Arpoador. (SOUSA, 1885, p.111).

A ideia de levantar fortificações fora da barra da baía de Guanabara já existia desde o final do século XVII e o Forte da Praia Vermelha foi o prenúncio disto. Ainda em 1702, já havia aparecido uma recomendação para a construção de fortes simples na praia de Socopenapã, não levada adiante, neste período:

(...) em 1702, uma comissão de militares recomendava que ‘na praia de Sacopenapã (Copacabana) se mandasse fazer uma plataforma de faxina na parte mais conveniente para a defesa da dita praia’ sugerindo também a construção de casas fortes para cortar ‘os passos’ dos vales por onde uma tropa desembarcada além da barra pudesse aproximar da cidade. (CASTRO (2009, pp.307-308 citando a Gilberto Ferrez (1972) citando a Álvaro da Silveira de Albuquerque *et al* (1702)).

Neste tempo de riqueza representada pelo ouro e pela intensa comercialização de escravos africanos não se desconsiderava a possibilidade de invasões à Cidade do Rio de Janeiro. Com a ponta da Urca já defendida pela fortificação da praia Vermelha, datada de 1680, as angras atlânticas mais ao sul, como as pontas do Leme e da Igrejinha de Copacabana, na praia de Socopenapã, mostravam-se vulneráveis. Da mesma forma, as águas mansas da Praia da Piaçava, ao interior da Lagoa Rodrigo de Freitas, separada da Praia Grande do Arpoador por uma restinga (CASTRO, 2009; GERSON, 2000).

Franceses continuavam a rondar a costa, mas a preocupação maior voltava-se aos espanhóis, adversários na região norte, no Amazonas e na região sul, no Prata. As reformas empreendidas pelo Conde de Lippe tiveram repercussões importantes no aperfeiçoamento da organização da defesa (ENDERS, 2008; SANTOS, s.d; SILVA TELLES, 1984). Se antes cada capitania atuava com seu próprio exército de forma isolada e insuficiente, sob o comando do Conde Lippe, os governadores passaram a receber instruções para ações em cooperação para, na medida do possível, somarem as forças e cobrir os vazios de pessoal, de um lugar para o outro (LUCENA, 2008).

Com estas novas ações, o modelo medieval de Cidade-fortaleza (CAVALCANTI, 2010) de núcleo compacto e protegido por muralhas cedeu espaço para fortes geograficamente dispersos integrados por forças móveis. Conduro (1989)

citado por Carvalho (2010) denominou Região-Fortificação a este novo modelo funcional. Tal concepção é corroborada por Castro (2009) quando cita as posições fortificadas do Leme e de São Clemente:

O período do Marques de Lavradio não se destacou por sua política defensiva, a não ser pela consolidação da idéia da defesa da cidade pelos moradores, que seriam mobilizados nos corpos de auxiliares. Propugnava-se (...) um sistema de defesas avançadas, para proteger dois dos possíveis locais de desembarque fora da baía: a Lagoa Rodrigo de Freitas e a Praia de Copacabana, através dos Fortes de São Clemente e do Leme, respectivamente. (...). Procurava-se com essas medidas levar a defesa para bem mais além, resguardando os acessos mais distantes à cidade, com novas fortificações e tropas móveis. (CASTRO, 2009, p. 280).

Na administração do marquês de Lavradio (1769-1778), em base ao programa de fortificações do Rio de Janeiro (1768) do general sueco Funck, novos fortes foram construídos e outros, reconstruídos (CASTRO, 2009). A referência tática seguia concentrada na defesa da barra para a proteção marítima do porto e da Cidade (BIELINSKI, 2002). Mas, para complementar a defesa ao sul da Cidade, fortes voltados foram levantados em áreas externas à baía de Guanabara, de forma a cortarem o passo de tropas inimigas que porventura alcançassem desembarcar nas pontas do Leme, de Copacabana e também, na Praia da Piaçava, na Lagoa Rodrigo de Freitas (ARMADA, 2008; CASTRO, 2009; SOUSA, 1885).

Não por acaso, nesta mesma época, a Cidade viria a ultrapassar o pequeno núcleo territorial resguardado pelos fortes dos morros do Descanso, de São Bento, de Santo Antonio e Conceição e assimilar aos seus limites urbanos áreas dos arrabaldes. Entre eles os de Botafogo, por uso do Caminho de São Clemente à lagoa de Socopenapã (CARDOSO *et. al.*, 1986; CASTRO, 2009; CAVALCANTI, 2010; CRULS, 1965; ENDERS, 2008; PINHEIRO, 2010, PONDÉ, 1957).

Os fortes de Socopenapã mostravam-se mais alinhados com o modelo de defesa Região-Fortificação (CONDURO, 1989 citado por CARVALHO, 2010) que o anterior de Cidade-Fortaleza (CAVALCANTI, 2010). Um modelo que, embora mais flexível e ágil no posicionamento e uso das estruturas, não bastou para solucionar a falta crônica de pessoal para operacionalizar tantos fortes, em um modelo ainda baseado na guerra de posições sustentada nas estruturas fortificadas (CASTRO, 2009).

A Cidade perdia parte de sua população para as dinâmicas e ricas cidades mineiras de Ouro Preto e Diamantina, assim como para dar sustentação militar à Nova

Colônia de Sacramento nos embates entre portugueses e espanhóis no Atlântico Sul. Com este cenário, ao final do governo do marquês de Lavradio (1769-1778), o antigo território relacionado à biodiversidade, pelos ecossistemas associados aos socós dos indígenas e à religiosidade, pela louvação dedicada à imagem de Nossa Senhora de Copacabana dos católicos, ganhou mais uma dimensão de identidade — a da segurança, pela construção de fortes de defesa externa, complementar à baía de Guanabara.

Depois da Vigia da Ponta do Leme, outros fortes vieram para conformar as defesas da face sul da Cidade do Rio de Janeiro, como se verá no tópico a seguir. Na atualidade, o Forte de Copacabana, na antiga ponta da Copacabana e o Forte Duque de Caxias, na Ponta do Leme, apresentam-se como os representantes contemporâneos deste conjunto de fortes do sistema de defesa sul da Cidade.

### 4.3. Os fortes da Ponta do Leme de Socopenapan

Componentes fundamentais dos sistemas de defesa de costa, notadamente no período colonial e imperial, os fortes foram os responsáveis pela integração funcional da Ponta do Leme de Socopenapã. Foram as defesas militares ali implantadas que conectaram este grande areal dos arrabaldes — com vários alagadiços onde existiam (...) cajueiros, pitangueiras, araçázeiros, ananazes; cactos e bromélias; preás, tatus e socós ”(BERGER & BERGER, 1959, p.21). — à vida político-administrativa da dinâmica Cidade do Rio de Janeiro.

As reais possibilidades de invasão da Cidade do Rio de Janeiro, motivadas pelos conflitos entre Coroas da Europa, apontavam para a necessidade de se fortificarem as praias de águas mais calmas. Vale lembrar conforme dito anteriormente, que Van Noort desembarcou alguns de seus homens na Praia Vermelha em 1595, justamente porque estava vazia de fortes, nesta época. Assim, a preocupação para com a vulnerabilidade da praia de Socopenapã já era antiga:

‘(...) em 1702, uma comissão de militares recomendava que “na praia de Sacopenapã (Copacabana) se mandasse fazer uma plataforma de faxina na parte mais conveniente para a defesa da dita praia” sugerindo também a construção de casas fortes para cortar “os passos” os vales por onde uma tropa desembarcada além da barra pudesse se aproximar da cidade’. (Albuquerque (1702) citado por Ferrez (1969, p. 227) citado por Castro (2009, p. 307)).

Castro (2009) e Sousa (1885) concordam que a frustrada tentativa de desembarque de Duclerc, em 1710, justamente pela praia de Socopenapã, pôs em relevo

a necessidade de posições fortificadas nesta zona. E, como já enunciado antes, em um promontório da Ponta do Leme da Praia de Socopenapã (FIGURA 8), foi estabelecida uma Vigia para observação e alerta quanto à aproximação de navios rumo à barra da baía de Guanabara, via Atlântico Sul.

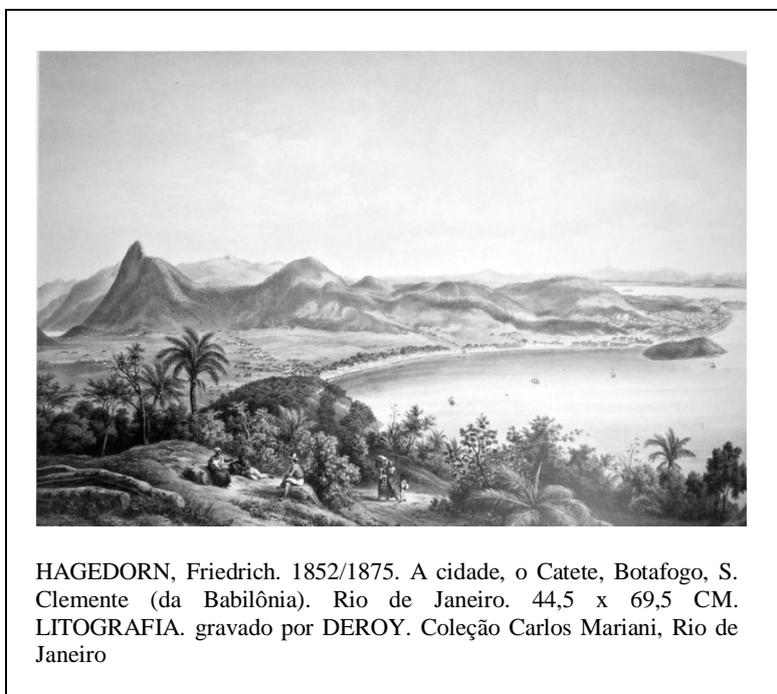


Figura 8: Vista do Morro da Babilônia para a praia de Botafogo.

Fonte: Ferrez (1965, p. 306).

Ao final do século XVIII, com o Rio de Janeiro já como capital do Estado do Brasil, a Coroa portuguesa viu-se compelida a aportar recursos na melhoria das defesas, para a melhoria no controle do fluxo de entrada na baía de Guanabara. Mas, também nos arrabaldes, cabia barrar os acessos pelas praias atlânticas ao sul da Cidade. Durante o governo do marquês de Lavradio (1769-1778), várias iniciativas foram tomadas e em Socopenapã, três fortificações foram estabelecidas; segundo a classificação de Castro (2009): o Forte da Vigia (I), a Bateria/Reduto do Leme e a Bateria de São Clemente/Forte da Piaçava, na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Em 1808, a instalação da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro alterou o *status* político e social da Cidade que, de uma hora para outra, passou a acolher a nata da monarquia portuguesa. Mas, se por um lado, a retirada da Corte para o Brasil trazia alívio aos escapados reais, por outro, aos cariocas da colônia, desprovidos de fortificações tão poderosas quanto as da metrópole, fazia aumentar o risco de ataques.

No contexto das Guerras Napoleônicas (1803-1815), a ocupação de Portugal pelas forças franco-espanholas, em 1807, reavivava a memória das invasões francesas do século anterior (SOUSA 1885). Segundo este historiador, a presença de D. João VI e da Corte portuguesa no Brasil incomodou o general Victor Hughes ex-governador de Caiena, capital da colônia francesa, que se ofereceu a Napoleão para um ataque.

Com as evidentes tensões, “o príncipe regente incumbiu ao almirante Sir Sidney Smith de estudar e formular um plano de fortificação adaptado á toda á costa, desde a barra até a Ilha-Grande (...).” (SOUSA, 1885, p. 40). Mas, segundo Bediaga (2007), a ambição da França de Napoleão não se resumia à posse territorial de Portugal. Para o autor, neste início de século XIX, em pleno Iluminismo português, interessava aos franceses o importante conhecimento científico organizado nas emblemáticas coleções de plantas tropicais do Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, de uso aplicado à farmacopeia, à agricultura e à arte botânica:

A ordem do general Junot, por ocasião da invasão francesa a Portugal em 1808, para que se recolhesse todo aquele acervo botânico e o enviassem ao Jardin des Plantes, em Paris (Castelo-Branco, 2000), dá a dimensão da sua importância. (BEDIAGA 2007, p. 1136).

Sousa (1885) notifica que, neste caso, nem o ataque do general francês Victor Hughes aconteceu, e nem, tampouco, o projeto de fortificação da costa solicitado por D. João VI ao almirante da Real Armada Britânica, Sir Sidney. Tal notícia, contudo, deixava patente a necessidade de novas melhorias nas condições de defesa, a começar pela fabricação local da pólvora, cuja produção, até então, estava proibida na colônia. De forma que, em 1808, por ordem real, inicia-se a construção da Real Fábrica de Pólvora na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, como se verá adiante.

Na onda do fortalecimento da defesa do porto e da Cidade, em 1819 foi elaborado um novo plano de construção de fortes, cuja porção referente à Ponta do Leme e Lagoa Rodrigo de Freitas está representada no Trecho da Planta Topográfica do Terreno ao Sul da Cidade do Rio de Janeiro, Compreendido entre a Dita Cidade e o Oceano (FIGURA 9). Como uma proposta que, parece, ainda necessitava da adesão dos governantes para sair do papel, consta nessa Planta o seguinte texto persuasivo: “Levantada em outubro de 1819 pelo inspetor de engenheiros com o projeto de Fortificações a fazer, para evitar o desembarque na Costa, e no caso deste se efetuar, poderem avançar os desembarcados para a cidade” (BRASIL – Inspetor de engenheiros do Exército, 1819).

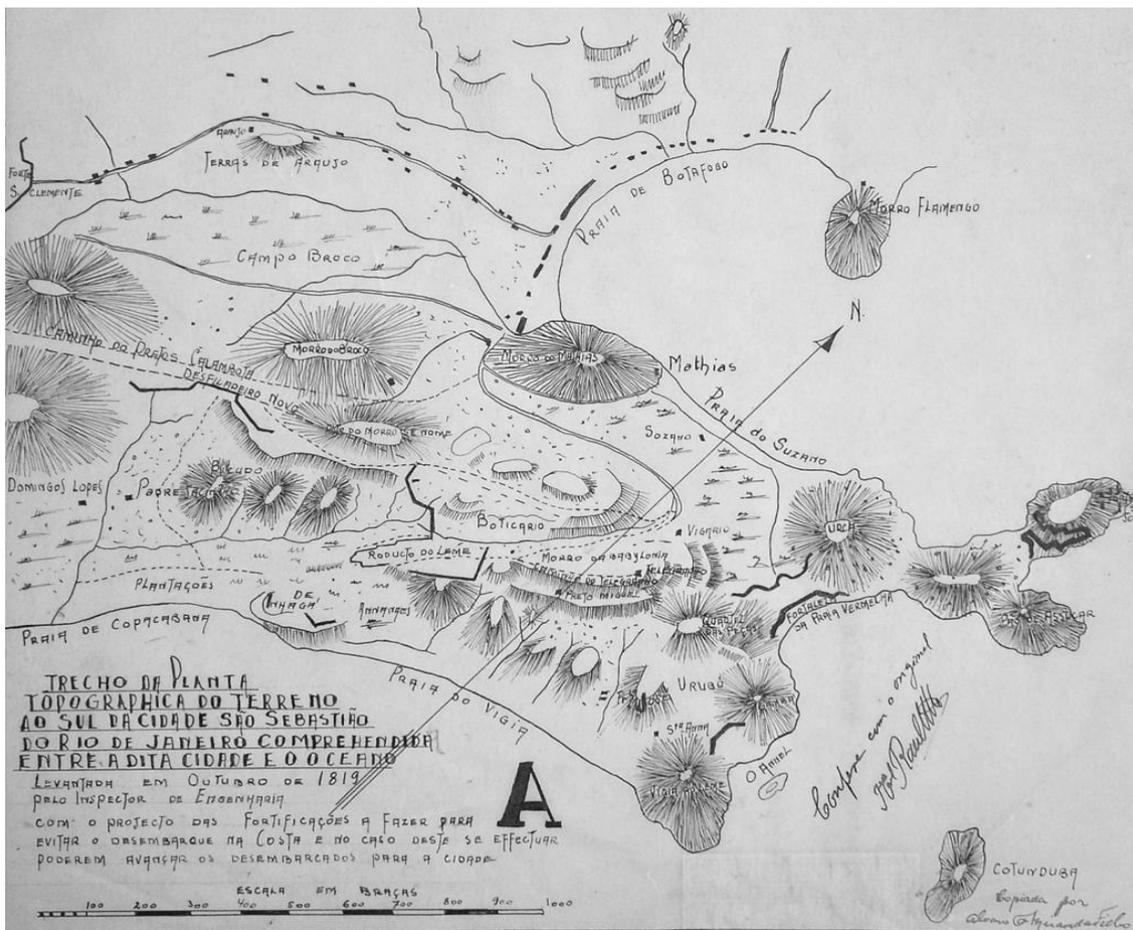


Figura 9: Proposta de defesa da Ponta do Leme, 1819.

Fonte: BRASIL – Inspetor de engenheiros do Exército (1819).

Dos fortes indicados na Planta Topográfica de 1819 que chegaram a ser executados, muitos sumiram sem deixar vestígios no local, talvez mesmo, devido a rusticidade das construções. No senso prático pautado pela eficiência, os engenheiros militares portugueses buscavam “os melhores resultados, com o mínimo de dispêndio de pessoal” nas construções (CASTRO, 2009, p.55).

Nesta perspectiva, consideravam mais oportuno o abandono das baterias, redutos e fortes avariados do que realizar maiores gastos na melhoria e recuperação dos mesmos — a não ser quando possuíssem uma posição estratégica diferenciada, que justificasse tais investimentos. Dos fortes do Sistema de Defesa Leme-Lagoa Rodrigo de Freitas, o que se pode ver ainda atualmente, são as ruínas do Forte do Leme que se encontram no alto da Ladeira do Leme. Ali estão resquícios de uma construção em arcos de 1824 e, ao que tudo indica um reforço às defesas internas, no período imediato à Independência do Brasil (CASTRO, 2009). Essa é a fase áurea dos antigos fortes da Ponta do Leme.

No período da Regência (1831- 1840), as forças armadas “consideradas uma ferramenta do autoritarismo do imperador [D. Pedro I], eram observadas com desconfiança pelo novo regime (...). Oficiais estrangeiros, especialmente os de origem portuguesa, foram demitidos” (CASTRO, 2009, p. 91). O decreto de desarmamento dos fortes em dezembro de 1831 definiu um estado de latência operacional que em casos levou ao abandono dos prédios. No Rio de Janeiro, garantia-se ainda um mínimo de pessoal para o asseio das instalações; insuficientes, porém, para o manejo da artilharia, no caso de alguma emergência (CASTRO, 2009).

No Rio de Janeiro, O Ministro da Guerra determinou que Santa Cruz e São João fossem colocados em ‘meio armamento’, enquanto os fortes do Pico, Praia de Fora, Gragoatá, Boa Viagem, Praia Vermelha, Anel, Vigia, Copacabana e os situados ‘desde o Leme a São Clemente’ ficassem com pessoal reduzido — tres ou quatro homens em cada-para a guarda do material. (CASTRO, 2009, p. 386).

No século XIX, quando na Questão Christie (1862 a 1865) se instalou um clima de tensão entre Brasil e Inglaterra, novas construções foram definidas para o Rio de Janeiro. Contudo, ao final de 1863, a explosão da Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai) viria a alterar toda essa situação:

Em janeiro de 1866, por decisão ministerial, foram reduzidas as verbas para a construção de defesas, com oito obras em andamento: Santa Cruz, São João, Imbuí, Guanabara (Anel), Vigia, morro da Viúva, Gragoatá e Pico. (CASTRO, 2009, p. 393).

Pouco depois, devido à evolução dos armamentos e dos materiais empregados nas estruturas de defesa, as antigas fortificações veem-se superadas. Nesta fase de afirmação inicial da República, no alto do Morro do Leme, antigo Morro da Vigia, estabeleceu-se um forte moderno, de concreto armado e poderosos canhões obuseiros, indicados para superar as poderosas capacidades de possíveis ataques navais. Na sequência, passa-se a uma apresentação das estruturas que conformaram o antigo território fortificado de Socopenapã, onde se insere a Ponta do Leme.

## O Forte da Vigia (I)

O Forte da Vigia (I) (Castro, 2009) tinha como função observar e comunicar ao Forte de São Sebastião, situado na Cidade, no Morro do Descanso, sobre os navios provenientes do Atlântico Sul que rumavam para a barra da baía de Guanabara.

Segundo o mesmo autor, o ponto exato deste forte que não deixou vestígios, não é consenso entre os estudiosos.

O historiador levanta a impossibilidade do Forte da Vigia ter sido construído no alto do Morro do Leme, como citado em bibliografias e meios de divulgação, inclusive do próprio Exército Brasileiro. Afirma, ainda, que a carta do marquês de Lavradio de 8 de janeiro de 1777 traz indícios objetivos e suficientes para respaldar a tese de que o Forte da Vigia — ou da Espia, como também era chamado — estivesse localizado no vizinho Morro da Babilônia.

Antes de seguir com a linha de argumentação deste autor, vale ressaltar a proximidade de uso dos aquartelados no Forte da Praia Vermelha, contíguo ao Morro da Babilônia, indicada pelo marques de Lavradio: “infinitas gentes” engenhavam formas de se chegar ao topo, auxiliadas ou não por um “grosso cabo que corria todo o comprimento dessa pedra” (Carta de 8 de janeiro de 1777 do marquês de Lavradio citado por Castro (2009, p. 306). A divulgação de que até mesmo o eminente Tenente-General Böhn desfrutava da divertida experiência aumentava o prestígio do Morro da Babilônia, ponto culminante da Ponta do Leme:

‘Essa pedra era um dos grandes divertimentos daquela fortaleza, porque a todo o instante se estavam infinitas gentes exercitando no modo de subi-la, e muitos havia que a subiam sem se pegar no cabo, indo direitos, levando algumas coisas à cabeça e desciam por ela do mesmo modo, quase todos iam fazer dessas experiências, até o tenente-General José Henrique Böhm] a foi fazer’. (Carta do marquês de Lavradio de 8 de janeiro de 1777 citada por Castro (2009, p.306).

Mais adiante, na mesma carta, o vice-rei noticia ter dado a ordem de estabelecimento de uma bateria “que fica comandando toda a fortaleza [da Praia Vermelha] e todas as praias e está em um lugar muito dificultoso de arriscado acesso” (CASTRO, 2009, p. 306). Para este autor, esta frase aponta para a impossibilidade do Forte da Vigia situar-se no alto do Morro do Leme, uma vez que deste não se pode avistar a Praia Vermelha:

Essa passagem é importante, pois deixa claro que o Forte [da Vigia] ficava sobre o Forte da Praia Vermelha, o que não seria possível no local que é historicamente chamado da Vigia, na extremidade da Praia do Leme, logo, não correspondia ao forte atualmente existente. (CASTRO, 2009, p.306).

O historiador levanta a hipótese de que a posição da Vigia (I) sequer tenha existido e, se o foi, teve história breve “pois não aparece na lista de fortes existentes no

Rio de 1789 nem nos planos do [vice-rei] Conde de Resende [1790-1801]” (CASTRO, 2009, p. 306). O estudioso, contudo avança com informações que respaldam a hipótese de existência, ao indicar o registro de uma fortificação chamada “da Vigia (I)” no período do Primeiro Reinado (1822-1831), que, embora tivesse como função primária a observação, “em 1829, estava armada com dois canhões” (CASTRO, 2009, p.307).

Mas, não sendo a autora deste tese uma historiadora, nem o aprofundamento sobre cada posição fortificada a linha deste documento, encerra-se aqui o debate sobre a existencia e a localização do Forte da Vigia. Deixa-se, então aos mais versados no tema, o encargo de aprofundamento desta matéria, como bem o aponta Vieira Fazenda: “Ora, eis ahi um poncto a estudar e digno de atenção dos sabedores da matéria” (FAZENDA, 1921, p. 169).

## A Bateria do Leme

A Bateria do Leme — também chamada de Forte do Leme em alguns documentos da época — foi uma estrutura de defesa de grandes dimensões construída no governo do marquês de Lavradio (1769-1778) para proteger a Cidade do Rio de Janeiro de tropas inimigas desembarcadas na praia da Vigia na Ponta do Leme de Socopenapã (CASTRO, 2009). Ainda segundo este autor, a Bateria tomava o topo da ladeira do Caminho do Leme — em um ponto conhecido como Desfiladeiro do Leme —, de forma a cortar o passo na única passagem que conectava, à época, a praia da Vigia, no Atlântico, com a praia de Botafogo, na baía de Guanabara. As condições precárias em que se encontrava a fortificação atestavam a necessidade das reformas acontecidas no âmbito da independência do Brasil, no Plano de 1822:

‘Os parapeitos que olham para a barra estão destruídos, bem como as plataformas e o resto dos parapeitos, que são de alvenaria, carecem de algum conserto e bem assim o quartel e casa de palamenta que estão ameaçando ruína’. (Torres e Andrea (1822) citados por Castro (2009, p.308)).

A Bateria do Leme ganhou, além da reforma, uma posição vizinha e complementar: em 1822 o Forte do Leme (CASTRO, 2009) foi então, construído no mesmo local, sem perdas ou destruição da Bateria já existente.

## A Bateria de São Clemente/Forte da Piaçava

Em 1777, a cavaleiro da praia da Piaçava, entre os dois montes da garganta do Humaitá, foi levantada, a bateria de São Clemente também conhecida como Forte da

Piaçava: “(...) uma das obras complementares à defesa da cidade, construída pelo Marques de Lavradio para a defesa do Rio de Janeiro contra um possível desembarque nas praias de Ipanema e Leblon” (CASTRO, 2009, p. 304). A posição foi definida de forma a bloquear o passo daqueles que, desembarcando no pequeno ancoradouro da praia da Piaçava, na Lagoa Rodrigo de Freitas<sup>39</sup>, pretendessem avançar rumo à Cidade, via a praia de Botafogo (BARATA & GASPAS, 2015) (FIGURA 10).

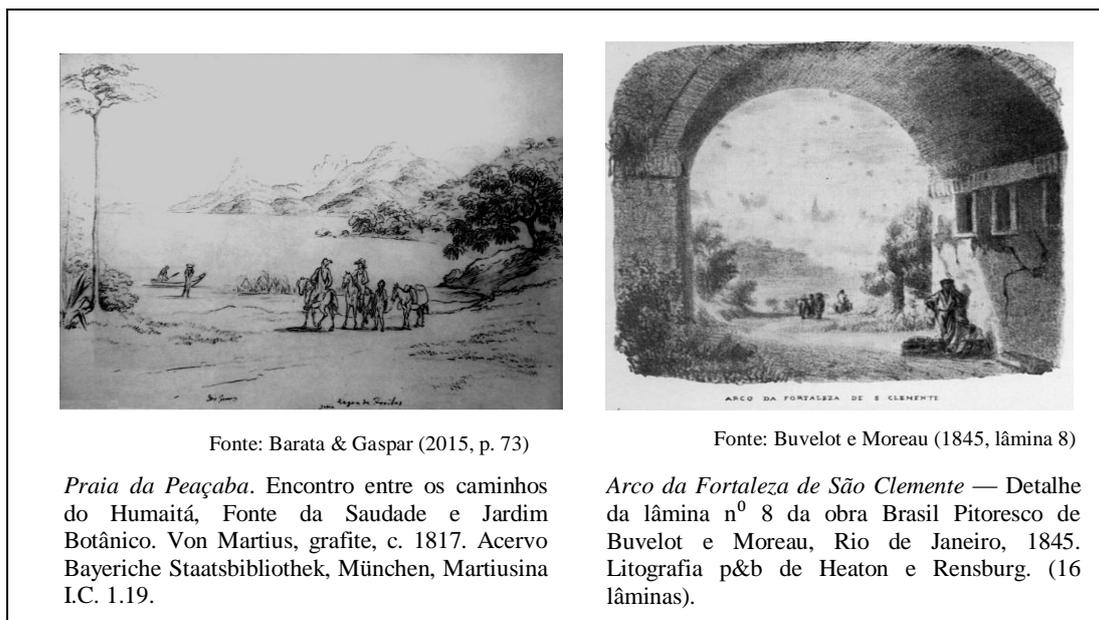


Figura 10: O trânsito da bateria da Piaçava/Forte de São Clemente para controle do passo entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e a Praia de Botafogo.

Fonte: Barata & Gaspar (2015, p. 73) e Buvelot e Moreau (1845, lâmina 8).

Desassistido pelo Conde de Resende (1790-1801), que considerava este forte inútil, teve seu abandono percebido já em 1793, pela presença de apenas quatro artilheiros — “insuficiente até para a manutenção regular da posição” (CASTRO, 2009, p. 304). Segundo este historiador, um documento de 1822 chama atenção para a condição de risco do forte, exposto a ação de grileiros, condição superada pela presença militar: em 1824, “o Coronel (...) escrevia ao Ministro da Justiça pedindo cem serventes para concluir a fortificação de campanha de São Clemente no prazo de um mês” (CASTRO, 2009, p. 304).

<sup>39</sup> Segundo BARATA & GASPAS (2015), antigamente, um canal de cerca de 200 metros comunicava a Lagoa Rodrigo de Freitas ao mar, cujo fluxo de águas era interrompido em algumas épocas, quando da formação de grandes bancos de areia.

É interessante notar que nesta fase, o Forte da Piaçava foi considerado “de muito interesse, [pois] faz sistema com as [baterias] do lado de Copacabana e Leme e, portanto, deve-se levar-se ao seu complemento” (Ofício do Brigadeiro Antônio Elisário de Miranda e Brito ao General Manoel da Fonseca Lima e Silva citado por CASTRO, 2009, p. 304). Castro (2009) notifica que o posto de comando deste sistema ficava no Forte da Piaçava, na Lagoa Rodrigo de Freitas (CASTRO, 2009), possivelmente pelos acessos que facilitavam a invasão da Cidade: pelo caminho da Lagoa e rio Berquó e também, pela Rua de São Clemente, à esta data, já tornada pública.

Ao longo dos anos, a praia da Piaçava cedeu campo para um aterro e, no contexto da expansão urbana, a área do forte foi espremida por moradias. Aos curiosos, Barata & Gaspar (2015) apresentam como referência da localização deste antigo forte, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Presidente Agostinho Neto, na ladeira do Humaitá. No local, se pode verificar a aproximação de dois morros neste ponto, condição propícia à instalação de controles de passo, conforme a litografia Arco da Fortaleza de São Clemente, de 1845, mostrada anteriormente. Segundo Castro (2009, p. 306), uma caronada de 12 libras oriunda deste forte está depositada no acervo do Museu Histórico Nacional.

### A Real Fábrica de Pólvora na Lagoa Rodrigo de Freitas

Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, era importante efetivar a produção da pólvora, propelente das munições, até então, de fabricação proibida na colônia. Para isso, o antigo Engenho D’ El Rei, de posse de Rodrigo de Freitas, foi desapropriado e incorporado aos Próprios Nacionais sob a denominação de Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas (BEDIAGA, 2007; MAPA, s.d.). Em uma porção dela, em 1810, entrou em funcionamento a Real Fábrica de Pólvora, cujas ruínas e peças remanescentes se encontram preservados no Museu – Sítio Arqueológico Casa dos Pilões, ao interior do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Gerson (2000) conta que D. João VI trafegava de carruagem pelas vias esburacadas até a praia da Piaçava, de onde partia de canoa para as inspeções da fábrica de pólvora e do Real Horto — depois Jardim Botânico. No entanto, em 1823, devido ao crescimento do número de moradias naquelas paragens e à redução da força motriz fundamental ao funcionamento da fábrica, a fabricação do explosivo passou a ser feita no distrito de Magé (BARATA & GASPARG, 2015; MAPA, s.d).

## A Estação do Telégrafo Ótico do Morro da Babilônia

O posto de telégrafo da Ponta do Leme, indicado na Planta Topográfica de 1819, fazia parte de um sistema de comunicação entre fortes da baía de Guanabara, conhecido como telégrafo semafórico ótico por bandeiras. Compunha-se de um conjunto de postos semafóricos posicionados em diferentes fortes, cuja comunicação acontecia pela emissão de sinais de alerta com visualização a olho nu ou por lunetas, para informar sobre a aproximação de navios, inimigos ou comerciais.

O chamado Caminho do Telégrafo seguia do Reduto do Leme até o topo do Morro do Telégrafo (atual Babilônia), onde havia um posto sinalizador (SENNÁ, 1993) — um telégrafo semafórico ótico por bandeiras. Segundo Liberato de Castro Carreira (1889, p. 783) citado por Rabello (1979, p. 407) o posto semafórico no alto do Morro da Babilônia — ou Morro do Telégrafo — integrava-se a um sistema com postos presentes também no Forte de Villegagnon, na Fortaleza de Santa Cruz e no Morro do Castelo (antigo Morro do Descanso). Embora registros históricos confirmem o uso do telégrafo ótico em fortes da baía de Guanabara, o início de seu funcionamento não encontra exatidão:

Quanto à data de sua instalação do telégrafo [ótico por bandeiras] não sabemos se realmente foi em 1775, como afirmam SMITH e FERREZ [citando a Sousa, 1885], ou anteriormente. De qualquer forma, poderíamos conjecturar, caso realmente a data fosse esta, se tal iniciativa não procurava levar em conta o fato de o Rio de Janeiro ser a nova Capital (desde 1763), ou a prevenção de novos ataques, como ocorreram no princípio do século com Duclerc e Duguay-Trouin, ou finalmente uma precaução tendo em vista a ameaça espanhola e as lutas nas fronteiras do sul. (RABELLO, 1979, p. 409).

Segundo Rabello (1979, p. 400), desde o início do século XIX, Portugal operava com um sistema de telégrafo entre Lisboa e Salvaterra para transmitir por códigos, notícias de alto interesse. Neste sentido, “se o telégrafo ótico de bandeiras (e quiçá de outras modalidades) já era comumente usado em Portugal, nada mais natural que (...) fosse introduzido no Brasil pelos portugueses” (RABELLO, 1979, p. 408).

Sabe-se que com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, em 1808, o posto do telégrafo ótico no Morro do Castelo consolidou-se como a central de comunicação do sistema de estações montadas em fortes ao longo da barra e também, a da Quinta da Boa Vista (ANTUNES, 2001, ONLINE; RABELLO, 1979, p. 409).

Segundo Castro (2007, p. 35), a linha chegou a expandir-se até Cabo Frio, no Rio de Janeiro, em 1816. O sistema de telegrafia ótica consistia em uma cadeia de

comunicação de torres embandeiradas. Tinha como função passar adiante as mensagens veiculadas pelas cores, formas geométricas e posições das bandeiras nos mastros, conhecidos como "*os sinais do Porto do Rio de Janeiro*" (FIGURA 11).

Em 1844, com a sede dos telégrafos no velho forte de São Sebastião, na Cidade, o sistema foi expandido até a fazenda Santa Cruz, residência de verão do Imperador com sua família: “eram cinco estações para atingir Santa Cruz, uma distância de apenas 55 km” (CASTRO, 2007, p. 36).

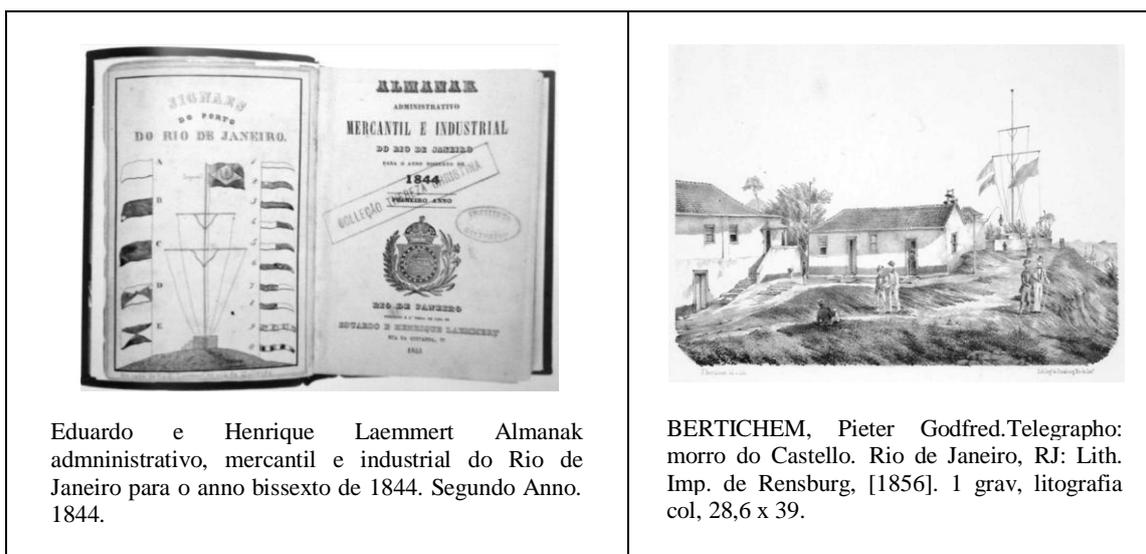


Figura 11: Os Sinais do Porto do Rio de Janeiro e o telégrafo no forte de São Sebastião.

Fonte: LAEMMERT&LAEMMERT(1844) e BERTICHEM (1856).

Para os moradores mais atentos, bastava que olhassem para as cores e posições das bandeiras nos mastros para saberem qual a nacionalidade do navio, o tipo de carga, o tempo de viagem e etc., dos navios que buscavam porto na baía de Guanabara. Além disso, os “Sinais do Porto do Rio de Janeiro” eram divulgados pelos almanaques ou afixados para o público nas portas das casas dos cidadãos abastados (RABELLO, 1979). O interessante é que a introdução do telégrafo elétrico no Brasil, em 1852, não destituiu imediatamente o ótico (ANTUNES, 2001). Este seguiu atuante em alguns locais, como a Fortaleza de Santa Cruz, que, “*communicava com a cidade pelo telegrapho optico do Castello, e pelo electrico da praça do commercio (...)*” (SOUSA, 1885, p. 104).

Quanto ao telégrafo semafórico do Leme, A Carta Topográfica de 1819 indica sua localização no Morro da Babilônia — por isso também chamado, antigamente, de Morro do Telégrafo e em algumas publicações referido como Morro dos Correios. No topo do morro da Babilônia, já não há mais resquícios do posto do telégrafo ótico por

bandeiras. Segundo o historiador Adler de Castro (comunicação direta em 13 de novembro de 2015), os vestígios de concreto armado que hoje lá se encontram, são do século XX, resquícios da base de uma antiga estação de radiotelégrafo da Marinha.

### O Reduto do Leme/Entrincheiramento do Leme

O Reduto do Leme — ou Entrincheiramento do Leme (ou Forte do Leme) — indicado na planta Topográfica de 1819, estava localizado na “parte mais baixa da Ladeira do Leme, em direção a Botafogo”, protegendo o lado oposto da Bateria do Leme (CASTRO, 2009, p. 308). O autor indica que, embora haja poucos registros sobre o mesmo, admite-se a possibilidade de que esta fortificação subordinada à Bateria do Leme fosse uma estrutura simples de faxina. O autor indica ainda que, em 1837 este Reduto constava na planta de levantamento dos terrenos deste local, que, atualmente, encontra-se ocupado com residências militares.

### O Forte do Desfiladeiro Novo e o Forte do Inhangá

O Forte do Desfiladeiro Novo presente na Planta Topográfica de 1819, localizava-se no Morro da Saudade, no local por em cima do atual Túnel Velho (CASTRO, 2009), “barrando a incursão de desembarcados na costa, através da baixada entre os morros dos Correios [Morro do Telégrafo, atual Morro da Babilônia] e São João” (COMISSÃO DEMARCADORA MISTA DOS TERRENOS DA UNIÃO, 1937). Segundo Castro (2009, p. 308), “relatórios [do Plano de 1822] indicam que a posição do Desfiladeiro Novo não tinha sido feita, nem o deveria ser, até se ter a certeza de que poderia ser completada antes de um ataque”.

Nesta pesquisa, a autora encontrou a confirmação de que alguma obra foi feita. Tais registros constam nos resultados da Comissão Demarcadora Mista dos Terrenos da União no Leme publicados no Diário Oficial da União, que tinha como “primeira tarefa a executar, a demarcação da zona de 15 braças em torno dos limbos exteriores dos velhos e novos fortes que guarnecem o litoral do Rio de Janeiro, todos constantes da carta de 1819, zona considerada de pleno Domínio da União” (COMISSÃO DEMARCADORA MISTA DOS TERRENOS DA UNIÃO NO LEME, 1936, p. 49).

A dita Comissão era composta por representantes militares e civis de forma a manter um equilíbrio entre as partes interessadas e afetadas, favorecendo a legitimidade dos resultados dos trabalhos. Atuou na verificação, a campo, dos limites domínios da União, “em vista de serem os terrenos que os cercam os mais valiosos sob o ponto de

vista locativo” (COMISSÃO DEMARCADORA MISTA DOS TERRENOS DA UNIÃO NO LEME, 1936, p. 49). Quanto ao Forte do Desfiladeiro, a Comissão registrava a existência de resquícios de sua construção, como se segue:

A reconstituição dos traçados e a demarcação conseqüente dos fortes do Reduto e do Desfiladeiro [Novo], nenhuma dificuldade oferecem, uma vez que ainda lá perduram vestígios das muralhas das obras antigas, conforme o reconhecimento constatado pela quasi unanimidade da Comissão. (COMISSÃO DEMARCADORA MISTA DOS TERRENOS DA UNIÃO NO LEME, 1936, p. 49).

Quanto ao forte do Inhangá, segundo Castro (2009) não há, até o momento, evidências que, ao contrário do Forte do Desfiladeiro Novo, comprovem a construção deste forte. O autor resalta que a Planta Topográfica de 1819 é apenas uma proposta e como outras, pode não ter sido totalmente executada. De forma que a comprovação da realização desta obra exige ainda, uma cuidadosa verificação.

## O Forte do Leme

Erguido como parte do programa de defesa de 1822, o Forte do Leme é considerado como “um caso exótico, já que foi feito de alvenaria de pedra, ao lado de uma construção já existente (a Bateria do Leme — ver), que não foi demolida” (CASTRO, 2009, p. 353). Segundo este autor, o forte do Leme cobria completamente, por meio de um entrincheiramento contínuo, o acesso pelo Caminho do Leme (FIGURA 12), como se segue: “(...) a fortificação era composta, (Sic) três segmentos separados: dois sobre a ladeira do Leme, em cada um de seus lados; o terceiro segmento é constituído da velha bateria colonial” (Planta dos terrenos da chacrinha do Leme, 1897 citada por Castro, 2009, p. 353).

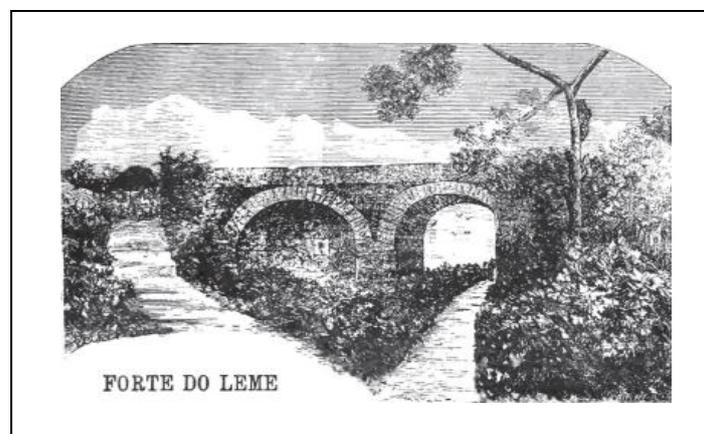


Figura 12: O trânsito fortificado do Forte do Leme.

Fonte: Becker (1918) (Detalhe).

## O Forte de Copacabana/Forte da Igrejinha de Copacabana

Embora no relatório do Ministro da Guerra de 1846, este forte apareça como inutilizado e desarmado (CASTRO, 2009, p. 353 citando a BARRETO, 1846 citando a AZEVEDO, 1846), em 1850, registros indicam que ainda havia um comandante no local (CASTRO, 2009). Segundo este historiador, boa parte da área deste antigo Forte do Leme de 1822, hoje está ocupada por residências militares, mas, ruínas ainda estão presentes no alto da Ladeira do Leme — atual ladeira Coelho Cintra, próximo ao nº 63.

Tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), estes vestígios correspondem ao “trecho central da cortina sobre a ladeira do Leme, com o trânsito fortificado e parte de uma face do baluarte, oculta por um prédio moderno” (CASTRO, 2009, p. 354). Segundo este autor, vestígios deste forte ainda podem ser avistados no alto da Ladeira do Leme. Invisíveis à população que pouco conhece sobre a história dos fortes, estas ruínas, são, por muitos, confundidas como um antigo aqueduto.

Em 1858, período pós-independência, estabeleceu-se na Ponta de Copacabana, sobre um dos rochedos ao lado da ermida, um forte rústico e improvisado (GERSON, 2000; QUEIROZ, 2014). O forte veio para somar-se às defesas estabelecidas na Ponta do Leme e com isso, reforçar a proteção da Cidade e do porto.

No contexto da cultura carioca, a estrutura militar levantada a meados do século XIX na antiga Ponta da Copa-Cabana, também conhecida como Ponta da Igrejinha, em função da imagem da Nossa Senhora de Copacabana, passou a ser chamada de Forte da Igrejinha, uma referência que durou por muitos anos, até que se consolidasse, já no século XX, como Forte de Copacabana (II), marco na engenharia militar do Brasil — por seus canhões de alta intensidade de ataque e por estruturas de defesa baseadas no aço e no concreto armado, avançadas tecnologias da época.

Inaugurado em 1914, em uma área ainda remota, em 1975 já estava envolvido pela malha urbana em expansão. Limitado em sua operacionalidade defensiva, o respeitado Forte de Copacabana foi desativado de suas funções bélicas (CASTRO, 2009). A partir de 1987, o Forte de Copacabana passou a ter uma função diferenciada no cenário carioca, voltada a um uso público com temas e atividades variadas. Atualmente, ali funciona uma organização militar de cunho cultural e gerida pelo Exército Brasileiro: o Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana, um dos mais visitados pontos turísticos do Rio de Janeiro.

## A Bateria do Anel e Forte Guanabara

Desde 1818, a praia do Anel, entre a praia Vermelha e a praia do Leme foi identificada como um ponto vulnerável às invasões inimiga. Assim, no contexto do Plano de 1822, uma trincheira e uma bateria foram estabelecidas e armadas com canhões e caronadas a meia altura da encosta e, no topo do Morro da Vigia, foi construído um parapeito para dar-lhes cobertura. Embora concluída em 1829, com o decreto de desarmamento dos fortes, de 1831, tal posição foi relegada e já em “1841, era considerado em ruínas. Hoje em dia, restam alguns vestígios dessa posição no meio da vegetação cerrada, na encosta do morro” (CASTRO, 2009, p. 355).

No contexto da Questão Christie (1862-1865), a antiga trincheira foi considerada “muito acanhada, incapaz de receber canhões”, pelo qual foi iniciada, à beira mar, a construção do que era para ser o Forte Guanabara. Vestígios do exigente e inconcluso entalhe das muralhas diretamente no costão rochoso ainda estão no local (CASTRO, 2009, p. 355).

## O Forte da Vigia II/Duque de Caxias

O historiador Adler Homero de Castro contesta a indicação fornecida por alguns autores, de que o Forte da Vigia teria sido construído no morro de mesmo nome, no ponto onde antes existira uma antiga fortificação elevada pelo marquês de Lavradio (ver o tópico Forte da Vigia I) e segundo ele, isto não é correto (CASTRO, 2009). Este historiador aponta que o Forte da Vigia (II) teve como projeto de origem, o Plano de defesa de 1898, com uma construção indicada para as proximidades do Forte de Copacabana; mas, que, por falta de recursos, não avançou, naquele momento.

Com os intensos avanços tecnológicos da artilharia mundial ocorridos entre 1898 e 1908, o plano foi aperfeiçoado e ajustado para as novas e melhores condições; inclusive, com alteração do local para o estabelecimento do novo forte. O local sugerido foi em um ponto a oeste da entrada da barra da baía de Guanabara, no topo do Morro do Leme, completando com mais uma posição, o território fortificado da Ponta do Leme.

Além do nivelamento do terreno, para a instalação de quatro poderosos obuseiros giratórios de 280 mm de fabricação alemã, fez-se necessária a escavação de poços, diretamente na pedra; um detalhe interessante pelo nível de esforço exigido. As obras iniciadas em 1913 tiveram que ser suspensas em 1917, com a adesão do Brasil à Guerra Mundial, em oposição à Alemanha (CASTRO, 2009). Findo o conflito, as obras

de instalação dos equipamentos de artilharia, de construção de casamatas de cimento armado e de edificação dos quartéis de paz, no sopé do morro para abrigar a guarnição, e do Quartel de Guerra, no alto do morro, foram finalizadas, em 1919.

Em 1935, o forte, até então popularmente conhecido como Forte do Leme <sup>40</sup>, recebeu o nome de Forte Duque de Caxias (Decreto nº 305 de 22 de julho de 1935) em homenagem ao Patrono do Exército, Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880). A partir de abril de 1965, no contexto da movimentação política do Brasil, este forte, operado pela 2ª bateria de Obuseiros de Costa (2ª Bia O Cos) perdeu seu efetivo e o caráter bélico entrou em estado de latência.

### O Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias

Em 1965, o Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro assumiu o funcionamento integral da fortificação e o antigo quartel de paz foi ocupado com atividades voltadas à formação dos oficiais militares. Como unidade militar não operacional o sítio recebeu ampliações para melhor acomodar a nova função, voltada para a educação do corpo militar. Salas de aula, biblioteca, alojamento para os oficiais estudantes, sala de conferências, cantina e uma bem montada área de educação física, entre outros, foram construídos para uso da corporação.

No contexto da polarização político-ideológica e as desconfianças que dominavam o cenário brasileiro das décadas de 1960 a 1980, este forte manteve o acesso restrito aos militares. A abertura oficial ao grande público veio a ocorrer, juntamente com outros antigos fortes de defesa de costa da baía de Guanabara, na década de 1990.

Atualmente, alguns fortes se reconfiguraram como patrimônio cultural aberto ao uso público. Com suas belas vistas e uma história conexa à da Cidade do Rio de Janeiro, por tanto tempo capital do Brasil, buscam por maior inserção social e econômica na atual sociedade carioca e brasileira. Na primeira condição, pela oferta de um espaço seguro e propício ao bem-estar dos visitantes moradores; na segunda, pela oferta de uma opção de espaço público aberto aos moradores, visitantes e turistas, como espaço de lazer e de conhecimento.

---

<sup>40</sup> Segundo o Major Giorgio Trindade (entrevista em 02 de junho de 2014), atualmente historiador especialista da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, não foram encontrados registros que oficialmente ratifiquem a denominação “Forte do Leme” para esta posição, embora popularmente muitos assim a identifiquem. A autora desta pesquisa encontrou na literatura, a citação da denominação genérica “Forte do Leme” para outras posições da Ponta do Leme e a diferentes épocas.

Em 2008, com a definição do Forte Duque de Caxias como Organização Militar Cultural do Exército, a fortificação passou a se chamar Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC). Atualmente, a porção correspondente à área do antigo quartel de guerra vive um momento de transição com a recente criação do Parque Municipal Paisagem Carioca, porém, encontra-se ainda, sob-responsabilidade militar da Divisão Forte Duque de Caxias. Uma mudança qualitativa significativa na trajetória futura deste forte que cresce pelo conhecimento e reconhecimento dos fortes na sua relação com a Cidade e seus moradores.

No que diz respeito ao Forte de Caxias, a sua relação com o antigo território fortificado de Socopenapã, é algo que pode interessar aos estudiosos e também, aos próprios visitantes que ali chegam em busca de informações e experiências. Saber que o Forte Duque de Caxias é o representante contemporâneo de um conjunto maior de posições militares historicamente dedicadas à defesa da Cidade — muitos deles levantados, inclusive, com apoio fundamental dos moradores do período colonial — enriquece e aumenta a oportunidade de interesse pelo atual forte, a partir da interface da história com diversos campos de conhecimento. Acrescenta-se a isto, a condição da Ponta do Leme do antigo território fortificado de Socopenapã ser em grande parte coincidente com os limites do atual Parque Natural Municipal Paisagem Carioca.

#### 4.4. Os fortes do passado conectam-se aos fortes do presente

No contexto das forças armadas, além da Diretoria do Patrimônio Histórico do Exército, (DPHCEx), também a sua correlata Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha vem trabalhando para desenvolver estudos que articulam a história militar com campos de diferentes disciplinas. Gama (2012), em artigo publicado nos Anais do I Encontro de Historiadores Militares, indica a ampliação da perspectiva de uma “história centrada em narrativas lineares de fatos históricos militares *per se*” (grifo da autora) para outra baseada “no uso de conceitos e métodos das ciências sociais pelo historiador, hoje instruído nas técnicas de pesquisa e com formação pluridisciplinar”. Ainda segundo a autora, “cabe agora, fazendo uso de novos campos de investigação na pesquisa da história militar, tratar do viés cultural” (GAMA 2012, p.276).

Assim, o presente capítulo contribui ao dar visibilidade a variados temas, muitos deles ainda presentes no contexto atual do Rio de Janeiro, na sua relação com os fortes, a Cidade e seus moradores, como por exemplo, a ecologia da baía de Guanabara, a

expansão urbana, a conservação da biodiversidade do bioma Mata Atlântica, a defesa de recursos econômicos estratégicos para o desenvolvimento da cidade nas escalas local, regional, nacional e internacional; a sensação de insegurança da população, o acesso e uso da água pelos moradores; as festividades; os caminhos históricos que cruzam os morros da zona sul; histórias e casos da relação de vizinhança entre os soldados aquartelados nos fortes coloniais e o entorno, entre outros.

O desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares junto aos fortes é importante para o aporte de informações de qualidade, úteis não somente aos acervos e elaborações acadêmicas, senão que também, ao conhecimento e reconhecimento por parte da população, tomando-se como foco estratégico os visitantes que chegam aos fortes. Segundo COSTA (2015, p.80), o conhecimento e a vivência gerados no contraste entre o antigo e o novo oferecem “uma tessitura única e saborosa, tanto para seus cidadãos como para seus visitantes”. A mesma autora corrobora a noção dos pontos de revitalização de Jane Jacobs (2011) quando afirma que

Ao tentar escapar do viés exclusivamente nostálgico que certos locais possam vir a ter e avaliá-los pelo potencial simbólico, existe a possibilidade de criar no interior do espaço urbano, lugares luminosos de existência, prazerosos, que contribuam para a manutenção e preservação da autoestima, inclusão e cidadania (...) em relação a um passado que ainda pode oferecer significados [frente a] manifestações peculiares da cidade. (COSTA, 2015, p.80).

Suspende-se aqui a trajetória interdisciplinar dos antigos fortes para avançar com informações e análises de experiências e acontecimentos ligados aos fortes do presente e que, portanto, tomam parte dos processos que aportam, neste início, à evolução dos fortes a partir uma mudança qualitativa significativa (JACOBS, 2011), ou seja, da perda de sua condição bélica distanciada da população, para outra: aberto a um tipo de visitação pública acessada pelos moradores, acionada por projetos enraizados, reconhecida pelos agentes situados e legitimada pelo conjunto maior da sociedade.

## 5. Os fortes no presente: o uso público em movimento

Como dito na introdução, foi a partir de 1990 que algumas fortificações do Rio de Janeiro começaram a experimentar novas funções ao serem ocupadas “com organizações militares diversas, assegurando a sua posse e conservação [em mãos do Exército], ao mesmo tempo em que as abria para a visita pública” (SANTOS JR., 2010, p.2).

A possibilidade de desenvolvimento de novas funções e usos para os antigos fortes de defesa de costa cresceu em escala a partir do ano de 2000, quando a Diretoria do Patrimônio Histórico e Militar (DPHCEx) iniciou um processo de mobilização interna ao Exército, em prol de uma gestão diferenciada em 154 fortificações distribuídas por todo o Brasil e transformadas em espaços culturais (SANTOS JR., 2013). Sob a gestão da DPHCEx, a possibilidade do desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo, à educação não formal, às expressões culturais, ao lazer e ao turismo vêm conquistando importantes adesões no âmbito interno da instituição, importantes para a internalização e amadurecimento desta perspectiva de uso e aproveitamento dos fortes.

Tais iniciativas inserem-se no âmbito das ações subsidiárias que complementam a principal função do Exército nestes tempos de paz, qual seja, a defesa das fronteiras brasileiras, na garantia da soberania nacional (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, s.d.). Esta condição secundária não destitui de importância as iniciativas de re funcionalização dos fortes, uma vez que estas fortalecem a conexão entre o Exército e a sociedade brasileira, como um todo: “. Marinha, Exército e Aeronáutica atuam diretamente junto a diversos segmentos da sociedade, participando da vida da população no apoio a eventos comunitários, ações cívico-sociais (...)” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014).

No caso dos fortes a condição de área militar cujos limites de segurança devem ser resguardados, foi um limite importante para refrear, na medida do possível, a intensa pressão de degradação causada pelo crescimento desordenado do Rio de Janeiro:

A presença do Exército inibe o ritmo de crescimento das favelas contíguas ao Forte do Leme, Chapéu Mangueira e Babilônia, mas não impede que ele aconteça, o que é visível nos morros da Babilônia e do

Urubu, e na Rua General Cardoso de Aguiar, por exemplo, que já estão povoados acima da cota de 80 metros, área sob administração do Exército. (STEPANSKY e SATHLER, 2004, p.6).

Com a malha urbana cada vez mais próxima e espaços livres com grande potencialidade para o lazer e turismo, iniciativas recentes apontam para movimentos institucionais voltados à abertura dos fortes à visitação pública.

Algumas delas se apegam a um modelo de visitação mais rígido, com acesso controlado por agendamento. Nestes casos, a gestão se faz com base à redução da complexidade da visitação e à restrição das exigências que surgem fora do âmbito militar. Outras seguem um modelo de visitação mais flexível, com estímulo à aproximação do grande público. Nestes casos, colocam-se em contato com diferentes dinâmicas e, com base a isto, buscam no apoio de outras instituições e organizações sociais, formas de resolver os problemas que, por sua complexidade, o Exército não pode resolver sozinho. Aceitam os processos de diálogo multiatores, com vistas a amplificar, por meio de sua rede de relações, as oportunidades de valorização e reconhecimento das fortificações militares, junto à sociedade carioca (FIGURA 13).

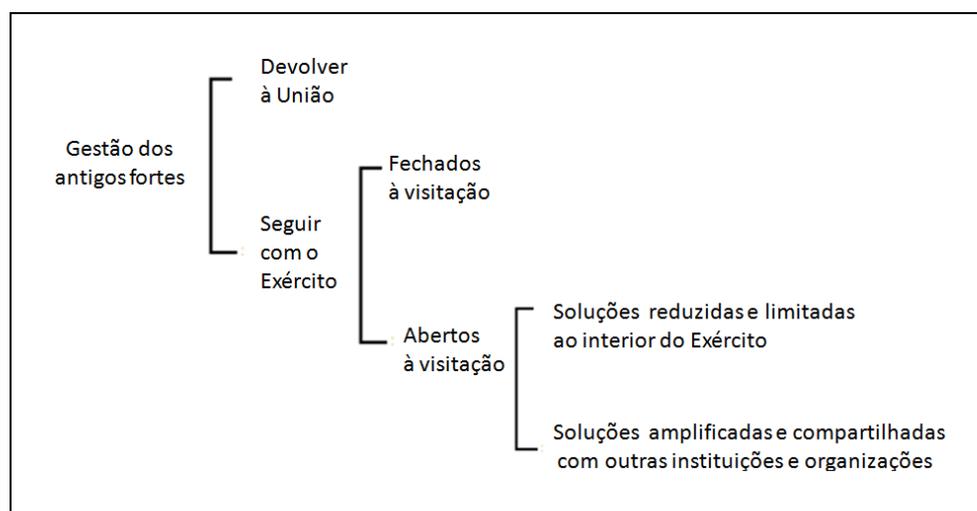


Figura 13: Escolhas e percursos na gestão da visitação nos antigos fortes militares

Fonte: Elaboração própria.

No percurso de abertura dos fortes ao uso público, Instrumentos internos foram elaborados<sup>41</sup> com a indicação de princípios, diretrizes, normas e regulamentos balizadores do processo. Enquanto marco legal, estas normas e regulamentos servem para delimitar no espectro institucional do Exército, as transformações que emergem do próprio processo de mudanças. Vale notar que, como um bem público de uso especial

<sup>41</sup> Alguns destes documentos podem ser acessados em [http://www.dphcex.ensino.eb.br/?page=norm\\_leg](http://www.dphcex.ensino.eb.br/?page=norm_leg)

pertencente à União e à disposição do Exército (CÓDIGO CIVIL, 2002), os fortes devem acolher funções minimamente compatíveis com as atribuições do Exército Brasileiro.

Santos Jr. (2013) e Lavrador (1996) fazem referência a quatro instrumentos que evidenciam o empenho do exército no acolhimento de novas funções nos antigos fortes de defesa fixa, de forma a conectá-los com dinâmicas da contemporaneidade, na busca de superação de uma inércia que, contrária aos desafios da revitalização, os reforça como rugosidades (SANTOS, 2012a). Citam-se os instrumentos de caráter nacional criados pelo Exército, que fazem interface com a visitação pública nos fortes em prol do seu reconhecimento e valorização, como patrimônio:

1. Diretriz para o Projeto Fortificações Históricas (1988)<sup>42</sup>;
2. Normas para a Abertura das Fortificações à Visitação Pública (2000);
3. Instruções gerais para a criação, organização, funcionamento e extinção dos espaços culturais (2001);
4. Normas para a elaboração, aprovação e execução de programas e projetos culturais (2010).

Segundo Santos Jr. (2013), as Normas para a Abertura das Fortificações à Visitação Pública foram de grande significação simbólica ao interior da corporação — por elas foi re-institucionalizado o acesso dos fortes históricos ao conjunto maior da população brasileira. Esta normativa, válida para todo o Brasil, conta com dois objetivos complementares (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2000):

O primeiro objetivo — “possibilitar a divulgação da história militar brasileira” — tem caráter específico. Está voltado às questões de comunicação e inserção institucional do Exército junto à sociedade brasileira. Toma a história do Exército como referencial e orienta-se pela divulgação de fatos militares marcantes à nação, com base a símbolos, signos, eventos e feitos heroicos.

O segundo objetivo — “divulgar junto à população brasileira a imagem de um Exército que se preocupa com a preservação de seu patrimônio histórico” — demonstra um caráter abrangente. Está voltado às questões de conservação do patrimônio histórico e cultural militar que, no caso dos fortes, inicia-se desde os primórdios da colonização, antes mesmo da formação do Exército, nos moldes como o entendemos hoje. Como

---

<sup>42</sup> Informação obtida de um documento interno elaborado por Yvone Bastos Lavrador (1996) em atenção à diretriz NR 2-S/3, de 12 de agosto de 1988 da Diretoria de Especialização e Extensão do Acervo histórico-cultural do Centro de Estudos de Pessoal.

visto anteriormente, os fortes de defesa de costa eram formas-conteúdo (SANTOS, 2012b) fundamentais à sobrevivência dos moradores e, como reflexo de uma sociedade colonial de cultura militarizada, influenciaram diretamente o cotidiano da população (CASTRO, 2009).

No que tange a abertura dos fortes do Rio de Janeiro, dentre os supracitados instrumentos, tem destaque o Plano de Revitalização e Uso Turístico-cultural das Fortificações Históricas da Baía de Guanabara. Elaborado em 2010 pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), este plano está voltado para as fortificações históricas e espaços culturais do Exército Brasileiro situados no entorno da Baía de Guanabara, tombados ou em processo de tombamento pelo IPHAN (SANTOS JR., 2010, p.2). Pelos programas e componentes que estruturam o plano percebe-se a intencionalidade do Plano vir a incidir positivamente nas relações dos fortes com os moradores da cidade (QUADRO 5). Na sequência, apresentam-se as descrições de cada programa:

- Programa de Preservação Patrimonial: tem como objetivos promover adequações na infraestrutura para as necessidades da visitação pública e para a realização de atividades culturais.
- Programa Histórico-cultural: tem como objetivo estabelecer Centros Culturais voltados a valorizar, no ambiente acadêmico, o tema dos fortes como patrimônio histórico e cultural de relevância, carente de pesquisa e de divulgação. Também, a valorização da proximidade, da convivência e da conexão dos moradores do bairro e adjacências com os fortes.

Neste sentido, o programa reforça a pluralidade disciplinar presente no tema dos fortes, como história (militar, cotidiana e social), arqueologia, arquitetura, engenharia militar, educação patrimonial, etc. Exposições e feiras artísticas, peças teatrais, atividades desportivas, campanhas, gincanas e outros são exemplos de atividades pertinentes a este programa. Modela-se pelo que hoje ocorre no Forte de Copacabana, um exemplo exitoso na retomada da proximidade e na revalorização de vínculos identitários e de pertencimento entre os moradores e este forte, agora ampla e legitimamente reconhecido como patrimônio da sociedade carioca e dos brasileiros.

- Programa de Uso Turístico e Social: de caráter histórico-cultural visa estimular a economia local pelo aumento na circulação de pessoas no bairro e pela sistematização de roteiros turísticos com paradas nas fortificações.

- Programa de Educação Ambiental: propõe o desenvolvimento e a implantação de ações voltadas à conscientização sobre a importância da conservação da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados para a melhoria da qualidade de vida da população local e a escalas mais amplas.

Quadro 5: Programas, componentes e desafio do Plano de Revitalização das fortificações históricas da baía de Guanabara.

Programas	Preservação Patrimonial	Histórico-cultural		Uso Turístico e Social	Educação Ambiental
Componentes	Infraestrutura	Conhecimento acadêmico	Conexão com os moradores do bairro e adjacências	Turismo situado	Conservação da Mata Atlântica e ecossistemas associados
Desafio	Encontrar usos para os fortes, que possam alimentar novas formas de diálogo entre o Exército Brasileiro e a sociedade carioca para, desta forma, ampliar as possibilidades de conservação e sentimento de pertencimento deste patrimônio histórico e cultural brasileiro, por parte da população.				

Fonte: Elaboração própria com base em Santos Jr. (2010).

Tais programas encontram correspondência com a percepção de especialistas nacionais e internacionais envolvidos com o tema da refuncionalização e ressignificação dos fortes<sup>43</sup>. Desde sua formação e trabalho com as fortificações (ANEXO B), estes profissionais evidenciam uma gama de possibilidades de usos e aproveitamentos que poderiam contribuir com a preservação deste patrimônio fortificado, como se segue:

- Mario Mendonça de Oliveira, brasileiro: evidencia a importância da formação de uma consciência preservacionista junto aos jovens, com vistas a estimular novas possibilidades na relação deste público com as antigas construções. “Essa consciência é muito importante porque só se preserva aquilo que se ama”.
- Oscar Hefting, holandês: acrescenta que, embora os fortes sejam importantes referenciais históricos, devem ajustar-se às novas condições de mundo, frente às quais já não mais se justificam: “com a guerra de *cyber* ou atômica, (...) temos um novo papel para uma fortaleza”. Este especialista dá relevo à necessidade de se aumentar a compreensão pela população local, dos motivos que levaram à presença

<sup>43</sup> Entrevistas realizadas pela equipe do Projeto Roteiros dos Fortes em outubro de 2013. Para mais detalhes sobre os procedimentos e o perfil de cada especialista, ver o capítulo de Metodologia.

e à evolução (ou abandono) de cada forte em cada local e seus reflexos no desenvolvimento do lugar.

- Milagros Flores, porto-riquenha: realça o valor histórico-cultural dos fortes do Rio de Janeiro, com destaque para as relações com o entorno: paisagem e população.

Não importa que tenham passado 100 ou 200 anos, as fortificações ainda são parte, nesse caso, da paisagem do Rio. (...) Obviamente, hoje em dia, as fortificações já perderam seu caráter defensivo. O caráter é diferente: passivo, recreativo. (...) As fortificações que perderam seu caráter original de defesa se convertem em monumentos de apoio a comunidade (...) como apoio cultural, apoio recreativo... (...) apoio ao meio ambiente (...). Podem ser centros culturais, centros educativos, centros interpretativos, fortificações que interpretem a engenharia, a técnica construtiva, uma batalha, um evento importante de defesa nessa comunidade... O papel pode ser variado, mas sempre partindo do apoio para o seu entorno; e seu entorno é: a paisagem e a comunidade! (FLORES, 2013).

- Adriana Careaga, uruguaia: evidencia a importância das redes de relações para a divulgação do tema dos fortes a diferentes pessoas. Aponta para a importância de aspectos formativos da cidadania: “um turismo mais cultural, mais patrimonial. Isso tem a ver com novos cidadãos; (...) cidadãos educados”.
- José Claudio dos Santos Jr., brasileiro: realça o caráter positivo da visitação por um público amplo e diverso. Levanta a importância de se desenvolver os fortes como Centros Culturais atentos ao público interno — ou seja, os próprios militares — e também, ao público externo — ou seja, um conjunto mais amplo da sociedade.

No âmbito da metáfora dos fortes como esquinas da cidade que inspira esta tese, percebe-se uma convergência entre a visão dos especialistas e a usança dos fortes por um público amplo e diverso. Segundo McCarthy & Jinnett (2001), a oferta, nos centros culturais, de atividades que se integram à cultura local favorece a conexão e a aproximação de novos visitantes e amplia o espectro político-social das relações com o público.

Retomando-se a importância da proximidade dos moradores locais nas iniciativas desenvolvidas nos fortes, como propalado por Jane Jacobs e Hassan Zaoual, citam-se dois projetos exitosos na conexão dos fortes à vida cotidiana da cidade: O projeto Orquestra Violões do Forte, de iniciativa do Forte de Copacabana, voltado ao fortalecimento de vínculos sociais entre o forte, os jovens do entorno e os visitantes e o projeto CoopBabilônia, de iniciativa da Associação de Moradores do Morro da

Babilônia (AMA Babilônia), voltado ao fortalecimento da renda de moradores do entorno. Seguem-se:

### ***Orquestra Violões do Forte***

O Projeto Orquestra Violões do Forte é desenvolvido, desde 2011, por uma parceria entre o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana e o Instituto Rudá. Tem como objetivo promover a formação musical de crianças e jovens de 10 a 21 anos de comunidades de Copacabana — Pavão-Pavãozinho, Cantagalo —, do Leme — Chapéu Mangueira, Babilônia — e de Botafogo — Santa Marta, Neste, além das qualidades musicais, as referências militares são fortalecidas pelos ensaios da Orquestra no Forte de Copacabana, pelo uso do uniforme histórico da guarda e refeições conjuntas com os militares em serviço, nos dias de espetáculos. O talento, a aptidão musical e o rendimento escolar são fatores de avaliação dos jovens participantes (QUEIROZ, 2014).

### ***CoopBabilônia***

Este programa da Associação de Moradores do Morro da Babilônia funciona desde 2001 e conta com parcerias de instituições públicas, (Secretaria de Meio Ambiente e Conservação da Prefeitura do Rio de Janeiro e Exército Brasileiro), empresas (Shopping Rio Sul) e organizações da sociedade civil (Associação de Moradores da Lauro Muller, Associação dos Moradores da Babilônia e Grupo de Ação Ecológica).

Tem como objetivo promover um tipo de turismo local respaldado pelos agentes da situação (ZAOUAL, 2008). Para o público em geral, oferece visitas aos projetos sociais da Babilônia, passeio por trilhas em áreas reflorestadas no antigo sítio fortificado. Para guias de turismo, agências, operadoras e albergues, oferece Fam-tours<sup>44</sup> para divulgar uma opção de turismo diferenciada, no litoral carioca (<http://coopbabilonia.blogspot.com.br/>, PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Alinhado a esta perspectiva de proximidade do público com os fortes, o Projeto Roteiros dos Fortes (2014) produziu o webdocumentário Nós do Forte (<http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/webdocumentario/>). Nele estão

---

44 Do inglês, Familiarization Tours: visita de familiarização com agente de viagens e operadores turísticos para que conheçam o destino e o produto oferecidos ao cliente.

presentes seis personagens identificados com pessoas que acolheram e foram acolhidas pelos fortes como Sítio Simbólico de Pertencimento (ZAOUAL, 2006, 2009, 2010). Para dar relevo à proximidade simbólico-afetiva, o projeto trabalhou com exemplos que pudessem evidenciar algumas das múltiplas possibilidades de relacionamento com os fortes (FIGURA 14):

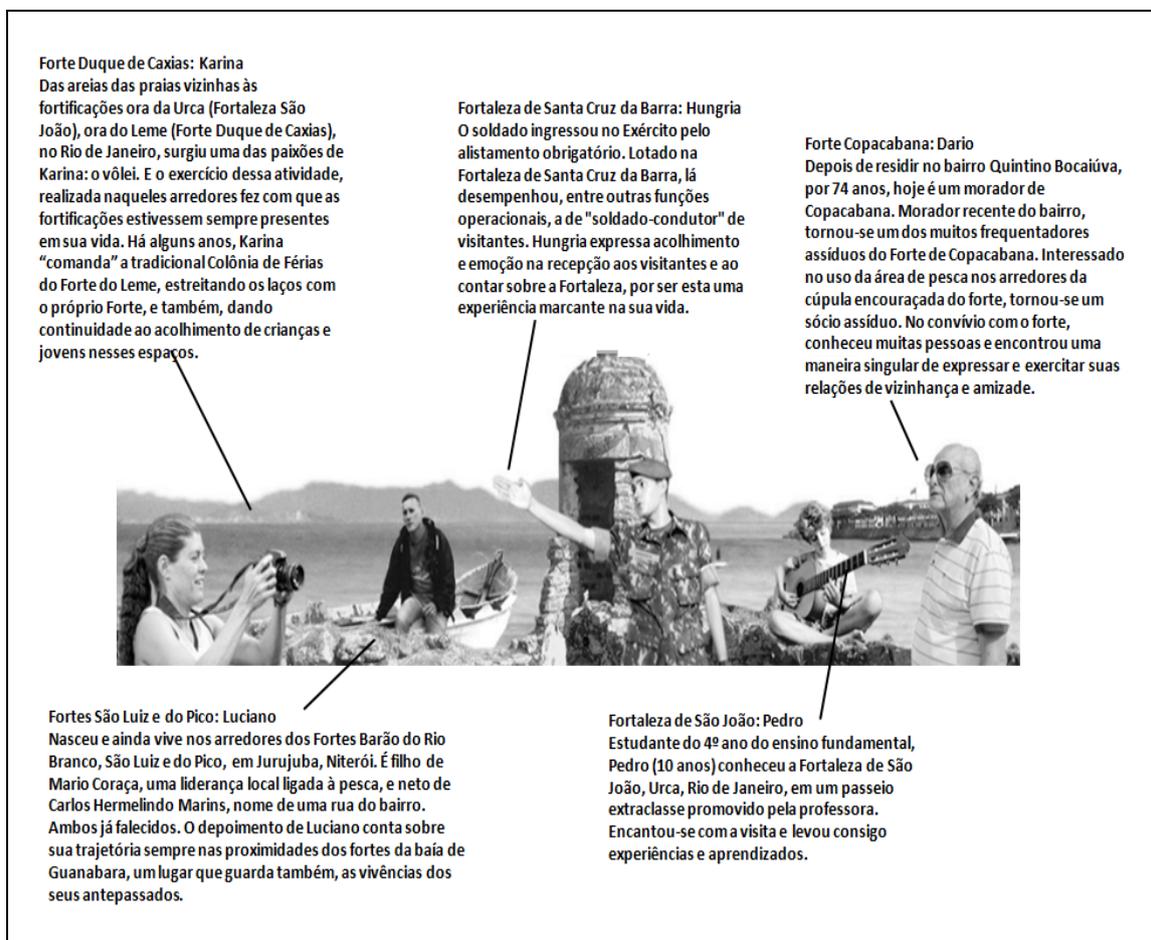


Figura 14: “Nós do Forte”, vínculos de pertencimento para com os fortes.

Fonte: Elaboração própria, a partir do acervo documental do Projeto Roteiros dos Fortes (2014).

- Karina: como atleta profissional do voleibol, há mais de dez anos realiza atividades esportivas e recreativas na colônia de Férias do Forte do Leme. Tradicional no ambiente do bairro, essa modalidade de uso público há mais de cinquenta anos acontece nas dependências do Forte Duque de Caxias e Centro de Estudos de Pessoal (CEP/FDC), envolvendo a antiga Praia da Vigia, atual praia do Leme. Em seu depoimento, como moradora do bairro da Urca e como profissional de educação física envolvida com atividades no Leme, apresenta os fortes como lugares que estiveram sempre presente na sua vida.

- Hungria: como soldado recrutado pelo alistamento militar obrigatório, foi incumbido de acompanhar os visitantes na fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. Os ensinamentos recebidos em cursos sobre a história desta importante fortaleza e as perguntas dos visitantes abriram sua curiosidade por novos conhecimentos e motivaram seu apreço crescente pelo sítio. No vídeo, Hungria evidencia o contato com este sítio militar como um acontecimento importante na sua vida, condição que retribui com profissionalismo e compromisso como soldado-condutor.
- Dario: como senhor aposentado e morador de Copacabana, teve a pesca como tema inicial de conexão com o forte de Copacabana. Com pontos adequados a essa prática, o forte também é vizinho de uma colônia de pescadores profissionais e de um tradicional clube de pescadores. No vídeo Dario manifesta a satisfação de ter no Forte de Copacabana, um lugar importante para o convívio diário. Para ele, o forte se apresenta como um lugar seu, um ambiente acolhedor e confiável para encontrar e fazer novos amigos.
- Luciano: como filho e neto de pessoas de referência na localidade de Jurujuba, bairro tradicional de pescadores onde se localizam os fortes de São Luiz e do Pico, tem familiaridade com estes sítios e apego emocional para com vários deles presentes na baía de Guanabara.
- Pedro: como estudante do ensino fundamental, a escola serviu de canal de conexão deste menino com a Fortaleza de São João. A experiência vivida resultou em um registro marcante no encontro com um forte cujas origens remetem aos tempos de fundação da Cidade.

A percepção da relação de cada entrevistado para com os fortes deixa transparecer a riqueza das experiências e a multiplicidade de formas de aproximação, reconhecimento e diálogo entre o público visitante e o patrimônio. Neste caso, ressaltou-se a importância relacional dos fortes como Sítios Simbólicos de Pertencimento, cujo acontecimento “pode ser para uns e não ser para outros porque o diálogo é um acontecimento; não pode ser produzido.” (BARTHOLO, 2014<sup>45</sup>).

---

<sup>45</sup> Nota de aula do professor Roberto Bartholo no doutorado pelo Programa de Engenharia de Produção no primeiro trimestre de 2014.

## 5.1. Aportes do campo ambiental ao uso público nos fortes

Depois de um longo processo de discussão junto à sociedade brasileira, no ano de 2000 instituiu-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>46</sup>. O Sistema veio para organizar as Unidades de Conservação de todo o país desde uma perspectiva de conjunto, com vistas a responder ao propósito maior de assegurar a conservação do patrimônio natural, nas escalas local, estadual e federal, hoje e a futuro. Até então, as iniciativas eram desarticuladas e pouco eficientes.

As experiências de uso público nas Unidades de Conservação contam com uma trajetória mais debatida e amadurecida na sociedade brasileira e internacional e, portanto, apresentam-se como uma oportunidade para troca de experiências e informações pelos gestores dos fortes. Isto porque as responsabilidades que os militares assumem na preservação dos fortes como um patrimônio cultural, de muitas formas encontram convergência com aquelas que os chefes de parque assumem na conservação do patrimônio natural. O tema do uso público é um debate central tanto nos fortes quanto aos parques, com ênfase nos processos (exitosos e não exitosos) relacionados à visitação pública.

Isto está em consonância, — também, mas não exclusivamente — com a condição de muitos fortes que, além da história e da memória, tem a natureza como dimensão importante. Vale lembrar a localização privilegiada de muitos fortes do Rio de Janeiro e do Brasil, vizinhos a praias quase prístinas e parcelas importantes de Mata Atlântica. Neste caso está o Forte Duque de Caxias, um exemplo significativo da convergência das ações de conservação de um patrimônio misto que tanto é ambiental como histórico-cultural. Neste contexto, apresentam-se as premissas e princípios (QUADRO 6) que norteiam suas ações e atividades, relacionadas à visitação.

Pelo apresentado no quadro a seguir, percebe-se que os princípios do uso público que regem os trabalhos do MMA coadunam com os critérios de usança identificados neste documento, como norteadores da ideia dos fortes como esquinas da cidade, conforme se segue:

- Acesso: acesso de todos os segmentos sociais à Unidade de Conservação;
- Ação: oferta de informações de qualidade e de experiências variadas; Estruturas adequadas para as diferentes modalidades de visitação;

---

<sup>46</sup> Lei 9.985/2000.

- Reconhecimento: satisfação e segurança do público, integridade ambiental e cultural;
- Legitimidade: a visitação contribui para o desenvolvimento local; sociedade e natureza devem andar juntas.

Quadro 6: Premissas e princípios do MMA para o uso público em Unidades de Conservação.

As premissas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Tratamento cortês para com todo o tipo de público;</li> <li>– Infraestrutura mínima;</li> <li>– Constância e qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes;</li> <li>– Preços justos ao alcance dos usuários.</li> </ul>
Os princípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Integridade ambiental e cultural;</li> <li>– Acesso de todos os segmentos sociais à Unidade de Conservação;</li> <li>– Sociedade e natureza devem andar juntas;</li> <li>– Satisfação e segurança do público;</li> <li>– Oferta de informações de qualidade e de experiências variadas;</li> <li>– Estruturas adequadas para as diferentes modalidades de visitação: individual, em grupos, comercial, não comercial, entre outras;</li> <li>– A visitação contribui para o desenvolvimento local.</li> </ul>

Fonte: MMA (2006).

Desde uma perspectiva operacional, Vallejo (2013) enfatiza a importância do desenvolvimento de um tipo de uso público se desenvolve não só com base na oferta de múltiplas atividades (quantitativo) como recreação, educação, esporte, estudos científicos e interpretação ambiental, mas também, na oferta das condições que garantam que estas atividades provoquem vivências marcantes (quantitativo).

O PROJETO DOCES MATAS (2005) corrobora a Morales & Guerra (1996) ao frisar que entre os objetivos do uso público, deve constar o de gerar interesse e estimular o conhecimento sobre as questões da conservação do patrimônio. Neste caso, ressaltam a fundamental importância de pesquisas que aporte informações confiáveis sobre as características do sítio.

Ainda segundo estes autores, embutido neste objetivo maior estão dois objetivos de apoio necessários e complementares: gerar conhecimentos e vivências associadas ao sítio visitado e também, mostrá-lo como parte integrante de um sistema maior, como um patrimônio que não se encerra na unidade visitada. Aqui, retoma-se a condição do Forte Duque de Caxias como representante contemporâneo do conjunto histórico de Socopenapã (escala local) e também, dos sistemas de defesa da baía de Guanabara (escala regional), que por sua vez, defendiam a capital do país (escala nacional).

A qualidade e a variedade de formas com que as informações sobre o sítio chegam aos visitantes são importantes e dependem da percepção de cada visitante e da sedução que estas provoquem neste contato (empatia). Segundo GOMBRICH (1996) citado por PEREIRA (2007), a comunicação que gera conhecimentos e vivências é subjetiva, singular e específica a cada visitante, uma vez que depende da bagagem sociocultural que cada um deles traz consigo.

Retoma-se, então, a importância da diversidade dos espaços públicos propalada por Jane Jacobs (2011) que, conforme indica a autora, deve estar presente tanto no público que para lá acede, quanto na oferta de serviços que estimula o visitante a voltar uma e outra vez, fortalecendo o sentido de proximidade, as relações pessoais e as possibilidades dos fortes — crescendo como Sítio Simbólico de Pertencimento (ZAOUAL, 2006, 2009, 2010) — serem valorizados e reconhecidos como patrimônio pela sociedade mais ampla.

## 5.2. Iniciativas práticas habilitadoras da visitação no Forte Duque de Caxias

O presente estudo identificou 4 iniciativas práticas preponderantes na fundamentação do uso público que hoje acontece no Forte Duque de Caxias, quais são:

- Melhorias na infraestrutura do Forte Duque de Caxias: feita em 1990, para adequar as estruturas militares às condições de recepção dos visitantes;
- Aprimoramento organizacional: criação, em 2010, da Divisão Forte Duque de Caxias e red denominação da organização militar de “Centro de Estudos de Pessoal” para “Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias”;
- A colônia de férias do Forte do Leme: iniciada em 1965 e em funcionamento ininterrupto, que garantiu uma rede de relacionamento do Exército com os moradores do entorno e de bairros próximos, no processo de estabelecimento do Centro e Estudos de Pessoal (CEP) na área do Forte de Paz, fechado à visitação por amplo público;
- O reflorestamento dos morros do Leme e Urubu: iniciado em 1987, garantiu o patrimônio ambiental do Forte e adjacências. Como impacto positivo, contribuiu também, para a criação do Conselho Gestor das Área Protegida dos Morros do Leme e Urubu e dos Morros da Babilônia e São João. Mais recentemente, do Parque Municipal Paisagem Carioca.

### 5.2.1.Melhorias na infraestrutura

O quartel de guerra do Forte Duque de Caxias foi construído no alto do Morro do Leme, um costão rochoso que se estende desde o assoalho oceânico até 124 metros acima do nível do mar. Nestas condições, tem suas estruturas e equipamentos abertamente expostas às intempéries provocadas pelas variações diárias de temperatura, umidade e salinidade concernentes à preponderante influência do ambiente marinho.

Segundo Teixeira (2012), no período da Primeira Guerra Mundial, com a construção em andamento, o forte contava apenas, com um pequeno efetivo de três oficiais e 32 praças alojados provisoriamente em barracões de madeira. Mas, a execução da obra viu-se interrompida quando da declaração de guerra do Brasil à Alemanha.

Findo o conflito, retomaram-se as construções do Quartel de Paz (FIGURA 15) e a instalação dos 4 obuseiros giratórios Krupp de 280mm no alto do morro do Leme, sendo o forte inaugurado em 1919 (TEIXEIRA, 2012). Já denominado Forte Duque de Caxias— a 11 de novembro de 1935—, o Forte de Guerra deu seus últimos tiros “contra o cruzador *Tamandaré*, que forçava a barra transportando Carlos Luz (...) e aliados rumo a Santos. Durante 20 minutos, foram feitos vários disparos, sem atingir a embarcação.” (TEIXEIRA, 2012, p. 58, grifo do autor).



Figura 15: Os portões do Forte Duque de Caxias.

Fonte: Adaptado de [WWW.cep.ensino.eb.br/](http://WWW.cep.ensino.eb.br/).

Em 1965, o forte foi colocado em estado inoperante, “dando início a uma nova fase de sua história” (TEIXEIRA, 2012, p. 58). Neste período, a partir de um rearranjo institucional, as estruturas do Forte Duque de Caxias foram assimiladas pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército (CEP), criado naquele ano, com atribuições voltadas ao

ensino formativo dos militares. Assim perdurou até o ano de 2008, quando, por nova determinação, a organização militar foi redenominada para Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP-FDC) (CORRÊA, 2013)<sup>47</sup>. Por esta conjugação, o Forte retomou de alguma forma, a sua visibilidade institucional, somando às novas possibilidades do presente, as suas origens históricas.

Antes de se ter a Divisão Forte Duque de Caxias, a visitação do forte era informal e cabia a um cabo e professor do Exército, acompanhar os visitantes até o sítio histórico, no topo do Morro do Leme, apresentando-lhes aspectos da história e da paisagem. Embora já se pagasse pelo ingresso, a organização para o uso público antes de 2010 era ainda incipiente e a ocorrência de uma visitação voltada para um público amplo e diverso era mais uma possibilidade que um propósito (MELO, 2013)<sup>48</sup>.

Em 2010 foram realizadas obras de adequação à recepção de visitantes com impermeabilização de pisos; readequação da rede elétrica; de reforma de banheiros, salas e galerias; iluminação da fachada e sinalização do sítio. Também, o memorial a Caxias foi estabelecido e espaços para exposições histórico-culturais foram definidos. Também, o Caminho Ecológico sofreu reparações com justes no meio-fio, no calçamento e pintura. Depois, em 2014, foi feita a reforma da câmara de tiros e de 2 paóis, a construção de uma cantina com sala de apoio, a equipagem da sala de recepção dos visitantes, estruturação de um novo sistema de abastecimento de água para o forte e a reforma de fossas sépticas (CORRÊA, 2014)<sup>49</sup>.

Após sua recriação como espaço cultural, o forte antigo forte ganhou vitalidade e alcançou logo no início de sua abertura ao grande público, a marca de mais de 20 mil visitantes: “No primeiro semestre de 2011 (...) diversos segmentos da sociedade (...) visitaram o sítio histórico e a área de proteção ambiental do Leme, conhecendo um pouco mais sobre as tradições e a história do Exército e o trabalho desenvolvido de educação ambiental” (TEIXEIRA, 2012, p. 60).

---

<sup>47</sup> Conversa direta com o chefe da Divisão Forte Duque de Caxias Coronel Joel Corrêa, no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, em junho de 2013.

<sup>48</sup> Conversa direta com Márcia Rejane Riccioni de Melo, professora no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, em setembro de 2013.

<sup>49</sup> Apresentação sobre o Forte Duque de Caxias repassada pelo chefe da Divisão Forte Duque de Caxias Coronel Joel Corrêa, em outubro de 2014. Com 84 lâminas, no total.

## 5.2.2. Aprimoramento organizacional

A missão síntese do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias, em atenção “às novas demandas decorrentes de um mundo imerso na era do conhecimento e da tecnologia” (TEIXEIRA, 2012, p. 59) resume-se, no jargão militar, nos seguintes quatro vetores: Educar, Pesquisar, Avaliar e Preservar, sendo este último, referente ao Forte Duque de Caxias: preservar os valores históricos, culturais e de preservação da natureza, relacionados com o Forte e a Área de Proteção Ambiental do Leme e Urubu.

Em 2010, foi criada a Divisão Forte Duque de Caxias. Com atribuições especificamente voltadas para os assuntos do sítio histórico do Forte Duque de Caxias e da Área de Proteção Ambiental do Leme e Adjacências, iniciou o Projeto Educar para Preservar. Voltado à educação ambiental, veio como iniciativa estruturante a uma crescente visitação pública. Em 2012, este forte registrou 36.063 visitantes, aumentados para 39.542 no ano de 2013 (CORRÊA, 2014<sup>50</sup>).

O projeto se organiza em quatro componentes: os cursos de capacitação em soldados-guias, as comemorações da Semana Cultural e da Semana do Meio Ambiente e as visitas pelas escolas, conforme a seguir:

- Cursos de capacitação em soldados-guias: com realização anual, têm a duração de quatro semanas. Exclusivamente voltados para a formação e treinamento dos soldados envolvidos com o uso público no Forte Duque de Caxias, tem como objetivo prepará-los para a recepção dos visitantes e turistas condizente com os valores e a imagem do Exército Brasileiro. Neste caso, os cursos incluem, além de conhecimentos sobre a história do forte, a assimilação de um padrão de conduta baseada no respeito pela sociedade diversa e na amabilidade junto a todos os visitantes — militares e civis; homens e mulheres; crianças, jovens, adultos e terceira idade; ricos e pobres; leigos e especialistas; etc.
- Semana Cultural: com ciclo de palestra voltado à reflexão de questões históricas, culturais e valores institucionais do Exército, com temas relacionados à história militar, com destaque para vultos e batalhas mais importantes.
- Semana do Meio Ambiente: com palestras e plantio de árvore.
- Visitação das Escolas ao Forte: para incentivar estudantes de escolas públicas e privadas, dos ensinos fundamental e médio, a consciência crítica da conservação da fauna e flora da Mata Atlântica e ecossistemas associados. Também, ressaltar junto

---

<sup>50</sup> Conversa direta com Joel Corrêa, chefe da Divisão do Forte Duque de Caxias, em janeiro de 2014.

aos grupos visitantes, a importância de valores cultuados pelo Exército no sentido de colaborar na formação da sociedade brasileira.

Com a área recuperada, intensifica-se a missão do CEP/FDC com a educação ambiental, que capacita os soldados que servem na unidade militar. Visitas guiadas são direcionadas a alunos de escolas públicas e particulares e também aos visitantes do Forte Duque de Caxias. O projeto também atua na colônia de férias anual da instituição, em que crianças de 04 a 12 anos refletem sobre a importância do meio ambiente em equilíbrio, por meio de atividades lúdicas. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2012, p. 87).

O programa tem como objetivo, despertar uma consciência crítica quanto à necessidade de preservação da natureza e aos valores cultuados pelo Exército Brasileiro, em prol de uma sociedade com melhor qualidade de vida. Por ele, o Forte Duque de Caxias recebeu a visitação, em 2012, de cerca de 3.000 alunos e professores de 200 escolas públicas situadas em áreas carentes da Cidade do Rio de Janeiro.

### 5.2.3. A Colônia de Férias do Forte do Leme

O Forte Duque de Caxias, no Leme e a Fortaleza de São João, na Urca, são reconhecidos pela Colônia de Férias oferecidas à ampla comunidade carioca há várias décadas. O primeiro comemorou em 2015 os 50 anos desta atividade em caráter ininterrupto; o segundo, com uma das colônias de férias mais antigas do Brasil, inaugurada em 1936, anunciou, em 2014, o retorno desta atividade (SOEIRO & TUBINO, 2003, p. 338).

Institucionalmente, hoje a Colônia de Férias do Forte do Leme é organizada pelo Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP-FDC). No período de dez dias, utiliza a estrutura de educação física do Centro de Estudos de Pessoal como piscina, quadra poliesportiva, ginásio e campos de futebol. Desde seus inícios em 1965, “buscou uma certa integração com a sociedade civil”, colaborando para isso, a presença de professores e funcionários provenientes do meio civil (GOMES, 2005, p.41).

A Colônia de Férias do Forte do Leme tem definido na sua missão institucional, o compromisso nas atividades de formação e entretenimento das crianças participantes, assim como, a oportunidade de exercício profissional para educadores de diferentes áreas. Indiretamente, busca incidir no fortalecimento de valores éticos e sociais também junto aos familiares dos colonins<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Denominativo usado para os alunos das Colônias de Férias do Exército.

O objetivo maior da Colônia de Férias do Leme está em incentivar nas crianças, o gosto pela atividade física e valorizar o espírito desportivo, um “foco de interesse comum que congrega civis e militares” (<http://www.esefex.ensino.eb.br/index.php/colonia-de-ferias>). A colônia de Férias do Forte do Leme (<https://ssl6856.websiteseuro.com/coloniadolome/patrocine.asp>) tem por objetivos:

- Proporcionar entretenimento sadio para crianças através de atividades físicas, culturais e de lazer;
- Integrar a comunidade do Leme e adjacências;
- Proporcionar a oportunidade de prática de ensino em Educação Física, Nutrição, Psicologia, Pedagogia, Biologia, Artes e Música;
- Disseminar entre as crianças e seus familiares valores como respeito, disciplina, cidadania, atenção à saúde, consciência ecológica, educação nutricional, cuidado com a terceira idade, inclusão social e importância da prática de atividade física, atendendo à estratégia global da Organização Mundial de Saúde.

Desde a perspectiva institucional do Exército, busca também estimular atitudes de liderança e disciplina, por meio de atividades recreativas, cívicas e culturais. Acrescenta-se a isto, o empenho dos pais voltados estimular de forma lúdica, atividades de educação física que atuem como contraponto ao sedentarismo e ao hábito dos videogames presente entre as crianças nativo-digitais.

No princípio, as primeiras colônias de férias eram organizadas somente pelo Exército, que então, assumia os custos de realização e estimulava a presença maciça dos filhos de militares. Com o tempo, a sociedade civil aumentou sua inserção na preparação e nas atividades da colônia de férias, inclusive no setor financeiro e já na década de 80, “grandes empresas e associações da região próxima ao Leme praticamente financiavam a colônia de férias” e as turmas “atingiam quase mil crianças com duzentos professores/monitores” (GOMES, 2005, p.41).

Nos dias atuais, as colônias de férias promovidas pelo Exército, tanto no Leme quanto na Urca, veem-se em uma situação distinta, pelo próprio encolhimento orçamentário das forças armadas. O site institucional da colônia de férias da Urca que abrange uma visita ao “Forte Velho”, avisa que:

(...) face à carência de recursos para atender aos objetivos propostos e a fim de manter o mesmo padrão de qualidade que distingue nossa Colônia, procuramos novas parcerias para juntos projetarmos de maneira favorável as imagens das instituições envolvidas. (<http://www.esefex.ensino.eb.br/index.php/colonia-de-ferias>).

No caso da Colônia de Férias do Forte do Leme, desde 2007, a equipe da *Set Point Pulsar* assume a coordenação geral, em parceria com o Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP-FDC). Nos últimos anos, acontece pela reunião de cerca de 450 crianças, 120 profissionais e 20 militares voluntários e vem ampliando a recepção de adolescentes e de alunos especiais (LINS e SILVA, 2012)<sup>52</sup>.

Tal monta de pessoal se justifica pela necessidade de se manter o alto nível de confiança dos pais e a real segurança dos “colonins”: “Os pais, os responsáveis, acreditam que as crianças estão seguras aqui dentro (...) a gente tem excesso de profissionais trabalhando justamente para que não ocorra nenhum acidente (...) realmente os pais ficam tranquilos nesse sentido (...)” (LINS e SILVA, 2012<sup>18</sup>). As atividades envolvem práticas de esporte (vôlei de praia, natação, futebol, basquete, atletismo, ginástica artística, surf), de recreação (toboágua, banho de mar. “minivôlei”), de educação ambiental (conhecimento de fauna e flora), de educação artística (artes, dança, dança folclórica, teatro, cinema, música) e de civismo (canto do hino e hasteamento da bandeira nacional), entre outras.

A coordenadora geral da colônia, Karina Lins e Silva (2014<sup>18</sup>) apresenta alguns pontos fortes das atividades recreativas, esportivas e educativas da Colônia de Férias do Forte do Leme, onde atua desde 2006.

- A relação com os militares: a colônia se desenvolve com bom humor e livre da rigidez atribuída aos militares – ação voluntária – Proximidade e boa convivência – atitude carinhosa junto às crianças e adolescentes.
- A Motivação: Há muita emoção em se trabalhar com crianças e é uma satisfação atender os alunos especiais – relação gratificante pelos sorrisos no rosto – sensacional escutar a pergunta: “quando vai ser a próxima colônia?”.
- A inclusão social: Vagas gratuitas a alunos da rede pública de ensino e a moradores do entorno, das comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia.

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Karina Lins e Silva, no Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias a Flavia Mattos e André Paz da equipe do Projeto Roteiros dos Fortes, em maio de 2014.

- O diferencial: Além das atividades esportivas, oferece às crianças da Colônia de férias, o contato e o convívio com a Área de Proteção Ambiental do Leme e com o sítio histórico do Forte duque de Caxias.

#### 5.2.4. O reflorestamento dos Morros do Leme e Urubu

Como visto anteriormente, no ano de 1987, o Forte de Copacabana passou por uma mudança qualitativa significativa (JACOBS, 2011) quando reconfigurado institucionalmente migrou da condição de forte bélico para espaço cultural. Ainda neste ano, na ponta oposta do mesmo arco das praias de Copacabana e Leme, o Forte Duque de Caxias também iniciava um processo emblemático de pluralização de suas funções, evoluindo de forte bélico a Sítio Histórico Tombado<sup>53</sup> e Área de Proteção Ambiental<sup>54</sup> (APA). Em 1987, como resultado de reivindicações comunitárias para a melhoria da qualidade na ambiental. , foi acolhido nesta área militar, um projeto de reflorestamento para recuperação de vegetação arbórea.

Acompanhávamos, ano após ano, os incêndios, colocados pelo homem e propagados através do capim-colonião, destruírem esta paisagem natural. Ela emoldura a Praia de Copacabana, o Pão-de-Açúcar e o Forte Duque de Caxias - "Forte do Leme". Por isso, em 1987, através da Associação de Moradores e Amigos do Leme - Amaleme, após acordo com o Exército, solicitamos à Prefeitura do Rio um trabalho de reflorestamento neste sítio histórico-paisagístico. (SENNA, 2007, ONLINE).

Até então, extensas áreas de capim colonião recobriam os morros dos bairros do Leme, Copacabana e Botafogo. O alastramento do capim em área sujeitas a incêndios repetitivos<sup>55</sup> representava uma ameaça para os moradores das proximidades e também, para os 12 hectares de remanescentes da Mata Atlântica presentes na vertente sul do Morro do Leme:

---

<sup>53</sup> Tombamento provisório pelo Decreto Municipal Nº 6.933, de 8 de setembro de 1987 — depois, consolidado como tombamento definitivo pelo Decreto Municipal Nº 39706, de 30 de dezembro de 2014.

<sup>54</sup> Unidade de uso sustentável constituída por terras públicas e privadas. Geralmente uma área grande com atributos naturais, estéticos e culturais que se apoia no ordenamento do processo de ocupação humana para assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A APA do Leme foi instituída pelo Decreto Municipal Nº 9.779 de 12 de novembro de 1990.

<sup>55</sup> Neste tempo, a prática de soltar balões ocupava um espaço importante nas festividades do São João carioca. Clubes de baloeiros montavam balões de grande porte que, segundo a tradição, deviam ‘morrer no mar’. Na projeção da rota de muitos deles, não era incomum que os balões perdessem força e caíssem no capim seco dos morros do Leme, de Copacabana e de Botafogo, antes de chegarem ao mar. As grandes buchas acesas disparavam perigosos incêndios que favoreciam o alastramento capim sobre as áreas de mata. Somente em 1991, com a Lei Estadual de Nº 1866 proibiu-se a prática dos balões de São João.

No passado recente, porções significativas das encostas encontravam-se cobertas por capim colônia (*Panicum maximum*), gramínea exótica que se expandiu devido ao ateamento de fogo de origem antrópica e que invadiu o espaço antes ocupado pela vegetação autóctone. (...). Atualmente, as comunidades de capim colônia estão restritas à pequenas áreas, já que as áreas de recuperação ambiental ocupam um espaço significativo da UC [Unidade de Conservação]. (SENNA, 2007, ONLINE).

Ainda em 1987, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro abriu o *Programa de Reflorestamento e Preservação de Encostas* orientado para a recuperação de áreas degradadas e conduzido pela Fundação Parques e Jardins. Nesta oportunidade, a Associação de Amigos e Moradores do Leme (Amaleme) e o Grupo de Ação Ecológica (GAE), em parceria com o Centro de Estudos de Pessoal (CEP) do Exército Brasileiro tiveram o Projeto de Conservação Ambiental aprovado (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013).

A Fundação Rio Parques e Jardins (...) foi o alicerce imprescindível. Dava assistência técnica e enviava equipe para as encostas desmatadas, onde removiam o capim, plantavam árvores e faziam manutenção destas áreas trabalhadas.

O Exército Brasileiro deu apoio logístico e, quando solicitado, transporte de mudas e alimentação às equipes. Hoje, guarda esta Área de Proteção Ambiental, que talvez seja maior que a área urbana do Leme. (SENNA, 2007, ONLINE).

Coordenado pela diretoria ambiental da Amaleme, de 1987 a 1992, foram reflorestados 4 hectares no Morro do Leme, na vertente da Praia do Anel. A um custo aproximado de US\$ 30,000.00 para a Prefeitura, foram plantadas pela Prefeitura, Exército e voluntários, cerca de 4.700 mudas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2012; SENNA, 2007). Nesta primeira fase, capim colônia que margeava o acesso ao Sítio Histórico do Forte foi paulatinamente substituído árvores, base para a conformação do atual Caminho Ecológico (SENNA, 2007, ONLINE). Com o sucesso da missão, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) do Leme (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2012) formada pelos morros do Leme, Urubu e ilha de Cotunduba (FIGURA 16).



Figura 16: A Áreas de Proteção Ambiental dos Morros do Leme, urubu e Ilha de Cotunduba.

Fonte: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (2013, p.11).

Em 1991, mais 12 hectares foram reflorestados com o plantio de 12.5000 mudas, desta vez, nos morros do Urubu e Babilônia (FIGURA 17). O custo aproximado para a Prefeitura foi de cerca de US\$ 60,000.00 (SENN, 2007).



Figura 17: Resultado do reflorestamento nos Morros do Leme, Urubu e Babilônia.

Fonte: CEP/FDC (2014).<sup>56</sup>

Pouco depois, em 1994, com o apoio em treinamentos e de equipamentos de escalada do Grupo de Ação Ecológica, funcionários da Fundação Parques e Jardins fizeram o plantio, no costão rochoso do Morro do Leme, de espécies nativas típicas desse ecossistema (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013).

<sup>56</sup> Fotomontagem cedida pelo Chefe da Divisão Joel Corrêa do Forte Duque de Caxias do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias do Exército Brasileiro.

Como impacto do reflorestamento dos morros do Leme, Urubu, Babilônia e São João, a Associação dos Moradores da Lauro Müller e Adjacências (ALMA) e a Associação dos Moradores da Vila Benjamin Constant (AMOVILA) criaram com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), o Movimento para a Preservação do Patrimônio Ambiental. Por ele, no período de 1995 a 2011, mais 11,5 hectares de área degradada foram reflorestados nos Morro da Babilônia e outros 15 hectares no Morro de São João, na região de Copacabana, Leme e Botafogo. No contexto destas evoluções, em 1996 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Babilônia de São João<sup>57</sup> (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Muito do êxito desta empreitada, deve-se à constância da participação das organizações da sociedade civil sustentando a proposta junto aos órgãos públicos, onde a rotação dos gestores é a norma. No caso do CEP, a troca do comando militar se dá a cada dois anos e na Fundação de Parques e Jardins, no reflexo das eleições, a cada quatro anos. Os projetos de reflorestamento, em grande parte, aconteceram nos domínios militares do Leme e Copacabana, em áreas do CEP/FDC e da Prefeitura Militar da Zona Sul. Como consequência, estes sítios militares abrigam uma porção considerável do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca, ao qual se integra o Forte Duque de Caxias e cujos limites se aproximam do antigo Território Fortificado da Ponta do Leme, conforme apresentado no capítulo 4 (FIGURA 18).

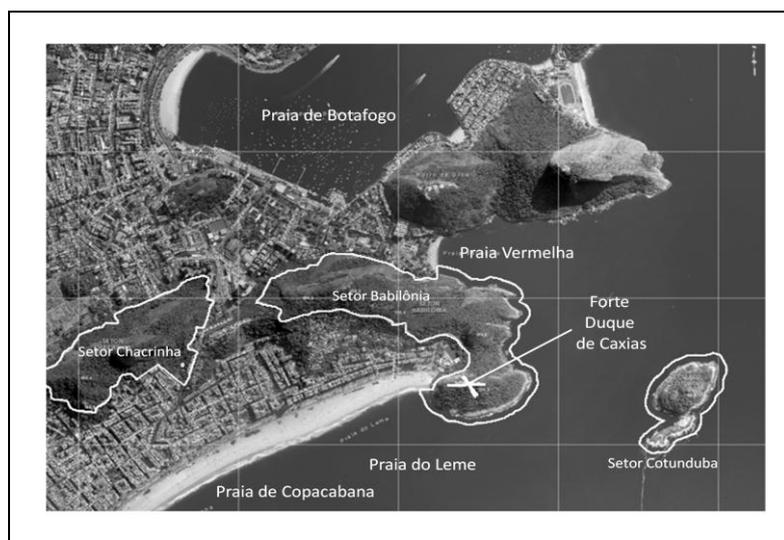


Figura 18: Mapa de localização do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca ao qual se integra o Forte Duque de Caxias.

Fonte: Adaptado de PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (s.d.).

<sup>57</sup> Decreto Municipal de Nº 14.874 de 11 de junho de 1996.

Os projetos interinstitucionais de reflorestamento desenvolvidos na Ponta do Leme e adjacências incidiram não somente na recuperação de áreas verdes, mas também, no crescimento das relações sociais naquela zona. Um diagnóstico organizacional feito em 2004 indica que ao final de 1999, foi definido o Programa Piloto de Gestão Participativa junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, abarcando as duas APAs: a do Morro do Leme e adjacências e a dos Morros da Babilônia e São João, cuja meta era a de

‘(...) promover a integração, organização e orientação técnica dos diferentes atores sociais envolvidos com as APAs, garantindo uma maior interação entre estes e as instituições governamentais municipais, estaduais e federais, visando o atendimento das demandas locais no que diz respeito à melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida’ evidenciando a preocupação e o objetivo de articular os esforços dos órgãos governamentais, em todos os níveis, e da sociedade civil no alcance de objetivos de natureza social e ambiental. (STEPANSKY e SATHLER, 2004, p.16).

O mesmo documento ressalta ainda a importância da inserção do Exército no processo de conservação ambiental local:

A atuação do Exército tem sido fundamental para a existência e manutenção das APAs, particularmente para a APA do Leme. Suas instalações se confundem geograficamente com as áreas de preservação e sedia as reuniões do CG [Conselho Gestor]. O Exército tem uma preocupação programática e ideológica com a questão ambiental, o que garante a continuidade de projetos mesmo com alternância de comandantes na unidade do Leme. (STEPANSKY e SATHLER, 2004, p.26).

Também, a relevância dos projetos de reflorestamento para o desenvolvimento de um processo de diálogo multiautores de longo prazo, em prol da agenda socioeconômica local: “Há, principalmente, evidências de uma prática de reeducação para a nova participação política e social e de uma dinâmica democrática rica, cenário de novos atores, defensores de interesses e direitos coletivos” (STEPANSKY e SATHLER, 2004, p.23).

Para a consolidação desta grande área reflorestada foi fundamental a manutenção do diálogo interinstitucional entre o Exército, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, as organizações da sociedade civil e os voluntários moradores do bairro e adjacências. Mas, o compromisso das pessoas frente a um projeto de interesse comum, persistentemente desenvolvido ao longo de 20 anos atuou como o fio condutor que favoreceu o amadurecimento dos processos e o alcance dos resultados.

A evolução do Forte Duque de Caxias de forte-rugosidade-bélico a forte-movimento-cultura deu-se justamente, pela sua conexão orgânica com as novas dinâmicas sociais facilitadas pelo Conselho Gestor. Por ela, o forte do Leme ganhou inserção nos múltiplos campos disciplinares que cresceram nos séculos XX e XXI, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, tratado no mundo a partir de 1992<sup>58</sup>.

A ecologia<sup>59</sup> como temática integradora deu densidade contemporânea às atividades deste forte localizado em uma área urbana de intenso movimento e respaldou, sob-bases mais dinâmicas, o processo de revitalização patrimonial. À diferença de outros fortes de defesa de costa da baía de Guanabara, deprimidos em seu pouco dinamismo, ou do Forte de Copacabana, ativado pelo binômio turismo-projetos culturais, o Forte Duque de Caxias encontrou no binômio história-ecologia, o eixo estruturante da visitação no sítio e da inserção social local.

### 5.3. A visitação nos fortes, à luz do Forte Duque de Caxias

No intervalo de 2010 a 2012, o Forte Duque de Caxias já havia recebido mais de 20 mil visitantes entre autoridades civis e militares, universitários, estrangeiros, grupos de terceira idade, alunos de ensino médio e fundamental (TEIXEIRA, 2012). As dinâmicas por que passavam outros centros culturais e museus da cidade e a pluralidade do público visitante trouxe a demanda por conhecimentos e experiências que ultrapassassem as abordagens da história e da arquitetura militares, convencionalmente relacionadas aos fortes da baía de Guanabara.

Em seu emblemático artigo “*Strangers, guest or clients*” (1999) Zahava Doering, referência em estudo das relações entre as instituições culturais (visitados) e seus públicos (visitantes), esta cientista social apresenta os museus e os centros culturais (tais quais os fortes), como espaços de experiências. Tal perspectiva foi corroborada, mais de dez anos depois, pelo Laboratório Permanente de Público de Museus<sup>60</sup> onde se associam mais de 16 museus da Espanha, no intuito da melhoria da gestão destes

---

<sup>58</sup> Neste ano foi realizada no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92.

<sup>59</sup> Considerando-se a sua interface com as dimensões ambiental (conservação da biodiversidade), social (qualidade de vida para todos) e econômica (fontes de geração de renda alternativa).

<sup>60</sup> Este projeto vem como ferramenta de gestão, de forma a aportar dados significativos sobre os visitantes para os profissionais de museus e gestores. Com o fornecimento de dados e conhecimentos, serve para orientar as ações dos museus com a perspectiva de que o destinatário final é o público. Para mais detalhes sobre este projeto, veja <http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/areas-cultura/museos/mc/laboratorio-museos/que-es-el-laboratorio/presentacion.html>.

centros no cumprimento da função social (DOERING, 1999, LABORATORIO PERMANENTE DE PÚBLICO DE MUSEOS, 2012).

Doering (1999) fez uma caracterização importante na relação entre visitantes e espaços visitados, cuja qualidade interpretativa cabe, ainda hoje, como instrumento de avaliação da visita realizada, conforme se segue:

- Os visitantes são estranhos: a responsabilidade principal assumida pelos museus (e fortes) está nas coleções e não no público.
- Os visitantes são hóspedes: os museus (e fortes) entendem que “fazer o bem” aos visitantes é seu primeiro compromisso e por isso, devem ser “educativos”.
- Os visitantes são clientes: os museus reconhecem que os visitantes têm necessidades e expectativas; assim, sua prioridade está em entendê-las para melhor atendê-las.

Na categoria “os visitantes são estranhos” a visita não é uma prioridade e neste sentido, o museu (forte) não alcança cumprir com sua finalidade social (Doering, 1999). Alguns sinais disto são a pouca divulgação, a restrição no tratamento dos ambientes e serviços para a recepção do público e também, a dificuldade de acesso pela burocracia ou prazos muito alargados no agendamento das visitas.

Na categoria “os visitantes são hóspedes” a visita é concebida a partir do referencial institucional do museu (forte) (Doering, 1999). Nestes termos, funcionam mais como ambientes voltados à divulgação de informações e objetos (a cultura como um produto), que como espaços voltados à renovação e geração de conhecimentos e de significados afetivo-simbólicos (a cultura como um processo). Um sinal disto está na baixa intensidade e na fugacidade do contato, que geram visitantes de uma visita só ou de retornos esporádicos.

Na categoria “os visitantes são clientes” a visita é tomada como um processo em permanente construção. Neste, as experiências e vivências dos visitantes são pontos-chaves para o crescimento do relacionamento com as pessoas que chegam para conhecer o sítio e seus atrativos. Nesta categoria insere-se também o público potencial, que por desconhecimento ou falta de pontos de interesse que os conectem ao museu (forte), sequer se aproximam, constituindo-se, assim, como um “não-público” (não se interessam e não visitam) (DOERING, 1999), como se verá logo adiante.

A metáfora dos fortes como esquinas da cidade adere ao descritivo desta terceira categoria. No escopo desta tese, faz-se uma readequação do termo “cliente” usado por Doering (1999), mais voltado ao ambiente empresarial, já que assume-se os fortes como espaços públicos imersos no desafio de crescerem como pontos de ativação e reativação

da vitalidade da Cidade e vice-versa. Enquanto Doering toma como foco de análise as visitas dos museus e espaços culturais, esta tese, de outra forma, deposita seu olhar nas relações envolvidas com a abertura dos fortes à visita pública ampla e diversa. Assim, reformula-se a categoria proposta por Doering (1999), onde “os visitantes são clientes” para outra, associada aos conceitos de Zaoual (2008) e Jacobs (2010), onde “os visitantes são, também, agentes da situação”.

Por este novo enunciado reforçam-se os fortes como patrimônio relacional, cuja visita se fortalece e é fortalecida pela usança (veja Capítulo 3). Isto inclui considerar as dimensões temporal (passado-presente e futuro) e espacial (dentro e fora da área do forte e fora do patrimônio fortificado no processo de geração de conhecimentos e de experiências para os visitantes.

Nestas condições, a visita considera as singularidades culturais do próprio sítio fortificado, associando-as a elementos e dinâmicas do entorno e escalas mais amplas. A experiência de visita do Forte Duque de Caxias se vê enriquecida com o conhecimento da evolução dos fortes na sua relação com a cidade e seus moradores, no tempo e no espaço (FIGURA 19).

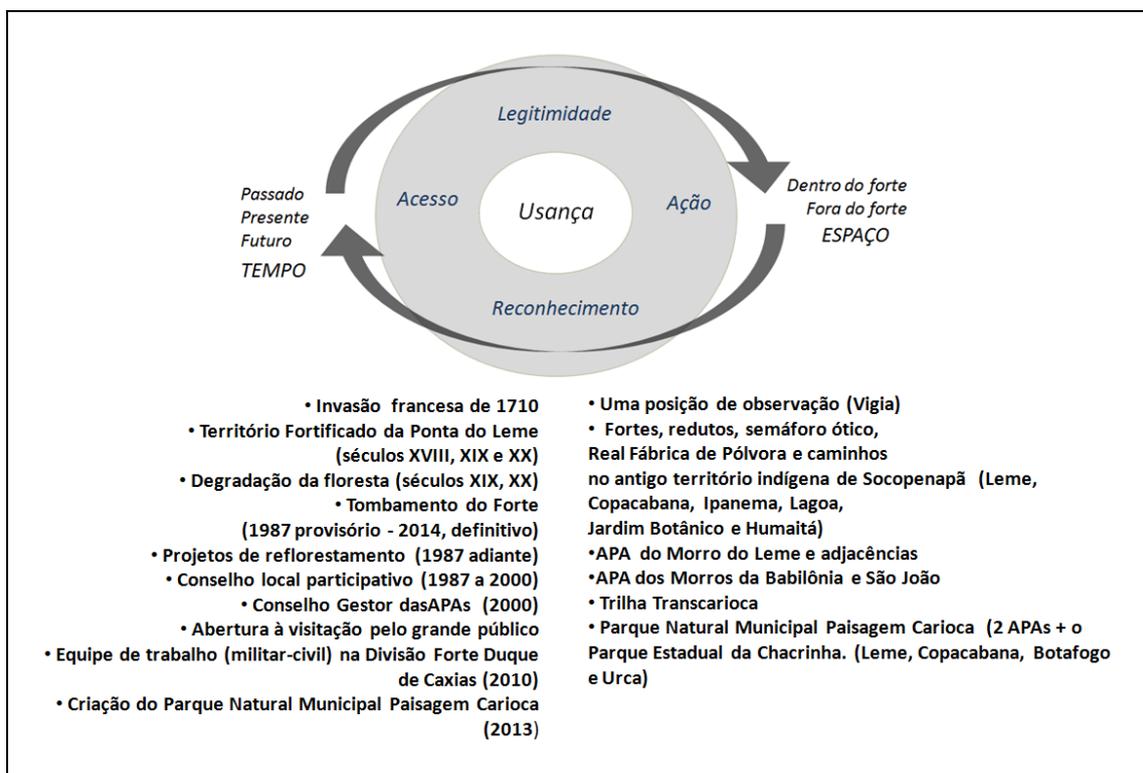


Figura 19: A usança do Forte Duque de Caxias: conhecimento da evolução da relação forte-cidade-moradores, no tempo e no espaço.

Fonte: Elaboração própria.

A perspectiva do visitante cresce ainda mais, se a visitação lhe oferecer uma visão integrada das duas dimensões. A primeira ao evidenciar semelhanças da área do antigo território fortificado da Ponta do Leme (séculos XVII, XIX e XX), com a do atual Parque Natural Municipal Paisagem Carioca (APÊNDICE C). A segunda, da afinidade do antigo caminho usado por Jean-François Duclerc na invasão da cidade, em 1710, com a atual trilha Ecológica Transcarioca (APÊNDICE D).

No Capítulo 4, apresentou-se uma trajetória histórica com ênfase em passagens históricas relevantes; expressões culturais curiosas; registros artísticos sobre o Rio de Janeiro; na relação da cidade, dos fortes, dos visitantes e de seus moradores com problema ainda hoje presentes como a necessidade de segurança; de acesso a água em quantidade, qualidade e constância; a atividade perniciososa dos mosquitos na Cidade; a necessidade de serviços de contenção de encostas, entre outros. Tais abordagens se trabalhadas com criatividade e qualidade, poderão encontrar repercussão junto a um público pouco afeito a frequentar os fortes.

O Laboratorio Permanente de Público de Museos (2012) do Ministério de Educação e Cultura da Espanha corrobora a indicação de Doering (1999) quanto à relevância dos museus e centros de visitantes assumirem, em suas diretrizes, o desenvolvimento de áreas relacionadas a cada um destes tipos de vivência — de modo a estimular uma variedade de formas e de se construir sentidos de proximidade.

A importância de aportar diferentes canais passíveis de interesse é fundamental para a aproximação dos visitantes e constância nas visitas— cuja vitalidade cultural se faz presente pelas emoções, reflexões, vivências e conhecimentos manifestados na relação entre visitantes (o público) e visitados (os fortes) (DOERING, 1999; LABORATORIO PERMANENTE DE PÚBLICO DE MUSEOS, 2012; MCCARTHY & JINNETT, 2001).

Doering (1999) aponta para a importância dos museus (e fortes) reconhecerem e avaliarem as suas formas de relação com sociedade diante de suas expressões e necessidades — sempre em movimento. Apoiada em pesquisas empíricas realizadas em diferentes museus do Smithsonian, a cientista sugere como base as categorias “público” (se interessam e visitam) e “não-público” (não se interessam e não visitam). Na categoria “público”, identificou 4 tipos de experiências satisfatórias:

- Centrada nas relações sociais: corresponde ao contato pessoal que acontece dentro do museu; a socialização para além da visitação.

- Centradas no objeto: dá destaque para as vivências e emoções suscitadas na comunicação com o objeto exposto: beleza, raridade, singularidade, etc.
- Centrada no conhecimento: enfatiza os aspectos interpretativos ou intelectuais da experiência.
- Introspectiva: concentra-se nas reflexões pessoais do visitante, geralmente desencadeada por um objeto ou uma configuração no museu.

Ainda segundo Doering (1999), os centros culturais da atualidade (assim como os fortes abertos à visitação) devem ser tomados como um manancial de experiências cujos acontecimentos se revelam a duas escalas. Na escala pessoal, a partir dos interesses e da bagagem de conhecimento e vivências que cada visitante encontra na sua comunicação com o museu (forte) e também, na escala social, cuja proximidade simbólico-afetiva é também, reflexo do empenho da instituição gestora no desenvolvimento de uma interlocução aberta e democrática com um público, fortalecedora da responsabilidade comum sobre o bem público.

Acrescenta-se à classificação de Doering (1999) a importância de que ambas escalas sejam consideradas na gestão por suas características complementares. A primeira, por aumentar o grau de proximidade e cuidado depositados pelos visitantes e a segunda, por favorecer a internalização da densidade social conquistada na melhoria da visitação (e vice-versa) dos fortes como bens públicos. Estas dimensões ajudam a reafirmar-se o sentido de porque vale a pena preservarmos os fortes e estão presentes na seguinte declaração acerca do valor de um patrimônio:

(...) a principal razão para protegermos estes enclaves é porque significam algo importante para as pessoas (Ham, 2002; Larsen, 1997) e que seu significado e valores lhes conferem atributos de patrimônio. Os recebemos como herança e temos a responsabilidade de usá-los corretamente para que entregá-los às futuras gerações. Estes lugares, objetos ou seres vivos representam algo importante para os indivíduos em particular e para a sociedade em geral como: opções para o desenvolvimento, conexão com a memória coletiva, reafirmação da identidade ou possibilidade para o lazer. São símbolos de ideais, de triunfos ou de tragédias e de desgraças humanas.. (MORALES, s.d.; p.1, tradução própria).

Nestas considerações, os fortes reafirmam seu valor pelo valor que lhes é socialmente atribuído a cada momento, a cada sociedade. Por vários séculos o seu reconhecimento esteve ancorado na sua qualidade de estrutura técnica de defesa. Contudo, se em tempos de paz estes já não encontram eco na sociedade, há que se ponderar que a melhor decisão. Pode-se abandoná-los até que se apaguem em

existência, destruídos pelo tempo como o fizeram tantas vezes os portugueses, ou mesmo, substituídos por outros equipamentos urbanos. Outra possibilidade é a de buscar por outras manifestações ali presentes, porém pouco reveladas “bloqueadas pela lógica aristotélica em que as coisas são ou não são, deixando de fora outras possibilidades já existentes (...) que se manifestavam no setor timidamente”. (GONZÁLEZ, 2006, p. 309).

Sob essas considerações, o que se quer evidenciar nesta tese, é que o forte como patrimônio deve abrir-se a alternativas, onde os equipamentos, a história e a arquitetura militar são fazem parte sem, contudo, representarem a única possibilidade de sua expressão. Para corroborar, retomam-se a inserção do Forte Duque de Caxias em projetos de conservação ambiental e do Forte de Copacabana em projetos culturais para jovens. Ambos agregaram valor social e dinamizaram o reconhecimento do patrimônio como um todo.

A visibilidade dos canhões, obuseiros, formas arquitetônicas e exposições de símbolos e signos pátrios viram-se conectadas a um público maior, cujos interesses diversos devem ser trabalhados com estratégias de sedução dos diferentes atrativos, que promovam o interesse do público. Retoma-se aqui a centralidade da diversidade fazendo-se a referencia às suas implicações práticas na gestão da visitação.

Morales e Guerra (1996), alinhados a Jane Jacobs e a Hassan Zaoual, criticam as simplificações de projetos que buscam enquadrar os visitantes em único molde. Por isso, advertem sobre a importância dos gestores terem acesso a informações sobre “sobre os diversos tipos de usuários, de forma a atender suas diferentes características e necessidades” (MORALES e GUERRA, 1996, p. 2, tradução própria). Completam, ainda, que o sucesso está em buscar estratégias que, desde uma perspectiva de conjunto, alcancem dar respostas às principais demandas dos muitos tipos de visitante, considerando-se as características gerais que os aproximam e também, as especificidades.

As ponderações de Morales e Guerra (1996) alinham-se às tendências atuais de um mundo “customizado”, onde vale a individuação (ZAOUAL, 2006). Por ela, a diversidade de interesses e expressões de cada indivíduo que visita um forte — não deve se apresentar como um problema para o qual se busca uma solução única. Mais bem ao contrário, aparece como uma expressão dos tempos atuais. A customização faz parte da cultura digital das gerações mais jovens, exigentes em agilidade criativa e de experiências interativas.

A linha teórico-argumentativa de Morales & Guerra (1996) posiciona a diversidade no centro e chama atenção para a importância da realização de levantamentos que aportem informações úteis aos gestores. Nestes termos, o conhecimento do comportamento da visitação aporta para a gestão com análises, avaliações de tendências e para a tomada de decisões estratégicas que indica por que vale a pena seguir por este caminho e não pelos outros. Neste sentido, as pesquisas devem estar voltadas tanto para o recolhimento de dados objetivos (como número de visitantes, faixa etária, frequência de visitação, demanda dos visitantes, etc.), quanto subjetivos (as motivações para se visitar o forte, a relação afetiva, a sensação provocada pela visita, etc.).

Na sequência, apresentam-se resultados empíricos encontrados em uma sondagem quanti e qualitativa realizada pelo Projeto Roteiros dos Fortes (2014) e orientada a dar respostas às seguintes perguntas: quem visita os fortes? Por que fazer a visita? Como foi a experiência? Toma-se o Forte Duque de Caxias como referência principal nas análises. Também, a partir de apontamentos no caderno de campo, uma sistematização de temas e experiências singulares e comuns às visitas que ora se desenvolvem nos Fortes Duque de Caxias, e no Forte de Copacabana, ambos no mesmo arco de praias e distantes entre si apenas 6 quilômetros.

### 5.3.1. Quem visita os fortes?

Um primeiro bloco de perguntas buscou explicitar a pluralidade de visitantes que chegam aos fortes. Para isso, contou com as seguintes variáveis descritivas:

- Morador ou turista (nacional e estrangeiro);
- Militar ou civil;
- Gênero;
- Faixa etária;
- Escolaridade;
- Frequência de visitação dos moradores àquela fortificação.

#### ***Morador ou turista (nacionais e estrangeiros)***

O levantamento de campo demonstrou que a maioria dos visitantes do Forte Duque de Caxias é de moradores (71,43%). Esta condição foi verificada também para o

conjunto das fortificações (60,44%), à exceção do Forte de Copacabana, onde os turistas foram maioria (57,53%) (QUADRO 7).

Quadro 7: Valores absolutos (Nº) e relativos (%) da visitação: moradores ou turistas?

Unidades de observação	Moradores		Turistas						Total Moradores + Turistas	
			Nacionais		Estrangeiros		Total Turistas			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Forte Copacabana	186	42,47	213	48,63	39	8,90	252	57,53	438	100,00
Forte Duque de Caxias	120	71,43	25	14,88	23	13,69	48	28,57	168	100,00
Fortaleza São João	116	95,08	5	4,10	1	0,82	6	4,92	122	100,00
Fortaleza Santa Cruz da Barra	78	67,83	28	24,35	9	7,83	37	32,17	115	100,00
Fortes São Luiz e do Pico	44	77,19	13	22,81	0	0,00	13	22,81	57	100,00
<b>Total</b>	<b>544</b>	<b>60,44</b>	<b>284</b>	<b>31,56</b>	<b>72</b>	<b>8,00</b>	<b>356</b>	<b>39,56</b>	<b>900</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

No caso do Forte Duque de Caxias, um expressivo índice de visitantes moradores (40,0%) respondeu que chegam ao Forte a pé, o que indica a polarização da visitação nos moradores das vizinhanças (QUADRO 8). Tal comportamento contrasta com o do Forte de Copacabana, o mais procurado pelos turistas (57,53%); um resultado compatível com tradição turística da praia de Copacabana e também, pela qualidade e variedade dos atrativos oferecidos aos visitantes.

A diferença ganha vigor quando se assume uma visão complementar entre a visitação que ocorre nos fortes. Enquanto o Forte de Copacabana se apoia no turismo de grande escala, o Forte Duque de Caxias, por suas características militares e ecológicas, aproxima-se do Turismo Situado — legitimado pelos vínculos identitários com os moradores, integrado ao cotidiano do local onde se situa (ZAOUAL, 2009).

Quadro 8: Meios de transporte usados pelos visitantes moradores para chegarem ao Forte Duque de Caxias.

Meio de transporte	Valor	
	Absoluto(Nº)	Relativo (%)
A pé	48	40,00
Bicicleta	4	3,33
Carro próprio	35	29,17
Metrô	5	4,17
Motocicleta	1	0,83
ônibus/vans regulares	16	13,33
Táxi	7	5,83
Outros	4	3,33
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

## ***Militar ou civil***

Considerando-se o vínculo intrínseco dos fortes geridos pelo Exército Brasileiro com os temas da defesa e da cultura militar, vale tomar conhecimento sobre o interesse dos próprios militares, em visitarem estes sítios nos momentos de folga e como opção de lazer. Para isso, foram entrevistados apenas aos militares que se apontaram nesta situação. O resultado do Forte Duque de Caxias indica uma larga predominância dos visitantes civis (97,02%) em comparação com os militares (2,98%). Tal comportamento aparece também para o conjunto dos fortes com os visitantes civis (91,78%) sobressaindo-se aos visitantes militares (8,22%) (QUADRO 9).

Quadro 9: Visitação de acordo com a condição civil ou militar.

Unidades de observação	Valores Relativos (%)						Total (%)
	Moradores		Turistas		Moradores + Turistas		
	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	
Forte de Copacabana	38,81	3,65	55,94	1,60	94,75	5,25	100,00
Forte Duque de Caxias	69,05	2,38	27,98	0,60	97,02	2,98	100,00
Fortaleza de São João	73,77	21,31	4,10	0,82	77,87	22,13	100,00
Fortaleza de Santa Cruz da Barra	59,13	8,70	29,57	2,61	88,70	11,30	100,00
Fortes São Luiz e do Pico	66,67	10,53	22,81	0,00	89,47	10,53	100,00
Total (%)	53,56	6,89	38,22	1,33	91,78	8,22	100,00

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

A superação do público civil sobre o militar no uso do Forte Duque de Caxias — como opção de lazer — chama atenção, mas, não difere do comportamento dos demais fortes, onde se dá o mesmo. O baixo índice de visitação dos militares durante suas folgas sugere que os mesmos enquadram os fortes como espaços de trabalho e, portanto, distanciados de suas expectativas, motivações e necessidades de lazer.

Neste cenário, atualmente, os militares perfilam-se no limiar da condição de “não-público” (DOERING, 1999), assim como os jovens e a população de baixa renda do entorno. Evidencia-se, portanto, a necessidade de revisão das estratégias de forma a aumentar a atração destes segmentos aos fortes como espaço de cultura, paz e beleza. No caso do Forte Duque de Caxias, identificado com a história do Leme e arredores, assim como da conservação da fauna e da flora da Mata Atlântica, entre outras possibilidades ainda a serem descobertas e desenvolvidas.

No caso dos militares e suas famílias, estes podem crescer no espaço institucional como formadores de opinião, migrando do formato da legitimidade

institucional, autorizada pela gestão militar do forte, para a de legitimidade pessoal e apropriada, pela qual se aproximam e crescem no convívio e conhecimento dos fortes, enquanto um patrimônio plural voltado, também, ao relaxamento e ao lazer.

## **Gênero**

Para o Forte Duque de Caxias, o contingente feminino (57,74%) predominou sobre o masculino (42,26%); assim como para o conjunto dos fortes (QUADRO 10).

Quadro 10: Visitação de acordo com o gênero.

Unidades de observação	Valores Relativos (%)						Total (%)
	Moradores		Turistas		Moradores + Turistas		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Forte de Copacabana	16,67	25,80	25,11	32,42	41,78	58,22	100,00
Forte Duque de Caxias	28,57	42,86	13,69	14,88	42,26	57,74	100,00
Fortaleza de São João	42,62	52,46	1,64	3,28	44,26	55,74	100,00
Fortaleza de Santa Cruz da Barra	33,04	34,78	17,39	14,78	50,43	49,57	100,00
Fortes São Luiz e do Pico	33,33	43,86	10,53	12,28	43,86	56,14	100,00
Total (%)	25,56	34,89	17,89	21,67	43,44	56,56	100,00

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

Dado o caráter exploratório da pesquisa, não coube um aprofundamento quanto a que se deve esta pequena diferença ou mesmo, se ela é significativa, em termos estatísticos. No entanto, verifica-se que os valores encontrados acompanham de perto a distribuição entre mulheres e homens moradores do bairro. Segundo o Instituto Pereira Passos, de um total de 14.799 residentes no Leme, 8.261 eram do sexo feminino (55,82%) e 6.538 (44,18%) do sexo masculino, para o ano de 2010 ([http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra\\_ranking.php?Cod\\_Tema=1430&area=023](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra_ranking.php?Cod_Tema=1430&area=023) e

[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra\\_ranking.php?Cod\\_Tema=1431&area=023](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra_ranking.php?Cod_Tema=1431&area=023)).

Desde uma contribuição qualitativa, conversas informais durante a fase de observação de campo, suscitaram uma questão interessante — o Forte Duque de Caxias como um Sítio Simbólico de Pertencimento (ZAOUAL, 2006, 2009, 2010) para as mulheres que gostam de fazer caminhadas quando “sozinhas” ou “desacompanhadas”. Como um lugar que as acolhe e propicia as condições favoráveis e específicas para que desfrutem com segurança e tranquilidade de um contato com a natureza.

Em conversa direta com algumas visitantes, a gestão da área por parte do Exército se apresenta como um diferencial para a escolha do Forte Duque de Caxias

como um ambiente saudável e seguro para caminhadas na mata e para os momentos de harmonização consigo própria e com a natureza, como fonte de controle do stress tão presente no dia a dia corrido da cidade. Ressalta-se a validade de se investigar com maior profundidade a qualidade persuasiva do Forte Duque de Caxias como um sitio atrativo para as mulheres que gostam de passear sozinhas.

### ***Faixa etária***

A visitação no Forte Duque de Caxias mostrou-se concentrada nos visitantes adultos de 26 a 50 anos, indicando um índice de 42,86% para os moradores e de 14,88% para os turistas. A mesma situação se apresentou para o conjunto dos visitantes moradores e turistas (57,74%). Os maiores de 50 anos ficaram em segundo lugar tanto para os visitantes moradores (20,24%) quanto turistas (7,14%). Já o público jovem visitante (de 14 a 25 anos) mostrou-se o de menor representação, tanto para o Forte Duque de Caxias (14,88%) quanto para o conjunto dos fortes (14,22%) (QUADRO 11).

Quadro 11: Visitação de acordo com as faixas etárias.

Unidades de Observação	Valor Relativo (%)										Total (%)
	Moradores			Turistas			Moradores e turistas				
	14 a 25 anos	26 a 50 anos	Mais de 50 anos	14 a 25 anos	26 a 50 anos	Mais de 50 anos	14 a 25 anos	26 a 50 anos	Mais de 50 anos	Não respondeu	
Forte de Copacabana	8,68	20,32	13,47	6,39	37,44	13,70	15,07	57,76	27,17	0,00	100,00
Forte Duque de Caxias	8,33	42,86	20,24	6,55	14,88	7,14	14,88	57,74	27,38	0,00	100,00
Fortaleza de São João	16,39	45,90	32,79	0,00	3,28	1,64	16,39	49,18	34,43	0,00	100,00
Fortaleza de Sta Cruz	6,09	34,78	26,09	5,22	18,26	8,70	11,30	53,04	34,78	0,87	100,00
Fortes São Luiz e do Pico	5,26	49,12	22,81	1,75	14,04	7,02	7,02	63,16	29,82	0,00	100,00
Total (%)	9,11	31,67	19,56	5,11	24,67	9,78	14,22	56,33	29,33	0,11	100,00

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

No que se refere especificamente aos jovens, vale considerar a complementação da visita *in situ* pelo apoio de plataformas digitais acessadas pelos próprios visitantes via *tablets* e *smartphones*, com vistas a ampliar a experiência. A condição dos jovens também no limiar da categoria “não-público” remete à necessidade de buscar entender as necessidades deste grupo, de forma a estimular o aumento na sua frequência de visitação e aproximação simbólico-afetiva ao patrimônio, a médio e longo prazo.

Como nativodigitais, é fundamental que a comunicação digital se vincule produtivamente aos múltiplos temas que perpassam o Forte Duque de Caxias — bem

como o conjunto de fortes da baía de Guanabara —, potencializando a visitação e o apego ao patrimônio fortificado.

Os fortes não podem ficar alheios aos mecanismos ágeis na dimensão virtual da cultural atual. Assim, seus gestores devem considerar o suporte de plataformas digitais e de aplicativos como *Quick Response Code (QR Code)*, realidade aumentada, mapas interativos, jogos, etc., que vão além do aporte de informações, pelo estímulo de experiências e conhecimentos complementares à visita *in situ*. A seguir, a título de ilustração, listam-se alguns exemplos de abordagens que podem ser assumidos no universo virtual da comunicação do Forte Duque de Caxias com os visitantes:

- Detalhes significativos da história e da arquitetura do Forte;
- Visualização virtual da evolução dos fortes da Ponta do Leme, sua relação com os bairros vizinhos do antigo território de Socopenapã e, a escala mais ampla, com os sistemas de defesa da baía de Guanabara;
- Informações sobre as espécies de plantas e animais da Mata Atlântica e ecossistemas associados encontrados na área do Forte no passado e no presente;
- Mapas com informações nos principais pontos da paisagem cultural do Rio de Janeiro avistados dos mirantes do Forte.

### ***Escolaridade***

Entre os visitantes do Forte Duque de Caxias, preponderaram aqueles de maior escolaridade, ou seja, com pelo menos terceiro grau (77,45%). Este comportamento foi comum a todos os fortes, o que caracteriza um público exigente quanto à qualidade e dinamismo na atualização da informação (QUADRO 12).

Em segunda posição estão os visitantes com formação de nível médio (19,78%), o que indica a necessidade de se delinear estratégias específicas a este representativo segmento social da população carioca, de forma de atraí-los e fortalecer a sua presença e convivência nos fortes. Justifica-se a baixa representatividade dos visitantes do nível fundamental (apenas 2,56%) pela amostragem da sondagem, definida para jovens acima dos 14 anos.

Com o cruzamento dos dados do nível de escolaridade dos visitantes com os dos meios de transporte usados para chegarem ao Forte Duque de Caxias, verifica-se que, por chegarem a pé, os visitantes de nível universitário e de pós-graduação são pessoas do próprio bairro do Leme ou de adjacências como Copacabana. Desta informação, se

pode inferir a debilidade na visitação de moradores da Babilônia e do Chapéu Mangueira, as duas favelas vizinhas ao Forte do Leme.

Quadro 12: Visitação de acordo com a escolaridade.

Unidades de Observa�o	Valor Relativo (%)												Total (%)
	Moradores				Turistas				Moradores e turistas				
	Fundamental	Médio	Pelo menos Superior	Total	Fundamental	Médio	Pelo menos Superior	Total	Fundamental	Médio	Pelo menos Superior	Não respondeu	
Forte de Copacabana	1,83	8,68	31,96	20,67	0,91	9,13	47,26	28,00	2,74	17,81	79,22	0,23	100,00
Forte Duque de Caxias	2,38	13,10	55,95	13,33	0,60	5,36	22,62	5,33	2,98	18,45	78,57	0,00	100,00
Fortaleza de São João	2,46	26,23	66,39	12,89	0,00	0,82	4,10	0,67	2,46	27,05	70,49	0,00	100,00
Fortaleza de Sta Cruz	0,00	10,43	57,39	8,67	1,74	6,09	23,48	4,11	1,74	16,52	80,87	0,87	100,00
Fortes São Luiz e do Pico	0,00	22,81	54,39	4,89	1,75	7,02	14,04	1,44	1,75	29,82	68,43	0,00	100,00
Total (%)	1,67	13,00	45,78	60,45	0,89	6,78	31,67	39,55	2,56	19,78	77,45	0,22	100,00

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

Para estes, a Colônia de Férias do Forte do Leme apresenta-se como a principal modalidade que lhes d  acesso ao forte do Leme. Nela as crianças e adolescentes do Babilônia e do Chapéu Mangueira têm participa o destacada. Também, no uso das instala es de educa o física do Centro de Estudos de Pessoa e Forte Duque de Caxias como espaço de vivência cedido ao uso pela Escola Municipal São Tomás de Aquino, contígua ao Forte. Contudo, a Colônia contempla apenas o universo inf nto-juvenil e mesmo, com poucas vagas — enquanto a visita o como lazer nos momentos livres das famílias abarca uma escala maior.

Fica a ressalva para a importância de pensar estratégias de visita o voltadas especificamente para o lazer dos vizinhos da Babilônia e do Chapéu Mangueira. Retoma-se aqui a lembrança de que já há um histórico de relacionamento com as associa es de moradores destas localidades, por conta das iniciativas de reflorestamento e do ecoturismo aqui evidenciadas e outras iniciativas.

### ***Frequência de visitas pelos moradores ao forte Duque de Caxias***

A identifica o da frequência de visita o ao Forte Duque de Caxias traz algum indicativo quanto   tendência de apropria o do sítio fortificado como um lugar de acolhimento e bem estar de uso cotidiano. As visitas por primeira vez despontaram com 57,50% dos entrevistados (QUADRO 13). As visitas regulares — preferenciais para o crescimento do uso público orientado   convivência e ao diálogo entre os fortes, a

Cidade e seus moradores — foram as mais baixas, representando 12,50%. A baixa frequência aponta para a necessidade de reflexões que respaldem a formulação de políticas e programas de visitação, com vistas a estimular que os visitantes voltem uma e outra vez, até que evoluam para a condição de frequentadores do forte.

Quadro 13: Frequência de visitação dos moradores àquela fortificação.

Unidades de observação	Valores Relativos (%) (valores relativos agregados)									Não Respondeu	TOTAL (%)
	1ª vez	Visitas periódicas					Visitas não periódicas				
		Todos os dias	Uma vez por semana	Uma vez por mês	Entre 4 e 7 vezes por ano	Total	Entre 1 e 3 vezes por ano	Não visita todos os anos	Total		
Forte de Copacabana	30,11	1,61	2,15	5,38	4,84	13,98	21,51	33,87	55,38	0,54	100,00
Forte Duque de Caxias	57,50	0,83	1,67	5,00	5,00	12,50	6,67	23,33	30,00	0,00	100,00
Fortaleza de São João	10,34	23,28	31,90	8,62	6,90	70,70	6,03	12,07	18,10	0,86	100,00
Fortaleza de Santa Cruz	43,59	0,00	3,85	0,00	1,28	5,13	16,67	34,62	51,29	0,00	100,00
Fortes São Luiz e Pico	59,09	0,00	0,00	0,00	4,55	4,55	4,55	15,91	20,46	15,91	100,00
<b>Total (%)</b>	<b>36,21</b>	<b>5,70</b>	<b>8,46</b>	<b>4,78</b>	<b>4,78</b>	<b>23,72</b>	<b>12,87</b>	<b>25,55</b>	<b>38,24</b>	<b>1,65</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

### 5.3.2. Porque fazer a visita?

Um segundo bloco buscou explicitar, desde a perspectiva dos entrevistados moradores e turistas, os estímulos para a realização da visita àquela forte. Para isso, apoiou-se no descritivo “Principais motivações para a visita às fortificações”, abordado a seguir. Para o levantamento das principais motivações que levaram o entrevistado a visitar a fortificação, pedimos a cada entrevistado indicasse, em ordem crescente, as três alternativas prioritárias na lista apresentada; sendo a indicação 1 a mais importante e a 3 a menos importante. As opções de respostas presentes nos formulários foram:

- Conhecer/rever o patrimônio histórico e militar;
- Visitar o(s) museu(s), desfrutar da natureza e da paisagem local;
- Praticar atividades físicas/esportivas;
- Participar de evento artístico e cultural;
- Participar de atividades profissionais e negócios;
- Desfrutar dos serviços de alimentação;
- Aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar.

Para a análise dos dados, foram atribuídos pesos às prioridades de motivação e calculados Índices de Importância Atribuída a cada Motivação (IIAM) em forma de porcentagem. Os pesos aplicados foram:

- Peso 4 para a prioridade 1 (P1 x 4);
- Peso 3 para a prioridade 3 (P2 x 3);
- Peso 2 à prioridade 2 (P3 x 2);
- Peso 1 às que não foram escolhidas.

### *Principais motivações para a visita às fortificações*

Com as informações levantadas nas entrevistas, foram calculados os Índices de Importância Atribuída à Motivação (IIAM) da visita. Os dados a seguir, referem-se aos visitantes totais (moradores e turistas) do Forte Duque de Caxias e Forte de Copacabana (FIGURA 20). Tal recorte justifica-se pelas suas afinidades espaciais — localizados em pontas opostas do mesmo arco de praias do Leme e de Copacabana — e temporais — ambos são construções dos inícios do século XX.

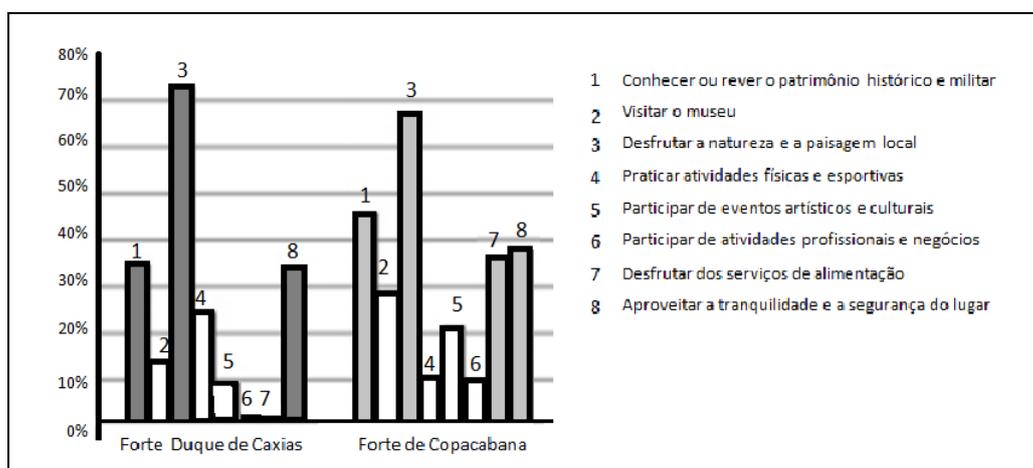


Figura 20: Motivações para as visitas no Forte Duque de Caxias e Forte de Copacabana.

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

Os dados indicam que para ambos os fortes a principal motivação foi a de “desfrutar a natureza e a paisagem local” (ligada à beleza do sitio). O destaque frente às outras foi expressivo, com um IIAM superior a 70% no Forte Duque de Caxias e a 65% no Forte de Copacabana.

A principal motivação destacada pelos visitantes realça a posição privilegiada dos fortes no alto de promontórios e pontões na orla marítima do Atlântico e da baía de Guanabara. Para os fortes de defesa de costa, as amplas vistas do litoral carioca eram

condição estratégica para a observação e controle dos navios que buscavam as águas calmas da baía de Guanabara. Também, corrobora a trajetória histórica diferenciada do forte do Leme na conservação do bioma Mata Atlântica pelas ações colaborativas de reflorestamento das áreas degradadas — uma atuação em defesa da biodiversidade como patrimônio nacional. A segunda e terceira motivações indicadas para a atração dos visitantes para estes locais foi a de “conhecer ou rever o patrimônio histórico e militar” (ligada à cultura) e “aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar” (ligada à paz), respectivamente.

Especificamente para o Forte de Copacabana, na quarta colocação, muito próxima à terceira, encontra-se a motivação “desfrutar dos serviços de alimentação”, justificada pela presença de duas conceituadas cafeterias no sítio. Ainda no Forte de Copacabana, mereceu destaque a motivação de “visitar o museu”. As motivações “participar de atividades físicas e esportivas”, “participar de eventos artísticos e culturais” e “participar e atividades profissionais e negócios” apresentaram IIAM bem abaixo de 30,00%.

Mesmo desagregando-se os dados do Forte Duque de Caxias (FIGURA 21), encontra-se como principal motivação da visita, tanto para os visitantes moradores (IIAM= 75,7%) quanto para os turistas (IIAM=68,1%) a vontade de “desfrutar a natureza e a paisagem local”.

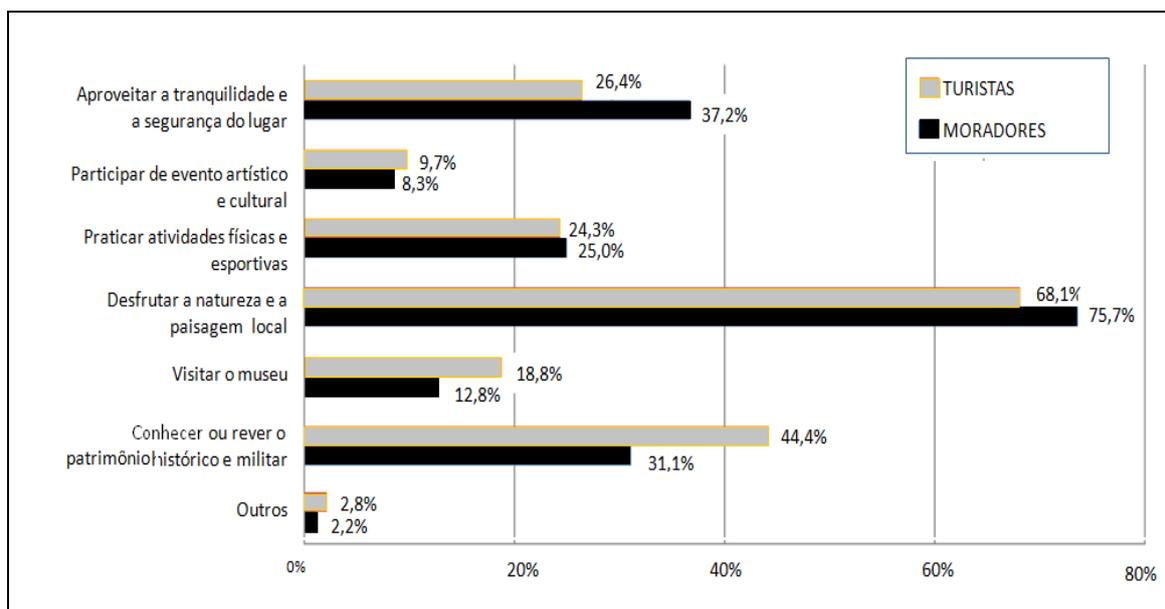


Figura 21: Índices de importância atribuída à motivação da visita ao forte Duque de Caxias pelos visitantes moradores e turistas.

Já, como segunda motivação, há mudanças. Enquanto os moradores indicam “aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar” (IIAM=enquanto 37,2%), os turistas optaram por “conhecer ou rever o patrimônio histórico e militar” (IIAM=44,4%). Vale notar que o fato de a motivação “conhecer o sitio histórico militar” ter um índice maior entre os turistas dá relevo ao distanciamento e/ou o pouco interesse dos visitantes moradores quanto ao papel do forte na evolução do lugar e da cidade onde vivem.

A situação se inverte para a terceira motivação, onde os moradores buscaram por “conhecer ou rever o patrimônio histórico e militar” (IIAM=31,1%) e os turistas optaram por “aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar” (IIAM= 26,4%).

Com um IIAM muito próximo aos 30,0%, chama atenção que tanto moradores quanto turistas busquem o forte do Leme para praticar atividades físicas e esportivas (IIAM= 25,0% para os visitantes moradores e IIAM= 24,3 para os turistas).

Considerando-se as características do sítio<sup>61</sup>, se poderia somar as respostas de “visitar o museu” às de “conhecer/rever o patrimônio histórico militar”, sem que se alterasse o teor das análises. Vale, porém, ressaltar que a motivação para a visita ao museu teve uma preferência pelos turistas (IIAM=18,8%) maior que pelos moradores (IIAM= 12,8%).

### ***Os visitantes mais e menos frequentes do Forte Duque de Caxias***

Como visitantes que se sentem mais atraídos pelo Forte Duque de Caxias, têm destaque os civis, mulheres, moradores do bairro e cercanias, universitários de classe média, que chegam ao forte a pé e que estão visitando o forte pela primeira vez. Na outra ponta, como menos frequentes, estão os militares em seus momentos de lazer, homens, turistas, jovens, de níveis educacionais médio e primário, das classes altas e baixas e os visitantes que regularmente frequentam o forte (FIGURA 22),

---

<sup>61</sup> O Forte Duque de Caxias institucionalmente apresenta-se como um “museu a céu aberto”. Seus obuseiros fixados diretamente na pedra são os equipamentos militares que mais chamam a atenção do público. Esta condição é diferente da do Forte de Copacabana, onde foram reformadas e construídas instalações, especificamente para abrigar o Museu do Exército, pelo qual, fica separado da cúpula dos canhões.

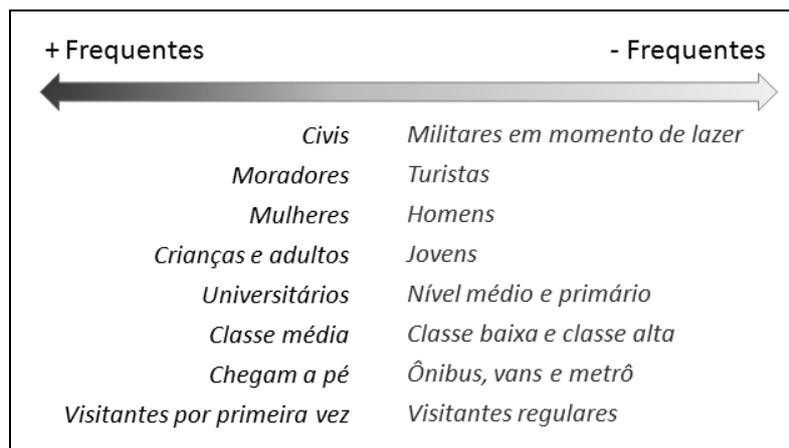


Figura 22: Caracterização dos visitantes, os mais e os menos frequentes.

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

### 5.3.3. Como foi a experiência?

Um terceiro bloco de perguntas buscou explicitar a percepção dos visitantes quanto à experiência da visita, com base às seguintes variáveis descritivas: recepção e atendimento pelo pessoal do Exército, intenção de repetir a visita, a sensação provocada pela visita, na perspectiva dos visitantes moradores.

#### ***Recepção e atendimento pelo pessoal do Exército***

Os resultados indicam uma alta aprovação dos entrevistados quanto a qualidade da recepção e do atendimento pelo pessoal do Exército. No Forte Duque de Caxias 97,02% indicaram a recepção como “ótima” ou “boa”, o maior índice entre todos os fortes. Este valor reflete a avaliação também positiva da hospitalidade oferecida pelo conjunto dos fortes (QUADRO 14).

Quadro 14: Recepção e atendimento pelo pessoal do Exército.

Unidades de Observação	Valor Relativo (%)															Total (%)
	Moradores					Turistas					Moradores + Turistas					
	O*	B*	R*	NO*	NS*	O	B	R	NO	NS	O	B	R	NO	NS	
Forte de Copacabana	15,75	21,92	1,14	0,46	3,20	22,37	25,11	2,74	1,14	6,16	38,13	47,03	3,88	1,60	9,36	100,00
Forte Duque de Caxias	35,71	34,52	0,60	0,00	0,60	15,48	11,31	0,60	0,60	0,60	51,19	45,83	1,19	0,60	1,19	100,00
Fortaleza de São João	40,98	43,44	4,10	2,46	4,10	1,64	3,28	0,00	0,00	0,00	42,62	46,72	4,10	2,46	4,10	100,00
Fortaleza de Sta Cruz	48,70	17,39	1,74	0,00	0,00	24,35	6,09	0,87	0,00	0,87	73,04	23,48	2,61	0,00	0,87	100,00
Fortes São Luiz e do Pico	47,37	28,07	1,75	0,00	0,00	12,28	10,53	0,00	0,00	0,00	59,65	38,60	1,75	0,00	0,00	100,00
Total (%)	29,11	27,00	1,56	0,56	2,22	17,89	16,22	1,56	0,67	3,22	47,00	43,22	3,12	1,23	5,44	100,00

O - Ótimo, B - Bom, R - Ruim, NO - Não Opinou, NS - Não sabe

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

Estes altos percentuais são importantes porque indicam uma fluência no convívio entre os militares e os civis, nos fortes abertos à visitação pública. Este contato positivo facilita a comunicação empática e amplia as possibilidades de vínculos pessoais e de pertencimento para com o sítio.

### ***Intenção dos visitantes em repetirem a visita***

A intenção dos entrevistados em repetirem a visita, embora não seja um fato, indica o poder de persuasão dos fortes. Como dito antes, para o acontecimento dos fortes como esquinas da Cidade, interessa a *usança*— que os visitantes retornem uma e outra vez de forma a se tornarem frequentadores — dos fortes com vistas à conformação de um público ampliado, potencialmente mais conhecedor e mais comprometido com o patrimônio. A convivência gera afinidades, conhecimentos, experiências, sentido de proximidade, de pertencimento e abre possibilidades para o fortalecimento dos vínculos identitários entre os fortes, os moradores e a Cidade do Rio de Janeiro.

Quanto à intenção de a visita vir a se repetir, as respostas dos moradores e turistas entrevistados no Forte Duque de Caxias foram inequívocas, com um valor de 94,05%. Tal comportamento se repetiu para o conjunto dos fortes, onde os percentuais foram sempre superiores a 90% (QUADRO 15).

Quadro 15: Intenção dos visitantes em repetirem a visita.

Unidades de observação	Valores Relativos (%)						Total (%)
	Moradores		Turistas		Moradores + Turistas		
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Forte de Copacabana	42,01	0,46	50,46	7,08	92,47	7,53	100,00
Forte Duque de Caxias	70,24	1,19	23,81	4,76	94,05	5,95	100,00
Fortaleza de São João	94,26	0,82	4,92	0,00	99,18	0,82	100,00
Fortaleza de Santa Cruz da Barra	65,22	2,61	25,22	6,96	90,43	9,57	100,00
Fortes São Luiz e do Pico	73,68	3,51	21,05	1,75	94,74	5,26	100,00
Total (%)	59,33	1,11	34,22	5,33	93,56	6,44	100,00

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

### ***Sensação provocada pela visita, na perspectiva dos visitantes brasileiros (moradores e turistas)***

Na busca de uma aproximação sobre a subjetividade das pessoas quando da visita aos fortes, aplicou-se junto aos visitantes brasileiros uma pergunta aberta, logo depois de realizada a visita, qual foi: “em poucas palavras, qual o sentimento que fica

depois da visita ao forte?”. As declarações recolhidas foram classificadas em campos semânticos e resultaram nas seguintes três grandes categorias: Beleza, Paz e Cultura (QUADRO 16).

Apresentam-se a seguir, os dados relativos ao Forte Duque de Caxias, ao Forte de Copacabana e à Fortaleza de São João. A justificativa para isto está na proximidade geográfica entre os mesmos e na sua identidade histórica comum, como fortes de artilharia fixa voltada à defesa de costa da Cidade do Rio de Janeiro.

Quadro 16: Sensações provocadas pela visita no Forte Duque de Caxias, no Forte de Copacabana e na Fortaleza de São João.

Unidade de observação	Categoria						Total	
	Beleza		Paz		Cultura			
	Valor						Absoluto (Nº)	Relativo (%)
	Absoluto (Nº)	Relativo (%)	Absoluto (Nº)	Relativo (%)	Absoluto (Nº)	Relativo (%)		
Forte Duque de Caxias	52	26,53	59	30,10	85	43,37	196	100,00
Forte de Copacabana	32	13,91	122	53,04	76	33,04	230	100,00
Fortaleza de São João	33	17,84	55	29,73	97	52,43	185	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>19,15</b>	<b>236</b>	<b>38,63</b>	<b>258</b>	<b>42,23</b>	<b>611</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

Imersos em uma porção da zona sul da cidade densamente povoada, estas condições aparecem como facilitadoras para realização de circuitos situados de visitação, tal qual o apresentado no Capítulo 3 (Jane Jacobs’ walk). Desde uma perspectiva de integração, o aumento de conhecimento e proximidade simbólico-afetiva dos moradores para com os fortes devem estimular a visitação a cada forte e também, a seu conjunto, de forma integrada a outras dinâmicas e elementos do entorno.

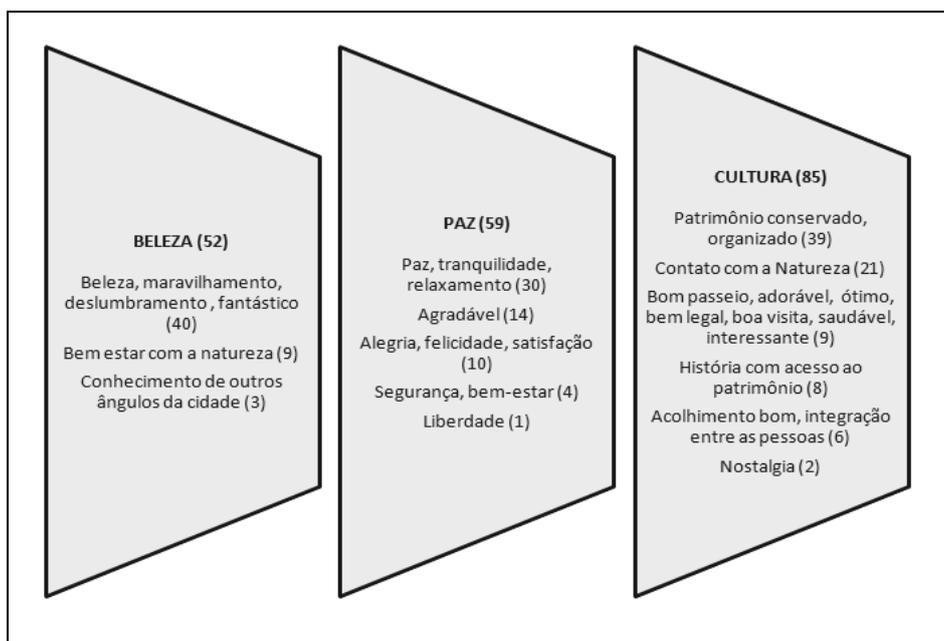
Vale que se apresente uma síntese das menções dos visitantes brasileiros do Forte Duque de Caxias e Forte de Copacabana, no que se refere ao sentimento que fica depois da visita:

- Na categoria Beleza: os destaques ficaram com as sensações associadas ao deslumbramento e bem-estar frente às belas vistas da Cidade e do recortado litoral.
- Na categoria Paz: as impressões de segurança e harmonia captadas pelos visitantes tanto se referem ao contato com elementos naturais (mar, rocha, ondas, vento, fauna, flora, etc.) quanto à possibilidade de desfrutar com tranquilidade e despreocupação de um espaço respaldado pela presença (não bélica) do Exército.
- Na categoria Cultura: foi onde houve maior variedade de temas promotores das diversas sensações. Com um maior número de menções, foram agrupadas nesta

categoria as seguintes sensações: a boa impressão na conservação do patrimônio histórico e natural, o ganho de conhecimentos, o bom acolhimento, a integração entre as pessoas, o orgulho cívico, a nostalgia relacionada a histórias pessoais, a sensação de pertencimento e proximidade para com o forte, entre outras bem menos citadas.

Com referência específica ao forte Duque de Caxias, a predominância de menções esteve relacionada à categoria Cultura nos temas de patrimônio histórico e patrimônio natural (85 menções ou 43,37%). Deste conjunto, destacaram-se a satisfação do contato com um patrimônio histórico conservado e organizado e o contato com a natureza. Tal resultado é coerente com a conduta dos gestores que têm como comuns os seguintes eixos estruturantes do uso público: a história da fortificação no sistema de defesa da baía de Guanabara e a as iniciativas socioambientais dos sítios e seu entorno (FIGURA 23).

As duas outras categorias (paz e beleza) estão relacionadas com a própria condição de bem estar propiciada pelo reflorestamento e conservação da área verde e remanescentes de mata Atlântica pelos projetos de conservação ambiental. Soma-se a isto, a integração do sítio histórico com a paisagem natural, seja pelo verde (a variedade de texturas das plantas, os cantos dos pássaros, o cheiro de terra molhada, etc.), seja pelos elementos marítimos (a cor azul do mar, o barulho das ondas, o odor maresia, o frescor dos ventos marítimos, a brancura das areias das praias do entorno, entre outros).



\*Os números entre parêntesis representam a frequência da repetição das menções pelos entrevistados

Figura 23: Qual a sensação que fica nos moradores, após a visita ao Forte Duque de Caxias?

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

### 5.3.4. Temas e experiências nos Forte Duque de Caxias e de Copacabana

A partir das fichas técnicas geradas pelo Projeto Roteiros dos Fortes (2014) e das anotações feitas pela autora ao longo do estudo, apresentam-se um levantamento das temáticas e experiências hoje oferecidas pelo Forte Duque de Caxias e Forte de Copacabana (QUADRO 17).

Quadro 17: Oferta de temáticas e de experiências nos Fortes Duque de Caxias e de Copacabana.

<p>TEMÁTICAS: Alimentação – artes - artesanato e suvenires – aventura – fauna – flora – contemplação da paisagem – dança - educação ambiental e patrimonial - espiritualidade - esporte – história – música – reflorestamento.</p>		
<p>EXPERIÊNCIAS:</p>		
<p>Singulares ao Forte Duque de Caxias</p>	<p>Em comum</p>	<p>Singulares ao Forte de Copacabana</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer o memorial Duque de Caxias</li> <li>• Desfrutar do Caminho Ecológico</li> <li>• Praticar caminhadas e escaladas</li> <li>• Visita da Área de Proteção Ambiental do Morro do leme e adjacências pelo grupo da Colônia de Férias</li> <li>• Participar da Caminhada da Primavera</li> <li>• Participar da Semana de Meio Ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desfrutar da paisagem natural e urbana</li> <li>• Conhecer as instalações e os equipamentos militares</li> <li>• Conhecer o sistema defensivo da baía de Guanabara por meio de lunetas e mapas interpretativo</li> <li>• Desfrutar de circuitos autoguiados por todo o sítio</li> <li>• Rezar, harmonizar e abstrair</li> <li>• Receber palestras e oficinas educativas (estudantes)</li> <li>• Promover e participar de exposições e mostras (pinturas, fotografias)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer o Museu Histórico do Exército Brasileiro</li> <li>• Frequentar as cafeterias</li> <li>• Participar de grandes eventos</li> <li>• Assistir a apresentações de dança e música</li> <li>• Comprar artesanato e suvenires</li> <li>• Participar das vivências lúdicas para as crianças no Museu Histórico do Exército</li> <li>• Promover e participar de Seminários, palestras e eventos</li> <li>• Assistir à guarda em uniformes de época</li> </ul>

São muitas as experiências de cunho comum, envolvendo um leque de temáticas variadas ligadas à paisagem (BELEZA), espiritualidade (PAZ), artes, história militar, e educação informal (CULTURA).

Quanto às singularidades do Forte Duque de Caxias, no campo militar se vê a deferência a Caxias, Patrono do Exército Brasileiro no nome do próprio forte e no

pequeno memorial a ele dedicado no sítio histórico. O conjunto maior de experiências porém, está voltado à conservação ambiental, reflexo das ações colaborativas multiautorais de longo prazo, que posicionaram a conservação da Mata Atlântica como um tema articulador do Forte Duque de Caxias.

No caso do Forte de Copacabana, a presença do Museu Histórico do Exército Brasileiro é uma singularidade do sítio fortificado, com visitação aberta ao grande público, incluindo-se a realização de atividades específicas às crianças. Ainda no campo militar, a apresentação da guarda com uniformes tradicionais de tempos passados. À diferença do forte do Leme, apresenta duas cafeterias; bastante procuradas pelo público, ajudam no prolongamento da visita e complementam o programa dos visitantes.

Pela área e localização, o Forte de Copacabana é procurado para muitos eventos, de pequeno a grande portes. Destacam-se as Festas de Ano Novo, que, hoje restritas aos militares e suas famílias, já acomodaram o grande público. Também, a Roda Gigante de 2008 e 2009, que contou com vários eventos paralelos com artistas nacionais na área do Forte e a exposição Humanidade, dentro da programação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012.

## 6. Os fortes do futuro: pontos de vitalidade em um microterritório de visitação

A conexão dos fortes abertos à visitação com outras dinâmicas do entorno potencializa o uso público destes sítios. A brincadeira na praça, matar a sede com um coco gelado no calçadão e a apreciação de esculturas artísticas nas áreas livres são exemplos de experiências relacionadas a atrativos do entorno do Forte Duque de Caxias que complementam e enriquecem as possibilidades de um dia agradável de passeio (FIGURA 24).

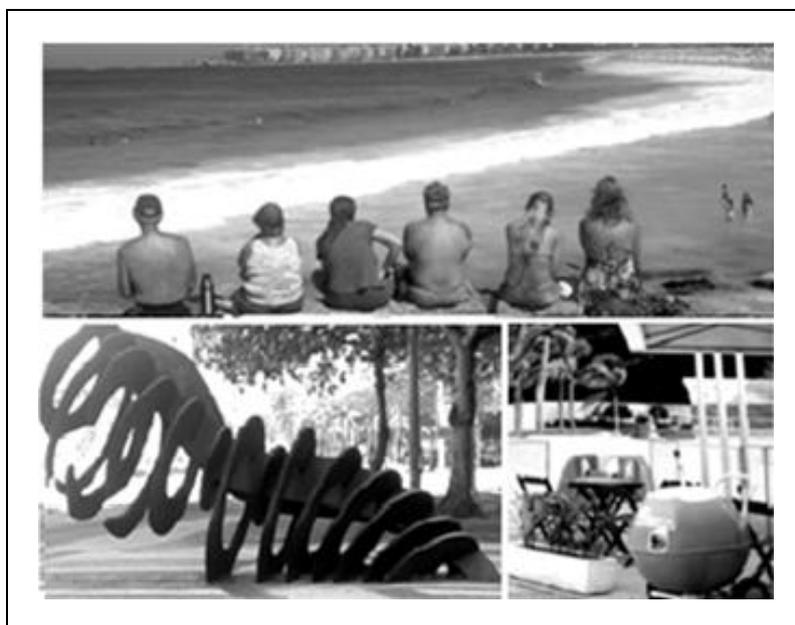


Figura 24: Atrativos do entorno como parte da visitação ao Forte Duque de Caxias.

Fonte: Fotos do acervo da autora.

Variados aspectos dos fortes e da Cidade do Rio de Janeiro podem ser conhecidos e reconhecidos de forma integrada. Por esta visão, coloca-se ênfase na potencialidade da visitação quando esta cresce de uma abordagem delimitada pelo forte como conjunto unitário e sem interseção com as dinâmicas do entorno, para outra, cujas fronteiras físicas não impedem a relação deste patrimônio com o entorno, conformando um conjunto integrado. Por esta, a conexão dos fortes com o entorno afirma-se tanto nas singularidades — um e outro —, quanto, também, na intensidade dos relacionamentos — um com outros.

A integração dos fortes com elementos e dinâmicas do entorno amplia as possibilidades de novas experiências e enriquece o passeio. Com esta perspectiva, apresenta-se uma abordagem diferenciada de futuro, que trata os Fortes Duque de Caxias, de Copacabana e a Fortaleza de São João como polos de um microterritório de visitação coesionado pela integração de seus elementos e dinâmicas, cujas afinidades se destacam nos aspectos histórico, cultural, geográfico, ambiental ou institucional.

Jane Jacobs em seu livro *A natureza das economias* apresenta uma abordagem sistêmica do desenvolvimento. Por ela, o desenvolvimento não acontece de forma linear ou isolada, senão que como parte de processos de compartilhamento e sinergia com outras redes a que ela denominou — redes interdependentes de codesenvolvimento (JACOBS, 2001).

Assume-se aqui esta abordagem para se reforçar que a visitação aos fortes não deve ser tomada como auto-suficiente e restrita ao interior de cada forte, senão que como parte de um conjunto — redes interdependentes de codesenvolvimento — que se desenvolve e se revigora pelos vínculos realizados e ainda por realizar, considerando-se as dimensões espaciais (ligando e religando os fortes ao entorno e escalas mais amplas), temporais (ligando e religando o antigo ao novo) e da organização e institucionalidade (ligando e religando agentes situados e agentes institucionais por temas e interesses comuns).

Como formas-conteúdo longevas e em obsolescência, os fortes devem conectar-se a uma diversidade de elementos e dinâmicas contemporâneas como estratégia de renovação de sua expressão e inserção social (JACOBS, 2001; SANTOS, 2012 a e b). Nestes termos, propõem-se tomar o Forte Duque de Caxias, o Forte de Copacabana e a Fortaleza de São João como núcleos de um microterritório rico em vida cotidiana, no qual as visitas aos fortes se articulam e se complementam com atrativos do entorno (FIGURA 25).

O microterritório coesionado pelo Forte Duque de Caxias, Forte de Copacabana e Fortaleza de São João justifica-se, então, pelos seguintes fatores relacionais:

- Identidade histórico-militar: estes três fortes surgiram como posições de artilharias fixas na defesa de costa, voltadas à proteção da Cidade e dos moradores do Rio de Janeiro, tanto pela orla ao interior da baía de Guanabara (Fortaleza de São João), quanto externa a ela, pelo oceano Atlântico (Forte Duque de Caxias e Forte de Copacabana).



Figura 25: Os fortes como núcleos de um território de visitação

Fonte: Elaboração própria.

- Proximidade geográfica: a distância entre os dois fortes mais extremos (Forte de Copacabana e Fortaleza de São João) não ultrapassa 13 quilômetros.
- Institucionalidade do Exército: respondem ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx). O Centro de Educação Física do Exército e Fortaleza de São João (CCFEx) com subordinação direta; o Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) com subordinação intermediada pela Diretoria de Educação Técnica e Militar (DETMil) e o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (MHEx/FC), pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx) (FIGURA 26).
- Institucionalidade na conservação ambiental: O Forte Duque de Caxias integra desde 2012 o Parque Natural Municipal Paisagem Carioca. O Forte de Copacabana, desde 1994; a Área de Proteção Ambiental das Pontas de Copacabana e Arpoador e a Fortaleza de São João, desde 1978; Decreto Municipal nº 1.446 que aprova o projeto de Estruturação Urbana - PEU 001 - de proteção ambiental e de preservação paisagística do bairro da Urca, os Morros do Pão de Açúcar, da Urca e da Babilônia.
- Espaços públicos abertos à visitação: posicionados em uma área urbana estruturada e das mais divulgadas do Rio de Janeiro, estes fortes contam com dois sítios simbólicos nas suas vizinhanças, importantes para os cariocas, para a identidade da Cidade e para o turismo: o grande arco conformado pelas praias atlânticas contíguas do Leme e de Copacabana e o complexo do Pão de Açúcar conformado pelos morros do Pão de Açúcar, da Urca e da Babilônia, marcos relevantes da orla da baía de Guanabara e da paisagem carioca.

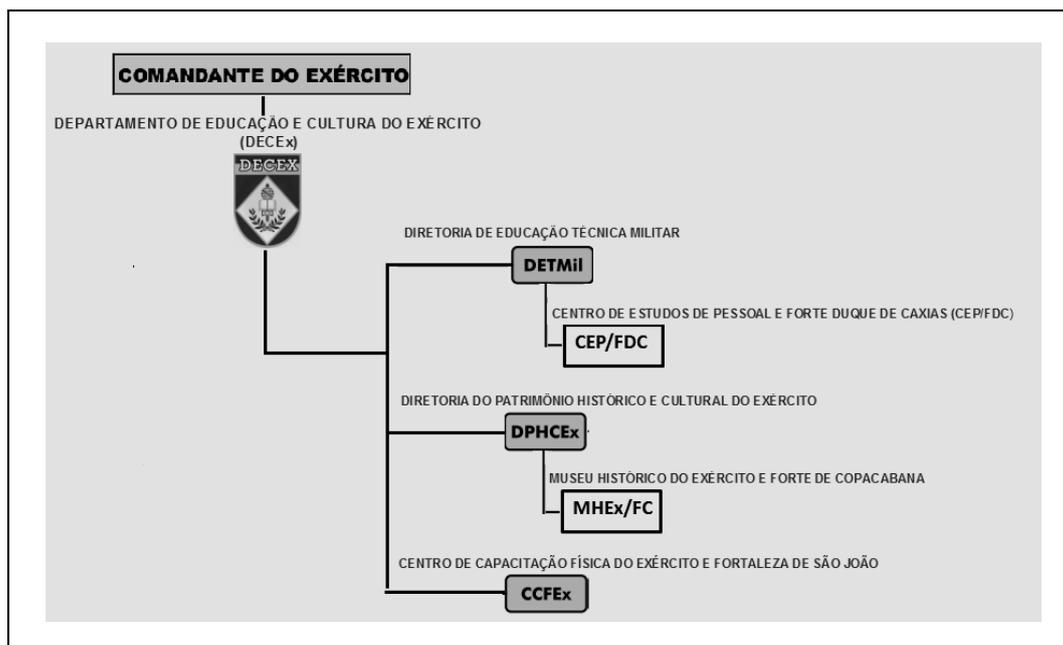


Figura 26: Estrutura de subordinação do Forte Duque de Caxias, Forte de Copacabana e Fortaleza de São João ao departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

Fonte: Adaptado de [http://www.decex.ensino.eb.br/pdfs/\\_organograma.pdf](http://www.decex.ensino.eb.br/pdfs/_organograma.pdf).

- Interinstitucionalidade: cooperação com organizações da sociedade civil integrantes do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental dos Morros do Leme e Urubu e dos Morros da Babilônia e São João e afins, quais são, por ordem alfabética: Associação dos Moradores da Babilônia (AMABABILONIA), Associação dos Moradores das Ruas Lauro Muller, Ramon Castilla, Xavier Sigaud e Adjacências (ALMA), Associação dos Moradores da Urca (AMOUR), Associação dos Moradores da Vila Benjamin Constant (AMOVILA), Associação dos Moradores e Amigos do Chapéu Mangueira, Associação dos Moradores e Amigos de Botafogo (AMAB), Grupo de Ação Ecológica (GAE). À exceção da AMOUR e da AMOVILA, ambas da Urca, todas as demais organizações são integrantes do Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental dos Morros do Leme e Urubu e dos Morros da Babilônia e São João.
- Codesenvolvimento: passeios, guiamentos, venda de alimentos, transporte e outros reforçam a interdependência dinamizadora da economia e promovem o desenvolvimento mútuo. São ativos que estimulam a circulação de visitantes (e também turistas) pelo microterritório, como acontece com o projeto Coopbabilonia, desenvolvidos por agentes da situação (ZAOUAL, 2008).

Diferentemente dos convencionais roteiros turísticos, os serviços oferecidos pela Cooperativa no Morro da Babilônia — Coopbabilônia — partem da comunidade e aportam aos visitantes a perspectiva dos próprios protagonistas com relação às atividades de ecoturismo, de reflorestamento e serviços sociais ali desenvolvidos (Fonte: <http://coopbabilonia.blogspot.com.br/>).

O percurso se faz por antigos caminhos úteis ao acesso aos fortes, ao longo da história de defesa militar do Rio de Janeiro. Do alto do Morro da Babilônia — parte do atual Parque Natural Municipal Paisagem Carioca — o visitante tem o privilégio de admirar, por ângulos pouco conhecidos, pontos significativos da Cidade como o Cristo Redentor, a praia de Copacabana e a enseada de Botafogo.

Apresentam-se a seguir, elementos e dinâmicas de cunhos histórico, cultural, ambiental, econômico, etc. do proposto microterritório de codesenvolvimento dos fortes, cujo tratamento de suas especificidades e complementaridades identitárias fortalece a visita em cada um — Forte Duque de Caxias, no Leme, Fortaleza de São João, na Urca e Forte de Copacabana —, no seu conjunto e também, na sua relação com os entornos. Segundo Jacobs (2001, 2011), negócios variados atraem gente que atrai mais gente — e tudo isso aumenta a vitalidade dos fortes, dos bairros e da economia local (QUADRO 18).

Quadro 18: Elementos e dinâmicas do microterritório de visitação coesionado pelos fortes

ELEMENTOS	DINÂMICAS
1. Forte Duque de Caxias	Com estruturas do final do século XX e posicionado no alto do Morro do Leme, desde 2012 faz parte do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca. A defesa sul da baía de Guanabara e a conservação da mata Atlântica são eixos temáticos principais.
2. Trilha do Morro da Babilônia.	Bem sinalizada, se faz por meio de uma caminhada histórica e ecológica pelo Parque Natural Municipal Paisagem Carioca. Tem como referência histórica o mirante do telégrafo ótico e, como referência ecológica, o reflorestamento que mescla espécies nativas e exóticas. Destaca-se pela vista das enseadas de Botafogo e Flamengo e do Morro do Pão de Açúcar.
3. Forte de Copacabana	Prestigiado por visitantes e turistas, oferece belas vistas e ambientes acolhedores para um cafezinho. No início do século XX, era a fortificação mais poderosa da América do Sul. Hoje, com uma programação variada com apresentações musicais, de dança, exposições de fotografias, dramatizações, etc. Em 1987, passou a abrigar o Museu Histórico do Exército.

(Cont.) Quadro 18: Elementos e dinâmicas do microterritório de visitação coesionada pelos fortes Duque de Caxias, de Copacabana e Fortaleza de São João.

ELEMENTOS	DINÂMICAS
4. Igreja da Ressurreição	Com a demolição da Igrejinha de Copacabana para a instalação do Forte de Copacabana, um acordo entre o Exército e a Igreja resultou, em 1975, na construção da Igreja da Ressurreição, ali próxima. A fachada em vidro transparente remete às concorridas missas ao ar livre outrora celebradas na Igrejinha da Ponta de Copacabana.
5. Parque Garota de Ipanema e Pedra do Arpoador	Integra a Área de Proteção Ambiental (APA) das pontas de Copacabana e do Arpoador e oferece aos visitantes um mirante com vistas espetaculares. Conta com playground e espaços para práticas esportivas como quadra poliesportiva e rинque de patinação.
6. Lagoa Rodrigo de Freitas	Grande área urbanizada e ao ar livre com oferta de ciclovias e quadras para uso de bicicletas, skates, patins e jogos de futebol e basquetebol. Os pedalinhos para passear durante o por do sol e apreciar a paisagem urbana que circunda a lagoa e os quiosques com serviços de restaurante e barzinho oferecidos nos quiosques presentes em toda a orla completam bem o programa.
7. Parque Natural Municipal da Catacumba	Criado na área de uma antiga Favela da Catacumba oferece uma trilha leve pela mata, até o mirante da Sacopã com vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Pedra da Gávea e o Morro Dois Irmãos e o Cristo Redentor. Também, atividades de arvorismo, rapel, muro de escalada e tirolesa.
8. Igreja de Santa Margarida Maria (antiga Praia da Piaçava)	Foi edificada na década de 1950, em área de aterro próximo ao antigo ancoradouro da Praia da Piaçava, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Neste ponto, D. João VI partia pelas águas da Lagoa Rodrigo de Freitas para inspecionar o Jardim Botânico e a real Fábrica de Pólvora.
9. Antiga Bateria de São Clemente/Forte da Piaçava	Levantada em 1777, na garganta do Humaitá, a bateria de São Clemente/Forte da Piaçava atuava no bloqueio do passo da Lagoa Rodrigo de Freitas até a praia de Botafogo. Para isso, ficava a cavaleiro do pequeno ancoradouro da praia da Piaçava. Sua localização seria nas proximidades do atual Centro Integrado de Educação Pública Presidente Agostinho Neto, na ladeira do Humaitá.
10. Antiga Real Fábrica de Pólvora na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas	Levantada em 1810, depois da chegada da família Real portuguesa ao Rio de Janeiro para a fabricação de pólvora, até então, de produção proibida na colônia. Foi transferida quando da perda da força motriz pelo ressecamento das águas devido ao desmatamento das encostas.
11. Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Remonta de 1808, quando o Príncipe Regente D. João VI criou um jardim para aclimação de plantas das Índias Orientais como a pimenta do reino, a cânfora, o cravo, canela, etc. Hoje, como Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, realiza pesquisas, com uma grande área aberta à visitação pública.

Fonte: PROJETO ROTEIROS DOS FORTES (2014).

## 7. Conclusão

Como patrimônio longo, os antigos fortes de defesa de costa acumulam referências nacionais, conservam elementos arquitetônicos de diferentes épocas e estilos, guardam signos e símbolos pátrios que percorrem os tempos da monarquia, do império e da república e muitos deles conservam ecossistemas ricos em fauna e flora. Mas, contraditoriamente à sua importância histórica e cultural, os fortes do Rio de Janeiro, em sua maioria, encontram-se distantes do uso cotidiano por parte dos moradores e visitantes da cidade.

Assim, a contribuição desta tese está em destacar o uso público como uma possibilidade profícua de se alcançar a preservação destes antigos fortes de defesa de costa, um debate que, não sendo exclusivo ao Rio de Janeiro, alcança os demais continentes do mundo. Por seu caráter exploratório, o estudo se apresenta como um recurso flexível ao uso, tanto no ambiente da academia, que justifica o empenho na elaboração deste documento, quanto pelos gestores e agentes da situação envolvidos diretamente com as iniciativas e projetos relacionados aos fortes.

A elaboração deste estudo a partir do campo social, com interface em campos de outras disciplinas revelou diferentes possibilidades de abordagens, estudos e projetos, para além da engenharia e da arquitetura militares convencionalmente tratados. Também, permitiu enfatizar a qualidade relacional dos fortes junto à cidade do Rio de Janeiro e seus moradores. Pelo delineamento interdisciplinar pode-se evidenciar a potencialidade de temas e experiências presentes nestes ambientes, potencialmente geradores de interesse, proximidade e convivência que emergem a partir da abertura à visitação pública dos fortes, pelo Exército Brasileiro, como gestor.

Desde uma perspectiva multidimensional, o estudo aporta com um olhar diferenciado, cujo foco está na visitação como uma estratégia que pode contribuir para que os fortes sigam existindo para as gerações futuras. Nestes termos, destaca-se a importância da centralidade das relações entre os fortes, a cidade e seus moradores por meio de projetos que estimulem para o enraizamento das visitas e para a sua integração com o entorno.

Sem que seja uma unanimidade no Exército a importância da abertura destes antigos sítios bélicos para a visitação regular pelo grande público, este estudo evidenciou que o uso público se apresenta como uma possibilidade consistente e

virtuosa para a preservação dos fortes, não somente em termos de suas estruturas e equipamentos, mas também, de seus valores e sentidos de identidade e de pertencimento.

No caso do Forte Duque de Caxias, a visitação está respaldada um processo de evolução das relações locais que lhe conferem reconhecimento local e legitimidade junto aos moradores.

De sitio militar com acesso restrito e em processo de decaimento pela obsolescência bélica, este forte passou a ser um lugar dinamizado pela visitação e conectado a dinâmicas contemporâneas do século XXI. Neste novo contexto — uma mudança qualitativa significativa —, o forte destaca-se agora, segundo seus visitantes, como lugar de paz, voltado à promoção da cultura pela história, pela memória e pela identidade de origem junto a cidade e seus moradores. Também, desde dinâmicas contemporâneas de cidades pressionadas pela falta de espaços de lazer e relaxamento, como lugar de maravilhamento e de beleza a ser apreciada, sentida e contrastada por meio de vivências de foro íntimo e também, de foro social.

No caso do Forte Duque de Caxias, sua trajetória de evolução da condição bélica a condição e sitio de cultura pode ser sintetizada, de uma forma sumária, nas duas seguintes fases:

— Fase bélica: Fundação da França Antártica na baía de Guanabara, ciclo do ouro no Brasil, invasões francesas de 1710 e 1711 com enormes prejuízos e aumento da sensação de insegurança, tensões entre coroas na Europa, mais fortes são erguidos nos arrabaldes sul como estratégica de defesa, a concentração de fortes na Ponta do Leme da praia de Copa-cabana, o descuido e o arruinamento da maioria destes fortes, as Grandes Guerras como impulso ao revigoramento do Forte Duque de Caxias (e do Forte de Copacabana), a debilitação das operações bélicas.

— Fase cultural: o compromisso de militares e gestores do Forte Duque de Caxias com a pauta ambiental do Leme; a participação em projetos de interesse comuns, destacando-se os de reflorestamento da área do Forte e entorno; a criação das Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Morro do Leme e adjacências, e também dos Morros da Babilônia e São João; a participação da Divisão Forte Duque de Caxias no Conselho Gestor das APAs; a preparação do sítio para o recebimento dos visitantes, o fortalecimento das visitas com as escolas, o treinamento e capacitação de soldado-guia; as contribuições do Conselho Gestor das APAs na qualidade da visitação, o tombamento municipal definitivo do Forte e finalmente, agora em 2013, criação do

Parque Natural Municipal Paisagem Carioca. Desta forma, inicia-se uma nova fase, que, de forma ainda incipiente, evidencia novas possibilidades de usos compartilhados do forte, pela sua transformação de forte militar Duque de Caxias a um Forte-Parque cuja gestão implica na consideração tanto da história quanto da conservação ambiental, dos visitantes, mas também, das conexões com os moradores e em termos de gestão, de um diálogo permanente entre o Exército, a Prefeitura e o Conselho Gestor. .

Ressalta-se neste final, que este estudo aporta para pesquisas futuras que venham a contribuir com estudos acerca da evolução do Forte Duque de Caxias a Forte-Parque; ainda uma novidade a ser tomada em conta.;

Nem só forte, nem só parque, o Forte Parque Duque de Caxias se apresenta como um híbrido cujas qualidades militares e não militares tem pontos de abertura e conexão para a busca de respostas da sociedade carioca do século XXI, que vê nos fortes não somente história, mas também, lugar natural, de esporte, de lazer, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial 1500-1800*. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro da Folha de São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AIRES DE SOUZA, Michel. O modo de produção flexível e o novo perfil do trabalhador no século XXI. *Filosofonet*, set 2013. Disponível em: <<https://filosofonet.wordpress.com/2013/09/05/o-modo-de-producao-flexivel-e-o-novo-perfil-do-trabalhador-no-seculo-xxi/>>. Acesso em: 6 mar 2015.

ALDÉ, Lorenzo. *Um lar à beira-mar*. O ECO, 2005. Disponível em: <[http://www.oeco.org.br/reportagens/1255-oeco\\_13357](http://www.oeco.org.br/reportagens/1255-oeco_13357)>. Acesso em: 7 ago 2015.

ALMEIDA, Luiz Fernando. *O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação*. Da Cultura, ano VI, nº 11, pp. 20-23. Dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/8\\_3r1u.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/8_3r1u.pdf)>. Acesso em: 26 nov 2015.

ALMEIDA, André Ferrand de. *O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla*. Anais do Museu Paulista, v. 17. n.2. jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/06.pdf>>. Acesso em: 26 ago 2015.

ANTUNES, Laura Maciel. *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. Revista Brasileira de História, v.21 n.4. São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200007)>. Acesso em: 28 set 2015.

ARMADA, João Rogério de Souza. *O Forte de Copacabana e sua inserção no sistema defensivo da cidade do Rio de Janeiro (a evolução do sistema defensivo da Baía de Guanabara – século XVI ao XX)*. 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea e Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea. Periódicos 2. Informativo Antiaéreo, Publicação Científica. Rio de Janeiro: 2008.

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da língua portuguesa*. 4.ed., v. V. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, GERENCIA DE MEIO AMBIENTE. *Iniciativa BNDES Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação do BNDES, 2015, 85p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/4421>>. Acesso em: 3 set 2015.

BARATA, Carlos Eduardo & GASPAR, Claudia Braga. *A Fazenda nacional da lagoa Rodrigo de Freitas na formação do jardim botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade*. Rio de Janeiro: Biblioteca Rio +450. Publicação oficial. 2015.

BARCELLOS, Bianca Magacho. *Parques Urbanos: O Caso do Parque Macambira Anicuns em Goiânia – GO*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás – PUCGO, GO, Brasil. 2013. Disponível em <[http://tede.biblioteca.ucg.br/tde\\_arquivos/14/TDE-2014-05-29T131403Z-1624/Publico/Bianca%20Magacho%20Barcellos.pdf](http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/14/TDE-2014-05-29T131403Z-1624/Publico/Bianca%20Magacho%20Barcellos.pdf)>. Acesso em: 23 set 2015.

BARRETO, Anníbal. *Fortificações do Brasil* (resumo histórico). 2. ed rev. e atual. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. Coleção General Benício. Publicação 854. Volume 475.

BECKER, Tobias. *O Forte do Leme*. Brazil Illustrado Anno1, n.2, p. 21, 1918. In: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, USP, digital, acervo Biblioteca Mindlin. Disponível em <[http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/060060-02/060060-02\\_COMPLETEO.pdf](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/060060-02/060060-02_COMPLETEO.pdf)>. Acesso em 10 set 2015.

BEDIAGA, Begonha. *Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1131-1157, out.-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n4/02.pdf>>. Acesso em: 10 nov 2015.

BEDIAGA, Begonha; LIMA, Rafael Oliveira; Drummond, Renato Pizarro e MOURA, Sandra. *O acervo iconográfico de história, Jardim Botânico no século XIX*. 2007. Disponível em: <<http://historia.jbrj.gov.br/fotos/imagens.htm> em 12/09/2015>. Acesso em: 14 out 2015.

BERGER, Eneida & BERGER, Paulo. *História dos subúrbios: Copacabana*. Rio de Janeiro: Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal. 1959.

BERTICHEM, Pieter Godfred. *Telegrapho: morro do Castello*. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Rensburg, [1856]. 1 grav, litografia col, 28,6 x 39. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon393044/icon393044\\_46.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393044/icon393044_46.jpg)>. Acesso em: 21 out 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763)*. História (São Paulo) v.30, n.1, p.37-55, jan/jun 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742011000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100003)>. Acesso em: 14 ago 2014.

BICALHO, Maria Fernanda. *A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”*. HISTÓRIA, São Paulo, v.1, n 27, 2008. p. 29-50. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/his/v27n1/a04v27n1](http://www.scielo.br/pdf/his/v27n1/a04v27n1)>. Acesso em: 14 ago 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. *O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa*. URBANA, Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1046>>. Acesso em: 14 nov 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico-Sul: Séculos XVII e XVIII*. Revista de História Regional, v.3, n.2, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2059/1541>>. Acesso em: 14 ago 2015.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Fortaleza de São José da Ilha das Cobras da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002, 174 p.

BRASIL. *Código civil (2002)*. Código civil brasileiro e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%2020ed.pdf?sequence=1>>. Acesso em 7 dez 2014.

BRASIL Comissão Demarcadora Mista dos Terrenos da União no Leme, *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 03 nov. 1936. p. 49, seção 1. ANEXO. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2298932/pg-49-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-11-1936>>. Acesso em: 9 nov 2015.

BRASIL Comissão Demarcadora Mista dos Terrenos da União no Leme, *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1937. p. 20, seção 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2235679/pg-20-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-07-1937>>. Acesso em: 9 nov 2015.

BRASIL. Exército Brasileiro. Port N° 615, de 13 NOV 2000. Disponível em: <[http://www.dphcex.ensino.eb.br/docs/legislacao/Port%20Nr%20615%20de%2013%20NOV%202000\\_normas%20para%20a%20abertura%20das%20fortificacoes%20a%20visitacao%20publica.pdf](http://www.dphcex.ensino.eb.br/docs/legislacao/Port%20Nr%20615%20de%2013%20NOV%202000_normas%20para%20a%20abertura%20das%20fortificacoes%20a%20visitacao%20publica.pdf)>. Acesso em: 13 jun 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Programas sociais, Ações subsidiárias. 2014. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/acoes-subsidiarias>>. Acesso em: 29 out 2015.

BRAUDEL, Fernand. *Para uma economia histórica*. In: Escritos sobre História. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, p. 108-109. 1991. Disponível em <[http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/fernand%20braudel\\_digital.pdf](http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/fernand%20braudel_digital.pdf)>. Acesso em: 3 jun 2015.

BUVELOT, Abraham Louis, 1814-1883. *Rio de Janeiro pitoresco* / L. Buvelot e Aug.<sup>te</sup> Moreau; prefácio de Francisco Marques dos Santos. - São Paulo: Livraria Martins Editora, [ca 192-?]. - [20] fol.: principalmente il., p&b; 28 cm. - (Álbuns do Brasil; 1). In: Biblioteca nacional de Portugal, BNP, digital, acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <<http://purl.pt/16667>>. Acesso em: 7 jan 2015.

CANUTO, Luiz Cláudio. *Em 1763 a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro*. Rádio Câmara, Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/A-MUSICA-DO-DIA/434576-EM-1763-A-CAPITAL-DO-BRASIL-FOI-TRANSFERIDA-DE-SALVADOR-PARA-O-RIO-DE-JANEIRO.html>>. Acesso em 1 ago 2015.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart; VAZ, Lilian Fessler; ALBERNAZ, Maria Paula e PECHMAN, Roberto Moses. *História dos bairros, memória urbana: Copacabana*. João Fortes engenharia/Editora index, Rio de Janeiro, 1986.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade em transe: raízes da desordem no Rio de Janeiro*. In FREITAS PINHEIRO, Augusto Ivan de (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 109-125.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia Ilustrada, as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI: (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008.

CASSAB, Clarice. Epistemologia do espaço na obra de Milton Santos: breve panorama. Resenhas. *Geografias*, Belo Horizonte, n. 04, v.1, p. 98-108, jan/jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewFile/88/86>>.

Acesso em: 23 abr 2014.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Amadores pensam em estratégias, gerais em logística: o exército como mercado consumidor. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis: SNH, 2015. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 24 ago 2015.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze e homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro. 2009.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 1. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), p. 8-22, 2013. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=903>>. Acesso em: 5 out 2014.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Rondon: o desbravador dos sertões. *Da Cultura*, Funceb, ano VII, n. 13, dez. 2007. pp. 43-42. Disponível em: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/6\\_0m7q.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/6_0m7q.pdf)>. Acesso em: 14 nov 2015.

CAVALCANTI, Nireu. Rio Capital da Colônia: A Cidade e o tempo: o Rio de Janeiro através dos séculos. In FREITAS PINHEIRO, Augusto Ivan de (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 43-75.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar: 2004.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

COSTA, Regina Celia da Silva. Patrimônio urbano e o centro histórico de Niterói, RJ. *Revista-Valise*, Porto Alegre, v.5, n. 9, ano 5, jul/2015. Disponível em: <<http://www.dphcex.ensino.eb.br/cephimex/docs/Anais-IEnccontro-Hist-Militares-28-10-2012.pdf>>. Acesso em: 3 fev 2016.

COSTA, Nelson. *O Rio de ontem e de hoje*. Coleção Estácio de Sá, v. I. Rio de Janeiro. Leo editores: 1958.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. (Notícia Histórica e Descritiva da Cidade)*. V. 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CUNHA, Eduardo de Souza. A artilharia divisionária na defesa do litoral/costa. *EsACosAAE*. n. 11, Jan/2009. Disponível em: <<http://www.esacosaae.ensino.eb.br/ArtigosCientificos%202009/A%20ARTILHARIA%20DIVISIONARIA%20NA%20DEFESA%20DO%20LITORALCOSTA.pdf>>. Acesso em: 3 nov 2015.

DALLA ROSA, Ana Daniela Pizzatto & JORGE, Luís Antônio. *Espaços públicos ao ar livre em áreas de passagem no vale do Anhangabaú*. FAU USP: 2012. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg\\_online/tr/121/a006.html](http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/121/a006.html)>. Acesso: 6 nov 2014.

DARODA. Raquel Ferreira. *As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, RS, Brasil. 2012. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/propur/teses\\_dissertacoes/Raquel\\_daroda.pdf](http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Raquel_daroda.pdf)>. Acesso em: 5 jun 2013.

DECARLI, Georgina. *Un Museo Sostenible: Museo y comunidad en la preservación activa de su patrimonio*. San José, Costa Rica: Oficina da UNESCO para América Central, 2006. Disponível em: <[http://www.ilamdocs.org/docs/ILAM\\_pub/Un-Museo-Sostenible.pdf](http://www.ilamdocs.org/docs/ILAM_pub/Un-Museo-Sostenible.pdf)>. Acesso em: 17 jun 2015.

DIAS. Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural- recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO/DPHCEX. Espaços culturais regularizados (Instruções Gerais 20-18 e Instruções Reguladoras 20-18). Disponível em: <<http://www.dac.ensino.eb.br/?page=regularizados>>. Acesso em: 4 nov 2013.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO/DPHCEX. Histórico. Disponível em: <<http://www.dac.ensino.eb.br/?page=historico>>. Acesso: 1 jun 2013.

DOERING, Zahava. *Strangers, Guests, or Clients? Visitor Experiences in Museums*. Curator, v.2, n.42, 1999, p. 74–87.

ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 124, set/2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>>. Acesso em: 10 mai 2015.

ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Tradução: Joana Angélica D'Ávila Melo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

ERMAKOFF, George. *Paisagem do Rio de Janeiro, aquarelas, desenhos e gravuras dos artistas viajantes, 1790-1890*. Rio de Janeiro: Ermakoff, 2011.

EXÉRCITO BRASILEIRO, CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL E FORTE DUQUE DE CAXIAS. Vetor Preservar. *Cenários prospectivos no século XXI*. Rio de Janeiro: INFOCEP, 2012. p. 78-88.

FALCÃO, Joaquim. Patrimônio imaterial: um sistema sustentável de proteção. *Revista DaCultura*. Funceb, ano I, n.2, jul.-dez. 2001. Pp. 24-34 Disponível em: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/9\\_5t3x.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/9_5t3x.pdf)>. Acesso em: 01 jun 2015.

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias, Rio de Janeiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo 86, v. 140. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1921. Disponível em: <[http://frags.wiki/images/8/85/Vieira\\_fazenda\\_antiquilhas\\_v1.pdf](http://frags.wiki/images/8/85/Vieira_fazenda_antiquilhas_v1.pdf)>. Acesso em: 05 jun 2013.

FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto 1555-1800*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.

FERREZ, Gilberto. *A Muito Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Paris: Raymundo Ottoni de Castro Maya - Banco Boavista, 1965.

FIGUEIREDO, Gilberto Barbosa Entrevista com o General Figueiredo [jan-jun 2002]. *.DaCultura*, Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, Ano II, n. 3. Revista semestral impressa. Disponível em: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/10\\_8y6d.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/10_8y6d.pdf)> Acesso em: 5 jan 2015.

FLORES, Milagros. Entrevista com Milagros Flores [out. 2013]. RODRIGUES, Camila; BOTELHO, Ana Carolina Baker. *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.49-52. Out/2013, Revista eletrônica. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115428661006>> Acesso em: 5 jan 2014.

FORTES, Pedro. *Olhares Franceses sobre a terra brasilis*. Monografia (Graduação em História) - Universidade Tuiuti do Paraná, 2009.

FRASER, Benjamin. The 'kind of problem cities pose': Jane Jacobs at the intersection of philosophy, pedagogy, and urban theory. *Teaching in Higher Education*, v. 14, n. 3, Jun/2009. Newport University - Department of Modern and Classical Languages and Literatures, VA, Estados Unidos. p. 265-276. Disponível em: <[http://myweb.ecu.edu/fraserb14/CV/Articles\\_files/24%202009%20TIHE%20ESSAY.pdf](http://myweb.ecu.edu/fraserb14/CV/Articles_files/24%202009%20TIHE%20ESSAY.pdf)>. Acesso em: 9 nov 2015.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal. *Revista de História e Estudos Culturais*. Ano IV, v. 4, n. 4. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Out-dez/2007. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/SECAO\\_LIVRE\\_ARTIGO\\_3-Sandra\\_Aparecida\\_Pires\\_Franco.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/SECAO_LIVRE_ARTIGO_3-Sandra_Aparecida_Pires_Franco.pdf)>. Acesso em: 23 set 2015.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar & BOTELHO, Ana Carolina Baker. Visitantes e visitas: caracterização de seis fortes da baía da Guanabara. In *Projeto Roteiros dos Fortes: circuitos turísticos em fortes e fortalezas da baía da Guanabara*. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social e Instituto Virtual de Turismo. 2012. (Relatório de pesquisa). Disponível em <<http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/wp-content/uploads/2014/04/FF-Pesquisa-de-Demanda.pdf>>. Acesso em: 22 jul 2015.

FREIRE, Miguel. Um Olhar Actual sobre a “Transformação” do Conde de Lippe. *Nação e defesa*. n. 112, v. 3. 2005. p. 137-166. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD112.pdf>>. Acesso em: 2 out 2015.

FRIDMAN, Fania. São Sebastião do Rio de Janeiro: séculos XVI e XVII. In FREITAS PINHEIRO, Augusto Ivan de (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. In FREITAS PINHEIRO, Augusto Ivan de (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 77-107.

FROGER, François. *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 et 1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et isles Antilles, par une escadre des vaisseaux du roy, commandée par M. De Genes* (1699). Héritiers d'Antoine Schelte: Amsterdam. Licensed under Public Domain via Commons. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/A\\_Relation\\_of\\_a\\_Voyage](https://en.wikipedia.org/wiki/A_Relation_of_a_Voyage)>. Acesso em: set 2015.

GAMA, Edina Laura C. Nogueira da. *O poder naval e a formação do brasil. breves reflexões sobre a historiografia naval brasileira e a modernização do museu naval*. In ENCONTRO DE HISTORIADORES MILITARES, 2012. Anais do Encontro de Historiadores Militares. Organizado por: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa e Vanessa Ferreira de Sá Codeço. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), 2012. Disponível em <<http://www.dphcex.ensino.eb.br/cephimex/docs/Anais-IEncounter-Hist-Militares-28-10-2012.pdf>>. Acesso em: 17 jan 2014.

GAMA, Francisco Rerison Ferreira e CARNEIRO, Rosalvo Nobre. A produção do espaço fomicultor no município de Pilões-RN e a territorialização da Souza Cruz S.A. Rio Grande do Norte: *GEOTemas*, v. 1, n. 1, jan/jun 2011, p. 33-42. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/119/110>>. Acesso em: 3 ago 2014.

GEHL, Jan. & GEMZOE, Lars. *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio: e da sua liderança na política do Brasil*. 5ª ed. remodelada e definitiva. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GOMES, Julio Cesar. O patrimônio histórico-cultural do Forte do Leme: a colônia de férias como campo de educação patrimonial. *Cadernos de Estudo e Pesquisa*, Ano IX, n. 21. 2005. Disponível em: <<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1studospesquisa2&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=86>>. Acesso em 25 out 2015.

GONZÁLEZ, Pilar Rodríguez. El uso del tetralema como una herramienta para abordar una segunda reflexividad inclusiva. La experiencia aportada por la investigación participativa sobre las miniqueserías artesanales de Tenerife. *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. 19. Universidad Complutense, Espanha 2006. Retornado de <<http://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/CUTS0606110297A/0>>. Acesso em 13 maio out 2015.

GRATZ, Roberta Brandes. *Central elements of Jane Jacobs's philosophy. In Contemporary perspectives on Jane Jacobs: reassessing the impacts of an urban visionary* (Schubert, Dick. Editor). England: Ashgate, 2015. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=dOeKBAAAQBAJ&pg=PA18&lpg=PA18&dq=jane+jacobs+lack+of+rigor&source=bl&ots=TRRWID202N&sig=uE2twCYA2pj3-lpL9bKq7-bmLgk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwif4q\\_luZXLAhUCpB4KHYesDQUO6AEIKzAC#v=onepage&q=anecdotal%20examples&f=false](https://books.google.com.br/books?id=dOeKBAAAQBAJ&pg=PA18&lpg=PA18&dq=jane+jacobs+lack+of+rigor&source=bl&ots=TRRWID202N&sig=uE2twCYA2pj3-lpL9bKq7-bmLgk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwif4q_luZXLAhUCpB4KHYesDQUO6AEIKzAC#v=onepage&q=anecdotal%20examples&f=false)>. Acesso em 25 mar 2016.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, Brasil, Vozes: Brasil. 1992.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Território de diálogos possíveis. In RIBEIRO, Maria Teresa Franco & MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Orgs.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 37-86.

JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. Tradução Paulo Anthero Soares Barbosa, São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

\_\_\_\_\_. *Downtown is for People (Fortune Classic, 1958)*. Disponível em: <<http://fortune.com/2011/09/18/downtown-is-for-people-fortune-classic-1958/>>. Acesso em: 27 nov de 2014.

\_\_\_\_\_. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. WMF São Paulo: Martins Fontes, Coleção Cidades, 2011.

\_\_\_\_\_. *The Urban Wisdom of Jane Jacobs*. Sonia Hirt e Diane Zahm (Ed). Planning, History and Environment (Series). Editora Routledge, 2012. 288p. Disponível em: <[http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781136211904\\_sample\\_500549.pdf](http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781136211904_sample_500549.pdf)>. Acesso em: 22 jul 2013.

JANE JACOBS WALK. *About Jane Jacobs*. 2013. Disponível em: <<http://www.janejacobswalk.org/about-jane-jacobs-walk/meet-jane-jacobs/>>. Acesso em: 22 jul 2013.

LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL e INSTITUTO VIRTUAL DE TURISMO. Projeto Roteiros dos Fortes: Circuitos Turísticos em Fortes e Fortalezas da baía da Guanabara. (Relatório final 2014). 2014. Disponível em <<http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/wp-content/uploads/2014/04/FF-Pesquisa-de-Demanda.pdf>>. Acesso em: 22 jul 2015.

LABORATORIO PERMANENTE DE PÚBLICO DE MUSEOS. *Conociendo a todos los públicos. ¿Qué imágenes se asocian a los museos?* Madrid: Secretaría General Técnica. Centro de Publicaciones. Ministerio de Educación, Cultura y Deportes. 2012. Disponível em <<http://www.gestorcultural.org/images/noticias/noticia227172512.pdf>>. Acesso em: 2 jun 2015.

LAEMMERT, Eduardo & LAEMMERT, Henrique. *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o anno bissexto de 1844*. Segundo Anno. 1844. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/almanak/almanak.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm)>. Acesso em: 21 out 2015.

LIRA, Lenice da Silva. 2009. *A Paisagem carioca: tempo e espaço dos painéis de Leandro*. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/24.pdf>>. Acesso em: 6 set 2015.

LOMNITZ, Larissa Adler. *Antropología y sistemas. Jornada Sistema, Ciencia, Educación, Sociedad y Tecnología. Instituto de Investigaciones Matemáticas Aplicadas y en Sistema de la UNAM*. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HACwu41THKM>>. Acesso em: 22 jul 2013.

LOPEZ, Adriana. *Guerra, açúcar e religião no Brasil dos holandeses*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

LOUREIRO, Marcelo José Gomes. O atlas de João Teixeira e as fortificações de defesa da baía de Guanabara no Século XVII. In III SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2009. *Anais Passado & presente para o futuro*. Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/loureiro\\_o-atlas-de-joao-teixeira-e-as-fortificacoes-de-defesa.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/loureiro_o-atlas-de-joao-teixeira-e-as-fortificacoes-de-defesa.pdf)>. Acesso em: 20 jan 2014.

LUCENA, Ana Priscilla Barbosa. Os Corpos Militares na Capitania de São Paulo: um esboço acerca da organização e situação das Tropas de 1ª Linha (1760 -1820). In XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2008. *Anais Poder, violência e exclusão*. São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Paineis/Ana%20Priscilla%20Barbosa%20de%20Lucena.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2015.

MACEDO, Joaquim Manuel de, 1820-1882. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Edição prefaciada por Astrojildo Pereira; revista e anotada por Gastão Penalva. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 42. 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1100/729336.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 25set 2015.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. A formação do espaço turístico no Rio de Janeiro. In: BARTHOLO, Roberto & DELAMARO, Badin, Luciana (Org.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Mccarthy, Kevin., y Jinnett, Kimberly. *A New Framework for Building Participation in the Arts*. Nova Iorque: RAND, 2001. Disponível em: <[http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph\\_reports/2005/MR1323.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2005/MR1323.pdf)>. Acesso em: 27nov 2015.

MAGALHÃES, Sérgio. O jeitinho com prazo vencido. *O Globo*, Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho. p. 21 de 15 de dezembro de 2015. (jornal impresso)

MARICATO, Erminia. *Morte e Vida do Urbanismo Moderno*. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_resenhajacobs.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_resenhajacobs.pdf)> Acesso: 5 set 2015.

MARTINS, Ricardo Vieira & FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. A Invasão Francesa ao Rio de Janeiro em 1711 sob a análise da Cartografia Histórica. In: I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, Parati, Rio de Janeiro. *Anais Passado e presente nos velhos mapas: conhecimento e poder*. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2001. p. 3-16. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MARTINS RICARDO V E FILGUEIRAS CARLOS ALBERTO L.pdf>>. Acesso em: 22 mai 2015.

MAXWELL, Joseph. *Qualitative research design: An interactive approach*. 2a ed. Londres: Sage Publications, 2005.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano. O Rio de Janeiro: uma praça desfalcada "dos melhores soldados e oficiais" (séculos XVII-XVIII). *História*, v.31, n.1 França Jan./Jun 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742012000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742012000100012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 1 dez 2013.

MELO, Adriano & MENEZES, Pedro da Cunha. Uso público em unidades de conservação, inspirando e conectando pessoas, instituições e territórios. In: LAMAS, Ivana Reis; Crepaldi, Maria Otávia & MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo (Orgs). *Uma rede no corredor: memórias da Rede de Gestores das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica*. Belo Horizonte: Conservação internacional. 2015. 156p. Disponível em: <<http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/Uma%20Rede%20no%20Corredor.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2016. p. 133-152.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA / MAPA. Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira da Coordenação Geral da Gestão de Documentos (COGED) do Arquivo Nacional. 2011. Disponível em <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4672>>. Acesso: 8 jul 2015.

MENDES, António Rosa. *O que é património cultural*. Olhão Gente Singular. 2012. Disponível em <[https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2506/1/O%20que%20%C3%83%C6%92%C3%82%C2%A9%20Patrim%C3%83%C6%92%C3%82%C2%B3nio%20Cultural%20\(miolo\).pdf](https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2506/1/O%20que%20%C3%83%C6%92%C3%82%C2%A9%20Patrim%C3%83%C6%92%C3%82%C2%B3nio%20Cultural%20(miolo).pdf)>. Acesso: 7 fev 2015.

MENDONÇA, Renato. *História da política exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)*. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1071-historia da politica exterior do brasil.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1071-historia-da-politica-exterior-do-brasil.pdf)>. Acesso em: 23 set 2015.

MENEZES FILHO, Paulo Ferreira. *A Quinta de Glaziou: A Aula-passeio como divulgação científica*. Monografia (especialização em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde). MUSEU DA VIDA | CASA DE OSWALDO CRUZ | FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ CASA DA CIÊNCIA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA. *Mata Atlântica*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>>. Acesso em 17 jul 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ MMA - Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Diretoria de Áreas protegidas. *Diretrizes para visitação em unidades de conserva o*. Brasília, 2006. Disponível em <[http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom boletins/ arquivos/livro.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/arquivos/livro.pdf)>. Acesso em: 21 set 2014

MORAES, Alexandre José Mello. *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria, e política do Imperio do Brasil*. Tomo I, Segunda parte. Rio de Janeiro: J.J. do Patrocinio. 1863. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=leg4AQAAMAAJ&pg=PA286&lpg=PA286&dq=travessa+da+praia+Funda+Copacabana&source=bl&ots=5jvmOjr5oB&sig=iYnww9RkzdZ6oUiDQRllMNhyB7Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CB8Q6AEwAWoVChMIkqitqZbDxwIVySUeCh3DwgCH#v=onepage&q=travessa%20da%20praia%20Funda%20Copacabana&f=false>>. Acesso em 23 ago 2015.

MORAES, Sandra Zivkovic. *As fortifica es da cidade do Rio de Janeiro – Uma abordagem histórica, visando   contribui o para o desenvolvimento do turismo cultural*. (Cole o Patrimônio Turístico Vol III). Rio de Janeiro: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA ESPECIAL DE TURISMO, 2006.

MORALES, Jorge Miranda. *La interpretación del patrimonio tiene que ver con significados*. Disponível em: <<http://www.ilam.org/ILAMDOC/sobi/interpretacion%20del%20patrimonio%20jorge%20morales-Mus.pdf>>. Acesso em 21 out 2014.

MORALES, Jorge Miranda & GUERRA, Francisco Rosado. *Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos: La atención a los visitantes reales y potenciales. Uso Público y Recepción en Espacios Naturales Protegidos*. 1996. Disponível em: <<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/docs/docs/UsoPublico.pdf>>. Acesso em 2 fev 2016.

MORALES, Jorge Miranda & HAM, Sam.  A qué interpretación nos referimos? Asociación para la Interpretación del Patrimonio (ed.). *Boletín de Interpretación*. v. 19, set/2015. p.3-7. Disponível em: <<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com/boletin/index.php/boletin/article/view/141/141>>. Acesso em: 2 fev 2015.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Deuseles de; LISBOA, Helena dos Santos; FONTOURA, Leandro Martins, GERALDI, Juliano. Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? Barcelona: *Biblio 3W- Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. XIII, n.786, jun/2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-786.htm>>. Acesso em: 22 ago 2015

OFICIO DO MARQUES DE LAVRADIO, 8 de janeiro de 1777. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, v. 256. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1962. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20>>. Acesso em: 22 ago 2015.

OPINIÃO. Favelas, a ASTA pede passagem. 1975, p.6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=123307&pagfis=2965&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 14 abr 2014.

PEREIRA, Adriana Maria Martins. O lazer no Rio de Janeiro visto pelo fotógrafo amador Alberto de Sampaio (1900-1910). *URBANA Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade de Campinas* (SP), ano 2, n. 2. 2007 Disponível em: <<http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/issue/view/319>>. Acesso: 21 jan 2016.

PEREIRA, Sonia Gomes. *A representação do poder real e as festas públicas no Rio de Janeiro colonial*. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7520.pdf>>. Acesso em: 22 nov 2014.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz & SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Confederação Tamoio. *MANA*, vol 2, n. 16, 2010. 401-433. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/mana/v16n2/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mana/v16n2/07.pdf)>. Acesso em: 27 dez 2014.

PESAVENTO, Fábio. O colonial tardio e a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos: 1750-90. *Estud.Econ.* v.42, n.3, São Paulo, Jul/set 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612012000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612012000300006)>. Acesso em: 21 ago 2015.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. A Cidade e o tempo: o Rio de Janeiro através dos séculos. In FREITAS PINHEIRO, Augusto Ivan de (Org.). *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p.21-41.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *A defesa militar do porto e da cidade do Rio de Janeiro em quatro séculos*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército. 1957.

POSSAMAI, Paulo César. Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano I, n.2 2, Ago/2010. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/artigo3rbhm2.pdf>>. Acesso em: 12 jul 2015.

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. *Horiz. antropol.* V.9, n.19, Porto Alegre, Jul/2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832003000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100004)>. Acesso em: 12 jul 2015.

PRADO, Marla Michelle Nascimento Portela. A teoria do campo e o patrimônio cultural. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio: PPG-PMUS Unirio/MAST. V. 4, n. 2011.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Coordenadoria de Conservação e Proteção Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente/SMAC. *Plano de manejo do monumento natural do Parque Natural Municipal Paisagem Carioca: Caracterização da unidade de conservação*. Rio de Janeiro, RJ. Brasil. 2013.

PROJETO DOCES MATAS. *Recomendações para planejamento de uso público em unidades de conservação*. Belo Horizonte: IEF/ IBAMA/ Fundação Biodiversitas/ GFA/IPE – GTZ, 2005.

QUEIROZ, Ana Elizabeth Valle de. *Forte de Copacabana: Patrimônio, Memória e Visitação*. Dissertação de mestrado, COPPE/UFRJ, Programa de Engenharia de Produção, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2014.

RABELLO, David. Telégrafos no Brasil: uma técnica antiga nas comunicações. In: IX SIMPOSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. 1977, Florianópolis. *Anais O Homem e a Técnica*, v. I. São Paulo: Alicia Piffer Canabrava, 1979. p. 397- 419. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S09.pdf>>. Acesso em: 15 out 2015.

RAMOS, Fabio Pestana. *Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos Descobrimentos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ROCHA Neto, Nelson. *Piratas e Corsários na Idade Moderna*. 2014. Disponível em: <<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2014/01/piratas-e-corsarios-na-idade-moderna.html>>. Acesso em: 12 set 2015.

RODRÍGUEZ BILLELA, Pablo. *Evaluación de proyectos y triangulación: acercamiento metodológico en el enfoque centrado en el actor*. In: Memoria del Segundo Taller Electrónico sobre Evaluación de Proyectos de Reducción de la Pobreza Rural en América Latina y el Caribe, Costa Rica: IICA, 1999.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *Marquês do Lavradio. O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1291&sid=118>>. Acesso em: 18 jul 2015.

SANTOS Jr, José Claudio. *Fuertes y fortalezas de Brasil administradas por el ejército brasileño: un modelo de gestión*. In: Reunião do Comitê Internacional sobre Fortificações – ICOFORT/ICOMOS, Cuba, 2013. Disponível em: <[http://www.academia.edu/2765619/Fuertes\\_y\\_Fortalezas\\_de\\_Brasil\\_administradas\\_por\\_el\\_Ejercito\\_Brasileno\\_un\\_modelo\\_de\\_gestion](http://www.academia.edu/2765619/Fuertes_y_Fortalezas_de_Brasil_administradas_por_el_Ejercito_Brasileno_un_modelo_de_gestion)>. Acesso em: 5 mai 2013.

SANTOS Jr. José Claudio. *Plano de revitalização e uso turístico-cultural das fortificações históricas da Baía de Guanabara*. In: VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e 1º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações, 2010. Disponível em: <[http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010\\_6sem\\_palestra\\_JoseClaudioSantosJr.pdf](http://cidadesfortificadas.ufsc.br/files/2011/03/2010_6sem_palestra_JoseClaudioSantosJr.pdf)>. Acesso: 3 set 2013.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *Observatorio Social de América Latina/OSAL*. Ano 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 23 set 2014.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. (Coleção Milton Santos; 1). 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. (Coleção Milton Santos; 12). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (a)

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia* (em colaboração com Denise Elias). (Coleção Milton Santos; 10). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012. (b)

SANTOS, Rafael Brondani. Militarização de Santo Antônio no Rio de Janeiro Setecentista. In XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina. 2005. *Anais ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História* Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0839.pdf> >. Acesso em: 10 jun 2015.

SANTOS, Thalita Marques & RECHIA, Simone. A cultura e o lazer da cidade – seguindo os passos da dança de salão em Curitiba. *XVI COBRACE, III CONICE*, setembro de 2009, Salvador, Bahia. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2009/XVI/paper/view/1423/761>>. Acesso em: 31 ago 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio & SILVA, Sueli Santos. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. *GEO UERJ*. Ano 10, v.2, n.18, 2008. p. 24-42 . Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>. Acesso em: 23 set 2015.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SECOM. O Brasil, defesa e segurança pública. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/defesa-e-seguranca-publica/Exercito-brasileiro>> Acesso em: 25 jul 2013.

SEGAWA, Hugo. Vida e morte de um grande livro. *Resenhasonline*, Ano 01, jan/2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3259>>. Acesso em: 23 set 2015.

SENNA, Plínio Loures. *Ocupação humana, alteração ambiental e conservação da natureza no bairro do Leme, Rio de Janeiro*. Monografia (especialização em Análise e Avaliação Ambiental) – Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1993.

\_\_\_\_\_. Plínio Loures. *Morro do Leme, reflorestamento e conservação ambiental no Rio de Janeiro – Brasil*. 2007 (última atualização). Disponível em: <<http://morrodoleme.tripod.com/principal.htm>>. Acesso em: 20 out 2013.

SECOMANDI, E. R. Mudança de postura: do repelir inimigos ao receber amigos. *Ensaio acadêmico* - Comitê internacional sobre fortificações ICOFORT/ICOMOS, Cuba, 2013.

SILVA, Padre Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo. *Elucidário Madeirense*, v. II (F\_N). 4ª ed. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1978. Disponível em: <[http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Elucidario\\_vo\\_l\\_II.pdf](http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Elucidario_vo_l_II.pdf)>. Acesso em: 20 jun 2015.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre & ROMERO, Marta Adriana Bustos. O urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos para o século XXI (parte 01). *ARQUITEXTOS*, ano 11, jan/2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3724>>. Acesso em: 13 ago 2015.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006. Disponível em: <[http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/tese\\_Convivencia\\_semiarido\\_Roberto\\_Marinho.pdf](http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/tese_Convivencia_semiarido_Roberto_Marinho.pdf)>. Acesso em: 20 jan 2016.

SILVA TELLES, Pedro Carlos da. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1984.

SMITH, Laurajane. *The uses of Heritage*. Londres e Nova York: Routledge, 2006.

SOEIRO, Renato Souza Pinto & TUBINO, Manoel José Gomes. A contribuição da escola de educação física do exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. *Fitness & Performance Journal*, v.2, n.6, 2003. p.336-340. Disponível em: <[http://www.fpjournal.org.br/painel/arquivos/1726-4\\_Formacao\\_de\\_profissionais\\_Rev6\\_2003\\_Portugues.pdf](http://www.fpjournal.org.br/painel/arquivos/1726-4_Formacao_de_profissionais_Rev6_2003_Portugues.pdf)>. Acesso em: 22 nov 2015.

SOUSA, Augusto Fausto de. *Fortificações no Brasil. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLVIII, Parte II. Rio de Janeiro, 1885.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *Milton Santos, um revolucionário*. In SANTOS, Milton. *O retorno do território*. Observatorio Social de América Latina. Ano 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 21 abr 2014.

STEPANSKY, Daizy Valmorbidia e SATHLER, Evandro Bastos. *Diagnóstico organizacional dos atores nas Áreas de Proteção Ambiental dos Morros da Babilônia e São João e Morro do Leme e arredores*. 2004. (Relatório de consultoria).

SUERTEGARAY, ANTUNES DIRCE MARIA. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 93, jul/ 2001.

TEIXEIRA, Milton de Mendonça *Resumo Histórico de Ipanema*, p. 5. (sem data) . Disponível em: <<http://www.sindegtur.org.br/2010/arquivos/ipanema.pdf>>. Acesso em: 5 jan 2015.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Forte Duque de Caxias. *DaCultura*, Ano XII, n. 19, jan 2012, p. 52-63. Disponível em: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/22\\_2e9h.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/22_2e9h.pdf)>. Acesso em: 26 ago 2014.

THE SCHOOL OF LIFE. The Great Urbanists: Jane Jacobs. *The philosophers mail*. Revista eletrônica. Retirado de <http://thephilosophersmail.com/utopia/the-great-urbanists-jane-jacobs/>

TUTYIA, Dinah. *A arquitetura militar no Brasil colonial*. (Lâminas 34 a 46). Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT04062014150631.pdf>>. Acesso em: 25 nov 2014.

VAINFAS, Ronaldo. Nova face do autoritarismo. *O Globo*, Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho. (Caderno principal do jornal impresso)

VALLEJO. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *Anais Uso Público em Unidades de Conservação*, n. 1, v. 1, 2013. Disponível em <[http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2013/Artigo\\_OL\\_2.pdf](http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2013/Artigo_OL_2.pdf)>. Acesso em: 20 jan 2016

VESENTINI, José William. O que é geografia crítica? *Geocrítica-Geopolítica*. Revista eletrônica. Disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/geocritica.htm>>. Acesso em: 2 jan 2014.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. *DaCultura*. Ano VIII, n. 14, jun. 2008, p. 26-32. Disponível em: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/5\\_2q0t.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf)>. Acesso em: 20 jul 2015.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, David & BURSZTYN, Ivan (Orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem; COPPE-UFRJ, Rio de Janeiro. 2009.

\_\_\_\_\_. *Globalização e diversidade cultural. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thillent*. (coleção questões da nossa época, n.106). 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, COPPE/UFRJ. 2006.

\_\_\_\_\_. *O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas*. Tradução de Letícia Mei. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2010.

## WEBGRAFIA

<http://coopbabilonia.blogspot.com.br/>

[https://en.wikipedia.org/wiki/A\\_Relation\\_of\\_a\\_Voyage](https://en.wikipedia.org/wiki/A_Relation_of_a_Voyage)

[https://es.wikipedia.org/wiki/Invasi%C3%B3n\\_anglo-](https://es.wikipedia.org/wiki/Invasi%C3%B3n_anglo-portuguesa_al_R%C3%ADo_de_la_Plata_(1763))

[portuguesa al R%C3%ADo de la Plata \(1763\)](https://es.wikipedia.org/wiki/Invasi%C3%B3n_anglo-portuguesa_al_R%C3%ADo_de_la_Plata_(1763))

[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/almanak/almanak.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm)

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon393044/icon393044\\_46.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393044/icon393044_46.jpg)

[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra\\_ranking.php?Cod\\_Tema=1430&area=023](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra_ranking.php?Cod_Tema=1430&area=023)

[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra\\_ranking.php?Cod\\_Tema=1431&area=023](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mostra_ranking.php?Cod_Tema=1431&area=023)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia de costa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia_de_costa)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a de pr%C3%A9;](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a_de_pr%C3%A9)

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/1/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>

<https://ssl6856.websiteseuro.com/coloniadoleme/>

<http://www.altaventura.com.br/10-tipos-de-escalada-mais-praticadas-pelo-mundo>

<http://www.alpiedelamuralla.com/>

<http://www.cep.ensino.eb.br/>

<http://www.conexaocultural.org/blog/2012/10/new-holland-foundation/>

[http://www.deceex.ensino.eb.br/pdfs/\\_organograma.pdf](http://www.deceex.ensino.eb.br/pdfs/_organograma.pdf)

<http://www.dphcex.ensino.eb.br/>

<http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/>

<http://www.dphcex.ensino.eb.br/roteiro-dos-fortes/webdocumentario/>

<http://www.esefex.ensino.eb.br/index.php/colonia-de-ferias>

<https://www.facebook.com/AmigosdelasFortificaciones/>

<http://www.fortalezas.ufsc.br/fortaleza-ponta-grossa/>

<http://www.fortedecopacabana.com/>

<http://www.fortedecopacabana.com/orquestra-violoes-do-forte.html>

<http://www.icomos.org/index.php/en/about-icomos/mission-and-vision/mission-and-vision>

<http://www.minerva.ufrj.br/>

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>

## GLOSSÁRIO

Fontes utilizadas:

BARRETO (2011); BIELINSKY (2002); CASTRO (2009); HOUAISS (2001); MAPA (2011); MORAES. (2006); SOUSA (1885); WHELING & WHELING (2006);

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/1/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a\\_de\\_pr%C3%A9](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a_de_pr%C3%A9)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia\\_de\\_costa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia_de_costa)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia>

---

Artilharia de Costa – responsável pela operação de armas antinavios baseadas em terra ou pela guarnição de baterias fixas em fortificações costeiras.

Baluarte – obras de fortificações avançadas com dois flancos (posterior) e uma face (frontal).

Bateria – menor que um reduto, é a unidade tática elementar da artilharia. Em principio, é isolada e aberta.

Casa do trem – local de guarda dos apetrechos bélicos.

Casamata – Subterrâneo abobadado que serve de abrigo de material e de defensores de uma fortificação. As cúpulas de aço, parte principal e integrante das casamatas, abrigam e protegem as peças de artilharia e sua guarnição.

Castelo – Residência senhorial ou real, fortificada. Em principio, era composto por uma muralha com torres, fosso com água, ponte levadiça etc.

Cortina – Muro recuado que liga dois baluartes.

Esplanada – Terreno plano, largo e descoberto na frente da fortaleza ou forte.

Faxina – feixe de ramos ou paus curtos com que se entopem os fossos de uma praça ou se cobrem os parapeitos de uma bateria, usado antigamente em campanhas militares.

Fortaleza – conjunto de fortificações interdependentes, cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia abrigadas em obras separadas. Na acepção mais comum, forte de grandes dimensões.

Forte – fortificação constituída por uma ou mais baterias de artilharia localizadas na mesma obra. Compõe-se de um circuito fechado que o protege por todos os lados.

Fortificação – termo genérico para as obras de defesa. Podem ser temporárias ou permanentes; militares (praça forte ou de guerra, fortaleza, forte, fortim, reduto, redente,

bateria, hornaveque, castelo, casa forte, porta, presídio, registro, tranqueira) ou civis (aldeias indígenas fortificadas e quilombos). O termo quilombo foi usado, primeiramente, para designar fortificações dos Jagas (designação dos povos que invadiram o Congo e Angola no final do século XVI). Por extensão, passou a nomear as fortificações civis de negros fugidos do cativo.

Fortificações costeiras – importante durante a época dos descobrimentos, sua construção era prioritária para na defesa de um território conquistado, fosse para a proteção contra potências navais rivais, fosse contra a população nativa da terra conquistada.

Fortim – forte pequeno.

Muralha – Muro que garante e fecha uma fortaleza.

Ordenanças – membros das companhias de ordenanças, que eram tropas militares formadas à medida das necessidades de combate. Compreendiam todos os homens livres válidos entre 18 e 60 anos. Isso excluía os religiosos, as mulheres, os escravos e os indígenas mesmo aculturados.

Padrao – colina ou promontório livres de pontos dominantes. Condição de dominância de uma construção que domina um terreno.

Paliçada – obstáculo feito para defesa militar com estacas fincadas na terra formando um tapume.

Peça (ou boca de fogo) – Expressão genericamente aplicada ao canhão ou ao obus.

Praça-de-pret – referia-se no passado, ao militar cuja patente não é de oficial, ao soldado que recebe o soldo (*pret*).

Praça-forte ou praça de guerra – fortaleza de grande extensão ou uma cidade fortificada, defendida por diversas obras de fortificação.

Porta – Posto de vigilância com finalidade militar e comercial. Eram instalados nas entradas principais das cidades e comumente, protegidos por um fosso com uma ponte levadiça, etc. Salvador, Bahia e Rio de Janeiro tiveram portas no período colonial.

Quartel de paz – alojamento militar permanente.

Quartel de guerra – local onde se abriga as tropas durante as operações de guerra.

Reduto – pequeno forte (fortim) isolado, no exterior ou no interior de uma fortaleza. É uma obra fechada de quatro a cinco faces.

Rossio – terreno que antigamente o povo roçava e usufruía em comum; praça larga.

Tranqueira – estacada para cercar ou fortificar; trincheira; porteira ou cancela.

Trincheira – tranqueira ou escavação do terreno.

Tropas de primeira linha – destinava-se, especialmente, à guerra de manobra nas fronteiras e seus oficiais eram integrantes da nobreza nomeados pelo rei.

APÊNDICE A — Os fortes da baía de Guanabara (baseado em Castro, 2009).

**Séculos XV, XVI e XVII**  
**Até 1693**

- Expedições temporárias
- Disputas na baía de Guanabara entre portugueses e franceses
- Fundação da Cidade do Rio de Janeiro

**Séculos XVII e XVIII**  
**1694 a 1720**

- Guerra da Grande Aliança na Europa
- Sistematização da defesa após as invasões dos franceses Duclerc e Duguay-Trouin

**Século XVIII**  
**1720 a 1798**

- Consolidação do sistema defensivo colonial
- Hostilidade Portugal e Espanha na fronteira meridional
- Rio de Janeiro capital do Estado do Brasil

**Século XIX**  
**1807 a 1831**

- Crepúsculo colonial
- Plano de defesa de 1822
- Independência do Brasil
- Regencia

**1863**

- Questão Christie com Inglaterra
- Plano de 1863
- Final do Império

**Séculos XX e XXI**  
**1910 a 2015**

- Obuseiros para abater navios
- Novas tecnologias (mísseis, bombas inteligentes, veículos não tripulados, etc.)

**1895 a 1898**

- Revolta da Armada

**Referências COM grandes alterações no nome ou na estrutura física**



**Referências SEM grandes alterações no nome ou na estrutura física**

- Casa-forte de Martim Afonso de Souza
- S. Sebastião / Cidade Velha no Morro Cara de Cão
- Uruçumirim
- Parapanuã
- Sta Cruz / Igreja de Sta Cruz dos Militares

- S. Domingos de Gragoatá / Batalhão Acadêmico
- Praia Vermelha
- N. Sra. da Boa Viagem
- Glória
- Gamboa
- Ilha das Cobras
- Conceição

- S. Clemente/ Piaçava
- Leme
- S. Luiz / Pico
- Pico
- Terreiro do Moura
- Novo cais
- Arsenal
- Praia da Ajuda
- Boa Vista
- Trapiches de S. F. / Ant<sup>o</sup>. Leite
- Valonguinho
- Ponta da Saúde
- Trapiche da Alfândega

- Morro da Viúva / Forte Mariano
- S. Pedro
- Barro Vermelho
- S. Diogo
- Leme
- Leme
- Anel / Guanabara
- Arpoador
- Barra da Tijuca
- Campinho / N. Sra. da Glória
- Trajá / Flancos do Campinho

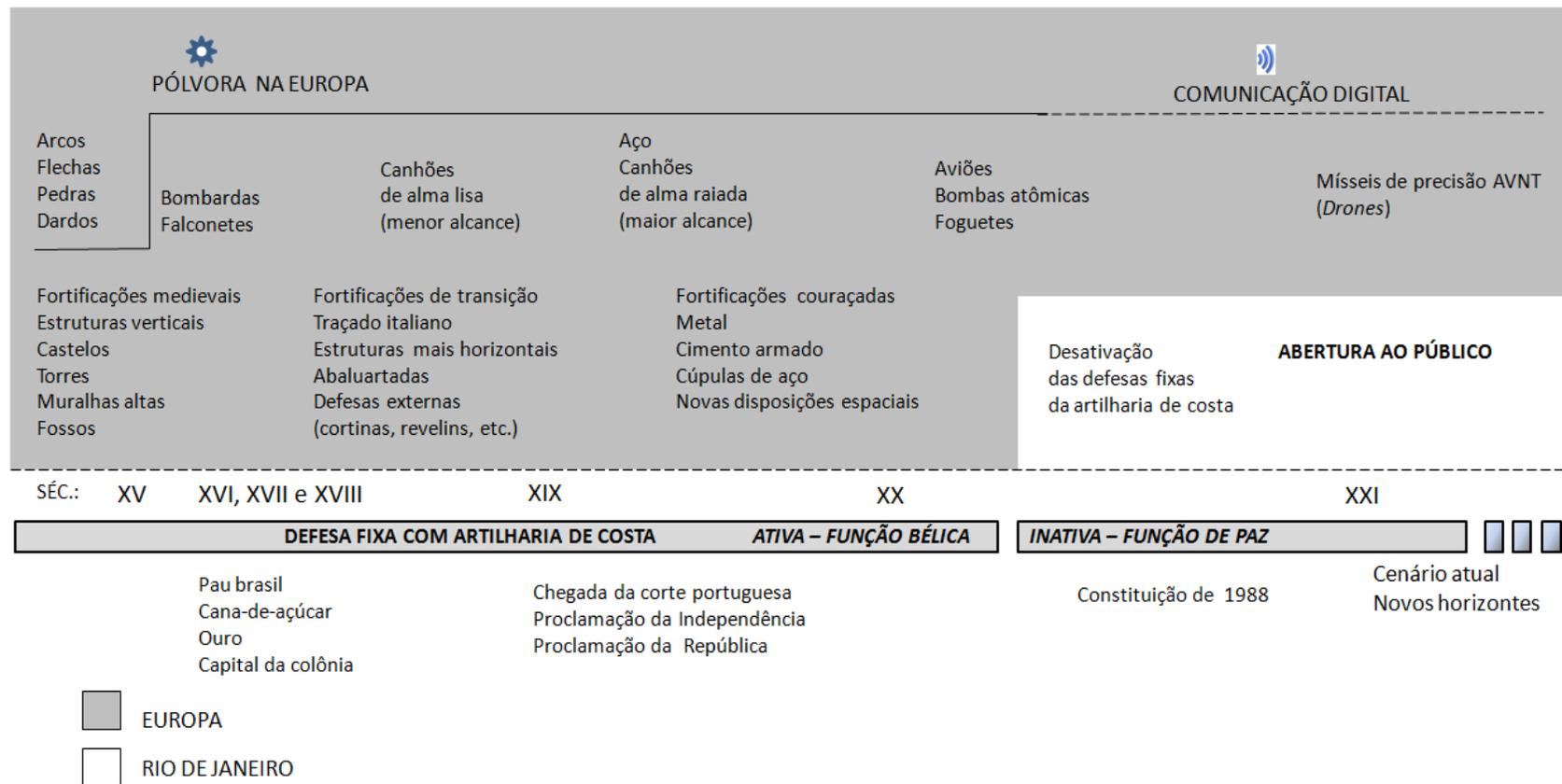
- Imbuí
- Pico/ São Luís/ Barão do Rio Branco

**LEGENDA**

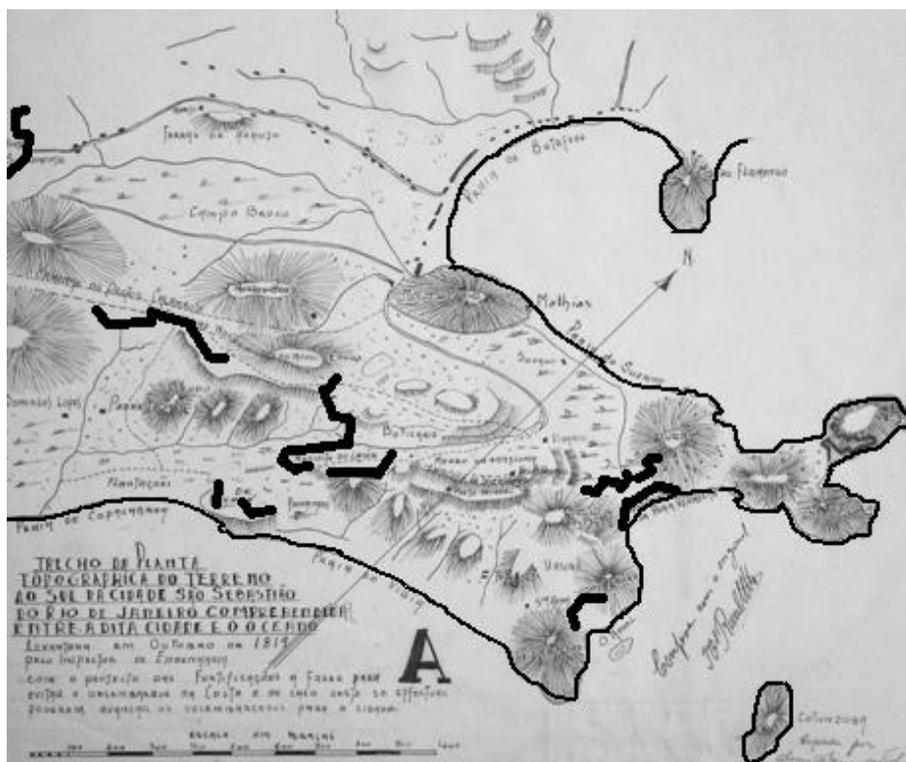
- SITIO
- FORTALEZA
- FORTE
- REDUTO
- BATERIA

**Destaque**  
Fortificações da Ponta do Leme e Lagoa Rodrigues de Freitas

APÊNDICE B — Contexto da evolução das tecnologias de ataque e defesa no Rio de Janeiro.



APÊNDICE C — Os fortes da Ponta do Leme e o Parque Paisagem Carioca.



Proposta de defesa no antigo território fortificado da Ponta do Leme, 1819.

Fonte: Adaptado de BRASIL – Inspetor de engenheiros do Exército (1819).



Parque Natural Municipal Paisagem Carioca.

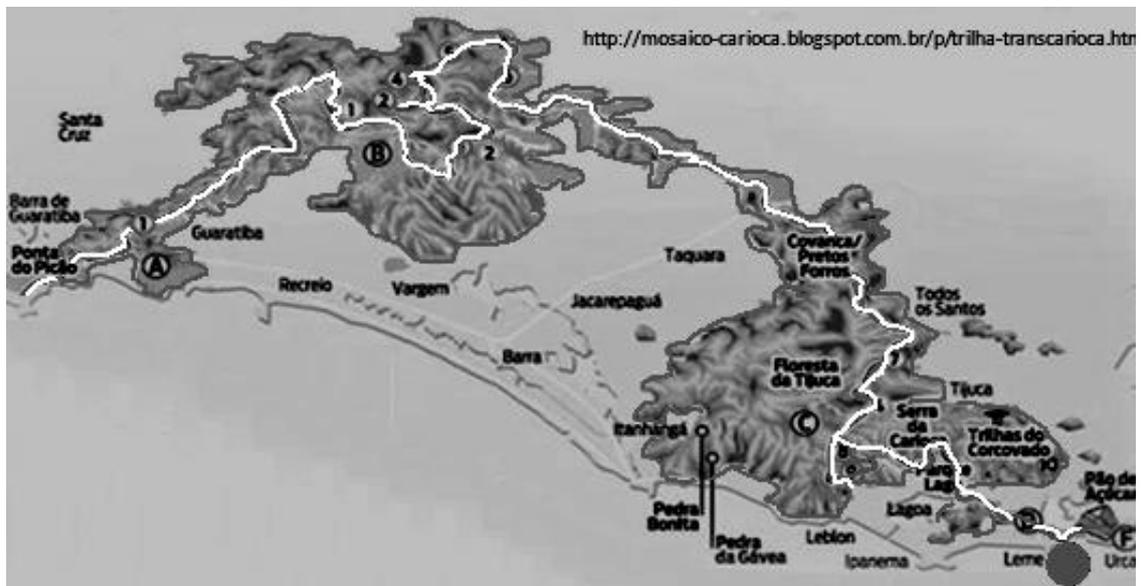
Adaptado de PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (s.d.).

APÊNDICE D — O caminho de Duclerc e a Trilha Transcarioca.



Caminho do corsário francês Jean-françois Duclerc na invasão da cidade, em 1710

Fonte: Castro (2009)



Trilha Transcarioca

Fonte: <http://mosaico-carioca.blogspot.com.br/p/trilha-transcarioca.html> (s.d.)

## ANEXO A — Normas para a abertura das fortificações à visita pública.

Fonte:

[http://www.dphcex.ensino.eb.br/docs/legislacao/Port%20Nr%20615%20de%2013%20NOV%202000\\_normas%20para%20a%20abertura%20das%20fortificacoes%20a%20visitacao%20publica.pdf](http://www.dphcex.ensino.eb.br/docs/legislacao/Port%20Nr%20615%20de%2013%20NOV%202000_normas%20para%20a%20abertura%20das%20fortificacoes%20a%20visitacao%20publica.pdf) .

---

### NORMAS PARA A ABERTURA DAS FORTIFICAÇÕES À VISITAÇÃO PÚBLICA (Port N° 615, de 13 NOV 2000)

#### 1. FINALIDADE

Regular a abertura das fortificações militares do Exército à visita pública.

#### 2. OBJETIVOS

##### a. Gerais

- 1) Divulgar junto à população brasileira a imagem de um Exército que se preocupa com a preservação de seu patrimônio histórico; e
- 2) Possibilitar a divulgação da história militar brasileira.

##### b. Específicos

- 1) Captar recursos para a manutenção dos fortes e fortalezas;
- 2) Estabelecer normas em relação aos horários e formas de visita pública das fortificações militares, bem como definir as condições de acesso a esses locais, as informações a serem prestadas e o tratamento a ser dispensado aos visitantes; e
- 3) Estabelecer regras para a realização, pela mídia, de reportagens sobre os fortes e fortalezas sob a jurisdição do Exército.

#### 3. VISITAÇÃO PÚBLICA

##### a. Condicionantes básicas

- 1) As organizações militares instaladas em fortes e fortalezas ou que tenham, sob sua responsabilidade patrimonial, fortificações militares devem ser estimuladas, conforme as peculiaridades de cada uma, a abrir suas instalações à visita pública, observadas as prescrições destas Normas
- 2) As condições dessa visita deverão ser estabelecidas de forma a propiciar ao público a oportunidade de conhecer esses locais e um pouco da história militar brasileira, sem prejuízo das atividades internas da OM.

##### b. Aspectos a serem observados

###### 1) Dias e horários de visita

Os dias e horários de visita serão fixados pela OM de acordo com as suas conveniências e deverão ser rigorosamente respeitados. Quando for essencial fazer modificações, estas deverão ter ampla divulgação, de forma a evitar-se frustração aos visitantes.

###### 2) Formas de visita.

- a) As visitas poderão ser individuais ou em grupo, em horário livre ou com hora marcada;
- b) A forma de visita dependerá da situação particular de cada fortificação e dos recursos humanos disponíveis. Em princípio, as visitas de grupos deverão ser acompanhadas por guias treinados, particularmente quando se tratar de estudantes,

### 3) Ingresso dos visitantes

- a) O acesso às fortificações militares, por parte de visitantes, poderá ser gratuito ou não; isto dependerá da proposta do Comandante da OM e do parecer do escalão imediatamente superior.
- b) A proposta anteriormente mencionada deverá levar em consideração os serviços e as facilidades oferecidas aos visitantes pela OM, bem como deve avaliar a possibilidade de se realizar a cobrança do ingresso,

### 4) Informações ao visitante

- a) O circuito de visitação deve estar perfeitamente sinalizado e os locais e as instalações corretamente identificados, por meio de painéis e etiquetas, contendo informações para o visitante;
- b) O armamento deve igualmente estar identificado e com informações sobre as suas características técnicas, escritas em linguagem acessível, devendo ser evitadas abreviaturas militares;
- c) Sempre que possível, particularmente quando o ingresso for pago, deve-se fornecer ao visitante, informações escritas sobre a fortificação e os principais fatos históricos ali ocorridos, por meio de folhetos;
- d) Os guias devem ser treinados de forma a estar em condições de fornecer informações sobre a fortificação e responder a todas as perguntas formuladas,

### 5) Estado das instalações e do armamento

- a) Todas as instalações a serem visitadas devem estar perfeitamente limpas; b) O armamento deve estar bem conservado, devendo ser removido todo aquele que não se apresentar em perfeitas condições.

### 6) Segurança

- a) Deve-se ter particular atenção com a segurança dos visitantes, das instalações e do acervo existente;
- b) Os locais e o armamento que oferecem perigo devem estar cercados e com placas de advertência sobre os riscos;
- c) Devem ser adotadas medidas especiais de segurança por ocasião da visita de jovens e crianças.

### 7) Facilidades para os visitantes

Para atender às necessidades dos visitantes, as fortificações deverão dispor, sempre que possível, das seguintes instalações, particularmente quando o ingresso for pago: - sanitários; - lanchonete; - bebedouro; e - áreas para descanso.

### 8) Seguro

Quando o ingresso for pago, é recomendável que no seu valor esteja previsto um seguro para o visitante. Esse seguro deverá ser contratado observando-se as normas administrativas existentes.

## 4. CONTATOS COM A IMPRENSA

a. Para a realização de reportagens "in loco" sobre a fortificação, a OM deverá ligar-se com a 5ª Seção do Comando Militar de Arca, a fim de obter a necessária autorização.

b. No contato com a mídia, deverá ser observado o seguinte:

#### 1) Assuntos a serem tratados

- a) histórico da fortificação (quando teve início a construção e por quem, as sucessivas modificações e ampliações, e a época da atual configuração);
- b) armamento (evolução do armamento de que foi dotada e origem, calibre e época de fabricação do atualmente exposto);

- c) principais passagens históricas ali ocorridas;
- d) situação atual OM que está ali sediada, abertura ou não das instalações ao público e, caso positivo, os dias e horários de visitação.

2) Assuntos a serem evitados:

- a) utilização, em qualquer época, das instalações da fortificação como presídio;
  - b) qualquer acontecimento ali ocorrido e cuja divulgação não seja positiva para a imagem do Exército, desde que não seja um fato histórico marcante.
- 3) Assuntos a serem destacados:
- a) a preocupação do Exército com a preservação do patrimônio histórico;
  - b) o interesse do Exército na abertura da fortificação à visitação pública;
  - c) a integração com as autoridades estaduais e municipais e com o empresariado, visando a dotar a fortificação de infra-estrutura adequada ao fluxo esperado de visitantes.

## 5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. As OM que não tiverem condições de preparar militares para atuar como guias poderão, quando o ingresso for pago, se valer dos serviços de empresas especializadas, de profissionais autônomos ou de escolas especializadas, de acordo com as normas administrativas existentes,

b. As OM deverão ter especial atenção com a preservação das fortificações no seu estado original, evitando-se qualquer tipo de obra que venha a desfigurá-las. No caso de imóveis tombados, é importante que sejam estabelecidas ligações com a delegacia do IPHAN para contar com a ajuda dessa instituição;

c. As OM que abrirem as suas fortificações à visitação pública deverão informar à DAC, pelo canal de comando, o seguinte:

- 1) dias e horários de visitação;
- 2) as condições de ingresso (gratuito ou pago e, neste caso, o valor cobrado);
- 3) a existência de guias treinados para acompanhar os visitantes; e
- 4) a existência de material de divulgação fornecido ao visitante, remetendo um exemplar.

**ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS NO 8º SEMINÁRIO DE CIDADES  
FORTIFICADAS**

**Rio de Janeiro, 22 a 26 de outubro de 2012**

**Adriana Careaga:** coordenadora Técnica do Evento – Mestre em políticas públicas, Consultora em educação em nível nacional e internacional, professora de história, professora da Universidade ORT Uruguai, Presidente da Associação dos Amigos das Fortificações do Uruguai, Diretora do Espaço Cultural Ao Pé da Muralha.

**José Cláudio dos Santos Jr.:** especialista em Gerenciamento de Projetos, era, na época este estudo, o Chefe da Divisão de Patrimônio e Projetos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), atuava na implantação de novas práticas de gestão de projetos culturais e em ações de preservação do Patrimônio Cultural.

**Mário Mendonça de Oliveira:** Professor Emérito e Notório Saber da Universidade Federal da Bahia. Leciona algumas disciplinas de restauro de monumentos no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFB. Atualmente coordena o Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração. Foi professor de História da Arquitetura por 32 anos, tendo publicado mais de uma centena de textos entre livros, artigos de revistas e anais de congressos, muitos deles sobre fortificação e engenharia militar. Tem participação como projetista ou consultor em dezenas de obras de restauro, dentre elas muitas fortalezas.

**Milagros Flores:** Presidenta do ICOFORT (Comitê Internacional das Fortificações e Patrimônio Militar do ICOMOS/ UNESCO), ICOMOS/ UNESCO), é Pós-doutora em História, especialista em Fortificações para a UNESCO e membro do ICOMOS dos EUA.

**Oscar Frederik Helfting:** Investiga fortificações de origem holandesa; diretor da New Holland Foundation Brazil - trabalhou nas escavações arqueológicas do Forte Orange, em Itamaracá, em 2002 e 2003. Desde 2004 é o diretor da New Holland Foundation, tendo como principal projeto O Atlas do Brasil Holandês que objetiva realizar o inventário das fortificações erguidas pelos holandeses no Brasil.

ANEXO C — Entrevistas para a caracterização dos visitantes moradores.

Fonte: Projeto Roteiros dos Fortes (2014).

Fazem parte da região metropolitana do Rio de Janeiro os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo e São João do Meriti.

Anexo 1

PROJETO ROTEIROS DOS FORTES – ENTREVISTAS COM VISITANTES - MORADORES



1. Local da sua residência permanente

Bairro \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_

2. Meio de transporte utilizado para chegar ao FORTE

- ônibus/vans regulares  carro próprio  
 táxi  motocicleta  bicicleta  
 a pé  metrô  Outro

3. Qual o tempo médio gasto para chegar até o FORTE?

- Menos de 20 min.  Entre 20min.e 1 hora  
 Entre 1 e 2 horas  Entre 2 e 3 horas  
 Mais de 3 horas

4. Com que frequência visita este FORTE?

- 1ª Vez  Diariamente  
 Toda semana venho aqui  Uma vez por mês  
 Entre 1 e 3 vezes por ano  Entre 4 e 7 vezes por ano  
 Esporadicamente

5. Qual foi o seu tempo de permanência no FORTE nesta visita?

- até 30 minutos  entre 30 e 60 minutos  
 entre 1 e 2 horas  entre 2 e 3 horas  
 mais de 3 horas

6. Como ficou sabendo do FORTE?

- Parentes / conhecidos  Passando em frente  
 Sites de turismo ou do Forte  Jornal / Revista  
 Redes Virtuais de relacionamentos  Outros

7. Quais Fortes da Baía da Guanabara, da lista abaixo, você já havia visitado anteriormente?

- Fortaleza de Santa Cruz  Forte do Leme/Duque Caxias  
 Forte do Pico e São Luiz  Forte de Copacabana  
 Fortaleza da Conceição  Fortaleza da Urca/S.João  
 Nenhum

8. Qual o principal motivo da sua visita ao FORTE?

- Conhecer/rever o patrimônio histórico e militar  
 Desfrutar o ambiente e a paisagem local  
 Praticar atividades físicas/esportivas  
 Participar de evento artístico e cultural  
 Participar de atividades profissionais e negócios  
 Desfrutar dos serviços de alimentação  
 Aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar

9. Qual a sua opinião sobre a cobrança de ingresso para acesso ao FORTE?

- o valor é muito alto  
 Considero o valor cobrado justo  
 Não deveria ser cobrado ingresso

10. Você está visitando o FORTE:

- Sozinho  Em grupo  Com família

11. Se em grupo ou família, quantas pessoas ? \_\_\_\_\_

12. Você está sendo acompanhado por?

- Guia de Turismo credenciado  Morador  Vim sozinho

13. Pretende retornar ao FORTE?

- Sim  Não

14. Indicaria a visita para outras pessoas?

- Sim  Não

15. Avalie os itens abaixo, relacionados a ESTE FORTE:

	Ótimo	Bom	Ruim	Não Sabe	Não quero opinar
Acesso ao FORTE					
Recepção e atendimento pelo pessoal do Exército					
Mapas/folhetos					
Limpeza no FORTE					
Sanitários					
Espaços de alimentação					
Estacionamento					
Acesso para deficientes físicos					
Sinalização interna					
Sinalização externa					
Conservação do patrimônio					
Adequação do ambiente às crianças e terceira idade					1

16. Sexo:

- Masc.  Fem.

17. Faixa etária:

- 14 a 17 anos  18 a 25 anos  26 a 34 anos  
 35 a 50 anos  51 a 65 anos  mais de 65 anos

18. Escolaridade:

- Ensino Fundamental  Ensino médio  
 Nível superior  Pós-Graduado  
 Sem escolaridade

19. Você estaria disposto a pagar R\$ 70,00, por pessoa, para fazer um passeio turístico em 3 fortificações da Baía da Guanabara?

- Sim  Não, prefiro utilizar esse valor em outras finalidades.  
 Não, é caro.

20. Vínculo com as fortificações:

- Militar  Civil

Observações: colocar no verso do formulário

Pesquisador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

# ANEXO D — Entrevistas estruturadas para a caracterização dos visitantes turistas.

Fonte: Projeto Roteiros dos Fortes (2014).

## Anexo 2

### PROJETO ROTEIROS DOS FORTES – ENTREVISTAS COM VISITANTES - TURISTAS



#### 1. Local da sua residência permanente

Cidade \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

País \_\_\_\_\_

#### 2. Local onde está hospedado?

- Hotel       Albergue       Apto alugado  
 Casa de amigos/parentes       Apart Hotel  
 Não está hospedado       Outro. Qual? \_\_\_\_\_

#### 3. Como ficou sabendo do FORTE?

- Parentes / Conhecidos       Agência de Turismo  
 Passando em frente       Indicação do Hotel  
 Jornal / Revista       Sites de turismo e/ou do forte  
 Redes virtuais de relacionamentos       Outros

#### 4. Meio de transporte utilizado para chegar ao FORTE

- ônibus/vans regulares       carro próprio  
 táxi       ônibus/van de excursão  
 bicicleta       motocicleta       a pé

#### 5. Tem o hábito de frequentar fortes/fortificações durante as suas viagens?

- Sim       Não

#### 6. Qual foi o seu tempo de permanência no FORTE nesta visita?

- até 30 min.       entre 30 e 60 min.  
 entre 1 e 2 horas       entre 2 e 3 horas  
 mais de 3 horas

#### 7. Quais Fortes da Baía de Guanabara, da lista abaixo, você já havia visitado anteriormente?

- Fortaleza de Santa Cruz       Forte do Leme/Duque Caxias  
 Forte do Pico e São Luiz       Forte de Copacabana  
 Fortaleza da Conceição       Fortaleza da Urca/S.João  
 Nenhum

#### 8. Qual o principal motivo da sua visita ao FORTE?

- Conhecer/rever o patrimônio histórico e militar  
 Desfrutar o ambiente e a paisagem local  
 Praticar atividades físicas/esportivas  
 Participar de evento artístico e cultural  
 Participar de atividades profissionais e negócios  
 Desfrutar dos serviços de alimentação  
 Aproveitar a tranquilidade e a segurança do lugar

#### 9. Pretende retornar ao FORTE? ( ) Sim ( ) Não

#### 10. Indicaria a visita para outras pessoas? ( ) Sim ( ) Não

#### 11. Sua visita foi contratada por meio de uma agência de turismo?

- Sim       Não

#### 12. Qual a sua opinião sobre a cobrança de ingresso para acesso ao FORTE?

- o valor é muito alto  
 Considero o valor cobrado justo  
 Não deveria ser cobrado ingresso

#### 13. Você está visitando o FORTE:

- Sozinho       Em grupo       Com família

#### 14. Se em grupo ou família, quantas pessoas? \_\_\_\_\_

#### 15. Você está sendo acompanhado por?

- Guia de Turismo credenciado       Morador       Vim sozinho

#### 16. Avalie os itens abaixo, relacionados a ESTE FORTE:

	Ótimo	Bom	Ruim	Não Sabe	Não quero opinar
Acesso ao FORTE					
Recepção e atendimento pelo pessoal do Exército					
Mapas/folhetos					
Limpeza no FORTE					
Sanitários					
Espaços de alimentação					
Estacionamento					
Acesso para deficientes físicos					
Sinalização interna					
Sinalização externa					
Conservação do patrimônio					
Adequação do ambiente às crianças e terceira idade					

#### 17. Sexo: ( ) Masc. ( ) Fem.

#### 18. Faixa etária:

- 14 a 17 anos       18 a 25 anos       26 a 34 anos  
 35 a 50 anos       51 a 65 anos       mais de 65 anos

#### 19. Escolaridade:

- Ensino Fundamental       Ensino médio       Nível superior  
 Pós-Graduado       Sem escolaridade

#### 20. Você estaria disposto a pagar R\$ 70,00, por pessoa, para fazer um passeio turístico em 3 fortificações da Baía de Guanabara?

- Sim       Não, prefiro utilizar esse valor em outras finalidades.  
 Não, é caro.

#### 21. Vínculo com as fortificações:

- Militar       Civil

Observações: colocar no verso do formulário

Pesquisador: _____	Data: _____
--------------------	-------------

## ANEXO E — Classificação do patrimônio segundo a UNESCO.

Fonte: ILAM (ONLINE, s.d.).

